VOLUME
EXTRA 1
2024

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2024

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2 9 0 UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO
Maria Cristina Vieira de Freitas

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO
Maria de Lurdes Rosa
Rita Sampaio da Nóvoa
Abel Rodrigues

CONSELHO DE REDAÇÃO
Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)
José Pedro Paiva (FLUC - lejpaiva@fl.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Gracinda Maria Ferreira Guedes

SUPERVISÃO EDITORIAL
Mara Alexandra Dias Almeida

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES
Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)
Agustín Vivas Moreno (Univ. de Estremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - aresendeo@gmail.com)
Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bves@fcsh.unl.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)
Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)
Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)
Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramos@dglab.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)
Giuseppe Marcocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marcocci@gmail.com)
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)
Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)
Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)
Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaoalvesdias@gmail.com)
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)
José Luís Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)
Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)
Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)
Luis Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujo@campus.ul.pt)
Luís de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)
Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal-msc@uevora.pt)
Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)
Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)
Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)
Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)
Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)
Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@pucsp.br)
Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo_santos@yahoo.com)
Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)
Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)
María Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)
Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fcsh.unl.pt)
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)
Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)
Patrícia Souza de Farja (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)
Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)
Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)
Rui Cascão (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal-rcmartin@ci.uc.pt)
Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpc.pt)
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
EXTRA 1
2024

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA
Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN
0872-5632
2182-7974

DOI DA REVISTA
https://doi.org/10.14195/2182-7974

DOI DO VOLUME
https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA
Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: http://www.uc.pt/auc

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.
© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE Scopus DOAJ DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS MIAR

NSD ERIH PLUS EUROPEAN REFERENCE INDEX FOR THE HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES latindex REDIB Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO 7

ESTUDOS

A série documental "Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea" (1977-2002): reflexões sobre práticas arquivísticas e benefícios da interdisciplinaridade no tratamento da documentação 15
Filipa Magalhães

Arquivo Sameiro: recuperação da memória familiar 45
João Caetano Sameiro

Fontes documentais sobre o(s) Cartório(s) Notarial(ais) no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira 73
Lénia Oliveira

Ensaio de aplicação do modelo sistémico e interativo à documentação da Misericórdia de Monforte, à guarda do Arquivo Histórico Municipal 109
António Jorge Botelheiro Carrilho

Mediação e representação da informação nos arquivos municipais 137
Eliezer Pires da Silva, María Manuela Moro Cabero e Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

A Torre do Tombo: de Arquivo da Coroa a Arquivo Nacional. Contextos institucionais a partir da legislação promulgada (séc. XVI-2012) 163
Abel Rodrigues

História, Ciências sociais e humanas, Ciência arquivística, Ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns 209
Maria de Lurdes Rosa

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_0

Nota de apresentação
Caminhos da Arquivística Histórica II: epistemologias, práticas, propostas

MARIA DE LURDES ROSA
Professora auxiliar com agregação na NOVA.FCSH - Departamento de História
mlrosa@fcsh.unl.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2027-4485

RITA SAMPAIO DA NÓVOA
Investigadora do projeto VINCULUM (IEM-NOVA FCSH)
ritanovoa@fcsh.unl.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6543-6807

ABEL RODRIGUES
Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCSH;
(IEM-NOVACentre Jean Mabillon, École nationale des chartes-PSL)
abelrodrigues@fcsh.unl.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1254-4112

O presente número do Boletim da Arquivo da Universidade de Coimbra é o segundo de um conjunto de dois números especiais dedicados à Arquivística Histórica. Como tivemos oportunidade de escrever na nota de apresentação do primeiro número, os caminhos da Arquivística Histórica remontam a 2008, na procura de um grupo de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) em desenvolver uma abordagem interdisciplinar capaz de aliar a História e a Ciência Arquivística, com influências da Ciência da Informação e da *Archival Science* anglo-saxónica.

Os seis textos apresentados no primeiro número, intitulado "Caminhos da Arquivística Histórica I: materialidades, contextos de produção de informação, representações documentais", foram produto de uma das iniciativas

desenvolvidas pelo grupo de investigação, a Pós-Graduação em Arquivística Histórica (NOVA FCSH), na sua primeira edição (2021/22). De facto, esta foi a primeira vez que os trabalhos resultantes de uma Pós-Graduação da NOVA FCSH foram publicados em bloco numa revista científica em acesso aberto indexada na Web of Science e na Scopus. Já o havíamos afirmado, mas não será demais repetir, que o BAUC é sem dúvida a casa ideal para receber estes números, perfeitamente integrados na missão da revista em promover o debate interdisciplinar em torno da Ciência da Informação e da História.

Neste segundo número serão publicados outros quatro textos produzidos por investigadores e investigadoras formados na Pós-Graduação. Tal como sucedeu no número anterior, alguns dos trabalhos desenvolveram-se na sequência de estágios em instituições arquivísticas no contexto de protocolos de estágio celebrados entre estas últimas e a Universidade. Reiteramos os agradecimentos a estas instituições, que prontamente receberam os estudantes e que, através dos orientadores locais, foram essenciais no processo de aprendizagem: à Torre do Tombo, Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições (DTTDA), à Academia das Ciências de Lisboa, à Fundação Calouste Gulbenkian, à Irmandade dos Clérigos do Porto – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, e à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Outros trabalhos foram resultado de uma investigação histórico-arquivística desenvolvida sob a tutoria de docentes e especialistas associados à Pós-Graduação. Vários dos temas explorados nos trabalhos surgiram no decurso da fase letiva do curso a partir dos assuntos discutidos nas diferentes unidades curriculares; muitos outros foram trazidos pelos alunos e pelas alunas, que, assim, procuraram respostas no campo formativo para os problemas profissionais do seu quotidiano.

Assim, o primeiro texto é da autoria de Filipa Magalhães, que realizou o seu estágio curricular nos Arquivos Gulbenkian, da Fundação Calouste Gulbenkian. O estágio focou-se na série documental Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, pertencente ao Serviço de Música da FCG. De grande relevância para o estudo da cena musical portuguesa de vanguarda, este conjunto documental não havia ainda recebido qualquer tratamento técnico-arquivístico. No seu artigo, Filipa Magalhães reflete sobre algumas das abordagens possíveis ao tratamento desta documentação levado a cabo ao longo do estágio, sublinhando, em particular, os benefícios de uma perspetiva interdisciplinar capaz de aliar a Musicologia à Arquivística Histórica.

João Caetano Sameiro oferece-nos de seguida um estudo inédito do Arquivo Sameiro, um arquivo de família privado com documentação datada do século XVI até à atualidade. No seguimento de um dos principais temas

explorados pela Arquivística Histórica, o Autor apresenta a história da família e do conjunto documental por ela produzido, interessando-se especialmente pelo papel desempenhado pelo atual proprietário do Arquivo na (re)construção, organização e classificação do acervo. De facto, João Caetano Sameiro define o Arquivo Sameiro resultante da ação dinamizadora do proprietário como "um exercício de recuperação da memória familiar". No último ponto do artigo, as opções de organização e classificação do conjunto documental por parte do proprietário são comparadas com a abordagem sugerida pelo modelo sistémico, sublinhando-se, entre outros aspetos, a possibilidade de este último permitir integrar a própria pegada arquivística deixada pelo atual proprietário do Arquivo Sameiro.

O terceiro texto, a cargo de Lénia Oliveira, debruça-se sobre um tipo de produção documental até agora insuficientemente explorado, os registos notariais de Vila Franca de Xira. A descrição arquivística de cerca de 200 registos produzidos entre os séculos XVII e XX e maioritariamente conservados no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, possibilitou à Autora conhecer, entre outros aspetos, os procedimentos administrativos daqueles oficiais, a sua rede clientelar ou a correlação entre o local de residência dos outorgantes e o local das propriedades contratualizadas. Os resultados deste estudo poderão facilmente ser replicados noutras localidades, demonstrando-se que a probabilidade de recuperar informação sobre determinado ato notarial aumenta significativamente quando associada à localidade onde o notário exerceu o seu ofício.

O último texto decorrente da Pós-Graduação em Arquivística Histórica foi desenvolvido por António Jorge Botelheiro Carrilho e incide sobre cinco fundos depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal daquela vila. Sublinhando o importante valor histórico desta documentação não só para a Misericórdia como para a vila de Monforte, António Carrilho avalia o processo de inventariação destes conjuntos documentais, que abarcam mais de cinco séculos de história. Começando pelo estado da arte e acompanhando de seguida a história das Misericórdias e de Monforte, o Autor reflete por fim sobre a aplicabilidade do modelo sistémico ao tratamento dos fundos da Misericórdia de Monforte. Nas suas palavras, à luz deste modelo, "o arquivista assume o papel do cientista que procura compreender e explicar o objeto informacional (o documento) em toda a sua complexidade".

Para além destes quatro textos, incluímos neste número outros três artigos que, não estando associados à Pós-Graduação, partilham e ilustram diversas das problemáticas e abordagens da Arquivística Histórica e de áreas de estudo afins, incentivando o estudo e o debate científico interdisciplinar

em torno da história dos arquivos e do seu acesso pela comunidade. Um desses artigos, desenvolvido por Eliezer Pires da Silva, María Manuela Moro Cabero e Marcos Vinícius Bittencourt de Souza, foca o papel desempenhado pelos arquivos municipais na mediação da informação arquivística no contexto de múltiplas cidades brasileiras. Como afirmam os Autores, os arquivos municipais assumem-se como "instituições essenciais para a cidade e vida comunitária". É essencial, portanto, avaliar o modo como estes arquivos disponibilizam informação de modo a identificar não só as suas potencialidades, mas também os seus limites, apontando-se, em simultâneo, as necessidades que importa suprir e as possibilidades de melhoria.

O contributo de Abel Rodrigues passa por identificar e definir os quadros cronológicos que pautaram a evolução da Torre do Tombo, primeiro como Arquivo da Coroa e depois como Arquivo Nacional de Portugal. Através da apresentação e análise da legislação oficial promulgada entre o século XVI e 2012, o Autor acompanha as diferentes fases político-administrativas daquela instituição arquivística, contextualizando progressivamente as suas funções e atividades. Este exercício revela-se fundamental não só para traçar a história do Arquivo, mas também, e sobretudo, para compreender "as formas de incorporação e a história custodial dos fundos documentais" atualmente à guarda da Torre do Tombo.

Por fim, fechamos este número com o artigo de autoria de Maria de Lurdes Rosa, que apela à interdisciplinaridade ou, se quisermos, ao cruzamento de caminhos, com vista à criação de espaços científicos comuns entre ciências que, partilhando um interesse análogo em torno do tema "Arquivo", tendem com frequência a não estimular uma colaboração sustentada: as Ciências Sociais e humanas, entre elas a História; a Ciência da Informação e a Arquivística. Com recurso a estados da questão e a reflexões em torno dos diferentes campos disciplinares, este artigo relança o debate sobre esforços comuns possíveis, em harmonia interdisciplinar, tanto dentro dos limites da academia, mas como na área da Ciência Cidadã, promotora de uma abertura à sociedade e à cidadania. Nas palavras da Autora,

> É fundamental alicerçar a colaboração não na criação de clivagens académicas, que têm a tendência em resvalar para a competição institucional e não científica, bem como revestir natureza prescritiva. É igualmente importante recusar clivagens do tipo "ciência/ disciplina", como tem acontecido, não raras vezes, entre a Ciência da Informação e a Arquivística: tal afigura-se-nos especialmente discutível, e, até, reproduzindo de algum modo a famigerada relação entre a História

> e as "técnicas documentais". Por fim, é preciso combater um certo isolamento internacional em que se encontra a Ciência da Informação em Portugal, em parte derivado de uma sua menor familiariedade com a bibliografia de línguas europeias, em parte pela adoção de um paradigma disciplinar particular, que seria importante confrontar sistematicamente com as propostas internacionais mais atuais, na senda do que aqui em parte esboçámos, de modo a verificar até que ponto tal situação limita os referenciais teóricos e os enquadramentos formativos. É, pois, desejável – e cremos que urgente – construir espaços científicos comuns a partir do conhecimento e debate do pensamento internacional mais atualizado das várias ciências.

Neste segundo número especial dedicado aos caminhos da Arquivística Histórica usufruímos, então, de diferentes abordagens a arquivos de música, a arquivos de família de Antigo Regime, e também a arquivos públicos, municipais e nacionais. Podemos assim acompanhar as possibilidades de tratamento arquivístico, os papéis desempenhados pelos diferentes intervenientes e os benefícios de uma perspetiva que visa compreender o Arquivo antes de retirar dele informação para o estudo de determinado tema historiográfico. Contemplamos, ainda, o papel social atual das instituições arquivísticas na construção de memória e na promoção da cidadania, tanto em âmbito local como nacional. E ponderamos, por fim, as possibilidades de novos caminhos, que se pretendem interdisciplinares, internacionais e avessos a fechamentos científicos.

No conjunto dos dois números especiais acreditamos ficar demonstrado, como afirmámos anteriormente, o potencial da Arquivística Histórica e, sobretudo, a importância de contributos empíricos interdisciplinares promovidos pela aposta na formação avançada. São estes contributos que sustentam a capacidade de reflexão e problematização, essencial para a evolução de um campo científico comum.

Estudos

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_1

A série documental "Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea" (1977-2002): reflexões sobre práticas arquivísticas e benefícios da interdisciplinaridade no tratamento da documentação

The documentary series "Gulbenkian Encounters of Contemporary Music" (1977-2002): reflections on archival practices and the benefits of interdisciplinarity in the treatment of documentation

FILIPA MAGALHÃES
Investigadora
CESEM, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical – NOVA FCSH
anamagalhaes@fcsh.unl.pt
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-4230-825X

RESUMO

O presente artigo tem como ponto de partida um estágio formativo que decorreu nos Arquivos Gulbenkian (AG), da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), no âmbito da Pós-Graduação em Arquivística Histórica em 2021/22, ministrada na Faculdade de Ciências Socias e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. O principal propósito deste estágio foi proceder ao tratamento técnico-arquivístico da série documental Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (EGMC) pertencente ao Serviço de Música da FCG. No total, ocorreram vinte seis edições dos Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea entre 1977 e 2002 e toda a documentação se encontra à guarda da FCG. Até à

data, não tinha sido realizado qualquer tratamento técnico-arquivístico desta documentação, que é de extrema importância no contexto da cena musical portuguesa de vanguarda. Este trabalho procura refletir sobre a importância da interdisciplinaridade entre duas áreas do conhecimento, em particular a musicologia e a arquivística, e demonstrar como a musicologia é útil ao tratamento técnico-arquivístico deste tipo de documentação referente a eventos musicais. Aqui são também expostos os contributos musicológicos no tratamento da documentação, destacando-se o modo como a musicologia auxilia a prática arquivística ao tornar a descrição da informação mais inteligível. Partindo da observação e da natureza da documentação dos Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, são discutidas algumas abordagens possíveis quanto aos procedimentos a ser adotados.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Histórica; Musicologia; Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea; Arquivos Gulbenkian; Fundação Calouste Gulbenkian.

ABSTRACT

The starting point of this article is a training internship that took place at the Gulbenkian Archives (AG) of the Calouste Gulbenkian Foundation (FCG), as part of the Postgraduate Course in Historical Archivistics in 2021/22, taught at the Universidade Nova de Lisboa — Faculty of Social and Humanities. The main purpose of this internship was to carry out the technical-archival treatment of the documentary series Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (EGMC) belonging to the FCG Music Service. In total, twenty-six editions of the EGMC occurred between 1977 and 2002, and all documentation is housed at the FCG. Until the date, no technical-archival treatment of this documentation had been carried out, the content of which is extremely important in the context of the Portuguese avant-garde musical scene. This work seeks to reflect on the importance of interdisciplinarity between two areas of knowledge, in particular musicology and archival science, and demonstrate how musicology is useful for the technical-archival treatment of this type of documentation that refers to musical events. Here, musicological contributions to the treatment of documentation are also exposed, highlighting the way in which musicology assists archival practice by making the description of information more intelligible. Based on the observation and nature of the EGMC documentation, some possible approaches are discussed regarding the procedures to be adopted.

KEYWORDS: Archival Science; Musicology; Gulbenkian Contemporary Music Meetings; Gulbenkian Archives; Calouste Gulbenkian Foundation.

1. Introdução

O presente artigo reflete sobre o trabalho realizado no âmbito de um estágio formativo nos Arquivos Gulbenkian (AG) da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), integrado na Pós-Graduação em Arquivística Histórica da Faculdade de Ciências Socias e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, colocando questões pertinentes sobre a necessidade da interdisciplinaridade entre musicologia e arquivística no tratamento de arquivos musicais de forma a melhorar a descrição de documentação musical. É importante salientar que se trata de uma temática ainda pouco estudada, mas sobre a qual julgo ser necessário refletir. Outro dos objetivos deste artigo é mostrar a importância do conhecimento musicológico para aprimorar a descrição de eventos no âmbito da música contemporânea.

Este estágio teve como principal objetivo fazer o tratamento técnico-arquivístico da Série Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (EGMC) que decorreram entre 1977 e 2002, pertencente ao Serviço de Música da Fundação e em depósito nos AG da mesma. Realce-se que se trata do arquivo administrativo dos Encontros de Música Contemporânea, nomeadamente toda a documentação que diz respeito à organização destes Encontros.

Ao longo do processo de descrição e indexação da documentação relativa aos EGMC procurei demonstrar a relevância da interdisciplinaridade entre duas áreas do conhecimento, a musicologia e a arquivística, para se compreender como a musicologia é útil ao tratamento arquivístico de documentação relativa a eventos musicais.

Em termos metodológicos e por forma a responder aos objetivos propostos procedi à:

1) identificação das unidades de instalação (Microfilmes e Pastas) e das unidades arquivísticas (Série, Processo, SubProcesso, Sub-SubProcesso);
2) visionamento dos microfilmes que continham documentação (relativa aos EGMC da primeira à nona edição);
3) digitalização dos microfilmes, selecionando os documentos relevantes para a descrição arquivística;
4) recolha e análise da documentação textual contida nas Pastas (décima e décima primeira Edições dos EGMC);
5) descrição da documentação e indexação da informação no Nyron (software utilizado nos AG);
6) elaboração de registos de autoridades para identificar: a) entidade(s) produtora(s); b) entidade(s) detentora(s); c) entidade(s) beneficiária(s)

/ requerente(s); c) entidade(s) agente / assunto (aquelas que interagem diretamente ou indiretamente); d) Eventos, obras;

7) estudo das referências bibliográficas dedicadas à musicologia e arquivos no contexto da música contemporânea para fundamentar como a musicologia auxilia a arquivística no que respeita à terminologia relativa a eventos musicais (festivais e afins);
8) leitura e estudo dos relatórios anuais da FCG, e outra bibliografia, para produzir conteúdos de comunicação sobre os EGMC (documento do mês).

Assim, para tratar a documentação dos EGMC fez-se uma descrição das tarefas realizadas e uma reflexão sobre o tratamento arquivístico adotado na FCG, procurando entender-se a tipologia da documentação, a sua história custodial, o tipo de documentação que foi eliminada, bem como compreender qual a informação que é pertinente descrever e indexar.

Ao longo do seu percurso histórico, a FCG integrou vários serviços: o Serviço de Museu, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, o Serviço de Projetos e Obras, o Instituto Gulbenkian de Ciência, o Serviço de Música, entre outros, alguns deles já extintos. A maioria da documentação ligada aos EGMC foi produzida no âmbito das atividades promovidas pelo Serviço de Música, logo o contexto da sua produção está diretamente relacionado com as atividades da FCG. No entanto, muitas vezes os próprios criadores ou instituições ligadas à produção de festivais de música contemporânea[1], quer nacionais, quer internacionais, solicitavam apoio ao Serviço de Música da FCG e, nesse sentido, é importante elaborar registos de autoridades para identificar as entidades produtoras que ajudaram à produção de determinados registos ou documentos. Assim, é possível fazer-se um mapeamento dessas entidades produtoras e contextualizar-se a produção dos documentos, registando a sua história, o contexto de criação, a atuação e extinção, além de poderem ser estabelecidas relações entre as várias autoridades (relação do concerto com o compositor, do músico com a obra musical, a relação entre os vários agentes envolvidos na produção dessa documentação), funções e arquivos.

Antes de começar o estágio, a equipa dos AG identificou e descreveu previamente registos fotográficos, programas e registos áudio (no caso

[1] Para uma melhor compreensão das práticas curatoriais na música contemporânea, que vão desde os estudos curatoriais até aos estudos de festivais e musicologia, consulte-se *Curating Contemporary Music Festivals* (2020), de Brandon Farnsworth.

específico, documentos em suporte de fita magnética analógica). No entanto, desconhece-se qual o conteúdo gravado nessas fitas magnéticas, uma vez que para se aceder a esta informação é necessário ouvir os suportes. Até à data, os AG não possuíam meios como o equipamento (em funcionamento) ou técnicos especializados. Por essa razão, a documentação dos EGMC foi parcialmente descrita e carece ainda de estudo e identificação, pois só deste modo será possível efetuar a descrição multinível completa destes Encontros.

Nos AG existem nove microfilmes e quarenta e sete pastas (dossiers) referentes aos EGMC e isto mostra que parte da documentação está disponível em suporte de papel. Um tratamento adequado da mesma implica fazer a descrição dos documentos simples e compostos e uma "radiografia" da série documental EGMC, a fim de relacionar e contextualizar a sua produção, seguindo-se a indexação (descrição documental) da informação com base num tesauro concebido especificamente para a FCG.

A base de dados utilizada pelos AG para a descrição e indexação da documentação é o Nyron, um sistema de gestão integrada cujo objetivo é apoiar a organização, manutenção e consulta dos AG, implementado na instituição em 2006. Os descritores inseridos no Nyron, e criados pelos arquivistas que colaboram com os AG, são genéricos por auxiliarem todos os serviços da FCG. A inserção de novos descritores só ocorre caso seja necessário e dependendo do tipo de documentação que aparece no contexto do tratamento técnico-arquivístico. Durante o tratamento técnico-arquivístico dos EGMC houve necessidade de criar novos descritores para clarificar a descrição da documentação.

Neste artigo, além da descrição dos passos efetuados para tratar a documentação administrativa referente aos EGMC, são ainda debatidos os contributos musicológicos no tratamento da mesma, nomeadamente a definição de questões terminológicas, o que reflete a importância da interdisciplinaridade entre a musicologia e a prática arquivística.

2. Arquivos Gulbenkian e tratamento do acervo documental da FCG

Para entender as práticas arquivísticas adotadas no tratamento do acervo documental da FCG, cuja história conta com mais de 60 anos de existência, é conveniente referir em que contexto surgem os AG, bem como as suas principais atividades e objetivos.

De acordo com o arquivista João Vieira (atual Diretor da Biblioteca de Arte e Arquivo da FCG), o acervo documental da FCG é constituído pelos arquivos que foram sendo criados pelos vários órgãos e serviços que a integram. Os arquivos documentam: a Fundação, as pessoas que nela trabalham e trabalharam, as atividades desenvolvidas direta ou indiretamente, os seus intervenientes e beneficiários; o Fundador e respectiva família, assim como os seus interesses pessoais e empresariais à escala global, os seus interlocutores e alguns momentos da sua vida privada.

Em 2003 começou a ser delineado um programa arquivístico para se efetuar o tratamento documental da FCG. Nesse mesmo ano é criado, na direta dependência do seu presidente e sob coordenação da Dra. Ana Paula Gordo (Diretora-Adjunta da Biblioteca de Arte), o Grupo de Trabalho para o Sistema Arquivístico da FCG. Na sequência da celebração do cinquentenário da FCG, foram desenvolvidos projetos arquivísticos cuja organização teve por base os seguintes objetivos:

1) Desenvolver os meios de gestão e suporte do sistema arquivístico da FCG: instalação de infraestruturas de suporte ao sistema arquivístico da Fundação; produzir normas e instrumentos de suporte à gestão do sistema arquivístico da Fundação;
2) Promover a conservação e comunicação desses conjuntos documentais melhorando o estado de controlo, organização e conservação dos conjuntos documentais gerados no âmbito de órgãos e serviços extintos.

Para o tratamento documental efetuaram-se as seguintes ações:

1 - Identificação e descrição arquivística em formato eletrónico, e de acordo com a ISAD-G, das unidades documentais aos seguintes níveis: no caso da documentação textual é efetuada do nível de topo ao nível do processo e suas subdivisões, inclusive; no caso dos desenhos, fotos e outro tipo de registos especiais, ao nível da peça;
2 - Indexação por assuntos de todas as unidades documentais objeto de descrição, utilizando:
a) O tesauro inscrito numa base de dados para representar, relativamente a cada caso documentado, o fim estatutário FCG em que se inscreve e o tipo de intervenção FCG; o objeto dessa intervenção; o sector de atividade; o âmbito geográfico;

b) O ficheiro de autoridade para o nome de entidades nas seguintes funções: intermediárias, orientadoras, beneficiárias/requerentes, assunto;
c) Diagnóstico preliminar ao estado de conservação físico da documentação;
d) Remoção de instrumentos metálicos de fixação;
e) Reacondicionamento da documentação em caixas de arquivo e, sempre que justificado, em capilhas *acid-free*.

A estratégia de tratamento documental utilizada pelo Grupo de Trabalho acima referido visava responder a necessidades específicas de conservação, controlo e recuperação documentais previamente diagnosticadas e avaliadas[2].

Quanto às práticas usadas atualmente no tratamento do acervo documental da FCG, e para melhor se entender a gestão interna desta instituição, deve ter-se em conta que:

"- Os AG são constituídos pelos arquivos gerados pelas diversas unidades orgânicas da FCG, assim como pelos arquivos do Fundador;
- Os AG organizam a documentação à sua guarda em "Arquivo do Serviço de Música, Serviço de Museu, etc."; "Arquivo de Calouste Gulbenkian de Londres", entre outros;
- A documentação dos EGMC pertence ao Arquivo do Serviço de Música, integrando o seu arquivo histórico;
- A descrição da documentação dos diversos arquivos segue o plano de classificação do serviço em causa. Os AG não efetuam planos de classificação para os Arquivos à sua guarda (como o Arquivo do Serviço de Música e restantes);
- De acordo com o plano de classificação do Arquivo do Serviço de Música, os EGMC constituem uma série dentro do mesmo;
- Os Arquivos Gulbenkian descrevem a documentação ao nível de arquivo (Sub-Arquivo, etc.); Série (Sub-Série, etc.); Processo (SubProcesso, etc.); Documento; Peça. Não é, porém, obrigatório a existência de todos estes níveis, i.e., um documento de nível Peça pode estar diretamente pendurado no nível arquivo;
- Os processos são indexados de acordo com um tesauro criado especificamente para a FCG;

2 Informação extraída a partir de um documento redigido por João Vieira, quando este ainda ocupava o cargo de Consultor da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível nos Arquivos Gulbenkian.

- As autoridades – produtora; detentora; beneficiária / requerente; agente / assunto; obra / evento – sempre que identificadas na documentação são descritas nos registos de descrição;
- Sempre que necessário são criadas entradas secundárias para os descritores (tesauro) e para as fichas de autoridade."[3]

A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição de direito privado e utilidade pública e, por isso, a sua gestão interna reflete-se na prática arquivística, assim como nas decisões que são tomadas relativamente ao uso de terminologia e gestão dos conteúdos.

3. Contextualização histórica da Série Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (EGMC)

A informação que existe sobre os EGMC (1977-2002) não ofereceu, nem do lado da musicologia, nem do lado da arquivística, pelo menos até ao momento, estudos consistentes sobre um momento da história da música em Portugal que foi decisivo para a criação de música contemporânea portuguesa. Essa escassez de informação deve-se ao facto de ainda não se ter procedido ao tratamento da documentação dos Encontros.

No que diz respeito às fontes existentes e relativas a todas as edições dos EGMC, existem: descrições gerais dos programas dos concertos; registos fotográficos e registos áudio (e.g., fita magnética — embora estes registos tenham sido descritos com base na informação existente nas caixas dos suportes e nos próprios suportes, pois até à data não foi possível ouvir as gravações); relatórios anuais da FCG, que descrevem toda a atividade da instituição e são uma fonte essencial sobre os EGMC (pois incluem uma secção mais detalhada sobre as atividades do Serviço de Música e aí pode ler-se a temática de cada encontro em edição dos EGMC), assim como as principais personalidades envolvidas (maestros, intérpretes, compositores, etc.) e as obras apresentadas. Outra fonte relevante é o livro intitulado *Fundação Calouste Gulbenkian: Cinquenta Anos: 1956–2006*, coordenado por António Barreto (2007), no qual consta uma secção dedicada aos EGMC, embora este se baseie na informação dos relatórios anuais da FCG, que são a fonte mais direta. O facto de a documentação não ter sido ainda tratada impede que se conheça outro tipo de informação

[3] Informação facultada pela arquivista Mafalda Aguiar dos Arquivos Gulbenkian, em e-mail enviado a Filipa Magalhães no dia 19-09-2023.

útil sobre os EGMC, nomeadamente a proveniente dos críticos de música ou outras personalidades influentes da época que nem sempre são referidos nos relatórios anuais. Seria também importante fazer uma comparação com outros festivais de relevo que decorreram na Europa no mesmo período, para compreender aspetos da organização, compositores e personalidades mais representativas, o que permitiria posicionar os EGMC no contexto internacional.

No que respeita ao percurso da documentação dos EGMC, tal como acima referido, historicamente esta tem sido produzida no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Música e, por isso, a documentação pertence a este Arquivo.

A FCG teve, desde a sua fundação, uma enorme importância no incentivo à criação musical contemporânea, estudo e preservação do património português, edição bibliográfica e discográfica. Para contextualizar o advento dos EGMC, é útil esclarecer que estes surgem por iniciativa de Luís Pereira Leal, à época o Diretor do Serviço de Música, e inicialmente designavam-se por Encontros de Música Gulbenkian. Pereira Leal sucede a Madalena de Azeredo Perdigão logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Entre 1977 e 2002, a FCG passa a promover anualmente os Encontros de Música Contemporânea que, a partir de 1982, devido à popularidade que adquirem, passam a designar-se por Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (EGMC). A edição desses Encontros era anual, tinha a duração de aproximadamente duas semanas e decorria ao longo dos meses de junho e julho. Pereira Leal, juntamente com Carlos de Pontes Leça, o diretor-adjunto da época, concretizaram um projeto pioneiro em Portugal materializado durante mais de duas décadas em vinte e seis edições, à semelhança do que se passava na Europa com outros festivais de música contemporânea análogos e de relevo como, por exemplo, os Festivais de Royan, La Rochelle, Metz ou Donaueschingen. A Fundação apoiava estes festivais, que eram beneficiários de apoios regulares no âmbito da criação musical, cuja dinâmica Pereira Leal e Pontes de Leça bem conheciam[4].

A programação dos EGMC incluía obras de compositores contemporâneos de notoriedade internacional, que se tornaram assíduos destas edições; entre eles destacam-se: Luciano Berio, Pierre Boulez, John Cage, Elliot Carter, Mauricio Kagel, György Ligetti, Bruno Maderna, Olivier Messiaen, Luigi Nono,

4 Informação extraída do *Documento do Mês Junho de 2022* (p. 3). No final do próprio documento, é referido o seguinte: "*Documento do Mês* é uma nota de divulgação produzida pela Biblioteca de Arte e Arquivos Gulbenkian com o objetivo de destacar e dar a conhecer, junto dos colaboradores desta casa, e de uma forma simples e direta, os conteúdos dos arquivos e os legados histórico-culturais do Fundador e da Fundação" (p. 9). Como descrito na nota editorial, trata-se de um documento interno ao Arquivo, apenas para os colaboradores do mesmo e não acessível ao utilizador.

Steve Reich, Karlheinz Stockhausen, Toru Takemitsu, Edgard Varèse, Iannis Xenakis, entre outros. Também a produção nacional marcou a programação dos EGMC e muitos compositores portugueses foram incentivados a compor por via da encomenda e da concretização das respetivas primeiras audições, tais como, por exemplo, Luís Filipe Pires, Constança Capdeville, Jorge Peixinho, José Lopes e Silva, Clotilde Rosa, Emmanuel Nunes, Álvaro Salazar, Cândido Lima, António Pinho Vargas, João Pedro Oliveira e João Rafael.

Algumas obras foram apresentadas em primeira audição absoluta, destacando-se: *Esboços para um Stabat Mater* (1981), *Double* (1982) e *Take 91* (1991) de Constança Capdeville; *Mémoires... Miroirs* (1980), *Concerto de Outono* (1984) e *Concerto para harpa e conjunto instrumental* "Concert--Hino" (1995) de Jorge Peixinho; ou *Ruf* (1982), *Vislumbre* (1986) e *Quodlibet* (1991), de Emmanuel Nunes, um dos compositores portugueses com presença mais assídua nas várias Edições dos Encontros.

Os EGMC tinham como intuito proporcionar ao público e aos artistas portugueses uma panorâmica ampla e diversificada das tendências estéticas da música erudita da época, através da audição e do comentário das obras mais representativas em concertos, espetáculos de teatro musical, conferências e colóquios com os compositores, com o objetivo de os aproximar do público (Pires et al., 2018, p. 2). A programação dos EGMC centrou-se, na maioria das suas edições, em torno de compositores impactantes pela sua qualidade, novidade, posicionamento histórico e prestígio internacional e que são atualmente consideradas figuras imprescindíveis da cena musical contemporânea europeia, sobretudo após a década de 50 do século XX. Os EGMC foram um ponto de viragem na cultura musical contemporânea em Portugal e no estrangeiro. Desde então, não só os compositores portugueses começaram a deslocar-se a outros países para colaborar com compositores e músicos proeminentes, noutros festivais, cursos (como os Cursos de Verão de Darmstadt[5], muito importantes para a disseminação da música contemporânea europeia), estúdios, etc., como também Lisboa recebe e atrai, através da FCG, compositores e músicos estrangeiros de renome.

Apesar de a história da produção documental dos EGMC estar relacionada, essencialmente com a organização administrativa das várias edições dos mesmos, ela permite-nos refletir sobre a relevância daqueles para a história da música em Portugal.

---

5 A propósito destes cursos, consulte-se artigo de Dörte Schmidt (2018) dedicado às estratégias arquivísticas utilizadas no Internationales Musikinstitut Darmstadt (IMD), arquivo dedicado à documentação deste relevante evento no contexto da música contemporânea pós-1950.

4. Tratamento arquivístico da documentação dos EGMC

4.1. Uma aproximação a um plano de classificação

O tratamento da documentação dos EGMC teve início durante o estágio formativo acima referido. As tarefas definidas para o plano de formação previam a realização do(a): 1) estudo orgânico-funcional da documentação; 2) estudo da sua história administrativa e custodial; 3) identificação das unidades de instalação e das unidades arquivísticas; 4) descrição e indexação da documentação no Nyron; 5) elaboração de Registos de Autoridade [e.g., entidade(s) produtora(s) ou agente / assunto]; 6) produção de conteúdos de comunicação sobre os EGMC: Documento do Mês (DM)[6].

O tratamento técnico-arquivístico da documentação possibilitou a identificação, análise, compreensão e representação das unidades e dos contextos documentais, bem como dos processos, métodos e agentes responsáveis pela produção e transformação da documentação dos EGMC; a elaboração de registos de autoridade de obras ligadas à FCG, indicando na sua estrutura: o Título; a Subdivisão; as Datas; a Descrição (que inclui Características, Responsáveis, Contexto, Estreia Absoluta, Fonte); Sector de Atividade; o estabelecimento de Relações entre Registos de Autoridade para auxiliar a descrição e indexação na base de dados da FCG; a produção de conteúdos de comunicação sobre os EGMC para construir um percurso histórico da documentação.

Trata-se de documentação administrativa pertencente ao Arquivo do Serviço de Música que reflete toda a troca de informação entre o Serviço e os agentes envolvidos na produção dos EGMC. Nesta documentação encontra-se essencialmente: correspondência entre agentes, artistas ou profissionais e o Serviço de Música da FCG relativamente à organização e realização dos concertos; despesas (faturas e recibos) referentes a pagamentos de *cachet*, alojamento, viagens e ajudas de custo; atribuição de apoios a alunos e professores de conservatórios e escolas de música para assistir aos EGMC;

6 O Documento do Mês referente a junho de 2022 foi dedicado aos EGMC (1977-2002), pois a primeira edição dos mesmos havia decorrido há quarenta e cinco anos. Para a elaboração deste documento recorreu-se à documentação existente nos Arquivos Gulbenkian sobre os Encontros e foram recolhidos alguns dos testemunhos mais relevantes no contexto musical português e europeu. O documento foi elaborado por Filipa Magalhães, na sequência do seu estágio formativo nos Arquivos Gulbenkian, e revisto por João Vieira, Diretor da Biblioteca de Arte e Arquivos. Consulte-se Magalhães (2022a).

convites a personalidades influentes no meio (como críticos de música e musicólogos) no âmbito da música contemporânea, incluindo o pagamento de viagens e alojamento; aquisição de serviços, materiais e equipamentos a fornecedores, compreendendo a elaboração das notas explicativas dos concertos (programas); conceção, fornecimento e distribuição de cartazes; aluguer de materiais para montagem/instalação de equipamentos e instrumentos; contratos com agentes, músicos e maestros para a realização dos concertos; pedidos de reservas em hotéis; pedidos de informação sobre espetáculos por parte de pessoas interessadas nos mesmos.

Quanto à tipologia dos documentos, existem: programas; folhas de sala; fotografias diversas (de concertos, espetáculos, congressos, *workshops*, entrevistas, etc.); gravações em fita magnética; cartas entre os compositores e o Serviço de Música sobre descrições das obras (partituras com indicações dos compositores, esquemas relativos a aspetos técnicos); contratos com os músicos, maestros, solistas; cartas com informações sobre *cachet*, viagens, alojamento; convites a personalidades influentes no seio da música contemporânea; outros documentos relacionados com a organização dos Encontros.

4.2. Procedimentos arquivísticos

As tarefas referidas no ponto anterior realizaram-se em simultâneo desde o início do estágio, uma vez que estão todas interligadas entre si. A documentação dos primeiros EGMC é microfilmada[7] (da primeira à nona Edição) e a restante documentação é em suporte de papel e está armazenada em Pastas (da 10.ª à 26.ª Edição). O início do estágio decorreu de 7 de março a 7 de abril de 2022, período no qual apenas foi descrita e indexada a documentação contida nos microfilmes. Quando se analisaram os documentos microfilmados, verificou-se que muita da documentação foi eliminada em comparação com a documentação que havia nas Pastas (ver Figura 1, Anexo 1) e que não passou por qualquer processo de eliminação, tal como será explicitado mais adiante.

[7] À semelhança do que acontecia com outras instituições, nos anos 80 do século XX, a FCG recorreu à microfilmagem para salvaguardar a documentação que considerava relevante e que se prendia com a atividade e envolvimento da FCG em determinados eventos. A documentação selecionada era microfilmada e a seguir eliminada, esta era uma decisão de cada serviço. No entanto, a documentação que não foi sujeita à microfilmagem foi mantida e guardada em pastas, respeitando o princípio da ordem original.

De seguida, procedeu-se à identificação das unidades de instalação (Microfilmes e Pastas) e das unidades arquivísticas (Série, Processo, SubProcesso, Sub-SubProcesso), designações usadas pelos arquivistas da FCG. O Nyron é a base de dados utilizada pelos AG para fazer a descrição multinível de acordo com a norma ISAD(G), embora com algumas adaptações. Segundo as diretivas da FCG, o Arquivo do Serviço de Música é considerado ele mesmo um arquivo e a este podem ser associadas unidades arquivísticas de nível Série. Um documento de nível Peça pode estar diretamente fixado no nível arquivo (Serviço de Música). Portanto, caso um tipo de documento não se enquadre em nenhuma Série em particular, este pode ser diretamente associados ao Arquivo do Serviço de Música. Assim, dentro do Serviço de Música foi criada a Série Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (Anexo 2) e debaixo desta criaram-se os vários processos 'I Encontros de Música Contemporânea, [1977]' (respeitando a informação tal como aparece escrita no próprio documento) e assim sucessivamente. É importante realçar que a organização da documentação no microfilme não está ordenada de forma coerente, mas optámos por manter essa organização para respeitar a ordem original. Até ao dia 7 de abril de 2022, foram criados nove registos, dos quais um de nível Série e oito de nível Processo e a criação dos Processos foi sendo atualizada e alimentada à medida que se procedeu à análise da documentação. A tarefa 'Descrição e indexação da documentação no Nyron' foi feita de acordo com as informações que essa mesma documentação nos transmitia. A elaboração de Registos de Autoridade ocorreu em três contextos diferentes e tinha como principal intuito contribuir para alimentar o tesauro respeitante às entidades. Assim, foram criadas 22 Entidades Singulares (compositores, artistas, tradutores) e cinco Entidades Coletivas (agrupamentos musicais, instituições) e dez Obras e Eventos (inserção da informação contida nos programas dos EGMC a partir da primeira edição). Nas Entidades Singulares, procedeu-se ao preenchimento dos seguintes campos: Apelido e Nome, Data (seguindo as Regras Portuguesas de Catalogação), Profissão, Nome profissional, a História Biográfica (que inclui uma breve biografia extraída a partir de uma fonte eletrónica fidedigna com a devida referência), Nacionalidade e Sector de Atividade (Música, Cultura e Humanidades), etc., considerando o vocabulário que faz parte dos descritores definidos pela própria instituição. Nas Entidades Coletivas, preencheram-se os campos: Nome (título maiúsculo), Datas, Tipo de Entidade (e.g., agrupamento artístico), História Administrativa (breve descrição da história de criação do agrupamento), Nacionalidade e Sector de Atividade. Para as Entidades Obras e Eventos foram criadas fichas de autoridade com o intuito de agregar outras fichas de autoridade relacio-

nadas com as atividades diretas da FCG que acontecem ao longo do tempo, no caso concreto as várias edições dos EGMC. A estrutura da ficha de autoridade de Obras e Eventos inclui os campos (de acordo com as normas instituídas pela FCG): Título (em letra maiúscula são descritos os intervenientes ou o agrupamento), Subdivisão (e.g. concerto ou espetáculo), Datas, Descrição (fazendo-se a descrição integral do programa), Sector de Atividade (consulte-se Anexo 6 relativo a algumas das Entidades elaboradas). Muitas vezes, foi necessário proceder a atualizações, pois nem sempre o programa (dos EGMC) correspondia àquilo que de facto acontecia, uma vez que no decorrer dos Encontros procediam-se a alterações. Por exemplo, faltavam solistas que por serem pertinentes acabaram por ser indexados.

Quanto às conexões, estabeleceram-se relações entre solistas e obras (sobretudo encomendas da Fundação ou obras subsidiadas pela mesma), agrupamento e concerto, ou entre concerto, colóquio/seminário e compositor, ou outros. Todas as autoridades (singulares, coletivas) podem ter entradas secundárias e, quando necessário, as Entidades Obras e Eventos aparecem em dois níveis diferentes: principais e secundários. Por exemplo, a compositora Constança Capdeville adotou este nome como artístico (nível secundário), mas o seu nome de registo é Agustina Capdevilla Moreno (nível principal); assim, ambos estão associados por uma relação de equivalência para facilitar a pesquisa na base de dados. Portanto, paralelamente à criação de Entidades (singulares, coletivas e obras e eventos), até à data foi atualizada informação relacionada com nacionalidades, sectores de atividades, biografias, datas, etc., não só a partir da documentação, mas também pelo meu conhecimento na área da musicologia que permitiu compreender algumas incongruências, nomeadamente quanto à composição das obras (e.g., como compreender quando uma fita magnética é parte integrante da obra ou quando um agrupamento exerce uma determinada função na obra, ou seja, informação que não é evidente nos programas), contribuindo também para ampliar os descritores.

A metodologia de descrição arquivística sofreu ligeiras alterações dos Microfilmes para as Pastas. Em ambas as situações, os EGMC correspondem a uma Série e cada Edição dos Encontros (primeira de 1977, segunda de 1978, terceira de 1979 e assim sucessivamente) corresponde a um Processo (Anexo 3). Para ambas as unidades de instalação, quer Microfilmes quer Pastas, são preenchidos os mesmos campos: Entidade agente/assunto por apelido (para pessoas); Entidade agente/assunto por nome (para instituições); Obras e Eventos, entre outros (consultar Anexo 6); são também criadas ligações com outra documentação relacionada, nomeadamente programas e registos fotográficos e áudio (Anexo 2).

No caso dos Microfilmes, dado que a sua visualização é morosa, os AG adotam como prática a digitalização de cada microfilme em PDF. Este é inserido no Nyron (identificando-se com o mesmo número de identificação do microfilme), de modo a ligar o documento em formato PDF ao respetivo registo. Não se procede do mesmo modo com a documentação textual (Pastas) porque esta não está digitalizada. No entanto, sempre que se efetuam digitalizações de documentos, estes são também ligados ao registo correspondente no Nyron.

Na documentação textual (Pastas), cada edição dos EGMC é considerada um Processo. A descrição a nível de SubProcesso depende da documentação e das práticas internas dos AG. No caso dos EGMC, houve necessidade de se proceder a uma descrição em Subprocesso (Anexo 4): Pasta 1 – Informação, Notas, Diversos; Pasta 2 – Concertos; o SubProcesso 'Concertos' (Anexo 4) é ainda dividido em Sub-SubProcesso[8] (Anexo 5), que corresponde a cada concerto [e.g., *Ámen para uma Ausência*, Constança Capdeville (1986) e assim sucessivamente]. Em cada SubProcesso, volta a descrever-se toda a informação que interessa para a organização ou realização do concerto, nomeadamente através da indexação dos principais intervenientes (músicos, maestros, promotores, editores, compositores, etc.) que são referidos com frequência e cuja informação é relevante para a FCG, fazendo-se sempre um resumo do tipo de assunto abordado na documentação (ver Anexo 4). As obras indexadas são apenas aquelas referidas na documentação e que foram encomendas ou estreias absolutas da FCG, o que corresponde novamente a uma decisão interna dos AG.

Após a descrição e indexação no Nyron, cada separador é colocado em capilhas *acid-free* e fechado com uma fita de algodão. É feito um laço, comumente designado pelos arquivistas, de "nó de arquivista" (ver Figura 2, Anexo 1). De seguida, as capilhas são acondicionadas em caixas de arquivo *acid-free* para depois ingressarem no depósito climatizado[9].

Nesta documentação encontra-se correspondência entre agentes, artistas ou profissionais e o Serviço de Música da FCG que relata questões relativas à organização e realização dos concertos; despesas (faturas e recibos) referentes a pagamentos de *cachet*, alojamento, viagens e ajudas de custo e, ainda, atribuição de apoios a alunos e professores de conservatórios e escolas de música para assistir aos EGMC; convites a personalidades influentes no meio

8 Terminologia adotada pelos arquivistas da FCG.

9 Relativamente aos depósitos, nos AG existem: o depósito semifrio com temperatura de 16 graus e humidade relativa de 40%; e o depósito frio (fotografias cor, diapositivos, negativos e outros materiais) em que a temperatura é de 5 graus e humidade relativa também de 40%. Fonte: Pedro Godinho, colaborador dos AG, em resposta ao autor por *e-mail* no dia 26 de janeiro de 2023.

(como críticos de música e musicólogos) no âmbito da música contemporânea, incluindo o pagamento de viagem e alojamento; aquisição de serviços, materiais e equipamentos a fornecedores, incluindo a elaboração das notas explicativas dos concertos (programas); conceção, fornecimento e distribuição de cartazes; aluguer de materiais para montagem/instalação de equipamentos e instrumentos; contratos com agentes, músicos e maestros para a realização dos concertos; pedidos de reservas em hotéis; pedidos de informação sobre espetáculos por parte de pessoas interessadas nos mesmos. Esta é *grosso modo* a documentação que está conservada nas Pastas, pelo menos até à décima primeira Edição dos EGMC, que ainda foi descrita e indexada.

A partir da análise da documentação pôde perceber-se como cada Edição dos EGMC foi planificada, assim como os principais envolvidos nos EGMC e as figuras mais representativas; as obras que foram tocadas, nomeadamente em primeira audição ou estreia absoluta; a constituição e instrumentação dos *ensembles*; os agentes envolvidos (empresas, instituições, etc.); as principais tendências estéticas; os meios tecnológicos mais utilizados; e o impacto dos EGMC na cena musical contemporânea portuguesa, incluindo o público. No tratamento desta documentação optou-se por

> "[...] estudar o processo que faz do arquivo histórico o ponto de chegada: a produção e gestão de informação [organizacional] no passado, como fazem os gestores de informação de hoje: origens, fluxos, lógicas, representações, comunicação intra e inter-institucional. Parte-se da reconstrução do universo, ou do panorama, de produção de informação e posterior documentalização, tendo-o em conta em si: tanto para a análise histórica global, como para avaliar de forma correta "o que restou", não o absolutizando." (Rosa, 2017, p. 573)

Segundo os relatórios do Nyron, cujos registos são gerados automaticamente pelo sistema, no decorrer deste estágio formativo efetuaram-se os seguintes registos (ver tabela abaixo e Anexo 7):

Relatórios NYRON	
Relatórios de Autoridades	Relatórios de Descrição
76 registos de entidades singulares	Série - 1
12 registos de entidades coletivas	Processos - 10
16 registos de entidades obras e eventos	SubProcesso - 10
	Sub-SubProcesso - 22

4.3. Reflexões sobre práticas arquivísticas

No que respeita ao estudo orgânico-funcional e ao estudo da história administrativa e custodial, procurou compreender-se o contexto do surgimento dos EGMC dedicados à música contemporânea, pois até 1976 todo o repertório musical era maioritariamente canónico[10] e só muito esporadicamente se incluíam obras de música contemporânea. A partir de 1977, assiste-se a uma mudança de paradigma relativamente à programação, uma vez que a FCG passou a dedicar cerca de duas semanas da sua programação exclusivamente à música contemporânea, integrando os géneros da música eletroacústica[11], o teatro-música[12], entre outros. A FCG pretendia divulgar a produção nacional, considerando os EGMC como a mais representativa produção musical em Portugal. Possivelmente a FCG estava a acompanhar as tendências europeias, trazendo as inovações que se apresentavam em festivais como Darmstadt, Burges ou Berlim.

No início do estágio formativo, eu tinha interesse em entender, através da documentação, quais as principais motivações para a criação destas duas semanas exclusivamente dedicadas à música contemporânea, que se tornaram depois os EGMC; porém, ao observar os documentos a informação não era explícita. Dessa documentação constavam essencialmente Notas de

---

10 Repertório tocado com mais frequência, por exemplo, oratórias de Bach ou sonatas para piano de Mozart ou Beethoven, entre outras, daí a designação de canónico, por ser repertório com o qual o público estava mais familiarizado. Houve uma fase de descentralização, em que a orquestra se deslocava de Lisboa para tocar noutras cidades do País, mas quase sempre apresentando repertório canónico.

11 Música que combina instrumentos musicais acústicos e tecnologias eletrónicas (e.g., fita magnética, computador e outras, isto é, fontes sonoras geradas por meios eletrónicos que podem ou não ser manipuladas). A música eletroacústica surge na Europa após os anos 50 do século XX, e consoante o processo utilizado pode ser designada como música eletrónica, música concreta, música acusmática, música para computador, etc. Para mais informações sobre como arquivar, preservar e reinterpretar música eletroacústica e música para computador, consultar o número especial intitulado "Archiving" da revista *Array* dedicado a estas problemáticas, cuja edição esteve a cargo de Miriam Akkermann (2020).

12 O género performativo teatro-música surge após a Segunda Guerra Mundial como resultado de experiências revolucionárias a nível da linguagem musical. Desde essa altura, o teatro-música passou por múltiplas e significativas transformações e ajudou a repensar experimentalmente as tradições teatrais, os géneros artísticos, as convenções da performance e a relação do compositor com a sociedade. Na Europa, compositores como Luciano Berio, Bruno Maderna, Mauricio Kagel, Sylvano Bussotti, Dieter Schnebel, György Ligeti, Luigi Nono e outros, e em Portugal Constança Capdeville, estão associados às produções de teatro-música. Estas combinam diversas expressões artísticas como a música, o teatro, a dança, o cinema, e recorrem a elementos de naturezas distintas (música, cenários, movimento, texto, eletroacústica, imagem, adereços, figurinos, luz), resultando em criações originais quase subversivas por explorarem técnicas e práticas não-convencionais a nível performativo (Magalhães, 2020, p. 278).

Serviço (correspondência entre serviços) ou Informações de Serviço (quando um determinado serviço pretende corresponder-se com a administração). Entre 1977 e 1978 decorreram as primeira e segunda Edições dos EGMC. Nos relatórios da FCG relativos a esses dois anos, na parte referente ao Serviço de Música, encontra-se uma nota que indica que estas primeiras edições incidiram sobre a música de vanguarda ibérica, italiana e francesa. Ainda na fase inicial do estágio, analisei a documentação contida nos microfilmes e encontrei programas, despesas, subsídios, aquisição de material ou comunicação, isto é, ações administrativas que a FCG desenvolvia visando auxiliar a produção dos EGMC. Sobre a primeira Edição dos Encontros a documentação é reduzida; a segunda Edição nem consta do microfilme; e sobre a terceira Edição encontramos outro tipo de documentação, embora só a partir da nona Edição dos EGMC surja documentação mais variada, possivelmente porque os Encontros passaram a ter maior destaque. Nesta nona Edição já se encontram contratos feitos com músicos, maestros, agrupamentos musicais, subsídios da Fundação, ajudas de custo a intérpretes ou compositores, *design* de cartazes, custos para cobertura de meios de comunicação, imprensa, entre outros. Comparando a documentação mais escassa das primeiras Edições dos EGMC e a documentação mais extensa que surge a partir da nona Edição, constata-se que as primeiras Edições passaram por um processo de eliminação documental.

Na década de 80 do século XX, a microfilmagem era a técnica adotada pela FCG para conservar a documentação. Este tipo de suporte é extremamente resistente, mas não muito prático para manusear, pois tal como referido acima, o processo de consulta é moroso e não permite fazer pesquisa por palavras. Também a criação dos PDFs tem de ser feita documento a documento, além de a imagem do microfilme ter de ser quase sempre otimizada para ficar legível, logo esta é uma tarefa que consome muito tempo. Para poder ler os microfilmes e digitalizar documentos, a FCG adquiriu uma máquina cujo modelo é ScanPro 3000 e o fornecedor é e-ImageData (ver Figura 3 do Anexo 1).

A consulta na unidade de instalação Pastas foi mais simples, pois cada Pasta contém um índice, para além de haver separadores ordenados por ordem alfabética[13], facilitando a consulta da informação. Tal como anterior-

[13] Os índices que se encontram nas pastas são, no fundo, índices onomásticos (de entidades, individuais ou coletivas) ordenados alfabeticamente, que remetem para a documentação de determinado concerto. Dentro de cada Edição dos EGMC, documentação contida nas pastas, com exceção das informações gerais (Informações e Notas de Serviço, Recortes de Imprensa, etc.), a documentação encontra-se organizada por evento/concerto e dentro dessa por entidades (ordem alfabética) que

mente referido, no caso das Pastas nenhuma documentação passou pelo processo de eliminação, ao contrário dos microfilmes que foram alvo de um processo de avaliação, seleção e eliminação documentais. A avaliação, seleção e eliminação documentais são práticas arquivísticas às quais se recorre sempre que necessário, uma vez que não é viável salvaguardar tudo.

Ainda relativamente à documentação das Pastas, após um diagnóstico preliminar do seu estado de conservação físico, observou-se que, de um modo geral, os documentos estão em bom estado de conservação, bem armazenados e acondicionados a uma temperatura adequada[14]. Apenas alguns documentos em folha de papel vegetal apresentam vincos, os quais foram minorados pois o papel foi esticado com cuidado. Alguns documentos têm instrumentos metálicos de fixação, nomeadamente agrafos, que nem sempre foi possível remover e substituir, sob risco de causar danos ao documento.

5. Contributos musicológicos para o tratamento da documentação

Para dar início ao debate sobre o modo como a musicologia pode auxiliar a arquivística, cito uma frase de um artigo cujo título começa com uma provocação "What Does Musicology Have to Do With Archiving? [...]" (2020):

> "[…] a ausência de um discurso sobre práticas de arquivo em música experimental feita por compositores-construtores-intérpretes pode ser complementada olhando para o conhecimento prático e atitude em relação ao arquivamento por parte dos mesmos compositores--construtores-intérpretes, dando perspetivas às questões que colocamos: Como assumir responsabilidade, como musicólogos, para aquele espaço liminar e crítico em que a produção de um compositor--construtor-intérprete passa da administração do seu criador para uma nova fase incerta? Como, como musicólogos, podemos facilitar esta transição? Que conhecimento temos que produzir para melhor colaborar com todos os agentes envolvidos, o que inclui não apenas

contribuíram e/ou com quem o Serviço de Música se relacionou na organização do evento/concerto. Esse tipo de organização é da responsabilidade do Serviço de Música que produziu/acumulou essa documentação, remetendo-a para o arquivo posteriormente. Fonte: Pedro Godinho, colaborador dos Arquivos Gulbenkian, em resposta ao autor por *e-mail* no dia 26 de janeiro de 2023.

14 Esta documentação dos EGMC está instalada no depósito semifrio, com temperatura de 16 graus e humidade relativa de 40%.

> atores humanos como também criadores, herdeiros, arquivistas, curadores, museólogos, futuras gerações de musicólogos e intérpretes, mas também instrumentos?"[15] (Bertolani et al., 2020, p. 113)

Comentando a frase acima, pode dizer-se que o contributo da musicologia se torna necessário por facilitar a identificação de documentos que, por vezes, contêm especificidades da área da música que são mais facilmente descortinadas por especialistas em musicologia, tendo em conta que trabalhar a memória é produzir conhecimento. Além disso, pelo seu conhecimento histórico e musicológico dos aspetos ligados à música contemporânea, o musicólogo mais facilmente identifica os principais agentes envolvidos, compreende os conceitos e a terminologia, estabelecendo ontologias das relações existentes entre as várias entidades envolvidas nas produções de música contemporânea e ampliando os descritores já existentes que alimentam o tesauro da FCG. Tudo isto favorece a construção do percurso histórico da documentação permitindo também posicionar os EGMC na cena da vanguarda musical em Portugal.

No tratamento da documentação identificaram-se algumas lacunas. Do ponto de vista arquivístico, é dada pouca atenção a documentação que, por vezes, pode ser útil a estudantes, investigadores ou outros interessados como, por exemplo, esboços relativos a espetáculos com informações sobre disposições em palco/montagem, nomeadamente de sistemas multicanais, ou outros que se referem à conceção das obras em concreto. Assim, seria interessante que o resumo descritivo fosse mais completo para servir melhor o utilizador. Outro aspeto que se pode apontar como uma falha é o facto de o Serviço de Música ter feito encomendas a compositores e não lhes ter exigido um exemplar da obra encomendada (partitura/guião do espetáculo, gravação ou outra documentação relevante sobre a obra). Este teria sido um aspeto essencial à investigação, porque alguma dessa informação já se encontra perdida e há dificuldades em identificar a proveniência destes arquivos, muitos deles pessoais e fora de instituições. Claro que conhecendo os agentes, temos a possibilida-

[15] Fonte original "[…] the absence of a discourse on archival practices in experimental music made by composer-builder-performers might be complemented by looking into the practical knowledge of and attitude toward archiving of the same composer-builder-performers, providing vistas into these questions we started with: How to take responsibility, as musicologists, for that liminal and critical space in which the output of a composer-builder-performer moves from the stewardship of its creator to an uncertain new phase? How, as musicologists, can we facilitate this transition? What knowledge do we have to produce to better collaborate with all actors involved, which includes not only human actors such as creators, heirs, archivists, curators, museum workers, future generations of musicologists, and performers, but also instruments?". Tradução do autor.

de de os localizar, mas quando se trata de arquivos pessoais a sua custódia pode trazer outros problemas. De facto, o Serviço de Música arquiva algumas partituras de obras tocadas pelo Coro e Orquestra Gulbenkian, mas essencialmente de repertório canónico e não obras do período em que decorreram os EGMC. Isso seria fundamental, pois são estas que apresentam mais problemas de preservação, não apenas porque a documentação se encontra dispersa por várias entidades, mas também por compreenderem meios tecnológicos perecíveis e por trazerem desafios do ponto de vista musicológico e arquivístico quanto às relações entre os documentos para produzir uma performance. No que respeita a compositores ou agrupamentos portugueses, há pouca circulação da correspondência entre estes e o Serviço de Música, nomeadamente no que diz respeito a Constança Capdeville (ColecViva), Jorge Peixinho (Grupo de Música Contemporânea de Lisboa – GMCL), Álvaro Salazar (Oficina Musical) e outros, possivelmente porque estes tinham um contacto privilegiado e mais direto com a direção do Serviço de Música e combinavam muitas questões relacionadas com a organização dos espetáculos por telefone. Há diversos documentos em que só se encontra a indicação sobre o valor de pagamento de *cachet* e o recibo. Um outro contributo musicológico, mas também da arquivística histórica, seria a localização desta documentação junto dos arquivos pessoais desses compositores ou agrupamentos, para perceber se existe alguma correspondência mais consistente entre estes e o Serviço de Música da FCG. Ainda em relação aos contributos musicológicos, tal como anteriormente referido, houve necessidade de acrescentar novos descritores ao tesauro devido ao tipo de informação que foi aparecendo, por exemplo, os descritores "Intérprete" e "Teatro-música"[16]. Como não ficaram concluídas a descrição e a indexação da Série EGMC, não houve necessidade de acrescentar outros descritores. Tal teria sido seguramente necessário se o tratamento documental desta Série tivesse tido continuidade.

Por fim, seria também fundamental ouvir e analisar os registos áudio (gravações em fita magnética) que existem nos AG sobre os EGMC, num contexto musicológico, não só para confirmar se a informação descrita nas caixas das fitas está em conformidade com o que está gravado, mas também para se poderem estudar as obras apresentadas nos EGMC. Muitas das gravações áudio são registos únicos dos espetáculos. A partir destes é pos-

16 Um género musical performativo que surge em Portugal a partir de 1970 e que foi bastante representado nos EGMC, incluindo obras em estreia absoluta interpretadas por grupos específicos de Teatro-música, como, por exemplo, o ColecViva, dirigido por Constança Capdeville, ou o conjunto Teatromusica, dirigido por Marcello Panni. No entanto, este género acabou por ficar praticamente circunscrito a esse período.

sível compreender aspetos relacionados com processos criativos das obras e, ainda, entender os processos de gravação utilizados na época, isto é, o seu contexto histórico.

6. Potencialidades da documentação para estudos futuros no âmbito da musicologia

A documentação dos EGMC (1977-2002) é bastante peculiar, pois trata de música muitas vezes designada como experimental, *avant-garde* ou simplesmente música contemporânea, podendo incluir notação idiossincrática e não-convencional, mas que tem tanta relevância para a *performance* quanto a partitura num sentido convencional. Trata-se de música que inclui meios tecnológicos e outros artefactos como, por exemplo, suportes de fita magnética analógica ou objetos que produzem som (relógio de cuco, campainhas).

Quanto aos suportes de fita magnética, estes são suportes de armazenamento extremamente frágeis e com uma expectativa de vida curta, o que afeta sobremaneira a preservação de obras que compreendem este tipo de meios. Portanto, as fitas magnéticas devem ser preservadas (através da digitalização do meio analógico para o meio digital), uma vez que são testemunhos cruciais dos meios eletrónicos utilizados numa época particularmente inovadora da vanguarda da música experimental em Portugal, além de conterem conteúdo essencial para a performance da obra (e.g., obras compostas no contexto da música eletroacústica). Assim, a documentação de composições que incluem diferentes meios, como gravações em fita magnética e outros, apresenta-se como um verdadeiro desafio à comunidade musicológica e arquivística, nomeadamente no que concerne à sua preservação e acessibilidade.

A descrição de obras como as acima referidas, "[...] beneficiaria do cruzamento das práticas e métodos da arquivística e da musicologia, procurando uniformizar as diversas linguagens e informações e facilitando a interoperabilidade entre sistemas de informação. Para tal, a realização de um trabalho prévio de documentação é essencial para compreender as interações entre os diferentes documentos que compõem cada obra, sem, no entanto, canonizar a obra. O objetivo é entender as interações entre os vários documentos e a sua organização interna para permitir a sua transmissão e acessibilidade"[17] (Magalhães, 2022b, p. 43).

[17] Fonte original: "[…] would benefit from interweaving archival and musicological practices and methods, seeking to standardise the diverse languages and information, and facilitating the

O tratamento integral da documentação dos EGMC permite também construir um percurso de outro tipo de documentação. Por exemplo, localizar as partituras e outros materiais complementares (como guiões com instruções cénicas ou técnicas de som e luz, textos ou imagens, etc.) concernentes às obras, e a partir daí analisar toda a documentação, organizá-la e eventualmente voltar a apresentar os espetáculos. Muita dessa informação encontra-se dispersa e é fundamental conhecer a sua proveniência e construir o seu trajeto histórico para que as gerações futuras não sejam privadas desta memória. Para isso, e considerando o futuro deste tipo de performances, é essencial preservar os vários elementos que compõem estas obras, tais como a música instrumental, o som gravado, o movimento, o gesto, a palavra, entre outros.

É também desejável que as propostas de abordagem musicológica, apresentadas no âmbito do estudo de criações deste tipo, venham a servir de base ao estudo de outros acervos com características similares e que levantem os mesmos problemas. Metodologicamente, são abordados os processos de documentação utilizados em obras que combinam diferentes meios que visam a identificação do problema de conservação, a recolha de documentação, a realização de entrevistas, e a sistematização e análise da informação. Esta abordagem é relevante por permitir o desenvolvimento de ferramentas que possam ser aplicadas às obras apresentadas nos EGMC. Para as estudar é essencial refletir sobre a sua importância histórica, artística e social, de preservação, isto é, refletir sobre o contexto de criação dessa documentação para, posteriormente, se proceder à sua recolha. A seguir, deve descrever-se o processo de recolha dessa documentação, designadamente consultas de documentos em bibliotecas, arquivos (de material publicado e não publicado), identificação dos principais intervenientes envolvidos nas performances e realização de entrevistas com vista a produzir nova documentação (Marçal et al., 2018, p. 15). Para compreender este tipo de obras é essencial estudar as práticas de documentação utilizadas noutros campos disciplinares: estudos no âmbito da *performance*, filológicos, ciências da computação, música eletroacústica, etnomusicológicos (abordagem etnográfica), preservação audiovisual e conservação de arte contemporânea, através de um extenso trabalho de documentação, com vista à produção de novos estudos musicológicos e à eventual reposição destas obras.

---

interoperability between information systems. To this end, carrying out prior documentation work is essential to grasping the interrelationships among the different documents applied in each work, without, however, intending to conclusively limit the work. Hence, the aim is to better understand the interactions between the various documents and their internal organization to enable their transmission and accessibility". Tradução do autor.

7. Conclusão

No que respeita ao tratamento arquivístico da documentação dos EGMC, as tarefas previstas foram cumpridas, na medida em que se efetuou o estudo orgânico-funcional de parte da documentação, o estudo da história administrativa e custodial, a identificação das unidades de instalação e das unidades arquivísticas, a descrição dos documentos no Nyron, a elaboração de Registos de Autoridade e a produção de conteúdos de comunicação sobre os Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (Documento do Mês). Contudo, este trabalho é ainda preliminar, pois a curta duração do estágio não permitiu concluir a descrição e indexação da Série Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea. Relativamente a esta documentação, fez-se o tratamento técnico-arquivístico apenas de onze Edições dos EGMC (da primeira à décima primeira), cujo conteúdo foi suficiente para nos dar uma perspetiva geral sobre a organização dos mesmos.

Este artigo procurou refletir sobre a relevância do conhecimento musicológico para a arquivística, pois a identificação dos documentos por especialistas torna a descrição arquivística mais inteligível, além de facilitar o entendimento do percurso histórico da documentação pelo conhecimento da terminologia e de linguagens idiossincráticas ou aspetos performativos não-convencionais. Por exemplo, o musicólogo proporciona outra perceção dos contextos de produção de obras no âmbito da música contemporânea, identificando géneros performativos como o teatro-música, ou mesmo questões técnicas da digitalização das gravações em fita magnética (suporte essencial à produção de obras de teatro música ou de música eletroacústica).

Para concluir, uma descrição informada da documentação por parte de especialistas da área da musicologia, contribui para a construção de uma narrativa devidamente fundamentada e auxilia a arquivística, além de impactar diretamente no rigor do conhecimento científico que se presta à sociedade.

8. Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos arquivistas Mafalda Aguiar e Pedro Godinho pelo seu apoio incondicional ao longo do meu estágio na FCG e por me facultarem materiais que possibilitaram a realização deste trabalho. Gostaria ainda de agradecer a Sofia Vieira Lopes e Margarida Amado pelas suas sugestões, tornando este texto mais inteligível.

9. Referências bibliográficas

Akkermann, M. (2020). *Array2020 – Archiving*. ICMA: International Computer Music Association.

Barreto, A. (Coord.). (2007). *Fundação Calouste Gulbenkian: Cinquenta Anos: 1956–2006, Vol. 1*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Bertolani, V., Nakai, Y., & Santacesaria, L. (2020). What Does Musicology Have to Do With Archiving? Three Experiences of Engagement. *Intersections, 40*(1), 111-128. https://doi.org/10.7202/1096482ar

Farnsworth, B. (2020). *Curating Contemporary Music Festivals: A New Perspective on Music's Mediation*. Transcript Verlag. https://doi.org/10.14361/9783839452431

Magalhães, F. (2020). A obra de Constança Capdeville: itinerários artísticos, sociais e afetivos. In A. F. Azevedo, B. H. Furlanetto, M. B. Duarte, & C. A. Augusto (Eds.), *Geografias Culturais da Música, do Som e do Silêncio* (pp. 274-299). Lab2pt.

Magalhães, F. (2022a). Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea (1977-2002). In J. Vieira, M. Aguiar, M. Rosa, & M. Sá (Eds.), *Documento do Mês Junho de 2022 produzido por Biblioteca de Arte e Arquivos Gulbenkian* (pp. 1-9). Fundação Calouste Gulbenkian.

Magalhães, F. (2022b). Constança Capdeville's Personal Archive: Difficulties in Describing and Documenting Performative Practices. *Archival Notes*, (7), 41-63. https://online-publishing.cini.it/index.php/arno/article/view/200

Marçal, H., Nogueira, A., & Macedo, R. (2018). Materializar o intangível: a documentação da obra Luís Vaz 73 (1975), de Jorge Peixinho e Ernesto de Sousa. *Conservar Património*, (27), 13-22. https://doi.org/10.14568/cp2016042

Pires, I., Magalhães, F., & Nogueira, A. (2018). Preservation and technological obsolescence: Portuguese contemporary musical heritage in perspective. *Journal of New Music Research*, *47*(4), 355-364. https://doi.org/10.1080/09298215.2018.1486433

Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 30*, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10

Schmidt, D. (2018). 'The Darmstadt Events'. Archival Strategies, Music-Historical Work and Cultural-Political Research Perspectives on the Development of the Digital Archive. *Archival Notes*, (3), 147-157. https://onlinepublishing.cini.it/index.php/arno/article/view/104

10. Anexos

Anexo 1 – Figuras

Figura 1 - Imagem das Pastas dos EGMC (da 10.ª à 25.ª edição). Registo fotográfico: Pedro Godinho.

Figura 2 - "Nó de arquivista". Registo fotográfico: Pedro Godinho.

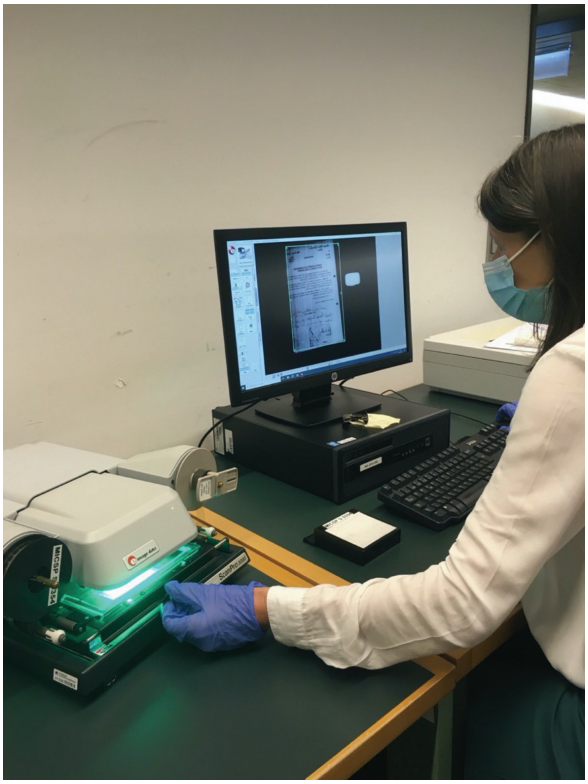


Figura 3 - Leitor e digitalizador de microfilmes dos Arquivos Gulbenkian. Registo fotográfico: Pedro Godinho.

Anexo 2 – Descrição do nível Série:

https://drive.google.com/file/d/1QJJwy3H4_xVAxvC8ys51WrLYdYWZ1f7l/view?usp=share_link

Anexo 3 – Descrição do nível Processo:

https://drive.google.com/file/d/1Y_B9nzOV5AkTdLXKpHlzW3oRQvHF5o6W/view?usp=share_link

Anexo 4 – Descrição do nível SubProcesso:

https://drive.google.com/file/d/1YkTTj2Ak7IUxS6XvLzs2X9jiVSAHI8CP/view?usp=share_link

Anexo 5 – Descrição do nível Sub-SubProcesso:

https://drive.google.com/file/d/1YiNCxIuxA62RMfTyTmycZVT-4ynzMt5P/view?usp=share_link

Anexo 6 – Entidades:

https://drive.google.com/drive/folders/1E3_81rcNpzlxGEzoclTAwYZO2XoTq4MW?usp=share_link

Anexo 7 – Relatórios Nyron:

https://drive.google.com/drive/folders/1Vh8Lf53YrhEzwflOzcCO5_wgHTUcT5qb?usp=share_linkw

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_2

Arquivo Sameiro: recuperação da memória familiar

Sameiro Archive: retrieving family memories

JOÃO CAETANO SAMEIRO[1]
Investigador HTC - CFE - NOVA FCSH
joaocaetanosameiro@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-3450-0512

RESUMO

O Arquivo Sameiro é um arquivo de família privado com documentação dos séculos XVI até aos nossos dias. O seu actual proprietário procurou conservar e recuperar a memória da sua família através da reunião de documentação original manuscrita, dispersa por vários ramos da família Sameiro, e da reprodução de documentação de origens diversas, que se encontravam na mão de privados ou em arquivos públicos. Esta acção de construção de um arquivo é também um reflexo da acção dinamizadora do seu proprietário e do modo como procurou organizar arquivisticamente a documentação que fez convergir em si.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos de Família; Arquivo Sameiro; História de Família.

ABSTRACT

Sameiro Archive is a private family archive owned by the Sameiro family, and its documents date from the 16th century to the present days. Its current owner sought to not only to gather family manuscripts dispersed by several family branches, but he also proceeded to reconstruct lost family records. This information retrieval exercise is characterized by reproduction of documentation related to family members, using as sources public archives as well as

[1] O autor escreve segundo a norma anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

documentation belonging to private owners. Furthermore, the owner's personal interests regarding genealogy and family history have been and remain reflected the whole process. Therefore, this article explores how the owner's organization differs from the systemic archival classification. The first, characterized by the combination of original manuscripts and recent copies, physically organized in folders according to family members and reflecting historical biographies, contributes to recreate a family memoir. On the other hand, the systemic classification is far more interesting for archival history *per si*, and still emphasizes the owner's protagonism in the making and recovering a family archive.

KEYWORDS: Family Archive; Sameiro Archive; Family History.

Introdução

O Arquivo Sameiro é um arquivo de família privado com documentação variada, abrangendo o século XVI até aos nossos dias. É também um exercício de recuperação de uma memória familiar levado a cabo pelo seu actual proprietário – Dr. Pedro Sameiro – fundamentalmente motivado por interesses genealógicos. Esta acção caracterizou-se pela reunião de documentação original manuscrita produzida pela família Sameiro ou famílias que com esta se relacionaram, bem como de fotocópias de documentação em arquivos públicos ou privados sobre indivíduos da família.

Que mais valia pode trazer o modelo sistémico ao Arquivo Sameiro? O ordenamento arquivístico dado pelo seu actual proprietário ficará vazio de valor? Estas são as grandes questões que nos propomos a analisar. Para uma análise mais profunda do tema, far-se-á recurso a um exemplo concreto, a figura de António Pedro Sameiro (1841-1928), lavrador, proprietário, vereador da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e cavaleiro tauromáquico amador.[2] A pasta que foi destinada para conter a sua documentação é ilustrativa do uso e funções dadas ao arquivo pelo seu proprietário, porém à luz do modelo sistémico toda esta documentação ganhará uma organização intelectual assaz diferente da arrumação física, afigurando-se, assim, num excelente exemplo de análise da problemática em foco.

[2] Sobre a vida e genealogia de António Pedro Sameiro consulte-se: Carvalho, P. A. (2015). Lavradores Alentejanos – Genealogias. (vol. 2, p. 182). Edição de autor; Silveira, J. F. A. C. (2018). Guiões: da freguesia de São Vicente de Valongo do termo de Évora. (pp. 179, 252). Instituto Português de Heráldica; Vasconcelos, A. L. T. C. P. (2005). Costados Alentejanos. (pp. 49-50). Edição de autor.

O presente trabalho estruturar-se-á em quatro partes, a primeira procurando apresentar uma síntese sobre a história da família, uma segunda parte em torno da produção historiográfica sobre a arquivística histórica e a recuperação da memória, uma terceira parte acerca do actual proprietário do arquivo e, por fim, uma quarta parte onde procuraremos estabelecer um contraponto entre a organização arquivística dada pelo proprietário do arquivo e a aplicação do modelo sistémico ao Arquivo Sameiro.

Família Sameiro

Os Sameiro são uma família alentejana com origem em Borba, tendo espalhado a sua linhagem por várias terras do Alentejo, nomeadamente Castelo de Vide, Elvas, Portel, Vila-Viçosa, Estremoz, Alandroal e Montemor-o-Novo. Por sua vez, o Arquivo Sameiro é produto dos Sameiros de Montemor-o-Novo.

João Rodrigues Sameiro (1710-1786) foi a figura mais emblemática desta família, pois vivendo à lei da nobreza confirmou a sua principalidade e o seu estatuto pelo desempenho de cargos camarários, da ordenança ou de tabelionado (Alcochete, 1966, pp. 34-52). Da sua vida sócio-profissional sabemos ter desempenhado os cargos de escrivão proprietário do judicial de Montemor, sucedendo no ofício de seu pai (IAN/TT - Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 7, fl. 120) chanceler e vereador mais velho, (Fonseca, 1995, pp. 57-58) juiz pela ordenação e deputado da Décima. Foi igualmente irmão nobre da Santa Casa da Misericórdia e Familiar do Santo Ofício (IAN/TT- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, Maço 151, doc. 1208).

O desempenho de cargos da governança foi peça chave para a afirmação deste grupo familiar. Não obstante, não podemos descurar a estratégia patrimonial que procuraram estabelecer. Por exemplo, na gestão dos bens de João Rodrigues Sameiro identificamos várias posturas, das quais se destacam a tentativa de criação de um morgado em Montemor-o-Novo (IAN/TT - Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, Maço 182, n.º 48), a abolição de capelas impostas nas suas propriedades e, ainda, um esforço de compra e arrematação de foros de que era enfiteuta. Em boa medida, o património rústico e urbano afigurou-se como um elemento preponderante para a afirmação sócio-económica da família[3].

[3] Para o caso de João Rodrigues Sameiro sabemos ser um dos 44 proprietários do concelho com rendimentos superior a 200.000 réis, sendo que das suas 29 propriedades retirava um rendimento de 280.260 réis (Fonseca, 1986, pp. 150-151).

João Rodrigues Sameiro pretendeu a instituição de um morgado composto de bens livres que detinha no concelho de Montemor-o-Novo, no entanto, a sua petição malogrou e o vínculo não se constituiu. Para o efeito, a realidade vincular só muito timidamente marcou a produção documental dos membros da família cujo arquivo trazemos à luz[4].

Desenham-se aqui as características gerais do Arquivo Sameiro, uma vez que estamos perante uma família que não era administradora de um vínculo. Ao longo de gerações o património desta família foi dividido pelos seus diversos herdeiros e, consequentemente, a documentação que lhe estava associada. Por outras palavras, não existia uma realidade jurídica que contribuísse para a preservação de património e papéis como um todo[5].

As gerações que se seguiram ocuparam-se da lavoura, vivendo de seus rendimentos e, pontualmente, desempenhando cargos camarários. Tornar-se-á lícito afirmar que muita da documentação produzida terá sido eminentemente patrimonial e ligada à gestão da actividade agrícola (Anexo 2: Esquema Genealógico da Família Sameiro). Desta forma, esta família produziu um arquivo de uma família típica da *principalidade*[6] ou "oligarquia camarária" (Monteiro, 1997, pp. 335-368) e da lavoura alentejana[7].

Será no século XX, que começaremos a assistir à reunião de vários conjuntos documentais dispersos entre diversos familiares, através de doações ao actual proprietário. Paralelamente, o proprietário começará a realizar cópias de documentação em arquivos públicos e privados (Anexo 1: Quadro Orgânico-funcional Arquivo Sameiro).

---

4 A título de exemplo, Margarida Teresa Sameiro foi administradora de duas capelas, sobre as quais solicitou provisão de abolição, no quadro da provisão régia de 13 de Maio de 1773, alegando o seu baixo rendimento. [*Provisão de El-Rei D. José a favor de Margarida Teresa Sameiro sobre abolição das capelas do P. Simão Gonçalves e de João André Jordano*]. Arquivo Sameiro. Subsistema Sameiro Rosado Saturnino.

5 Situação contrária aos arquivos de famílias administradoras de vínculos que apenas assistem a dispersão dos seus arquivos após 1863, ano da extinção dos morgadios. Sobre este tipo de dispersão consulte-se, por exemplo, Gago, A. J. P. B. (2019). *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

6 Sobre a Principalidade veja-se o estudo de Alcochete, N. D. (1966). Principalidade. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, II Série, Tomo VII, 34-52.

7 Consulte-se para a generalidade Fonseca, H. A. (1996). *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*. Imprensa Nacional Casa da Moeda; e para a especialidade Carvalho, P. A. (2015). Lavradores Alentejanos – *Genealogias*. (vol. 2, pp. 175-187). Edição de autor.

Arquivos de família e a recuperação da memória

Nas últimas décadas os arquivos de família de Antigo Regime em Portugal foram alvo de importantes projectos científicos em arquivística histórica, que em larga medida deram origem a um crescimento na produção de estudos historiográficos. A Norte de Portugal surgiram, do ponto de vista da Arquivística, as correntes mais emblemáticas: a classificação temático-funcional (Gonçalves et al., 1996) e o modelo sistémico (Silva, 2004, pp. 55-84). Em 2010, a promoção de conferências e jornadas sobre o tema e a criação do Doutoramento em Arquivística Histórica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas contribuíram, em larga medida, para o crescimento e afirmação da produção historiográfica sobre o tema (Nóvoa, 2016, pp. 25-27).

A historiografia concentrou-se na sua esmagadora maioria em arquivos de famílias de Antigo Regime, fortemente associadas aos Grandes do Reino ou administradores de vínculos. Em verdade, a realidade vincular e a sucessão em grandes Casas permitiu de forma mais prolongada a sobrevivência e organização dos respetivos arquivos. Por seu turno, tornam-se menos frequentes os estudos sobre arquivos familiares que não se inserem nestas categorias, seja pela sua raridade ou por uma subalternização académica face aos primeiros.

Atendendo às características particulares do Arquivo Sameiro importa-nos analisar de que modo a historiografia abordou questões relacionadas com a reconstrução de arquivos familiares e a recuperação da informação.

Em primeiro lugar, arquivo e memória são realidades miméticas, sendo que o primeiro apresenta-se como espaço privilegiado para a realização do segundo, como defendem Joan Schawrtz e Terry Cook:

> With the disappearance of traditional village life and the extended family, memory based on personal, shared story-telling is no longer possible; the archive remains as one foundation of historical understanding. Archives validate our experiences, our perceptions, our narratives, our stories. Archives are our memories. (Schwartz & Cook, 2002, p. 18)

Na mesma linha Rita Sampaio da Nóvoa defende que os arquivos são "[…] an integral part of the symbolic capital of families and participated in the construction, sharing, and celebration of a common identity." (Nóvoa, 2016, pp. 25-27).

Neste sentido, podemos afirmar que a perda de um Arquivo poderá implicar a perda da memória familiar que lhe era afecta. No entanto, alguns arquivos são casos manifestos de uma tentativa de recuperação de algo que se perdeu,

de que serve de exemplo o estudo de Margarida Leme centrado no Arquivo dos "Costas com Dom" (Leme, 2013). Leme revela-nos a forma como procurou reconstituir o arquivo de quatro ramos da família Costa, processo que passou pelo recurso a documentação conservada em instituições públicas, com as quais os diversos membros da família interagiram, permitindo à investigadora a recuperação da informação. No entanto, esta constitui apenas uma parcela de um todo maior, uma vez que são manifestamente irrecuperáveis documentos de teor pessoal como correspondência ou livros de memórias (Leme, 2022, p. 63).

Acresce que a existência ou sobrevivência de inventários de descrição arquivística possibilitam, de forma mais precisa, a recuperação e recriação da produção documental, como se verificou no caso do Arquivo dos "Costas com Dom" ou, ainda, com os inventários do Arquivo da Casa da Lapa (Nóvoa et al., 2022, p. 83).

A recuperação da informação através de arquivos públicos é uma particularidade que caracteriza parte do Arquivo Sameiro. Não é, todavia, uma prática arquivística exclusiva sua, sendo possível detetar algumas reconstituições semelhantes em outros arquivos privados.

O proprietário do Arquivo Sameiro

O Dr. Pedro Sameiro (António Pedro de Sá Alves Sameiro) nasceu em 20 de Janeiro de 1945 na freguesia de Nossa Senhora do Bispo da vila de Montemor-o-Novo, sendo filho do juiz conselheiro Dr. António Pedro Sameiro e de D.ª Maria Filomena da Gama Durão de Sá Brazião Alves. Ao sabor da carreira de magistrado de seu Pai, Pedro Sameiro passou a infância em Elvas, Montijo, Santarém e Évora, tendo sempre Montemor-o-Novo como referência constante.

Cedo se interessou por temas de história, genealogia e heráldica, consequentemente pela história da sua família e dos seus documentos, fosse pelos testemunhos da sua avó paterna D.ª Constantina Perpétua Valente da Costa ou da sua tia D.ª Maria José Saturnino que o fizera "[…] herdeiro espiritual do seu culto familiar e deu-me aquilo que só a mim podia interessar: os documentos que guardava, os trajos antigos e, sobretudo, as suas memórias."[8] A busca pelas memórias da família foi princípio basilar, como afirma o Dr. Pedro Sameiro, "Fui criando a ideia de que havia um dever de piedade familiar que consistia em manter viva a memória de quem nos tinha transmitido o dom inestimável da vida." (Anexo 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro).

[8] Sobre a influência destas duas figuras e a sua relação com o proprietário do arquivo veja-se o Anexo 3: Entrevista ao Dr. Pedro Sameiro.

Este espírito de culto aos antepassados também o vivenciou em Elvas, ficando marcado por uma visita que fizera à Sr.ª D.ª Ana Júlia Nunes da Silva, viúva de António Sardinha, que conservara intacto o escritório como o seu marido o deixara. Nesse escritório, o livro mantinha-se ainda aberto em cima da sua mesa, como se Sardinha continuasse vivo.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (1962-1967), Dr. Pedro Sameiro seguiu uma carreira profissional ligada à advocacia e à banca. Paralelamente, a heráldica sempre teve um peso importante na sua vida. Em 1973 foi autor do *Regulamento de Heráldica da Marinha*, que resultou na criação do Gabinete de Heráldica da Marinha, e do qual foi o único civil a integrá-lo (Gonçalves & Cabrita, s.d., p. 33). Integrou igualmente a Comissão de Heráldica do Conselho de Nobreza e a Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Aos 25 anos ingressou no Instituto Português de Heráldica, instituição onde deixou uma marca acentuada, tanto pelos numerosos contributos para a revista *Armas e Troféus* como pelo desempenho de cargos nos corpos sociais.[9]

São dignos de nota dois encontros de que foi impulsionador, ambos realizados em Montemor-o-Novo, onde não só partilhará informações sobre alguns documentos do seu arquivo, mas também trará a público memórias de famílias da localidade envolvendo os seus proprietários. São os casos da Exposição-reunião do IPH de 18 de Abril de 1998, resultado de um esforço de expôr "[…] elementos dispersos em arquivos familiares, no propósito de chamar a atenção para esse valioso património cultural";[10] e do "I Encontro de Genealogistas Alentejanos", grupo reunido sob o lema "DENTRE TEJO E ODIANA DA GENTE SE BUSCA A FAMA".[11]

O Dr. Pedro Sameiro esteve igualmente ligado a outras instituições de carácter cultural, nomeadamente ao Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva onde foi presidente da mesa da assembleia geral e membro da direcção.[12]

---

9 A saber: Secretário-geral; Chanceler; Presidente. Sendo presentemente Sócio e Presidente Honorário, do Conselho Redactorial da Revista e da Comissão de Análise.

10 Arquivo Sameiro, [Roteiro da Exposição-Reunião do Instituto Português de Heráldica de 18 de Abril de 1998 em Montemor-o-Novo].

11 Grupo constituído por: Dr. Pedro Sameiro, Sr. João Baptista Malta, Arq. Jorge de Brito e Abreu, Arq. António Teófilo Pimenta de Aguiar, Sr. João Fiúza Cabral da Silveira, Eng.º João Rafael de Vasconcelos Mouzinho Almadanim, Dr. António Luiz de Torres Cordovil Pestana de Vasconcelos, Sr. José Manuel Braancamp de Figueiredo Krohn da Silva, Sr. Manuel Marques dos Santos.

12 Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva projectou a organização e informatização do Arquivo e Biblioteca da Casa Eugénio de Almeida, do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz, do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Terena, do Arquivo da Junta de Freguesia de Terena e do Arquivo da Casa Fiúza.

Depressa poderemos elencar várias características comuns entre o percurso trilhado pelo Dr. Pedro Sameiro com outros percursos de outros proprietários que se socorrem dos seus "papéis velhos" para estabelecer a sua própria identidade familiar. Tornam-se denominadores comuns o arquivo de família, as árvores genealógicas iluminadas ou a *memorabilia* de família.[13] Poder-se-á considerar ser a manutenção de uma "[…] societé qui n'existe plus, dans un monde parallèle, avec du droit nobiliaire, des bureaux d'attribution de titres, de la représentations des anciennes maison, etc." (Rosa, 2022, pp. 243-258).

O modelo sistémico e a organização do arquivo

Referimos no início deste artigo que o Arquivo Sameiro é um arquivo que conserva originais manuscritos, mas também documentação fotocopiada. Importa, primeiramente, compreender de que modo é que o actual proprietário, principal acumulador e produtor de cópias, procurou organizar a documentação que reuniu.

Durante do processo de tratamento arquivístico foram identificadas três listagens de descrição realizadas pelo Dr. Pedro Sameiro, actual proprietário do arquivo e, por isso, são reflexo das suas necessidades de organização do seu espólio familiar. Duas destas listagens – "Inventário de documentos antigos vindos da casa da Prima Maria José Saturnino" e "Documentos Vários que vieram de casa do Tio Ladislau Mário Durão de Sá" – dizem respeito a descrição de documentação de arquivo e, a restante, compreende uma listagem de peças de vestuário da família. Tratam-se de listagens parciais e não da totalidade da documentação arquivística, e procuram fundamentalmente registar a proveniências de conjuntos documentais, nomeadamente aqueles que deram origem ao Subsistemas Sameiro Rosado Saturnino e ao Subsistema Durão de Sá. Em bom rigor, Pedro Sameiro procurou respeitar a orgânica do arquivo, mas não procurou possibilitar a localização física da documentação.

Acresce que se tratam de listagens amadoras e realizadas em tenra idade, num processo de descrição que o próprio proprietário descreveu do seguinte modo:

> Perante entregas de documentos, resolvi, a partir dos meus 17 anos, tomar medidas para que essa documentação se não perdesse e come-

[13] Consulte-se por exemplo: Alcochete, N. D. (1988). *Arquivo da Casa de São Payo*. Instituto Português do Património Cultural.; ou para árvores de costados iluminadas produzidas recentemente Matos, L. C. (Coord.). (2005). *José Bénard Guedes: Obra Heráldica* (pp. 15-41). DisLivro Histórica.

> cei a organizar inventários de documentação, por ordem cronológica, divididos por linhas familiares e referenciados ao parente referido nos documentos. Nada disto constava dos lotes de documentos recebidos. (Anexo 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro).

Este sistema de organização cronológica era acompanhado da aposição de etiquetas e pelo estabelecimento de séries, que parecem corresponder a proveniências/ramos familiares. Todavia, o modelo acabou por ser abandonado e substituído por uma ordenação por pastas por indivíduos.

A organização em pastas individuais procura potencializar um princípio histórico-biográfico, na construção de uma memória familiar através do percurso individual dos seus membros, sendo que cada pasta reúne tanto documentação copiada como original, independentemente da sua proveniência.

Existem, portanto, diversas proveniências no que concerne a documentação original. A sucessão hereditária assume-me como o primeiro modo de transmissão documental, tendo o proprietário do arquivo recebido documentos de seus pais, respeitantes às suas raízes paternas e maternas. De seguida, as doações inter-familiares revestem-se de particular significado, permitindo reunir documentação de antepassados que se dispersara, mas também informação e produção documental de diversos ramos da família como são os casos das doações da Sr.ª D.ª Maria José Rosado Saturnino (Subsistema Sameiro Rosado Saturnino), da Sr.ª D.ª Carmen Dolores Lopes Tavares Sameiro (Subsistema Lopes Tavares Sameiro) e do Sr. Coronel Álvaro de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa (Subsistema Gama).

Também ocorreram doações de documentação que em nada se relacionam com a família, nomeadamente documentos oferecidos pelo mestre iluminador José Bénard Guedes Salgado sobre temas ligados ao Alentejo, nomeadamente à figura do Desembargador Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo-Branco (Subsistema Castelo-Branco) (Brito, 2002, pp. 848, 856).

Por seu turno, encontramos igualmente documentação incorporada por via de aquisições a alfarrabistas ou em leilões de livros e manuscritos. Por um lado, alguns documentos foram adquiridos por serem os seus produtores materiais membros da família[14] ou por fazerem referência a membros da

[14] É exemplo um conjunto de cartas adquirida ao alfarrabista Dr. Carlos Bobone, da autoria de António Pedro Sameiro (n. 1841-1928) sobre a renda de herdades de D. José Luís Saldanha de Oliveira e Sousa.

família[15]. Por outro lado, existe também documentação adquirida fora do âmbito da história da família, como é o caso de um conjunto de documentos contendo selos heráldicos de Principais da Igreja Patriarcal[16] ou uma carta de quitação passada pelo Infante D. Pedro ao almoxarife dos Paços da Bemposta, com selo com a suas armas. Documentação comprada ao alfarrabista José Maria Almarjão apenas pelo seu interesse heráldico.

Por sua vez, as cópias são o resultado de um longo processo de investigação familiar realizada pelo proprietário, que procedeu à sua cópia em arquivos públicos como Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, entre outros. Interrogado o actual proprietário sobre o critério que presidiu à reprodução documental, podemos classificar as cópias em dois grandes temas, o primeiro relacionado com genealogia – onde se inserem processos de habilitação de genere para o Santo Ofício ou Câmara Eclesiástica – e o segundo de natureza patrimonial ou social – como contratos de compra e venda ou testamentos, entre outros (Anexo 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro).

As cópias permitem a construção de um arquivo de família. Não se trata, portanto, da recuperação de informação, pois não só não é possível determinar que documentação era detida pelos antepassados, como também alguns dos documentos copiados dificilmente seriam detidos por estes. Por exemplo, a cópia de um testamento ou de um contrato de compra e venda são documentos que com maior segurança poderão ter estado na posse de um dado produtor, tratando-se de uma tipologia que poderia permitir a recuperação de um arquivo de família. Já no que diz respeito às cópias de matriz genealógica, se o seu interesse para o estudo da família, bem como para a formação da sua identidade, é inegável, dificilmente permitiria a reconstituição de um arquivo de família. Tome-se como exemplo um processo de habilitação de genere a familiar do Santo Ofício, o qual resultaria na emissão de uma "carta de familiar" em nome do habilitando, que por sua vez seria o documento mais lógico de encontrarmos num arquivo de família. O processo em si nunca teria existido num arquivo de família, pelo menos como um todo, pois é certo existirem em arquivos privados alguma

15 Neste critério de aquisição incluímos o *Livro Primeiro da Admissão dos Irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santa Maria da vila de Serpa*, que entre os seus vários irmãos, constava o nome de António de Sousa Correia, antepassado da mãe do proprietário.

16 Sobre este conjunto consulte-se Sameiro, P. (2022). Charte de nomination d'un juge pour les exécutions de la Sainte Église Patriarcale de Lisbonne et sa forme d'authentification. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, 455-475.

documentação que é o esboço de petições, justificações ou habilitações. No fundo um grande maço processual poderia traduzir-se apenas num pergaminho. Assim, mais do que a recuperação de um arquivo perdido, as cópias permitem a construção de um arquivo intimamente ligado à identidade da família que o possui.

É importante ter em conta que todas estas cópias não se circunscrevem exclusivamente aos Sameiros de Montemor, mas dizem também respeito a Sameiros de outras linhas, ou antepassados de outras linhagens. Deste modo, a reprodução é ditada por ser referente a membros da família Sameiro, ou por serem avoengos ou parentes do actual proprietário.

A descrição arquivística através do modelo sistémico traduz-se numa classificação que coloca em evidência a ordem orgânica em que os documentos foram criados ou incorporados no arquivo. Tomemos de exemplo a pasta de António Pedro Sameiro (n. 1841-1928), onde se reúne um conjunto de documentação variada de proveniências diversas [Anexo 4: Documentos Pasta de António Pedro Sameiro (1841-1928)]. A análise da documentação da pasta permite verificar que ao classificarmos segundo modelo sistémico resultará numa organização intelectualmente diferente da organização física.

O modelo sistémico coloca a tónica na produção orgânica da documentação, resultando num maior protagonismo para a acção arquivística do proprietário e numa definição mais precisa da proveniência dos documentos. Para o efeito, o modelo é extremamente interessante para a história do arquivo *per si*, por colocar em evidência a incorporação documental e acção de proprietário enquanto reconstrutor do seu próprio arquivo de família.

No caso concreto, correspondência trocada entre o referido António Pedro Sameiro e D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa (1839-1912) deixará à luz do modelo sistémico de estar associada à pasta de António Pedro Sameiro, uma vez que a incorporação da documentação é feita pelo actual proprietário. Por outro lado, este conjunto de documentos é proveniente da Casa de Rio Maior, sendo o seu produtor D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa, enquadrando-se na produção orgânica desta família para a administração dos bens patrimoniais da Casa de Rio Maior. Assim, esta correspondência classifica-se como Subsistema Casa de Rio Maior, partindo da secção do atual proprietário. Deste modo, o modelo sistémico favorece, de forma mais clara, outras possibilidades de investigação histórica, que timidamente se tornavam percetíveis com a organização dada por Pedro Sameiro. Por outras palavras, estes subsistemas tornam evidente que não estamos somente perante um arquivo de uma família alentejana cujo interesse histórico se centra exclusivamente sobre si própria, mas antes num

arquivo de interesse para o estudo de outras famílias, neste caso os Saldanha de Oliveira e Sousa (Rio Maior).[17]

Com este exemplo verifica-se que existe uma divergência entre a organização dada pelo proprietário e a classificação da documentação segundo o modelo sistémico. A classificação sistémica não espelha o uso e funções que o proprietário pretendeu dar ao seu arquivo, uma vez que a pasta de António Pedro Sameiro permitia uma recriação histórico-biográfica da sua pessoa, mas à luz da nova classificação esta arrumação vai fragmentar-se por diversas secções, ora no sistema principal ou em diferentes subsistemas. Em consequência ficará em parte prejudicada a identidade familiar que o proprietário construiu através do arquivo, para se privilegiar o processo de constituição do arquivo.

O modelo sistémico traz assim uma peritagem mais acutilante para quem foi produtor da documentação, colocando a tónica não a quem diz respeito a documentação, mas a quem a produziu. Daqui ressalta uma maior valência para a investigação de usos e funções da documentação no momento da sua criação.

Conclusão

Um arquivo não vive só dos seus documentos, mas também da acção do seu proprietário. Pedro Sameiro soube, na sua medida, conservar e dinamizar o arquivo que tinha à sua guarda. Poder-se-á dizer que com sucesso continuou o legado da sua tia D.ª Maria José Rosado Saturnino, a qual o fizera "herdeiro espiritual do seu culto familiar" (Anexo 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro).

O Arquivo Sameiro é um exercício de recuperação da memória familiar. A bom rigor, a presença de manuscritos originais e de cópias recentes são reflexo de um longo processo de investigação da história de uma família, e de uma tentativa de preservar e consolidar a memória e a identidade desta. Naturalmente, tratar-se-á de uma recuperação residual de uma produção documental certamente maior, que a voragem dos tempos encarregou de dissipar.

É manifestamente mais fácil a recuperação de documentos produzidos no âmbito de instituições públicas, que conservaram duplicados, hoje à guarda de arquivos nacionais, distritais ou municipais. A documentação privada é notoriamente difícil ou impossível de recuperar, pois muitas vezes os originais eram peças únicas.

---

[17] Sobre o Arquivo Rio Maior consulte-se Saldanha, A. R. (2012). O Arquivo Rio Maior. In M. L. Rosa (Org.), *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* (pp. 89-98). IEM, CHAM, Caminhos Romanos. Sobre D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa consulte-se Rodrigues, M. V. (2014). *Saldanhas, Condes e Marqueses de Rio Maior*. Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

Importa referir que a recuperação não se realizou exclusivamente com recurso à produção de cópias, mas também pela capacidade que o actual proprietário teve de fazer convergir em si a documentação dispersa por vários ramos da família. Estas características oferecem ao arquivo peculiar singularidade, permitindo a quem se socorre dele ter um retrato geral da história da família, e não apenas do seu tronco ou ramos secundogénitos.

Com o presente artigo, colocámos em confronto dois tipos de organização arquivística distintas, uma dada pelo proprietário do arquivo e outra que é o resultado da descrição arquivística por nós levada a cabo segundo o modelo de organização e classificação sistémico, proposto por Malheiro da Silva, e realizada de acordo com as normas internacionais de descrição arquivística.

Foram exploradas as valências dos dois modelos de organização. Por um lado, deparamo-nos com a organização do proprietário que dá um uso e função concreta ao seu arquivo, o da recuperação da memória familiar através das pastas biográficas. Por outro lado, o modelo sistémico que coloca em evidência os produtores e as proveniências, oferecendo aos investigadores outras linhas de investigação, seja na história da arquivística *per si* tomando um caso concreto, ou temas que não sejam exclusivos da história da família Sameiro.

Este modelo, na verdade, também, não destituirá o proprietário do seu protagonismo, antes pelo contrário. Torna-se notório que o esforço de recuperação da memória da família, seja pela realização de cópias seja pela aquisição de documentos, vai estar associado à secção de Pedro Sameiro. É igualmente exemplar a quantidade de subsistemas que emanam da secção do proprietário, assaz reveladores da sua sensibilidade na conservação da memória histórica, mesmo que a documentação fosse de pessoas ou de famílias sem relações de sangue.

Em verdade, a recuperação da informação e a construção de uma identidade familiar são esforços contínuos que nunca acabam, como afirma o seu proprietário: "Nunca cessam as incorporações num arquivo familiar" (Anexo 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro).

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Sameiro [Montemor-o-Novo]. (1773). [*Provisão de El-Rei D. José a favor de Margarida Teresa Sameiro sobre abolição das capelas do P. Simão Gonçalves e de João André Jordano*], Subsistema Sameiro Rosado Saturnino.

Arquivo Sameiro [Montemor-o-Novo]. (1998). [*Roteiro da Exposição-Reunião do Instituto Português de Heráldica de 18 de Abril de 1998 em Montemor-o-Novo*], Sistema Sameiro, António Pedro de Sá Alves Sameiro.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1771). *Diligência de Habilitação de João Rodrigues Sameiro*, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, Maço 151, Documento 1208.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, Livro 7.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1779). *Requerimentos e Petições Despachadas e Escusadas da Comarca de Évora*, Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, M. 182, n.º 48.

Bibliografia

Alcochete, N. D. (1966). Principalidade. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, II Série, Tomo VII, 34-52.

Alcochete, N. D. (1988). *Arquivo da Casa de São Payo*. Instituto Português do Património Cultural.

Bernardo, M. A. (2001). *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: O Círculo Eborense*. Edições Cosmos.

Brito, M. C. J. (2002). *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*. Medialivros S.A.

Carvalho, P. A. (2015). *Lavradores Alentejanos – Genealogias*. (vol. 2). Edição de autor.

Fonseca, H. A. (1996). *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Fonseca, J. (1986). Uma Vila Alentejana no 'Antigo Regime'. Aspectos Socio--Económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII. *Almansor – Revista de Cultura, 4*.

Fonseca, T. (1995). *Relações de Poder no Antigo Regime: A Administração Municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Gago, A. J. P. B. (2019). *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

Gonçalves, A. M., & Cabrita, J. Manuel. (s.d.). *Armorial da Marinha Portuguesa e da Autoridade Marítima Nacional*. Comissão Cultural de Marinha.

Gonçalves, M. S., Guimarães, P. M., & Peixoto, P. A. (1996). *Arquivos de Família: Organização e Descrição*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Biblioteca Pública de Vila Real / Arquivo Distrital de Vila Real.

Henriques, L. F., & Rosa, M. L. (2016). O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, *29*, 89-132.

Leme, M. M. C. O. R. P. (2013). *Costas com Dom: Família e Arquivo (Séculos XV e XVI)* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

Leme, M. M. C. O. R. P. (2022). Reconstructing lost archives. The case of the Costa family. In M. L. Rosa, R. S. Nóvoa, A. Gago, & M. J. Câmara (Coords.), *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research* (pp. 53-69). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Malta, J. B. (2005). Família Lopes Tavares: de Proença-a-Nova para Montemor-o-Novo. *Almansor: Revista de Cultura*, *4*.

Matos, L. C. (Coord.). (2005). *José Bénard Guedes: Obra Heráldica*. DisLivro Histórica.

Mendes, N. C. (1989). 3 Séculos de uma Família de Arraiolos. *Raízes e Memórias*, *4*.

Monteiro, N. G. (1997). Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social, 32*(141), 335-368.

Nóvoa, R. S. (2002). Family archives, the archival practices of noble families, and the social logic of archival preservation (Portugal, fifteenth to nineteenth centuries). In M. L. Rosa, R. S. Nóvoa, A. Gago, & M. J. Câmara (Coord.), *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research* (pp. 177-198). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Nóvoa, R. S. (2016). *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

Nóvoa, R. S., Santos, A., Branco, B. B., Duarte, F., Carvalho, F., Galveia, G., Costa, G., Mafra, J., Pimenta, P., Reis, P., Novais, R., Ribeiro, S., Gaiolas, S., & Cabral, S. (2022). The Memory of the House of Lapa: An Analysis of the *Index Geral* and of an Inventoried Archive. In M. L. Rosa, R. S. Nóvoa, A. Gago, & M. J. Câmara (Coords.), *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research* (pp. 69-83). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, M. V. (2014). *Saldanhas, Condes e Marqueses de Rio Maior*. Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

Rosa, M. L. (2022). Ouvertures et Fermetures des Archives de Famille, XIVe.-XXIe. Siecles. In S. Péquignot, & Y. Potin, *Les Conflits d'Archives: France, Espagne, Méditerranée* (pp. 243-258). Presses Universitaires de Rennes.

Saldanha, A. R. (2012). O Arquivo Rio Maior. In M. L. Rosa (Org.), *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* (pp. 89-98). IEM, CHAM, Caminhos Romanos.

Sameiro, P. (2022). Charte de nomination d'un juge pour les exécutions de la Sainte Église Patriarcale de Lisbonne et sa forme d'authentification. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, 455-475.

Schwartz, J. M., & Cook, T. (2002). Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. *Archival Science*, *2*.

Silva. A. M. da. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista Da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas Do Património*, *III*(I), 55-84.

Silveira, J. F. A. C. (2018). *Guiões: da freguesia de São Vicente de Valongo do termo de Évora*. Instituto Português de Heráldica.

Vasconcelos, A. L. T. C. P. (2005). *Costados Alentejanos*. Edição de autor.

ANEXO 1: QUADRO ORGÂNICO-FUNCIONAL ARQUIVO SAMEIRO

Fundo Arquivo Sameiro

SC 01 SAMEIRO I (séc. XIX-XX)
- **SSC 01.01** António Pedro Sameiro; Mariana Adelina de Carvalho (1860)
- **SSC 01.02** António Pedro Sameiro (n.1841-1928)
- **SSC 01.03** Mariana Adelina de Carvalho

SC 02 SAMEIRO II (séc. XIX-XX)
- **SSC 02.01** José Adelino de Carvalho Sameiro; Constantina Perpétua Valente da Costa (1903-1924)
- **SSC 02.02** José Adelino de Carvalho Sameiro (n. 1870)
- **SSC 02.03** Constantina Perpétua Valente da Costa

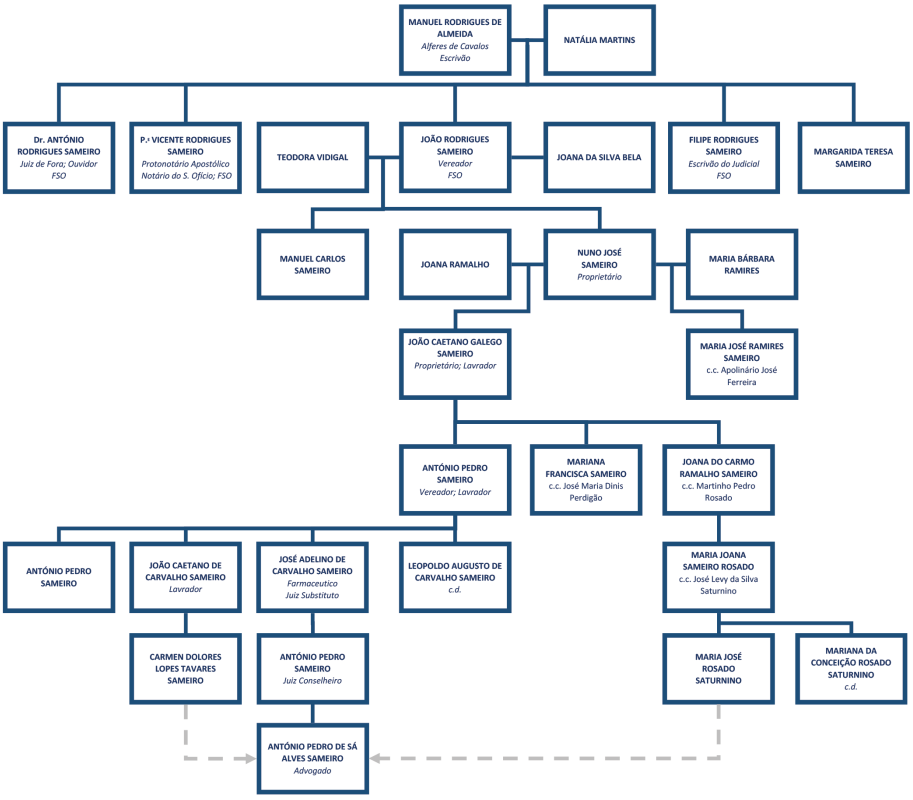
SC 03 SAMEIRO III (séc. XX)
- **SSC 03.01** António Pedro Sameiro; Maria Filomena da Gama Durão de Sá Brazião Alves (1933-1985)
- **SSC 03.02**) António Pedro Sameiro (n. 1905-1985)
- **SSC 03.03** Maria Filomena da Gama Durão de Sá Brazião Alves (n. 1912)
  - ***SS 01 Subsistema Durão de Sá***
- **SSC 03.04** Isabel Maria da Costa Sameiro (n.1904)

SC 04 SAMEIRO IV (séc. XX-XXI)
- **SSC 04.01** António Pedro de Sá Alves Sameiro; Ana Margarida de Melo Salvado de Carvalho
- **SSC 04.02** António Pedro de Sá Alves Sameiro (n. 1945)
  - **SSSC 04.01.01 Infância**
  - **SSSC 04.01.02 Adolescência/Juventude**
  - **SSSC 04.02.01 Adulto**
  - **SSSC 04.02.02 Reproduções**
  - **SSSC 04.02.03 Aquisições**
  - ***SS 02 Subsistema Sameiro Rosado Saturnino***
  - ***SS 03 Subsistema Lopes Tavares Sameiro***
  - ***SS 04 Subsistema Gama***
  - ***SS 05 Subsistema Casa de Rio Maior***
  - ***SS 06 Subsistema Oliveira e Silva***
  - ***SS 07 Subsistema Castelo-Branco***
- **SSC 04.03** Ana Margarida de Melo Salvado de Carvalho (n. 1956)
- **SSC 04.04** António Maria de Sá Alves Sameiro

SC 05 SAMEIRO V (sécs. XX-XXI)

SSC 05.01 João Caetano de Sá Melo de Carvalho Sameiro

ANEXO 2: Esquema Genealógico da Família Sameiro



ANEXO 3: Entrevista Dr. Pedro Sameiro

O Arquivo Sameiro é um arquivo híbrido, onde podemos encontrar manuscritos originais, mas também cópias por si produzidas. Relativamente aos originais verificamos que a sua proveniência é diversa, como a sucessão hereditária, doações ou compra. O que recebeu dos seus antepassados?

O que me veio à mão transmitido pelo meu Pai foi relativamente pouco e recente, fundamentalmente a documentação que lhe dizia respeito e que utilizei para redigir o seu livro «In Memoriam». Sendo o neto mais novo acabei por ter breve contacto com os meus avós, excepção feita para minha Avó paterna, que morreu tinha eu 9 anos, portanto muito antes de poder interessar-me por «papéis velhos»,

Mas já me interessava por histórias de família e aquela minha Avó, filha de um oficial da Patuleia, cujos avós haviam sido assassinados, em circunstâncias dramáticas, pelos liberais após a Convenção de Evoramonte, nascida num quase exílio em Cabo Verde, de que ainda recordava as «modinhas», era uma boa contadora. Depressa me convenci que as histórias de quem já não pertencia a este munto eram bem mais interessantes que as dos meus contemporâneos.

Fui criando a ideia de que havia um dever de piedade familiar que consistia em manter viva a memória de quem nos tinha transmitido o dom inestimável da vida. Fui perguntando a uns e outros o que sabiam de quem os tinha precedido, apontava tais memórias em esquemas genealógicos onde se entremeavam devaneios e fantasias. E pelos meus 15 anos já estava contaminado pelo vírus genealógico.

Houve quem me tomasse a sério e entre eles a Tia Maria José Sameiro Rosado de Santa-Maria Saturnino sempre vestida de tons negros e cinzentos, com uma fita preta a acompanhar-lhe o pescoço, bengala de cabo de prata. Mas fumava, lia os novelistas ingleses e franceses no original, empolgava-se com histórias como a das «Quatro Penas Brancas». Nunca quisera casar apesar de ter tido vários pretendentes fascinados pelos seus olhos garços. E quando a visitava costumava dizer: «ainda bem que apareces, as minhas amigas só falam de netos e criadas».

A Tia Maria José fez-me herdeiro espiritual do seu culto familiar e deu-me aquilo que só a mim podia interessar: os documentos que guardava, os trajos antigos e, sobretudo, as suas memórias.

A partir daqui foi só seguir o vício, sempre atiçado pela simpatia dos parentes mais velhos que acolhiam benevolamente um miúdo com gostos raros.

Muitos núcleos documentais foram doados por parentes seus. Qual era o sua relação e parentesco? Que documentos lhe doaram? Quando ocorreu essa doação? De que modo é que os conservaram? E que memórias tem deles quanto à sua sensibilidade para guardarem documentos sobre a família? Comecemos pela sua tia D.ª Maria José Rosado Saturnino.

Já atrás me referi longamente à Tia Maria José quebrando a disciplina da sequência do inquérito. Os documentos que dela recebi diziam especialmente respeito a temas de património pertencente à minha Tia Bisavó Mariana Francisca Sameiro e à teia de relações estabelecidas entre ela, seus pais e irmãos e com aqueles com os quais se relacionara por questões patrimoniais. As doações de documentos ocorreram em momentos diversos, suponho que à medida em que os ia encontrando, ou lhes vinham à memória por qualquer circunstância. Creio que me terá dado toda a documentação antiga que existia, mas nada relacionado com a sua própria biografia.

E a sua prima D.ª Carmen Dolores Lopes Tavares Sameiro?

A prima Carmita, assim lhe chamávamos, era prima-direita de meu Pai e muito nossa amiga, e, sabendo do meu interesse, ofereceu-me já pelos anos 80 do século passado, vários documentos respeitantes ao património de seu Pai, o tio João Caetano de Carvalho Sameiro. Património que o tempo se encarregara de dissipar, pelo que os tais papéis não tinham mais que um valor sentimental. Fiquei-lhe muito grato por tal gesto que permitiu juntar ao acervo existente documentação do sec. XIX / XX.

E o seu primo o Sr. Coronel Álvaro de Bivar Moreira de Brito Velho da Costa?

O meu contacto inicial com o primo Álvaro não teve como especial propósito uma busca genealógica ou acesso a fundo documental. Procurava obras de arte da autoria do meu tio bisavô Diogo Pereira da Gama e especialmente o célebre quadro da caçada aos veados, que hoje me pertence por desinteresse de outros parentes e muita generosidade do herdeiro testamentário. Encontrei uma quantidade enorme de desenhos e consegui estabelecer as ligações familiares entre mim e o primo Álvaro, graças às informações e documentos que me facultou. Acabou por me oferecer dois lotes de desenhos e permitiu que copiasse documentos respeitantes à Família Oliveira e Sousa da Gama de Campo Maior e aos Moreira de Brito Velho da Costa. E um desses documentos foi-me confiado. O primo Álvaro era uma pessoa já fisicamente muito debilitada, mas de boa cabeça e de uma gentileza extrema.

Ao contrário das anteriores, o Sr. Coronel Álvaro de Bivar tinha descendentes. Os seus primos Bivares continuaram a deter documentação ou recuperou este acervo na totalidade?

Só mantive relações com dois dos filhos do primo Álvaro, o primo Frederico e a prima Maria Antónia, ambos já falecidos, sem terem deixado descendência. Os outros conheci-os, mas não estabeleci com eles qualquer relacionamento. Esta parte da família teria um vago interesse pelo passado, tendo alienado algum património familiar. Não consegui saber que destino tinham tido os documentos do primo Álvaro após a morte da prima Maria Antónia. Ninguém respondeu às minhas perguntas.

Certamente terá notícia sobre núcleos de documentação familiar que se perderam...

Relativamente à linha Durão de Sá / Moreira de Campos existiu um núcleo documental reunido pelo primo Simão Moreira de Campos, que após a sua morte foi queimado pela criada, ao que se diz simpatizante do PC e que assim terá dado largas à sua consciência de classe. Do lado Durão de Sá apenas subsistiram os que foram entregues à minha Mãe – por diligência minha – pelos herdeiros da viúva do tio Ladislau Durão de Sá. Para muitas destas perdas contribuiu o abandono de residências e localidades tradicionais, pois só muito poucas pessoas têm pachorra para carregar consigo papel sem qualquer valor material.

Da família Sameiro de Montemor todos os documentos de natureza pessoal anteriores aos finais do sec. XIX desapareceram, sem que se saiba exactamente como.

É preciso recuar ao século XVIII para que encontremos o antepassado comum com alguns destes seus parentes, não obstante tratavam-se comumente por "Primos". Esta familiaridade traduziu-se numa "anulação do tempo histórico". Estes "papeis velhos" contribuíram para a criação de uma memória identitária partilhada por vários ramos da família?

Em diversos ramos da família restabeleceram-se relações há muito esquecidas e restaurou-se o tratamento de «primo», hoje tão esquecido. Todavia os «papeis velhos» e as memórias perdidas foram um meio de recuperação de elos perdidos e permitiram lançar pontes sobre linhas afastadas e superar quezílias que se mantinham com obstinação, embora já ninguém soubesse por que razão se tinham gerado,

Há que ver que em diversos ramos da minha família se verificaram substanciais perdas de património pelos finais do séc. XIX e com especial

incidência na primeira metade do séc. XX, o que teve como consequência o abandono dos lugares de presença tradicional e a migração para os grandes centros, o que tudo comprometeu a coesão e ligações familiares.

Regressando às cópias por si reproduzidas... O que é que procurou reproduzir? De que arquivos se socorreu?

Diria que as cópias têm duas matrizes uma de natureza genealógica e outra de natureza social e patrimonial. Na primeira inscrevem-se os processos de habilitação de genere, quer perante o Santo Ofício quer perante as Câmaras Eclesiásticas, os processos individuais dos militares. Na segunda temos os decretamentos de serviços, as residências, as classificações de serviço, os inventários por óbito, os testamentos, os documentos notariais.

A genealogia não constitui um elenco de nomes e datas. Deve revelar a identidade das pessoas de que trata, nos múltiplos aspectos das suas vidas

E a documentação adquirida? Diz respeito à sua família? Como a adquiriu?

A documentação adquirida diz respeito à minha família e à caracterização dos ambientes em que viveu. Cito, a propósito um caderno sobre conspirações liberais durante o reinado de D. Miguel investigadas em Portel, terra onde existe um ramo da família Sameiro particularmente envolvido nas questões políticas do tempo. As aquisições foram feitas em alfarrabistas ou em leilões.

Que pessoas o influenciaram no sentido de que valeria a pena preservar um arquivo de família?

Ninguém me aconselhou, ou sugeriu sequer, que constituísse um arquivo de família. Perante entregas de documentos, resolvi, a partir dos meus 17 anos, tomar medidas para que essa documentação se não perdesse e comecei a organizar inventários de documentação, por ordem cronológica, divididos por linhas familiares e referenciados ao parente referido nos documentos. Nada disto constava dos lotes de documentos recebidos.

Cumpre-me reconhecer que a Tia Maria José em muito inspirou este meu comportamento.

A sua passagem pelo Instituto Português de Heráldica ou pelo Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva também o influenciou?

Quando ingressei no IPH, aos 25 anos, já tinha o núcleo inicial da documentação, apenas se abriram os meus olhos para outras fontes de

informação e locais a explorar para pesquiza de documentação. O Instituto Vasco Vill'Alva permitiu-me tomar conhecimento de vários núcleos documentais e da importância do seu tratamento arquivístico por processos que ultrapassavam as minhas noções empíricas.

Verificamos que existe um enorme esforço de reunião de papeis de família e na construção do seu arquivo de família. O seu arquivo continua em "crescimento"?

Nunca cessam as incorporações num arquivo familiar.

O principal problema que pressinto é o como preservar um núcleo documental – onde? por que meios? – relativo a uma família cuja importância social não atrai a atenção dos investigadores, mais preocupados com as que revelem maior interesse, político, social ou económico.

Montemor-o-Novo
2 de Janeiro de 2022

ANEXO 4: Documentos Pasta de António Pedro Sameiro (1841-1928)

DOCUMENTOS PASTA DE ANTÓNIO PEDRO SAMEIRO (1841-1928)

Título	Data	Nível de Descrição	Nome do Produtor	Modelo Sistémico
Homenagem offerecida aos Srs. Antonio Pedro Sameiro, Francisco Henriques de Sousa Romeiras, Gabriel Nunes e Simão Nunes no dia 6 d'agosto de 1882, dia em que se inaugura a Praça de Touros no rocio de S. Domingos em Montemór-o-Novo	1882-08-06	Documento Simples	Sameiro, António Pedro	S Sameiro, Secção Sameiro I, Subsecção António Pedro Sameiro
Petição derigida aos Parochiannos da freguesia da Repreza	c. 1926-02-18	Documentos Composto	Sameiro, António Pedro	S Sameiro, Secção Sameiro I, Subsecção António Pedro Sameiro
[Cópia de carta de D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa a Pedro de Almeida pedindo que este o represente como seu procurador]	1879-05-18	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa sobre a promoção no lugar de Recebedor da Comarca]	1881-07-28	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre o lugar de Recebedor da Comarca]	1881-08-07	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Cópia de carta de D. José de Saldanha Oliveira e Sousa a António Pedro Sameiro sobre concurso público]	1881-08-08	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença

[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa pedindo a sua interceção para a manutenção de João Joaquim Salgado no cargo de escrivão da fazenda de Montemor-o-Novo]	1881-11-11	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Anotações sobre correspondência expedida a António Pedro Sameiro]	1881-12-15; 1883-01-[??]	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de José Maria Ramalho Dinis Perdigão a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa informando-o que se contitui como fiador do seu parente António Pedro Sameiro]	1883-01-08	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre obras na herdade da Valeira]	1883-07-20	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Cópia de carta de D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa a António Pedro Sameiro sobre concertos e obras]	1883-07-22; 1884-02-22	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa pedindo adiamento no pagamento da renda da herdade da Valeira]	1884-08-05	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de Alfredo César Loup a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre correspondência]	1884-08-07	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença

[Cópia de publicação do Diário de Governo de 22 de Outubro de 1885]	1885-10-22	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa sobre temas particulares]	1886-01-01	Documentos Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Anotações sobre negociação ocorridas ente D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa e António Pedro Sameiro]	1888-02-01	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Cópia de carta enviada por D. José de Saldanha Oliveira e Sousa a António Pedro Sameiro sobre a vinda deste a Lisboa e a continuação do arrendamento da herdade da Valeira]	1888-12-05	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro para D. José de Oliveira e Sousa comunicando a aceitação da proposta de D. José relativa ao arrendamento da herdade da Valeira]	1888-12-25	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta registada de D. José de Saldanha Oliveira e Sousa a António Pedro Sameiro pedindo a que este venha a Lisboa]	1888-12-27	Documentos Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro para D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre a renovação do arrendamento da herdade de Valeira]	1888-12-30	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença

[Cópia de carta de D. José de Oliveira e Sousa a António Pedro Sameiro aceitando a prorrogação do arrendamento da herdade da Valeira por mais três anos]	1889-01-09; 1889-01-13	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre a apresentação de fiador]	1889-01-13	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa sobre o seu fiador]	1889-01-18	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Carta de António Pedro Sameiro a Manuel de Aguiar pedindo o atraso no pagamento da renda da Herdade da Valeira]	1890-07-22	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Carta de António Pedro Sameiro a [?] sobre a renda da Herdade da Valeira]	1890-07-30	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Carta de António Pedro Sameiro a Manuel de Aguiar dando informações sobre a Herdade de Casbarra]	1890-11-21	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cópia de carta de Manuel de Aguiar a António de Morais sobre a renovação de arrendamento de três herdades]	1891-04-06	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Carta de António Pedro Sameiro a Manuel de Aguiar pedindo que o pagamento da renda da Herdade da Valeira fosse prorrogado para meados de Setembro]	1891-07-26	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha de Oliveira e Sousa agradecendo a prorrogação no pagamento da renda]	1891-07-31	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa

[Apontamentos sobre acção de despejo de António Pedro Sameiro]	1893-10-16	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Carta de António Pedro Sameiro a D. José de Saldanha Oliveira e Sousa perguntando a quem se deve dirigir no decorrer da morte do seu procurador]	1894-01-17	Documento Composto	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	1884-01-01	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa; D.ª Bárbara Maria Tavares de Almeida Proença
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	c. 1879-1894	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	c. 1879-1894	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	c. 1879-1894	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	c. 1879-1894	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Cartão de visita de António Pedro Sameiro]	c. 1879-1894	Documento Simples	Saldanha Oliveira e Sousa, D. José Luís de	SS Casa de Rio Maior, Secção Saldanha de Oliveira e Sousa, Subsecção D. José Luís de Saldanha de Oliveira e Sousa
[Certidão de arrematação em hasta pública que fez António Pedro Sameiro de uma morada de casas]	1929-03-21	Documento Simples	Sameiro, António Pedro	SS Lopes Tavares Sameiro, Secção Sameiro, Subsecção João Caetano de Carvalho Sameiro; Ernestina Caldas Lopes Tavares
Cópia do testamento de António Pedro Sameiro	d. 1926	Documento Simples	Sameiro, João Caetano de Carvalho	SS Lopes Tavares Sameiro, Secção Sameiro, Subsecção João Caetano de Carvalho Sameiro; Ernestina Caldas Lopes Tavares

[Certificado do Pároco de Montemor-o-Novo sobre missas por alma de António Pedro Sameiro]	23/03/1929	Documento Composto	Sameiro, João Caetano de Carvalho	SS Lopes Tavares Sameiro, Secção Sameiro, Subsecção João Caetano de Carvalho Sameiro; Ernestina Caldas Lopes Tavares
[Cópia de Cartaz de Tourada em Montemor-o-Novo]	Séc. XX	Documento Simples	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções
[Cópia de "Livro dos Creados da Lavoura de Mourel"]	Séc. XXI	Documento Composto	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções
[Cópia de Livro "Despezas de Moitas desde 1874"]	Séc. XXI	Documento Composto	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções
[Cópia de Livro "Aceno dos gados desde, 1866"]	Séc. XXI	Documento Composto	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções
[Cópia de Livro "Relação dos ceriais que cemeio desde o anno de 1863"]	Séc. XXI	Documento Composto	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções
[Cópia de Livro de Encabeçamento em diversas herdades]	Séc. XXI	Documento Composto	Sameiro, António Pedro de Sá Alves	S Sameiro, Secção Sameiro IV, Subsecção António Pedro de Sá Alves Sameiro, Subsubsecção Reproduções

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_3

Fontes documentais sobre o(s) Cartório(s) Notarial(ais) no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

Documentary sources on the Notarial Office(s) in the Municipal Archive of Vila Franca de Xira

LÉNIA OLIVEIRA
Técnica Superior no Arquivo Municipal de Lisboa
lenia.r.oliveira@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5170-0590

RESUMO

A carência de estudos sobre o tabelionado no território de Vila Franca de Xira encorajou-nos a desenvolver uma simbólica investigação no âmbito da Pós-graduação em Arquivística Histórica (2021/2022). Porém, localizámos a seguinte documentação notarial: o fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira", existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1661-05-27 – 1979-06-22), e vários documentos notariais à guarda do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira (1776-11-07 – 1929-01-16). A descrição arquivística, que incidiu sobretudo sobre a documentação notarial encontrada no AMVFX, revelou-nos que para além do ofício de tabelião ter existido em Vila Franca de Xira, também teve lugar em Alhandra, Alverca e Povos, concelhos extintos durante o séc. XIX, no decorrer das Reformas Liberais, as quais deram origem a um novo desenho administrativo do país. A identificação dos tabeliães pertencentes a esses territórios e a perceção de como estes registavam e conservavam a documentação que produziam, permitiram-nos um olhar atento sobre essa realidade perdida no tempo: os tabeliães eram obrigados a respeitar

a circunscrição geográfica a que estavam adstritos, e tinham uma rede clientelar diversificada, ficando evidente a correlação entre o local de residência dos outorgantes e o local das propriedades contratualizadas. Para além disso, a documentação à guarda do AMVFX é complementar à que existe no ANTT.
Para efeitos de recuperação da informação estes são fatores a ter em conta em futuras descrições arquivísticas, pois a probabilidade de um determinado ato notarial ser encontrado aumenta, quando associado à localidade onde o notário exerceu o seu ofício.

PALAVRAS-CHAVE: Cartório Notarial de Alhandra; Cartório Notarial de Alverca; Cartório Notarial de Povos; Cartório Notarial de Vila Franca de Xira; Recuperação da informação.

ABSTRACT

The lack of studies on notaries in Vila Franca de Xira encouraged us to carry out a symbolic piece of research as part of the Postgraduate Course in Historical Archivistics (2021/2022). However, we did locate the following notarial documentation: the "Vila Franca de Xira Notary Office" archive, held at the Torre do Tombo National Archive (1661-05-27 – 1979-06-22), and various notarial documents held by the Vila Franca de Xira Municipal Archive (1776-11-07 – 1929-01-16).
The archival description, which focused mainly on the notarial documentation found in the AMVFX, revealed that as well as the office of notary having existed in Vila Franca de Xira, it also existed in Alhandra, Alverca and Povos, municipalities that became extinct during the 19th century as a result of the Liberal Reforms, which gave rise to a new administrative design for the country.
The 200 records that resulted from the archival description allowed us to take a closer look at the documentation produced by each notary public in these locations: the notaries were obliged to respect the geographical circumscription to which they were attached, they had a diversified client network, the correlation between the place of residence of the grantors and the location of the contracted properties was evident, and furthermore, the documentation held by the AMVFX is complementary to that held by the ANTT. As a result, the documentation found in the AMVFX came to constitute four documentary funds: Alhandra notary's office, Alverca notary's office, Povos notary's office, and Vila Franca de Xira notary's office.

These are undoubtedly factors to take into account in future archival descriptions for the purposes of information recovery, as the likelihood of a particular notarial act being found increases when it is associated with the locality where the notary practiced his office.

KEYWORDS: Alhandra notary's office; Alverca notary's office; Povos notary's office; Vila Franca de Xira notary's office; Information recovery.

Introdução

1.1. Tabeliães, esses profissionais da escrita encartados

A época que integra o tabelionado, vai desde o momento em que os tabeliães exercem o seu ofício por nomeação régia, ou seja, desde o séc. XIII (D. Afonso III, 1254), até ao momento em que a sua profissão é suprimida, em 1899, através da publicação do Decreto de 23 de dezembro, cabendo aos notários públicos a continuidade das suas funções (Artigos 16º e 17º do Decreto de 23 de dezembro, 1899). Os tabeliães exerceram o seu ofício junto daqueles que os procuravam, elaborando documentos vários, como contratos de compra e venda de propriedades, hipotecas, empréstimos, testamentos, doações, entre outros. Eram "um órgão social característico do sul da Europa, a *Europa dos tabeliães* por oposição à *Europa dos Sinetes*, no norte", em virtude da documentação não "ser lacrada com sinetes, mas depender essencialmente da chancela de um notário, que comprova juridicamente os factos por ele certificados" (Cippola, 1993, como citado em Ferreira et al., 2004, p. 213). Dotados de fé pública conferiam autenticidade e validade jurídica aos documentos que redigiam[1]. A historiografia sobre o tabelionado português tem sido, desde a década de 80 do séc. XX, progressivamente estudada por diversas razões: para se identificarem os tabeliães, para se perceber em que território atuavam, qual a sua rede de clientes, que documentos produziram, e de que modo registavam, organizavam, e preservavam a informação. Hoje sabemos que o tabelionado não ocorreu de forma homogénea pelo território português, muito embora

[1] Nos livros de notas os sinais de validação próprios dos documentos dos notários eram o termo de abertura, o termo de encerramento, paginação e rubrica nos fólios, para além da presença de assinatura e de testemunhas (Ferreira et al., 2004, p. 213).

estivesse sujeita a uma regulamentação geral do reino[2]. Existem casos no país em que a relação entre a Coroa e algumas casas senhoriais, como por exemplo, a Casa de Aveiro, deram origem a uma autonomia, verificando-se autorizações diretas para o exercício do ofício de Tabelião por parte dos senhores (Mata, 2020, pp. 18-25). Com o passar do tempo, este ofício anteriormente desempenhado por apenas um Tabelião, o *primus tabellio* (Nogueira, 2001, parágrafo 2), expande-se e intensifica-se, sendo uma forma de ascensão social, por via dos emolumentos cobrados. Passa a existir um distribuidor que confere a mais do que um Tabelião, uma determinada circunscrição geográfica, na qual os tabeliães exerciam a sua profissão, colocando-se a hipótese dessa distribuição se realizar pelos grupos sociais associados à governança local (Nogueira, 2001, parágrafo 29). Os critérios para o exercício desta profissão eram rigorosos exigindo-se "ser maior de 25 anos, casado de acordo com o Concílio tridentino, não ser Cristão-novo (na Idade Média e até à sua expulsão os judeus não podiam ser tabeliães) e ter satisfeito as provas de aptidão para o ofício" (Mendes, 2010-2011, p. 47). A carta de ofício deveria ser apresentada ao Juiz de Fora, e o candidato ao cargo tinha de se deslocar a Lisboa, à Chancelaria, para assinar o Livro de Chancelaria e colocar o seu sinal (Mendes, 2010-2011, pp. 75-76). Tratava-se de um ofício hereditário até à Carta Constitucional de 1822 (Mendes, 2010-2011, p. 51), passando de pai para filho, sendo no entanto, necessário apresentar uma licença régia que confirmasse a sua sucessão (Mendes, 2010-2011, p. 70). O ofício também podia ser atribuído a genros, como dote de casamento, implicando a renúncia do proprietário na sua filha (Mendes, 2010-2011, p. 63).

1.2. Os Cartórios Notariais de Vila Franca de Xira

A carência de estudos sobre o tabelionado no território de Vila Franca de Xira encorajou-nos a desenvolver uma simbólica investigação no âmbito do Trabalho de Projeto em Arquivística Histórica, durante o ano letivo de 2021/2022 (1.ª edição). Este artigo é uma síntese dos seus pontos fundamentais, e apresenta-se numa versão melhorada, devido a novas leituras e à

2 Para uma introdução geral ao tema dos tabeliães e do notariado público ver o artigo Pereira, I. R. (1989). O Tabelionado em Portugal. In Congreso Internacional de Diplomática, *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV. Actas del VII Congreso Internacional de Diplomatica, Valencia, 1986* (pp. 615-700). Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Esport.

própria revisão da matéria. O título atribuído ao artigo é deliberadamente ambíguo, porque as localidades de Alhandra, Alverca e Povos, outrora concelhos[3], tiveram os seus próprios tabeliães. Essa divisão administrativa influenciou a distribuição dos tabeliães pelo território, deixando marcas na documentação que produziram. Relativamente aos arquivos notariais constatámos a existência de dois conjuntos documentais: a) documentação notarial encontrada no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira (AMVFX)[4]; b) o fundo documental "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira", à guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). O encontro com esta documentação constituiu-se um desafio à sua compreensão considerando que aos arquivos municipais cabe a reunião da "documentação relativa a um município ou proveniente de organismos administrativos do mesmo âmbito" (Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, 1993) e que os arquivos notariais, por serem de conservação permanente[5] devem ser incorporados nos arquivos nacionais ou distritais, de acordo com a atual legislação das incorporações obrigatórias (Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março, 2004). A análise dos parcos documentos notariais existentes no AMVFX também se revelou complexa, pois encontrámos muitas camadas de informação que tiveram de ser escrutinadas e questionadas, de forma a entendermos melhor a história custodial e administrativa desta documentação e a sua real proveniência. Por todas estas razões, a investigação implicou obrigatoriamente a descrição arquivística[6] da documentação notarial à guarda do AMVFX, já que a enorme dimensão do "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira", existente no ANTT[7] impossibilitava a concretização dessa tarefa.

---

3 O concelho de Povos foi extinto em 1836. O Decreto de 21 de maio de 1841, atribuiu a Vila Franca de Xira as vilas de Arruda, Alverca e Alhandra. Os concelhos de Alhandra e Alverca foram extintos em 1855, passando Alhandra a estar inserida momentaneamente, no concelho de Alverca, até à data da sua extinção, no mesmo ano civil (Raimundo, 2012, p. 65).

4 Entre 2006 e 2007, a documentação do antigo Tribunal de Vila Franca de Xira foi tratada arquivisticamente por quase toda a equipa do AMVFX, da qual Lénia Oliveira faz parte entre 2005 e 2015, tendo sido identificada documentação notarial. Esta foi separada da documentação do Tribunal, permanecendo sem tratamento arquivístico, uma vez que a prioridade era o tratamento da documentação judicial.

5 Segundo Fernanda Ribeiro "o notariado é a única instituição que tem por finalidade conferir um carácter de autenticidade aos actos privados e assegurar a sua conservação" (1998, p. 345).

6 No entendimento do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) a descrição arquivística consiste na representação de uma unidade de descrição e nas partes que a compõem, através da análise, da organização e do registo de informação, permitindo a identificação, a gestão e a localização do documento de arquivo, em articulação com o contexto e o sistema de arquivo que o produziu (Conselho Internacional de Arquivos, 2002, p. 13).

7 Fundo documental constituído por vinte e duas séries e onze subséries, na dimensão de 2096 livros e 602 maços, em suporte de papel, com o código de referência PT/TT/NOT/CNVFX (1661-05-27 – 1979-06-22). Disponível na internet: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7746254

2. Metodologia

2.1. Os contributos da Arquivística Histórica

De acordo com Maria de Lurdes Rosa, e considerando que a Arquivística Histórica reúne as vertentes do estudo da "produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos (…) tendo em conta a produção de informação social em contexto" (2017, p. 550), partimos da sua proposta para um percurso de investigação, o qual pode implicar cinco fases (2017, pp. 572-580). Em resposta à primeira fase (questões teórico-metodológicas prévias) consultámos bibliografia adequada para aprofundar o tema do tabelionado, quer do ponto de vista nacional, quer local. No que concerne à segunda fase (estudo das reconfigurações não-organizacionais dos arquivos) realizámos telefonemas junto dos cartórios notariais de Vila Franca de Xira, de modo a perceber o paradeiro da documentação notarial produzida pelos tabeliães e notários até ao início do século XX. Efetivámos duas entrevistas[8], e enviámos e-mails para a DGLAB, seguindo o método antropológico de trabalho de campo, de levantamento e recolha de materiais, para obter informação complementar. Relativamente à terceira fase (estudo dos processos de produção, documentalização, conservação e uso da informação organizacional), confrontámos a informação bibliográfica com a registada na documentação (analisando o conteúdo desta, as assinaturas, os sinais e as titulaturas dos tabeliães, a tipologia documental, observando os carimbos institucionais, etc.), de modo a perceber que continuidades e desvios eram possíveis de detetar[9]. No que diz respeito à quarta fase, (reconstituição da estrutura de produção da informação organizacional e disponibilização dos resultados), procedemos à identificação da documentação notarial (a disponível *online* no ANTT[10], e a

---

8 Recolhemos o testemunho da atual Conservadora do Registo Predial de Vila Franca de Xira, a Dr.ª Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira, que tinha sido Notária do 1º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, tendo sido responsável pelo envio de grande parte dessa documentação para o Arquivo Distrital de Lisboa (ADL) em 2005, e ainda, a ex-Coordenadora do AMVFX, a Dr.ª Manuela Côrte-Real, que fez parte deste arquivo municipal durante 30 anos, e que atualmente se encontra aposentada.

9 Verificámos uma continuidade do exercício do ofício de tabelião no concelho de Alhandra, onde a profissão se prolongou após o desaparecimento deste concelho em 1855, e após a extinção do ofício de tabelião em 1899.

10 A pesquisa realizou-se online entre 1 de outubro e 30 de novembro de 2021, no Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível na internet: https://digitarq.arquivos.pt/

existente no AMVFX[11]), com recurso a Folhas de Recolha de Dados (FRD), registando e avaliando a massa documental. Classificámos, ordenámos e descrevemos a documentação, elaborando os respetivos quadros de classificação. Por fim, chegados à quinta fase (questionamentos historiográficos), para além de analisarmos os resultados obtidos, sintetizando os mesmos em listas, tabelas e gráficos, cruzámos essa informação com outras fontes documentais, referidas mais adiante neste artigo, procurando argumentos válidos para sua interpretação histórica.

2.2. Técnicas de recolha de dados

Baseando-nos nas metodologias propostas por Inês Amorim, procedemos à análise de conteúdo da informação extraída a partir da descrição arquivística, porque na opinião da autora, quando analisamos e descrevemos arquivos notariais devemos ter em consideração as suas tipologias documentais, a identificação do tabelião, a localidade onde exercia o seu ofício e com que frequência (2003, pp. 95-97). Para definirmos o perfil dos tabeliães e dos outorgantes envolvidos nos atos notariais seguimos igualmente esta autora, que propõe que se estudem os agentes sociais que surgem afetos aos atos notariais, e quais as relações entre as origens geográficas dos clientes e o escritório notarial (Amorim, 2003, p. 100). Para tal elaborámos tabelas para cada fundo, definindo campos específicos, onde essas informações foram assinaladas (X), à semelhança das tabelas que constam no anexo 3.

Inspirámo-nos ainda na classificação proposta por Maria Helena da Cruz Coelho para esclarecermos as tipologias documentais. A autora divide os atos notariais em quatro grandes grupos: 1 - documentos referentes às relações; 2 - documentos sobre bens, créditos e serviços; 3 - documentos sobre o casamento; e 4 - documentos "*mortis causa*" (2001, pp. 206-208). No entanto, como a documentação notarial do AMVFX não é significativa quer do ponto de vista do volume, quer na diversidade dos atos notariados, dividimos as tipologias documentais de acordo com a realidade documental existente, dando origem aos seguintes grupos: A – documentos referentes às relações interpessoais (perdão, procuração), B – documentos sobre bens (doação, venda arrendamento), C – documentos sobre bens (crédito, fiança, dívidas), e por

[11] Pesquisa efetuada presencialmente nas instalações do AMVFX, durante o ano letivo 2021/2022, com o apoio dos Técnicos Superiores de Arquivo José Rocha, Ricardo Aniceto e da Assistente Técnica Sandra Mendes.

fim, D – documentos "mortis causa" (testamentos, partilhas de heranças), o que se traduziu nos gráficos do anexo 3, dados como exemplo.

2.3. A constituição dos fundos e das séries da documentação notarial do AMVFX

A documentação notarial do AMVFX segue uma estrutura seriada e cronológica tendo sido constituídos os seguintes fundos: Cartório Notarial de Alhandra (1813-11-10 – 1909-03-11), Cartório Notarial de Alverca (1776-11-07 – 1854-10-27), Cartório de Notarial Povos (1819-08-29), e Cartório de Notarial Vila Franca de Xira (1785-08-12 – 1929-01-16)[12]. As séries foram estabelecidas com base na natureza jurídica do ato notarial, que se revestia de uma fórmula, de um enunciado formal, consoante o fim a que se destinasse. Esta característica confere uniformidade aos registos, pois a utilização desses formulários pelos tabeliães "têm a sua justificação na prática de um direito comum a todo o país" (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 58). No entanto, como os livros de notas contêm registos de natureza diversa, congregados numa única unidade de instalação (o livro), o que reflete "a complexidade das situações da realidade quotidiana", podendo até "entrever uma geografia dos atos notariais" (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 58), constituímos a série "Livros de Notas", possibilitando a descrição de todos os atos notariais até ao nível do documento simples, a partir de cada livro. As séries acima referidas são compostas por documentos que existem avulso, fora desses livros de notas.

Relativamente à constituição e organização dos arquivos notariais, concluímos numa breve navegação pelo Portal Português dos Arquivos, que os cartórios notariais portugueses, de um modo geral, ora estão organizados por ofícios (1º Ofício, 2º Ofício, etc.)[13], sem relação do ofício ao nome do tabelião, ora estão organizados por séries documentais onde a referência ao ofício e ao nome do tabelião, também é ela em si uma raridade[14].

---

12 A organização da documentação foi sendo discutida em conjunto com a orientadora do trabalho de investigação, a Prof.ª Dr.ª Maria João da Câmara, e com os arquivistas do AMVFX, Dr. José Rocha e Dr. Ricardo Aniceto. Atualmente a descrição arquivística já se encontra devidamente validada pelos arquivistas do AMVFX, podendo ser consultada no portal de arquivo do município, acessível em https://arquivo.cm-vfxira.pt/.

13 Damos como exemplo os Arquivos Distritais de Aveiro, Beja, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

14 Destacamos neste caso os Arquivos Distritais de Bragança, Castelo Branco, Évora, Santarém e Lisboa.

De facto, já em 1998, Fernanda Ribeiro havia referido que não eram muitos os arquivos de notários com dados sobre a sua estrutura e funcionamento (p. 353). Porém, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) detetámos que, apesar da organização da documentação ter sido realizada por ofícios (desde o primeiro cartório notarial, ao Cartório Notarial – 8º ofício), e em séries, é possível identificar os tabeliães produtores da documentação por ofício[15]. Hoje sabemos que os tabeliães estavam obrigados a respeitar a circunscrição geográfica à qual estavam afetos, mas no caso dos cartórios notariais de Vila Franca de Xira, isto levanta questões, pois a documentação há muito que se encontrava apartada da sua integridade original. No documento *Tabeliães e notários. Orientações para a organização e descrição dos fundos notariais*, José Mariz indica-nos o que pode ter estado na origem da perda da proveniência, e da ordem original da documentação notarial:

> O cartório do ofício extinto era mandado integrar num dos cartórios restantes de modo que, com o correr do tempo, um notário podia acumular no seu cartório documentação proveniente de vários ofícios. Estes eram geralmente numerados (1.º ofício, 2.º ofício), provavelmente de acordo com a respectiva antiguidade. Note-se, no entanto, que nem sempre esta forma de identificar os vários ofícios foi reportada aos livros existentes, de modo que a reconstituição do núcleo correspondente a determinado ofício – nos casos em que a sua documentação foi misturada com a de outros – só se pode fazer através do reconhecimento dos sucessivos tabeliães que ocuparam o cargo. (Mariz, 1989, p. 13)

A documentação notarial do AMVFX não refere se se trata do 1.º ou do 2.º Ofício, e na ausência destes dados optámos por organizar a documentação nos quatro fundos acima referidos, na medida em que a sua constituição nestes moldes espelha uma circunscrição geográfica original, a qual tomámos a liberdade de interpretar como proveniência, pois é com base na proveniência "que se estruturam e organizam os fundos arquivísticos", pois "não é o tipo, nem a forma, nem o conteúdo informativo que caracterizam um documento de arquivo, mas sim a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em função, e no decurso da atividade de uma

15 Esta informação consta ao nível do fundo, no campo "História administrativa/biográfica/familiar".

pessoa física ou coletiva" (Ribeiro, 1996, p. 13). Para além disso, observámos que na documentação os tabeliães usam uma titulatura associada à localidade onde desempenhavam o seu ofício (ex. Tabelião Público de Notas da vila e termo de Alverca), e que ao congregarmos estes dois elementos, conseguimos apurar pelo menos, quais foram os tabeliães que trabalharam dentro de uma determinada divisão territorial, nos casos em que essa informação já se perdeu no tempo.

2.4. O Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, à guarda do ANTT

Não obstante, o estudo recair sobre a documentação notarial do AMVFX, é importante destacar o contributo que a pesquisa online sobre o "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" no ANTT, ofereceu à investigação, pois não só serviu de ponto de partida, como de base comparativa. Com base na subsérie "001 - Notas para escrituras diversas (sem letra) 1661-1960", pertencente à série 001- Notas para escrituras diversas (1661–1974)[16], conseguimos aferir uma lista de 94 tabeliães, bem como os seus anos de serviço[17]. Recolhemos os dados analisando livro a livro, com base nas datas dos primeiros e últimos registos feitos por cada tabelião. Selecionámos esta subsérie porque entre todos os outros níveis de descrição, este era o mais completo; para além de ser constituído pelos 1540 livros dos 2096 que compõem o fundo, tinha associados a cada livro o nome do tabelião, contrariamente à atualidade (ex. DC 00001 Livro de notas do tabelião Semião Coutinho de Azevedo 1661-05-27 – 1664-06-25)[18]. Esta subsérie alcança o ano de 1960, mas decidimos restringir a pesquisa até 1930, uma vez que a partir de 1899, o ofício de tabelião foi extinto, deixando ainda uma margem cronológica para os tabeliães que se mantiveram ou não, no ofício[19]. Desta análise retirámos outras ilações importantes, nomeadamente: a) os Livros de

16 As subséries 002, 003, 004, 005 e 006 (da letra A à E) não referiam o nome do tabelião.

17 Essa lista está integrada como anexo, no Trabalho de Projeto em Arquivística Histórica, disponível no Arquivo Virtual de Vila Franca de Xira. Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/viewer?id=357034&FileID=368663

18 Esta identificação foi realizada pela notária Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira a quem competiu a elaboração das guias de remessa da documentação antiga do 1º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, aquando do seu envio para o ADL, em 2005 (Informação obtida em contexto de entrevista).

19 Aos tabeliães com ofício estabelecido em sedes de concelho foi permitido continuar no exercício das suas funções, até os seus lugares vagarem, sendo depois ocupados pelos notários (artigos n.os 50.º e 54.º, do Decreto de 23 de dezembro de 1899).

Notas não seguem uma organização sequencial, de tabelião para tabelião como seria suposto, uma vez que "cada tabelião gozava de autonomia e era responsável pela transmissão dos livros de notas ao sucessor do cargo" (Amorim, 2003, p. 98); b) existem livros de notas associados a um único tabelião, e livros de notas elaborados em parceria com outro(s) tabeliães, denotando-se por vezes, confluência de datas, o que nos pode remeter para um método de trabalho; c) detetámos algumas falhas nos registos, talvez justificadas pelas Invasões Francesas ou pelas lutas liberais; d) a documentação deste fundo contém muito provavelmente, arquivos notariais provenientes de outras localidades, além de Vila Franca de Xira. A tabela estatística elaborada a partir das datas dos registos da subsérie "001 - Notas para escrituras diversas (sem letra)" mostra que o número médio de tabeliães por século[20], não pode ser atribuído exclusivamente à localidade de Vila Franca de Xira, pois os anos totais de serviço calculados por século, superam os 100 anos, tanto no séc. XVIII, como no XIX, no qual neste último, é evidente a massificação do ofício de tabelião (ver anexo 5)[21].

3. Resultados

3.1. História custodial e administrativa: um passado comum?

O cruzamento de informação com outras fontes documentais em paralelo com as entrevistas realizadas, conduziram-nos à suspeita de que poderíamos estar na presença de documentação notarial com um passado em comum, a partir do qual possam ter ocorrido dois percursos documentais distintos. A maior parte da documentação notarial foi remetida pelo 1º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, para o ADL[22], a 23 de maio de 2005[23], por

20 Referimo-nos à média, considerando que vários tabeliães têm parceria com os seus pares, nos livros de notas da subsérie indicada, como já foi referido.

21 Conclusão obtida a partir da soma do número de tabeliães, e da soma dos anos de serviço de cada um deles, por século.

22 O Arquivo Distrital de Lisboa foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, passando o seu acervo a estar acessível através do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível na internet: https://dglab.gov.pt/contactos-arquivos/

23 De acordo com a resposta da DGLAB, a incorporação desta documentação realizou-se mediante o cumprimento do n.º 2, do art.º 34º do Código do Notariado em vigor (Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto), e do art.º 5.ºdo Decreto-Lei n.º 250/96 de 24 de dezembro.

ordem superior, por falta de espaço físico, e por falta de condições para preservar a documentação em causa[24]. Já a documentação notarial existente no AMVFX foi encontrada junto à documentação do antigo Tribunal de Vila Franca de Xira[25], tendo sido incorporada nesse arquivo juntamente com outra documentação que se encontrava dispersa pela cidade, durante os anos 80 e 90 do séc. XX[26], quando o atual Museu Municipal, outrora Tribunal e Cadeia da vila, sofreu obras de adaptação a espaço museológico pela autarquia[27], e porque o Tribunal não a quis receber, alegando que essa documentação já não tinha valor probatório[28]. Contudo, a Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira relatou-nos que a construção do novo Tribunal de Vila Franca de Xira, construído com mão de obra prisional, entre o fim da década de 70 e início da década de 80 do século passado[29] implicou a transição de documentação judicial para o novo edifício, sendo aí guardada num grande depósito juntamente com documentação do Registo Predial e do Registo Civil[30]. Desconhecemos se a documentação judicial, do Registo Predial e do Registo Civil se encontrava anteriormente concentrada num único local, ou em separado[31], mas, considerando que a documentação do antigo Tribunal foi encontrada no edifício setecentista da Rua Serpa Pinto (hoje Museu Municipal), é provável que esta documentação, ou parte dela, tenha estado reunida nesse edifício. Mas mais. Parte da documentação notarial existente no AMVFX tem relação com outras entidades, podendo estar em causa pro-

24 Informação obtida junto da Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira.

25 Entre 1995 e 1997, a documentação do Tribunal de Vila Franca de Xira (e outra avulsa), já tinha sido sinalizada pelo Dr. José Mariz, aquando do recenseamento dos arquivos locais, não tendo à data tratamento arquivístico (Mariz, 1995-1997, p. 217).

26 Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/authorities/248

27 Disponível na internet: https://www.museumunicipalvfxira.pt/o-museu

28 Informação obtida junto da Dr.ª Manuela Côrte-Real, ex-coordenadora do Arquivo Municipal, que acompanhou esta situação, propondo à Câmara Municipal a integração desta documentação no Arquivo Municipal devido ao seu valor histórico.

29 Informação disponível na internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16374

30 No Tribunal existiu uma secretaria com dois notários; o notário de primeiro ofício, localizava-se dentro do Tribunal, e o notário de segundo ofício, no antigo Tribunal do Trabalho. O 1.º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira transitou posteriormente para a Rua Curado Ed. Planície, lj.104, e daí, para o ADL.

31 A Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira recorda-se de ter remetido para o ADL apenas um Livro de Notas relativo a Povos, e vários com origem em Alverca, Alhandra e Vila Franca de Xira, detetando falhas cronológicas na documentação, e desconhecendo o paradeiro da documentação em falta.

veniências distintas[32], sendo o Registo Predial (e de hipotecas), uma dessas entidades. Ora, o Registo Predial teve início dentro dos Juízos de Direito[33], devendo os seus registos ser averbados "nos títulos ou documentos por onde se fazem, com declaração da data e folhas do livro onde foram lançados e com a assinatura do Tabelião" (Ribeiro, [1941], p. 288). Corroborando esta ideia, a Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira mencionou que o Registo Predial passou a ser obrigatório a partir de 1860, e que Vila Franca de Xira, foi uma das primeiras localidades do país a aderir a essa inovação. Segundo a mesma, passou a haver um duplo registo: um no tabelião onde ocorre a escritura, e outro, junto do Conservador, para efeitos de cadastro nas finanças, onde este verifica e valida a escritura, através dos Livros de Notas do respetivo tabelião. Foi com base nestas informações que distinguimos a documentação notarial que integra os Cartórios de Alhandra, Alverca, Povos e Vila Franca de Xira, da demais.

3.3. Pontos de acesso

A difusão da informação contida nos documentos é função primordial de um serviço de informação (Ribeiro, 1996, p. 9), pois cabe ao arquivista definir como é que essa informação poderá ser recuperada através de outros meios complementares, uma vez que é a descrição que nos permite saber que pontos de acesso podemos constituir a partir dela, para recuperarmos a informação de modo rápido e eficaz (Ribeiro, 1996, p. 10). Os instrumentos de descrição elaborados foram sobretudo de tipo onomástico e ideográfico, permitindo o acesso à informação pelo nome do tabelião, ou por assunto (Ribeiro, 1996, pp. 14-18), indo ao encontro das necessidades dos seus eventuais utilizadores (Ribeiro, 1996, p. 20), designadamente: a) índice onomástico dos 35 tabeliães identificados nos Cartórios Notariais de Alhandra, Alverca, Povos e Vila Franca de Xira (AMVFX)[34]; b) lista de termos

32 Identificámos documentos oriundos do Juízo de Direito da Comarca de Vila Franca de Xira, da Conservatória Privativa de Registo de Hipotecas, mais Direitos e Encargos Prediais na Comarca de Vila Franca de Xira, dos Notários da Comarca de Torres Vedras, e da Repartição de Finanças de Vila Franca de Xira, entre outras entidades.

33 O artigo 1.º do Decreto de 26 de outubro de 1836, menciona que "em todos os julgados, onde existirem Juízes de Direito, haverá um ou mais livros de registo" (Ribeiro, [1941], p. 281).

34 Ver anexo 1. O índice onomástico é acompanhado da localidade onde o tabelião desempenhou o seu ofício e de observações complementares.

e entidades[35]; c) glossário de termos que constituem as séries documentais[36]; d) lista de 94 tabeliães identificados no "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira", à guarda do ANTT; e) lista de tabeliães sem registos associados ao fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT[37].

3.4. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo realizada a partir da descrição arquivística deu origem a 13 tabelas, 35 gráficos, sem esquecer o índice onomástico e as várias listagens, os quais são impossíveis de representar neste artigo. Assim, apenas serão mencionadas algumas informações de caráter historiográfico e os dados estatísticos mais relevantes de cada cartório notarial. Os quadros de classificação de cada fundo encontram-se no anexo 2.

3.4.1. Cartório Notarial de Alhandra (1813-11-10 – 1909-03-11)[38]

A referência ao ofício de Tabelião no concelho de Alhandra não é clara, sendo referido em 1712, que a vila pertencia aos Arcebispos de Lisboa, tendo Ouvidor, Vereadores, escrivão de Câmara, Procurador do Concelho, Juiz dos Órfãos com escrivão e mais oficiais (Costa, 1712, p. 33). Neste estudo identificámos onze tabeliães, os quais realizaram os atos notariais no seu escritório, em 80% dos casos. A tipologia documental mais frequente relaciona-se com os documentos sobre bens imóveis (doações, vendas, arrendamentos), localizados maioritariamente na vila de Alhandra, seguida de São João dos Montes. Tanto os primeiros, como os segundos outorgantes vivem em

35 Esta lista faz menção a entidades do Estado (da administração central e local), a entidades judiciais, a entidades militares, a entidades religiosas, a morgados, a títulos nobiliárquicos e a vínculos que surgem mencionadas na documentação, para além de referir termos como aforamento, distrate, poder pátrio ou subenfiteuticação.

36 Esta lista procura esclarecer o significado jurídico dos atos notariais que estão na base da constituição das séries (atestado, certidão, escritura, letra, recibo de liquidação de dívida, livro de notas, privilégio, procuração, protesto de letra e requerimento), à semelhança de Maria Helena da Cruz Coelho (2001, pp. 208-211).

37 Os tabeliães aos quais não conseguimos localizar registos no Cartório Notarial de Vila Franca de Xira, no ANTT, contêm essa informação no anexo 1.

38 Fundo documental tratado arquivisticamente e composto por cinco séries, dez documentos compostos e vinte e cinco documentos simples. Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366461

60% dos atos notariais na vila de Alhandra. Os proprietários e as viúvas surgem associados com maior regularidade aos primeiros outorgantes, seguindo-se os campinos, os lojistas, os trabalhadores, e o Provedor. No que respeita ao perfil socioeconómico dos segundos outorgantes são os trabalhadores[39] que aparecem com mais frequência, seguidos dos fazendeiros, proprietários, solteiras, agentes de causas e procuradores.

3.4.2. Cartório Notarial de Alverca (1776-11-07 – 1854-10-27)[40]

O concelho de Alverca teve um Tabelião do Judicial e Notas, por volta do ano de 1712 (Costa, 1712, p. 36). Nos documentos analisados identificámos cinco tabeliães, os quais realizaram em 50% dos registos, os atos notariais no seu escritório, concretizando-os fora dele, em 33,3%. A tipologia documental mais recorrente são os documentos relativos a bens (doações, vendas, arrendamentos). Os primeiros outorgantes moravam essencialmente fora da vila de Alverca (Bucelas, Vialonga e Vila Franca de Xira)[41], habitando os segundos outorgantes, entre a vila de Alverca, e outras localidades (Vialonga e Vila Franca de Xira). No que respeita ao perfil socioeconómico dos segundos outorgantes destacam-se os lavradores. A maior parte das propriedades contratualizadas ocorre na vila de Alverca, localidade que por ter propriedades pertencentes às Capelas do Senhor Rei D. Afonso IV, beneficiava de privilégios.

3.4.3. Cartório Notarial de Povos (1819-08-29)[42]

Apesar de terem existido dois tabeliães em Povos, por volta do ano 1712 (Costa, 1712, p. 32), apenas nos chegou o documento do Tabelião Manuel de Oliveira Pinto Ferraz, que realizou um ato notarial no seu escritório, em Povos. O primeiro outorgante era proprietário e morador nesta

---

39 Designação atribuída a pessoas sem ofício específico.

40 Fundo documental tratado arquivisticamente e composto por três séries, cinco documentos compostos e um documento simples. Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366462

41 Esta análise apenas diz respeito aos trinta e cinco documentos que chegaram até nós (AMVFX). O estudo do fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT poderá revelar um dia, resultados diferentes dos apresentados.

42 Fundo documental tratado arquivisticamente constituído apenas por uma série e um documento simples. Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366465

vila, e o segundo outorgante, morava em Alhandra, sendo mestre pedreiro. O ato envolvia uma propriedade que não se localiza em Povos, mas sim, em São João dos Montes.

3.4.4. Cartório Notarial de Vila Franca de Xira (1785-08-12 – 1929-01-16)[43]

Fernão de Pina identificou quatro tabeliães quando reescreveu o foral de Vila Franca de Xira em 1 de junho de 1510, aquando da revisão dos forais portugueses (Macedo, 1992, p. 31). Cerca do ano de 1712, o ofício de tabelião não aparece mencionado na bibliografia consultada, surgindo antes, o de escrivão de notas (Costa, 1712, p. 33). A descrição arquivística permitiu-nos a identificação de dezanove tabeliães (produtores da documentação), e de outros sete[44], que surgiram mencionados em alguns dos atos notariais. A documentação notarial produzida pelos tabeliães afetos a Vila Franca de Xira, entre 1785 e 1929, indica-nos que em média[45], apesar de muitos atos notariais terem sido realizados no escritório do Tabelião em 42,8% dos casos, uma boa parte foi também elaborada em casa de um dos outorgantes, ou de procurador por eles legalmente outorgado, em 41% das situações. Os registos relacionam-se com atos notarias referentes a bens imóveis (doações, vendas, arrendamentos hipotecas) em 59,7% dos casos, seguidos de registos relativos a bens e serviços de crédito, fiança e dívida em 20,2%. Em média 63,1% dos registos referem que, tanto os primeiros como os segundos outorgantes tinham residência em Vila Franca de Xira, e quando celebram contratos relacionados com propriedades, revelam preferência sobre as que se localizam em Vila Franca de Xira. Nos primeiros outorgantes encontramos com maior frequência os proprietários, os comerciantes, os negociantes, as viúvas. Associados aos segundos outorgantes destacam-se as solteiras, os detentores de cargos militares, os lavradores, os escrivães, os almoxarifes e os trabalhadores.

---

43 Fundo documental tratado arquivisticamente e composto por seis séries, uma subsérie, três unidades de instalação, cento e quarenta e seis documentos simples e nove documentos compostos. Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366463

44 Feliciano Pinheiro Henriques e Faria (1793), João Gomes da Silva (1799), José da Costa Araújo (1813), Manuel José de Matos Piedade (1820), António José de Mesquita Quintela (1822), Manuel de Figueiredo Barbedo (1822), e Vicente Xavier Ferreira de Brito (1826).

45 Uma vez que neste fundo há registos dentro e fora dos livros de notas, optámos por assinalar a média obtida entre os registos dos documentos avulsos, com os registos dos dois livros de notas.

4. Discussão

4.1. Os caminhos da descrição arquivística

A descrição arquivística originou 200 registos desde o nível de descrição do fundo até ao documento simples, seguindo-se as normas internacionais recomendadas[46], aplicando-se ainda o Registo de Autoridades Arquivísticas, uma vez que considerámos cada tabelião um produtor independente. Muito embora não tenha sido possível elaborar uma biografia para cada tabelião, dada a escassez de informações sobre estes, foi possível encontrar alguns dados biográficos, familiares e profissionais em pesquisas online no ANTT[47]. Os cartórios notariais estão disponíveis no Portal do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, através de pesquisa automática, sendo este o seu ponto de acesso principal, através do programa informático "Archeevo", que foi desenvolvido pela empresa Keep Solutions. Porém um novo modelo de descrição arquivística tem vindo a ser discutido: o modelo conceitual internacional de descrição arquivística *Records in Contexts* (RIC), que faz uso da pesquisa bibliográfica e documental para o alcance de resultados e permite a interoperabilidade entre sistemas, e entre instituições gestoras de arquivos (Moraes et al., 2019, p. 4). Este modelo foi desenvolvido pelo ICA, numa versão preliminar em 2016, através do Grupo de Peritos em Descrição Arquivística (EGAD), com o intuito de se encontrar uma solução de descrição arquivística que garantisse a integração e a inter-relação dos quatro padrões descrição [ISAD-G (Conselho Internacional de Arquivos, 2002), ISAAR – CPF (Conselho Internacional de Arquivos, 2004), ISDIAH (Conselho Internacional de Arquivos, 2008b) e ISDF (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a)], em sistemas unificados de informações de arquivo (Moraes et al., 2019, p. 3), dando resposta a uma descrição arquivística que vai para além dos pressupostos teóricos iniciais da descrição arquivística de "identificar e elucidar o contexto e o conteúdo dos documentos arquivísticos" (Moraes et al., 2019, p. 6). Com a evolução tecnológica e o aumento de arquivos em formato eletrónico e digital no fim do século XX, a finalidade da descrição alterou-se

46 A descrição arquivística realizou-se de acordo com as normas internacionais, ISAD (G), 2.ª edição (2002), ISAAR (CPF), 2.ª edição (2004), e com as normas nacionais, ODA, 3.ª edição (2011), e *Codificação do nome dos Municípios e das Freguesias*, 3.ª versão (2006).

47 Como não foi possível encontrar referências às datas de nascimento e de morte dos 35 tabeliães, assinalámos somente as datas do primeiro e último registo feitos por si.

para alguns autores, distanciando-se do conceito de descrição, e aproximando-se do de instrumento de busca (Padrón, 2016, como citado em Moraes et al., 2019, p. 5). Porém, esse modelo ainda só foi desenvolvido no âmbito do software AtoM (Access to Memory), também desenvolvido pelo ICA em 2003 (Moraes et al., 2019, p. 6), não se verificando a sua adesão pelos arquivos portugueses, onde predominam programas como o X-Arq, Digitarq, Archeevo ou similares. Ao congregar uma padronização da descrição, o RIC pode contribuir para bons resultados de recuperação da informação (Moraes et al., 2019, pp. 5-6), e aplicado a arquivos notariais, pode revelar-se uma ferramenta muito vantajosa, uma vez que "os atos notariais formam como que um sistema uno, integrado, em que as diversas escrituras se relacionam entre si como se se tratasse de um conjunto de vasos comunicantes" (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 57).

4.1. Autenticidade e veracidade nos atos notariais

Como o respeito pela circunscrição geográfica à qual o tabelião estava afeto[48] condicionava legalmente a sua esfera de atuação, observámos que nos casos em que estava em causa a transação de propriedade entre alguém que residia fora do concelho, e alguém que pertencia a essa delimitação, o tabelião referia que o outorgante forasteiro estava a viver temporariamente na localidade onde o ato notarial estava a ser registado, contornando assim, a norma e que estava obrigado a cumprir. Esta declaração beneficiaria esse outorgante, a quem se aplicaria a *sisa singela* (imposto da sisa de menor valor), por oposição à *sisa dobrada* (aplicada a outorgantes residentes fora do concelho), o que sugere várias leituras. Para além desta regra constituir um bom motivo para se para arrecadar impostos, afirma-se como uma atitude de defesa por parte dos governantes que procuravam assim, conservar a integridade e a identidade local, relativamente a pessoas estranhas à comunidade. Por outro lado, denuncia o tabelião como "agente activo", mostrando que ele possivelmente conhecia a pessoa a quem decidia atribuir uma exceção intervindo "na feitura do acto notarial, induzindo ou travando determinadas acções" (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 59). Exemplos como este colocam em evidência o contraste da autenticidade do ato notarial, com a sua veracidade, não se tratando, porém, de uma inconformidade "mas de

48 A principal rede clientelar dos tabeliães implicava pessoas que lhes eram próximas geograficamente (Mendes, 2010-2011, p. 77).

falsas declarações ou subterfúgios para contornar as leis que antecipam e ultrapassam a redação do ato jurídico" (Ferreira et al., 2004, p. 215).

4.2. Os Tabeliães de Notas de Vila Franca de Xira e a acumulação de funções judiciais

Se nas Ordenações Afonsinas [1447] existe uma clara distinção entre os Tabeliães de Notas, dos Tabeliães do Judicial, onde àqueles não era permitido a acumulação de funções jurídicas (Coelho, 2001, pp. 178-180), Inês Amorim verificou que na prática, os ofícios de tabeliães do judicial e das notas podiam ser exercidos pela mesma pessoa, sobretudo nas localidades pequenas (Amorim, 2003, p. 103). Nos cartórios notariais do AMVFX detetámos 7 tabeliães nestas circunstâncias (consultar o anexo 1 – observações). Porém, esses tabeliães de notas assumiam-se como escrivães do judicial, e não como Tabeliães do foro jurídico, participando nessa qualidade nos processos judiciais (autos de crime e querela e autos de exame a cadávares), e declarando-se em alguns casos, como escrivães do 1.º Ofício do Juízo de Direito da Comarca de Vila Franca de Xira[49]. Consideramos por isso, que não se trata de uma acumulação de funções que pudesse significar uma transgressão, porque as funções assumidas parecem-nos distintas, até porque num tempo onde as taxas de analfabetismo eram elevadas, havia que aproveitar quem soubesse ler e escrever, fazendo-se essa gestão de recursos humanos junto dos profissionais da escrita[50].

4.3. Os cartórios notariais como meio de prova

Na nossa história recente, os cartórios notariais foram "reativados" para fins legais. Referimo-nos à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (2005), a qual estabelece a titularidade dos recursos hídricos podendo esta implicar a expropriação de propriedades, ou de imóveis, localizados em margens e zonas adjacentes, consideradas de domínio público. Ora, sucede que para obter o

[49] Conclusão obtida a partir da comparação do nome dos tabeliães, com o nome dos escrivães que constam nos processos judiciais do antigo Tribunal de Vila Franca de Xira. O inventário do Tribunal existe em suporte de papel, e está disponível para consulta no AMVFX.

[50] Sobre o analfabetismo verificado nos atos notariais sugerimos a leitura do texto de Araújo, A. C. (2000). Com o nome na mão: aproximação ao analfabetismo na cidade de Lisboa (1700-1830). In M. H. C. Coelho (Coord.), *A Cidade e o Campo: coletânea de estudos* (pp. 267-284). Palimage/Centro de História da Sociedade e da Cultura.

reconhecimento de propriedade, coube aos proprietários com imóveis nestas circunstâncias provar documentalmente que tais terrenos eram por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864, ou antes de 22 de março de 1868, no caso das arribas alcantiladas (Artigo 15º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, 2005, ponto 1). A publicação deste diploma gerou azáfama junto dos proprietários nesta situação, os quais recorreram aos cartórios notariais (de norte a sul do país), na esperança de obter os documentos legalmente exigidos. Alhandra e Vila Franca de Xira não foram exceção, pois estas localidades partilham a sua malha urbana com o rio Tejo. Na freguesia de Vila Franca de Xira e até à presente à data, apenas um proprietário conseguiu obter esse reconhecimento[51]. O que terá contribuído para que tão poucas provas documentais tivessem sido conseguidas? A que ferramentas pôde recorrer o cidadão (transformado inesperadamente num utilizador de arquivos) para se iniciar nesta investigação, recheada de elementos tão afastados de si no tempo? Terão os registos notariais validade legal decorridos mais de 150 anos? Ao que tudo indica, sim, sendo essa uma das razões porque os arquivos notariais se encontram à guarda do Arquivo Nacional e dos Arquivos Distritais. Contudo, a ausência de tratamento arquivístico desta documentação (decorrente da falta de recursos humanos, de investimento público nos arquivos, e na falta de aposta no restauro da documentação[52]), a par das lógicas de tratamento documental nos serviços públicos[53], não contribuem para seja dada ao utilizador uma resposta em tempo útil. A ausência de uma resposta fundamentada junto do utilizador[54], também não concorre para uma boa imagem do serviço público nos arquivos, cuja tutela pertence, em última instância, ao Estado português. Um conhecimento mais profundo sobre os arquivos notariais (e tantos outros), o seu devido tratamento arquivístico, a produção e a divulgação de instrumentos de descrição adequados à realida-

51 Por ocasião da publicação desta lei, foi possível acompanhar os casos de alguns proprietários que se deslocaram ao AMVFX, na esperança de obter informações para conseguirem o meio prova que a lei lhes exigia. Alguns recorreram a advogado, sem sucesso.

52 As más condições de conservação da documentação condicionam e impedem, não raras vezes, o seu tratamento arquivístico. A documentação só deve ser manuseada, digitalizada e ir a consulta pública se estiver em condições disso, independentemente do seu suporte.

53 Em regra, o tratamento arquivístico recai sobre a documentação mais solicitada pelos utilizadores. No entanto, este critério prioriza o tratamento documental de certos fundos em detrimento de outros, prolongando a ausência de tratamento arquivístico além do tempo desejado. O reforço das equipas de trabalho pode atenuar situações como esta.

54 Deverão excetuar-se as falhas documentais causadas por catástrofes (como incêndios, guerras, inundações), as quais justificam a ausência de informação, sem esquecer a incúria humana a que os arquivos estiveram sujeitos desde sempre.

de de cada fundo, e sobretudo, a valorização e a defesa efetiva do património arquivístico por parte do Estado[55], são condições vitais para que alguns dos constrangimentos de acesso à informação possam ser ultrapassados, rasgando-se a fina cortina entre o cidadão que a procura, e quem a detém e que por ela deve zelar[56]. Ainda relativamente a este tema, importa referir que a descrição arquivística realizada no âmbito deste trabalho permitiu localizar 22 atos notariais relacionados com o cais de Vila de Franca de Xira, situados entre 1813 e 1829, e 1 registo de 1873, relativo ao cais de Alhandra.

5. Conclusão

Com este estudo pretendemos comprovar que a história dos tabeliães identificados na documentação notarial existente no AMVFX é indissociável da localidade onde estes exerceram o seu ofício, existindo mais do que um Tabelião na mesma localidade, ora trabalhando de forma independente, ora trabalhando em parceria[57]. Observámos como a história custodial e administrativa da documentação notarial de Vila Franca de Xira, o início do Registo Predial nos Juízos de Direito e a acumulação de funções judiciais por parte dos tabeliães de notas, pode ter contribuído para uma confusão documental, e consequentemente, para a perda da integridade dos arquivos notariais desta zona, o que levantou questões associadas à sua proveniência, colocando qualquer arquivista na posição de verdadeiro agente forense do documento.

Contudo, se a extinção dos concelhos de Alhandra, Alverca, Castanheira do Ribatejo[58] e Povos conduziu gradualmente à integração institucional de

55 Com a contratação de mais recursos humanos, investindo na formação profissional dos quadros de pessoal, reforçando as verbas orçamentais para o restauro e a digitalização da documentação, atribuindo subsídios/bolsas meritórias a projetos arquivísticos de âmbito nacional, distrital ou concelhio, e criando sinergias entre investigadores, estudantes, universidades e os arquivos públicos.

56 Alguns exemplos podem ser atestados na obra de Carvalho, R. A. (2019). *Arquive-se: uma viagem pelos arquivos nacionais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos (Retratos da Fundação). Em complemento sugerimos a leitura da recensão crítica de Armando Malheiro da Silva a esta edição (2019). Disponível na internet: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/125124/2/372811.pdf

57 No AMVFX também encontrámos um exemplo destes, à semelhança dos livros de notas existentes no ANTT: o Livro de Notas (1813-1815), produzido pelos tabeliães Francisco José da Costa e Vicente José da Costa, pertencente ao Cartório Notarial de Vila Franca de Xira.

58 Castanheira do Ribatejo foi concelho até ser extinto em 1837, passando a integrar o concelho de Vila Franca de Xira a partir dessa data (Raimundo, 2012, p. 65). Apesar de sabermos que no passado teve quatro tabeliães (Costa, 1712, p. 29), não encontrámos documentação produzida por tabeliães associados a esta localidade. A Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira também referiu que não enviou documentação deste concelho para o ADL, em 2005.

muitas entidades do estado, na nova divisão administrativa, a comarca da Vila Franca de Xira, parece-nos que isso não aconteceu com alguns tabeliães desta zona, na medida em estes se mantiveram no exercício das suas funções, não só após a extinção daqueles concelhos, mas também após a extinção do seu ofício, com o decreto de 23 de dezembro de 1899, o que é revelador da autonomia desta classe profissional, comparativamente às restantes. Curiosamente dez tabeliães identificados neste estudo também desempenharam funções junto do Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira[59]. Concluímos acima de tudo, que a documentação existente no AMVFX e no ANTT é complementar entre si, tendo sido identificados tabeliães comuns e exclusivos às duas entidades; não conseguimos localizar registos no Cartório Notarial de Vila Franca de Xira do ANTT de 12 tabeliães que integram o índice onomástico dos 35 tabeliães que identificámos. Além disso, no "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" (AMVFX) detetámos três tabeliães (Francisco José da Costa, Vicente José da Costa e Francisco Maria da Costa), que produziram três Livros de Notas que não fizeram parte da incorporação legal, feita no ADL em 2005, e que não constam, portanto, no fundo do "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira", à guarda do ANTT. No território de Vila Franca de Xira a nomeação para o exercício desta função também não apresenta consistência, pois encontrámos tabeliães a exercer o seu ofício por nomeação régia, e tabeliães com nomeação dada por provimento do Juiz de Direito da Comarca. Ficou igualmente clara a correlação entre o local de residência dos outorgantes e a compra, venda, hipoteca ou arredamento de propriedades localizadas no concelho onde viviam, por beneficiarem de impostos menos gravosos (*sisa singela*), apesar do tabelião beneficiar às vezes outorgantes que residiam fora do concelho, alegando que estavam temporariamente a viver naquela localidade. Este é um dos exemplos por que "os actos notariais traduzem, à sua maneira, a sociedade que os origina, reflectindo os grandes e os pequenos acontecimentos de um quotidiano colectivo e singular" (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 57), e que demonstra como as escrituras notariais podem ser uma excelente fonte histórica (Vaquinhas & Fonseca, 2000, p. 55). A informação toponímica registada nos atos notariais, hoje desajustada da realidade, poderá vir a constituir uma excelente base informacional para a reconstituição do tecido urbano de uma localidade, dentro de um determinado período histó-

59 Informação apurada junto do documento 00001 "Relação de tabeliães e escrituras lavradas", de 13 de janeiro de 1900, pertencente à série 006, da subseção "Notariado Privativo (1861-2021)", do fundo "Câmara Municipal de Vila Franca de Xira". Disponível na internet: https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=387977

rico. Estudos genealógicos podem fazer-se a partir das escrituras por nós descritas, pois apelidos como "Caldeira", "Casaleiro", ou "Lilaia", volvidos quase 200 anos, ainda circulam em Vila Franca de Xira, tratando-se muito provavelmente, de descendentes de alguns dos outorgantes que encontrámos nesses registos. Através da análise de conteúdo percebemos como o tabelião é um verdadeiro conhecedor dos habitantes da localidade onde desempenha o seu ofício, e que apesar de pertencer à elite local, distinguindo-se entre os demais por possuir o dom da escrita, redige os atos notariais para os mais variados estratos sociais, aproximando-os uns dos outros nessa circunstância, ainda que se tratasse da resolução de conflitos, associados a contratos que não estivessem a ser cumpridos de acordo com as condições estabelecidas. Atrevemo-nos mesmo a dizer que o Tabelião está para a sua rede de clientes, como o prior está para os fiéis da sua paróquia.

Porém, neste trabalho deparámo-nos com outro tipo de arquivos, que não os documentais. Os testemunhos da Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira, e da Dr.ª Manuela Côrte-Real remetem-nos para os arquivos de memória, na medida em que "cada um de nós possui um próprio arquivo particular" (Foulcault, 1996, como citado em Simioni, 2016, p. 188), originado pela vivência de cada um. Na perspetiva de Foulcault o arquivo é "um sistema de discursividade que estabelece uma conexão de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os demais (…) que seleciona o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela excluído" (Foulcault, 1996, como citado em Simioni, 2016, p. 178), sendo este um conceito que se pode aproximar do que se entende por memória, na perspetiva de Luhmann, pois para este autor, "a memória é uma forma de reconstrução e de estruturação contínua do passado desde o presente", sendo também ela um "dispositivo de seleção daquilo que merece ser lembrado e daquilo que deve ser esquecido hoje" (Foulcault, 1996, como citado em Simioni, 2016, p. 183). Neste trabalho ainda nos foi possível associar o que conseguimos apurar das fontes documentais notariais, às memórias de duas profissionais de serviço público que viveram de perto momentos associados à documentação que foi alvo do nosso estudo, enriquecendo a nossa pesquisa histórica diante da constatação de alguns factos, perante os quais ficaríamos "hoje e para todo o sempre[60] na dúvida de como teriam sucedido. Mas nem sempre isso acontece, porque estamos diante de arquivos mais efémeros do que os documentais. Não tomemos, no entanto, algumas das conclusões alcançadas neste

60 Expressão frequentemente utilizada em escrituras de compra, venda, quitação e obrigação do século XIX.

trabalho como certezas absolutas, porque existe um vazio de informação por preencher, existindo inevitavelmente um espaço em aberto, em resultado da seleção daquilo que foi registado, do que foi lembrado, e do que não foi fixado, quer nos documentos, quer na nossa memória social, pois "sem o esquecimento não haveria espaço para o aprendizado" (Simioni, 2016, p. 184).

REFERÊNCIAS

Monografias

Carvalho, R. A. de. (2019). *Arquive-se: uma viagem pelos arquivos nacionais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. (Retratos da Fundação).

Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística.* (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Conselho Internacional de Arquivos. (2008a). *ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções*. (1ª ed.). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Conselho Internacional de Arquivos. (2008b). *ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico*. (1ª ed.). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Direção-Geral de Arquivos. (2011). *Orientações para a Descrição Arquivística*. (3ª v.). DGARQ.

IAN/TT – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo. (2006). *Codificação do nome dos Municípios e das Freguesias*. (3ª v.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Macedo, L. (1992). *Antiguidades do moderno concelho de Vila Franca de Xira* (pp. 15-31). Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Mariz, J. (1989). *Tabeliães e notários. Orientações para a organização e descrição dos fundos notariais.* Instituto Português de Arquivos.

Mariz, J. (Coord.). (1995-1997). *Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias*. (7 vols.). Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Ribeiro, F. (1996). *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos* (pp. 9-22). Câmara Municipal do Porto.

Monografias em suporte eletrónico

Costa, A. C. (1712). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem;*

Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações (Tomo Terceyro). Officina Real Deslandesiana. https://purl.pt/434

Raimundo, O. (2012). *História de Vila Franca de Xira*. (9º vol.). Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. https://issuu.com/cmvfx/docs/vol_ix_-_hvfx

Ribeiro, F. (1998). Arquivos notariais. In F. Ribeiro, *O acesso à informação nos arquivos* (pp. 345-353) [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf

Rosa, M. L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, *30*, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10

Silva, A. M. da. (2019). Arquive-se: uma viagem pelos arquivos nacionais [recensão]. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, *3*(12), 179-182. https://doi.org/10.21747/21836671/pag12rec1

Simioni, R. L. (2016). Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (97), 173-190. https://doi.org/10.1590/0102-6445173-190/97

Capítulos de obras coletivas

Amorim, I. (2003). *As fontes notariais: uma reflexão metodológica*. *Revista Portuguesa de História*, *2*(36), 93-108. https://doi.org/10.14195/0870-4147_36-2_7

Coelho, M. H. C. (2001). Os Tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócioeconómico. In M. H. C. Coelho, M. J. A. Santos, S. A. Gomes, & M. R. Morujão, *Estudos de Diplomática Portuguesa* (pp. 93-137). Edições Colibri-FLUC.

Ferreira, S. C., Ribeiro, J. I., & Rodrigues, P. G. (2004). Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII. *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, *5*, 211-250. https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5061

Mata, C. (2020). Os tabeliães de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII: provimento de ofícios e identificação de cartórios. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, *33*(1), 11-34. https://doi.org/10.14195/2182-7974_33-1_1

Mendes, R. M. (2010-2011). Os Tabeliães e o Notariado em Almada: A sua história e os seus arquivos. *Anais de Almada: Revista Cultural*, *13-14*, 45-95. https://www.academia.edu/7221560/_Os_Tabeli%C3%A3es_e_o_Notariado_em_Almada_A_sua_hist%C3%B3ria_e_os_seus_arquivos_

Moraes, H. A. R., Zafalon, Z. R., & Barroso, T. B. (2019). Descrição arquivística, Records in Contexts (RiC) e Access to Memory (AtoM): análise exploratória da literatura científica. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *17*, 1-25. https://doi.org/10.20396/rdbci.v17i0.8652807

Nogueira, B. S. (2001). Tabelionado e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279). In F. T. Barata (Dir.), *Elites e redes clientelares na Idade Média* (pp. 211-220). Publicações do Cidehus. http://books.openedition.org/cidehus/5166

Pereira, I. R. (1989). O Tabelionado em Portugal. In Congreso Internacional de Diplomática, *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV*. *Actas del VII Congreso Internacional de Diplomatica, Valencia, 1986* (pp. 615-700). Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Esport.

Ribeiro, M. N. [1941]. Do Registo Predial. *Revista da Ordem dos Advogados*, pp. 279-315. https://portal.oa.pt/upl/%7Be3772e45-8509-40e1-8bb1-fceeaf125e1d%7D.pdf

Vaquinhas, I., & Fonseca, F. (2000). Os atos notariais como fonte para a história económica e social. In M. H. C. Coelho (Coord.), *A Cidade e o Campo: coletânea de estudos* (pp. 55-61). Palimage/Centro de História da Sociedade e da Cultura.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008). *Cartório Notarial de Vila Franca de Xir*a. DigitArq. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7746254

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008). *DigitArq*. https://digitarq.arquivos.pt/

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2024). *Início*. https://antt.dglab.gov.pt/

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. (s.d.). *Portal Português dos Arquivos*. https://portal.arquivos.pt/directory

Município de Vila Franca de Xira. (2024). *Portal de Arquivo*.

https://arquivo.cm-vfxira.pt/viewer?id=357034&FileID=368663

Município de Vila Franca de Xira – Portal de Arquivo. (2024). *Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=131583

Município de Vila Franca de Xira – Portal de Arquivo. (2024). *Cartório notarial de Alhandra*. https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366461

Município de Vila Franca de Xira – Portal de Arquivo. (2024). *Cartório notarial de Alverca*. https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366462

Município de Vila Franca de Xira – Portal de Arquivo. (2024). *Cartório notarial de Povos*. https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366465

Município de Vila Franca de Xira – Portal de Arquivo. (2024). *Cartório notarial de Vila Franca de Xira*. https://arquivo.cm-vfxira.pt/details?id=366463

Museu Municipal de vila Franca de Xira. (s.d.). *O Museu*.

https://www.museumunicipalvfxira.pt/o-museu

Portal de Pesquisa do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. https://arquivo.cm-vfxira.pt/

Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. https://digitarq.arquivos.pt/

Portal Português dos Arquivos. https://portal.arquivos.pt/directory

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (2001-2016). *Tribunal Judicial de Vila Franca de Xira*.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16374

Tribunal Judicial de Vila Franca de Xira.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16374

Legislação

Decreto-Lei n.º 103/2012 da Presidência do Conselho de Ministros. (2012). Diário da República: I série, n.º 95. https://files.dre.pt/1s/2012/05/09500/0253502537.pdf

Decreto de 23 de dezembro. (1899). Diário do Governo: n.º 4, de 5 de janeiro de 1900. https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1900&mes=1&tipo=a-diario&filename=1900/01/05/D_0004_1900-01-05&pag=1&txt=notariado

Decreto-Lei n.º 16/93 da Assembleia da República. (1993). Diário da República: I série-A, n.º 109. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1993-72851445

Decreto-Lei n.º 47/2004 do Ministério da Cultura. (2004). Diário da República: I série-A, n.º 53. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/47-2004-551647

Decreto-Lei n.º 207/95 do Ministério da Justiça. (1995). Diário da República: I série-A, n.º 187. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=457&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=

Decreto-Lei n.º 250/96 do Ministério da Justiça. (1996). Diário da República: I série-A, n.º 297. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=457&tabela=lei_velhas&nversao=5&so_miolo=

Lei n.º 54/2005 da Assembleia da República. (2005). Diário da República: I série-A, n.º 219. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/54-2005-583983

Entrevistas

Entrevista presencial, com a Notária e Conservadora Maria Isabel Mocho Garcia de Oliveira. (2021, dezembro, 20).

Entrevista telefónica, com a Dr.ª Manuela Côrte-Real. (2021, dezembro, 20).

ANEXO 1

Índice Onomástico dos Tabeliães identificados nos cartórios notariais (AMVFX)

Nome	Localidade(s) onde desempenhou o ofício	Titulaturas e outras observações
Baracho, José Inácio de Melo	Vila Franca de Xira	Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Barreto, João José de Sousa Aguiar	Alhandra e Vila Franca de Xira	Este tabelião assume duas titularidades distintas: "Tabelião Interino do Julgado de Alhandra por provimento do Juiz de Direito desta Comarca", em outubro de 1841, e "Tabelião interino, com cartório estabelecido em Vila Franca de Xira", em dezembro do mesmo ano, sugerindo uma alternância de circunscrição geográfica. Acumulou funções como escrivão do judicial.
Barros, António Pinto Magalhães	Vila Franca de Xira	Este tabelião acumulou funções como escrivão do judicial.
Borralho, Maria Luísa de Azevedo	Vila Franca de Xira	Surge identificada como "Notária ajudante do Doutor Azevedo Borralho" num documento de junho de 1924. Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Canhoto, José Joaquim Simões	Vila Franca de Xira	
Carneiro, Joaquim Ferreira Gomes	Vila Franca de Xira	Desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Carvalho, Rufino José Pereira de	Alverca	Surge identificado como "Tabelião Público de Notas da vila e termo de Alverca".
Chaves, João António Câncio	Alverca	Este tabelião identifica-se com a titulatura de "Proprietário Encartado de um dos Ofícios de Tabelião de Notas da vila de Alverca e seu termo, por sua Majestade El Rei Dom Fernando, Rei Regente", ficando claro que exercia a sua profissão por nomeação Régia. Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.

Costa, Francisco José da	Vila Franca de Xira	Identificámos estes quatro tabeliães nos três Livros de Notas (1813-1829), atribuídos ao Cartório Notarial de Vila Franca de Xira (AMVFX), observando que não só é comum o apelido "Costa" entre eles, como também existe uma semelhança gráfica nas suas assinaturas, o que pode indiciar a hereditariedade familiar deste ofício. O tabelião Francisco Maria da Costa acumulou funções como escrivão do judicial. Dos quatro apenas João Vicente da Costa tem registos associados ao seu nome o fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT. Francisco José da Costa, Francisco Maria da Costa e João Vicente da Costa desempenharam funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Costa, Francisco Maria da	Vila Franca de Xira	
Costa, João Vicente da	Vila Franca de Xira	
Costa, Vicente José da	Vila Franca de Xira	
Cruz, José Casimiro da	Alhandra	
Dias, José Batista	Vila Franca de Xira	Desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Escarlate, José Mateus	Vila Franca de Xira	Este tabelião acumulou funções como escrivão do judicial e desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Feio, Felisberto Pedroso	Vila Franca de Xira	Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT. No entanto, desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Ferraz, Manuel de Oliveira Pinto	Povos	
Freitas, Luís Maria de	Vila Franca de Xira	Este tabelião acumulou funções como escrivão do judicial.
Guerreiro, Manuel	Alverca	Surge identificado na documentação como "Tabelião Público de Notas da vila de Alverca".
Júnior, António José de Sousa Pinto	Vila Franca de Xira	Este tabelião também desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Leitão, Alfredo Fortunato	Alhandra	Este tabelião apresenta-se como "notário", mas em alguns documentos utiliza um carimbo onde é percetível a inscrição "Tabellião Leitão/Alhandra", sugerindo que já detinha esta profissão, antes da publicação do Decreto de 23 de dezembro, de 1899, a qual extingue o ofício de Tabelião. Tinha o seu escritório localizado na Rua Duque da Terceira.

Leitão, José Custódio da Silva	Alhandra	Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Leite, António [Tertuliano] Soares	Alhandra	Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Morato, Ricardo António	Vila Franca de Xira	Este tabelião apresenta-se como "Escrivão do Geral Público, Tabelião de Notas de Vila Franca de Xira e seu termo". Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Nobre, Cristóvão de Frias	Alhandra	Este tabelião identificava-se como "Tabelião Público de Notas na vila e termo de Alhandra".
Nogueira, Alberto Henrique Gorjão	Vila Franca de Xira	Este tabelião identificava-se como "Bacharel formado na Faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra e notário na Comarca de Vila Franca de Xira". O seu cartório situava-se na Rua Serpa Pinto, nº 103.
Paiva e Sousa, António José de	Alhandra	Este tabelião surge como "ajudante do Tabelião Cristóvão de Frias Nobre", entre 1813 e 1839. Não localizámos registos associados ao seu nome, no fundo "Cartório Notarial de Vila Franca de Xira" do ANTT.
Paiva, Artur Martins	Vila Franca de Xira	Este tabelião identifica-se como "Notário Público de Vila Franca de Xira", com cartório localizado na Rua dos Mercadores. No carimbo que usava surge identificado como "Escrivão-Notário". Acumulou funções como escrivão do judicial e desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Pegado, António Leonardo de Sousa	Alverca	Este tabelião identifica-se como "Tabelião Público de Notas na vila de Alverca".
Penedo, Júlio Avelino de	Alhandra	Este tabelião foi identificado na documentação como "amanuense do Tabelião Teófilo José de Penedo" entre 1855 e 1857.
Penedo, Teófilo José de	Alhandra	Este tabelião apresenta-se como "Tabelião Público de Notas do extinto Julgado de Alhandra", em 1857, e mais tarde, em 1877, como "Tabelião Público de Notas dos extintos Julgados de Alhandra e Alverca", o que vai ao encontro da reorganização administrativa que ocorreu no território. Acumulou funções como escrivão do judicial e desempenhou funções no Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Pereira, Francisco Dias	Alverca	
Raposo, Vicente Júlio	Alhandra	Este tabelião identifica-se como "Tabelião Privativo", com escritório em Alhandra.
Torre, João Crisóstomo Soares da	Vila Franca de Xira	
Viana, António da Trindade	Alhandra	Este tabelião surge identificado como "Tabelião do Julgado de Alhandra".

ANEXO 2
Quadros de Classificação

Fundo (F): Cartório Notarial de Alhandra
Código de referência: PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01
Série (SR): Escrituras – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01/001
Série (SR): Procurações – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01/002
Série (SR): Recibos de liquidação de dívidas – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01/003
Série (SR): Certidões – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01/004
Série (SR): Privilégios – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX01/005

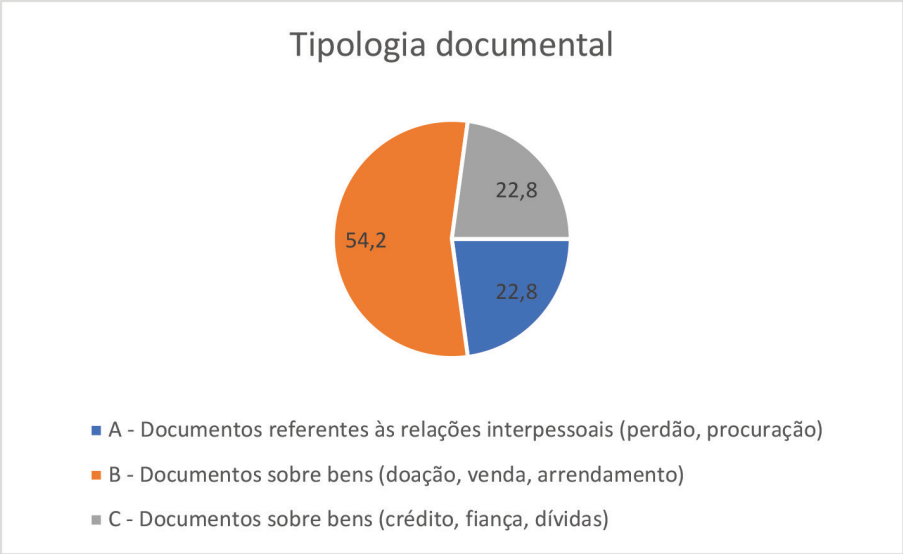
Fundo (F): Cartório Notarial de Alverca
Código de referência: PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX02
Série (SR): Escrituras – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX02/001
Série (SR): Procurações – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX02/002
Série (SR): Requerimentos – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX02/003

Fundo (F): Cartório Notarial de Povos
Código de referência: PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX13
Série (SR): Escrituras – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX13/001

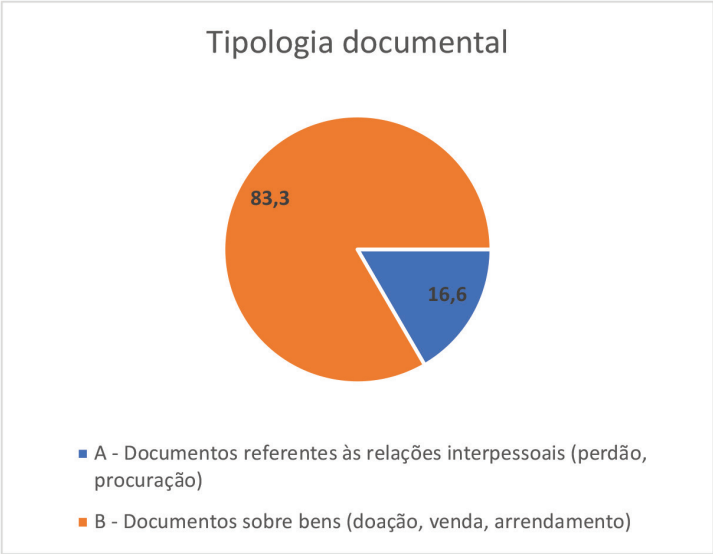
Fundo (F): Cartório Notarial de Vila Franca de Xira
Código de referência: PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09
Série (SR): Escrituras – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/001
Série (SR): Livros de notas – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/002
Série (SR): Atestados – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/003
Série (SR): Certidões – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/004
Série (SR): Procurações – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/005
Série (SR): Letras – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/006
Subsérie (SSR): Protestos de letra – PT/MVFX-ARQ/ANOT/CNVFX09/006-001

ANEXO 3
Gráficos das tipologias documentais

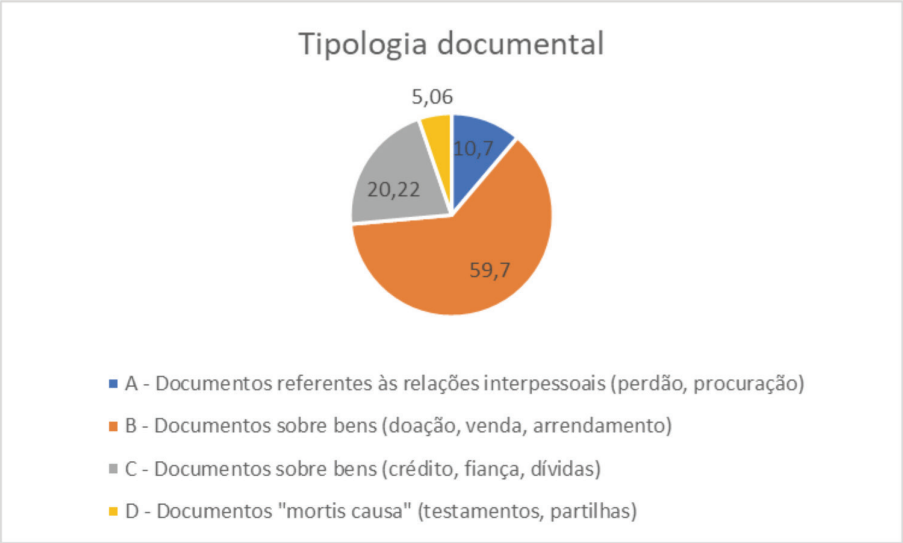
Cartório Notarial de Alhandra



Cartório Notarial de Alverca



Cartório Notarial de Vila Franca de Xira



ANEXO 4
Tabelas de análise de conteúdo

Registo (número/ data)	Realização do ato notarial		Localização da propriedade vendida, hipotecada, aforada, etc.
	Escritório do tabelião	Morada de um dos outorgantes ou de seu procurador	

Primeiro(s) outorgante(s)			
Residente em (exemplo: Alhandra)		Local de residência fora de (exemplo: Alhandra)	Profissão e/ou estado civil
Sim	Não		

Segundo(s) outorgante(s)			
Residente em (exemplo: Alhandra)		Local de residência fora de (exemplo: Alhandra)	Profissão e/ou estado civil
Sim	Não		

ANEXO 5

Número médio de tabeliães por século verificados no fundo «Cartório Notarial de Vila Franca de Xira» do ANTT		Número total de anos de serviço por século
Séc. XVII	2	36
Séc. XVIII	20	330
Séc. XIX	70	220

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_4

Ensaio de aplicação do modelo sistémico e interativo à documentação da Misericórdia de Monforte, à guarda do Arquivo Histórico Municipal

Application of the scientific and systemic vision to the Misericórdia de Monforte documentation held by the Municipal Historical Archive

ANTÓNIO JORGE BOTELHEIRO CARRILHO
Técnico Superior do Arquivo Distrital de Portalegre
carrilho.antonio@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5508-2299

RESUMO

Este texto resulta da inventariação das séries documentais de cinco fundos depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal daquela vila, em outubro de 2021, a saber: Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense. Tem como principal objetivo estabelecer um quadro de classificação orgânico--funcional harmonizado com o modelo sistémico e interativo preconizado por Armando Malheiro da Silva (Silva, 2004, pp. 55-84), Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (Silva et al., 1999). Assente no pressuposto de que famílias e outras entidades públicas e privadas são sistemas dinâmicos que geram, contextualizam e recebem informação, comunicada através de um suporte material, o modelo propõe levar a cabo uma

pesquisa, que forneça informação rigorosa sobre a documentação acumulada, tomando como referência a metodologia avançada por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete (1974, como citado em Silva et al., 1999, pp. 220-224)[1].

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística histórica; Modelo sistémico e interativo; Classificação.

ABSTRACT

This text results from the inventory of the documentary series of five funds deposited by the Misericórdia de Monforte in the Municipal Archive of that town in October 2021, namely: Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense. Its main objective is to establish an organic-functional classification framework harmonised with the systemic and interactive model advocated by Armando Malheiro da Silva (Silva, 2004, pp. 55-84), Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos and Manuel Luís Real (Silva et al., 1999). Based on the assumption that families and other public and private entities are dynamic systems that generate, contextualise and receive information, communicated through a material medium, the model proposes carrying out a search that provides rigorous information on the accumulated documentation, taking as a reference the methodology put forward by Paul de Bruyne, Jacques Herman and Marc de Schoutheete (1974, as cited in Silva et al., 1999, pp. 220-224).

KEYWORDS: Historical archivistics; Scientific and systemic vision; Classification.

Abreviatura utilizada

MMFT – Misericórdia de Monforte
SCMMFT – Santa Casa da Misericórdia de Monforte

[1] O modelo sistémico e interativo resulta da aplicação de uma metodologia assente em quatro polos de análise de uma determinada realidade, destacando-se no polo teórico o "princípio da ação estruturante", que é, no fundo, o conjunto de fatores que geram um Arquivo, a sua organização e função, e o da "integração dinâmica", que consta das relações que o Arquivo experimenta com outros sistemas, influenciando-os e recebendo, ele próprio, os contributos daqueles (De Bruyne et al., 1974, como citado em Silva et al., 1999, pp. 220-224).

Introdução

Este texto resulta dos contactos estabelecidos em 2021, com o então Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Monforte, Professor Doutor Joaquim Mourato, que reconheceu a inexistência de condições para manter condignamente salvaguardados os diferentes fundos documentais à guarda daquela instituição. Cingimo-nos aqui ao fundo da Misericórdia de Monforte, que integra 472 (das 534) unidades de instalação, contendo documentos de grande valor histórico para aquela instituição e para a vila de Monforte, com mais de cinco séculos de história. Essas unidades e as dos restantes fundos foram objeto de um trabalho de arquivística histórica, apostado em perceber o contexto e âmbito de produção, a par do conteúdo da informação, resultando num trabalho de inventariação e no estabelecimento de quadros de classificação baseados em critérios orgânicofuncionais e no modelo sistémico e interativo, já referido. O modelo sistémico assenta no pressuposto de que as famílias e outras entidades públicas e privadas são sistemas dinâmicos, que geram, contextualizam e recebem informação, comunicada através de um suporte material. A proposta do modelo sistémico consiste precisamente em levar a cabo uma pesquisa, que contextualize, disponibilize informação rigorosa sobre a documentação acumulada, documento a documento. O arquivista deixa de ser o mero disponibilizador, arrumador, preservador, inventariante, para passar a ser o cientista que procura compreender e explicar o objeto informacional (o documento) em toda a sua complexidade. Não nos arvorámos a tamanho empreendimento, porque seria impossível fazê-lo em tão curto espaço de tempo. Fica, porém, uma base para trabalhos futuros de descrição.

Este contributo, dirigido a todos os que se ocupam do estudo dos documentos, assenta num ponto de vista em que a História e a Arquivística surgem como duas faces, inseparáveis, da mesma moeda, enunciado que abordaremos no próximo título deste texto.

Segue-se uma inevitável abordagem às publicações que versam, em termos mais latos, as metodologias adotadas no trabalho de inventariação que realizámos, a história e arquivística das misericórdias e, mais restritos, sobre o fundo da Misericórdia de Monforte, transferido em 27 de outubro de 2021.

Em seguida apresentamos uma pequena súmula sobre a história da entidade produtora, perscrutando previamente a antropologia histórica do seu arquivo e as suas práticas arquivísticas formais.

2. Contributos metodológicos de referência

É no domínio das metodologias adotadas que importa retomar a ideia avançada na introdução – História e Arquivística como duas partes inseparáveis da mesma moeda. Nesta linha de pensamento, realçamos o trabalho de Maria de Lurdes Rosa (Rosa, 2017, pp. 547-586), que prioriza a necessidade de entender o contexto de produção da documentação, através da aplicação de um método de múltiplas etapas, em que a análise rigorosa das práticas de documentalização das instituições, a par do conhecimento da sua história, é imprescindível para uma mais eficaz e eficiente descrição arquivística (a aplicação prática desta metodologia é refletida no item 4 do presente artigo). Esta premissa condiz com a teoria avançada por David B. Gracy II (Gracy II, 1977, como citado em Bellotto, 2016, p. 142), que defendia que, para uma organização bem-sucedida dos fundos, o arquivista tem de analisar os documentos "em termos de: proveniência; história da entidade ou biografia do indivíduo produtor dos documentos; origens funcionais – atividades específicas das quais os documentos resultam; conteúdo – a extensão dos vários tópicos, eventos e períodos; tipos de material" (Gracy II, 1977, p. 15, como citado em Bellotto, 2016, p. 142).

Não esquecemos também um importante texto da autoria de Luciana Duranti e Giovanni Michetti (2017), intitulado "The Archival Method". Para estes dois autores, a investigação arquivística tem como principal objeto de estudo os documentos, e em função deles, do seu contexto e características, foca as suas atenções na entidade que os cria e nas interações entre ambos. Recorrendo a Giorgio Cencetti (1970, como citado em Duranti & Michetti, 2017) e à sua afirmação, de que o objetivo é "determinar as funções do criador dos documentos, estudar como elas eram cumpridas, para verificar a forma como foram documentadas"[2], Duranti e Michetti afirmam que a diferença entre a investigação histórica e a investigação arquivística está na abordagem. A primeira foca-se na ação humana, a segunda nos documentos que resultam da ação humana. Os autores suportam-se também em Vittorio Stella (1985, pp. 34-35, como citado em Duranti & Michetti, 2017, pp. 85-86), realçando o facto de a pesquisa em arquivos ser estimulada pela natureza e características do material que

[2] Tradução nossa. Cencetti, 1970, p. 65, como citado em Duranti & Michetti, 2017, p. 86: "Cencetti refines this idea by saying that the archival questions are indeed always the same, as they aim "to determine the records creator's functions, to study how they were fulfilled, and to ascertain the way they were documented."

estuda. É neste cruzamento de saberes que procuramos entrar, como arquivistas historiadores.

De grande interesse monográfico e arquivístico, a obra de Rute Dias Gregório apresenta, nas primeiras páginas, a inspiração metodológica da escola canadiana e australiana e da Universidade do Porto (Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro), que entendem os arquivos como sistemas de informação integrada, em que os documentos devem ser estudados num todo, e não em idades estanques definidas pela teoria das três idades da arquivística tradicional (Gregório, 2015, p. 20).

No campo da nomenclatura ou definição/delimitação dos diferentes níveis de descrição arquivística, socorremo-nos da norma internacional (Conselho Internacional de Arquivos, 2002, pp. 13-15), da congénere nacional (Direção Geral de Arquivos – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo, 2007, pp. 296-307) e do *Multilingual Archival Terminology* (Duranti, 2012). A opção, tendo em conta as definições avançadas pelos três instrumentos de referência, foi não segmentar mais do que o necessário, ao nível do Fundo, encontrando-se claramente definidos cinco fundos, correspondentes a cada uma das entidades produtoras (Misericórdia de Monforte; Misericórdia de Assumar; Comissão de Assistência do Concelho de Monforte; Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte; Clube Artístico Monfortense). A segmentação dos fundos ocorre a partir das secções, tendo em conta a definição avançada pelas *Orientações para a Descrição Arquivística*: "Secção - Subdivisão de um fundo ou de um subfundo contendo um conjunto de documentos relacionados que corresponde a subdivisões administrativas não autónomas da entidade produtora […]" (Direção Geral de Arquivos…, 2007, p. 305).

É assim que, tendo em conta a inexistência de autonomia do Hospital do Corpo de Deus face à Misericórdia de Monforte, o consideramos uma secção e não um subfundo[3] (subsistema). De igual modo, consideramos uma secção a Capela de Pedro Correia de Andrade, pois a sua documentação, existente no seio do fundo documental da Misericórdia de Monforte, depende, em termos de produção, da Mesa ou Comissão Administrativa, apesar de no processo de contas ou partilha dos rendimentos da Capela estarem

[3] Direção Geral de Arquivos…, 2007, p. 305: "Subfundo – Subdivisão de um fundo que corresponde a subdivisões administrativas ou familiares da entidade produtora, com um elevado grau de autonomia".

envolvidas a Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Prior da Matriz e a Câmara Municipal de Monforte[4].

3. Historiografia sobre as misericórdias

Os estudos sobre as misericórdias, que têm como precursor em Portugal Costa Goodolphim (Goodolphim, 1897)[5], deixaram de ser somente parte integrante de obras de maior abrangência temática – como a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, a *História dos Municípios e do Poder Local*, dirigida por César Oliveira, a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, entre outras –, para constituir monografias específicas sobre aquelas instituições.

A *História de Portugal* dirigida por José Mattoso inclui "Os equilíbrios sociais do Poder: A Igreja", da autoria de Francisco Bethencourt (1993, p. 150), introduzindo as Misericórdias num contexto de grandes reformas políticas e eclesiásticas, com a Coroa a reorganizar-se e a desenvolver mecanismos burocráticos de controlo de todas as esferas da sociedade, e a Igreja e reformar-se, fruto das ameaças europeias à sua hegemonia, mas ao mesmo tempo permeável à assimilação dos seus agentes e da sua mensagem por corporações autónomas, como as misericórdias. Ainda que colocadas sob proteção régia, estas desenvolveram obras corporais e espirituais remetendo para a mensagem de Jesus Cristo, tornando-se gestoras de hospitais, prestadoras de assistência espiritual e material aos pobres e prisioneiros:

> Estas associações de leigos têm um enorme impacte na população durante séculos, pois são responsáveis pela fundação e administração de numerosos hospitais em todo o reino, pelo acompanhamento dos enfermos e enterro dos mortos, pela assistência aos pobres, aos presos e aos condenados à morte. Para além disso, as misericórdias desenvolvem uma importante acção como executoras de testamentos ou procuradoras de confrades que faziam transferências de dinheiro de diferentes partes do império. (Bethencourt, 1993, p. 150)

---

4 Para melhor se compreender o discurso, apresentamos, antes da bibliografia, o quadro de classificação elaborado para o fundo documental da Misericórdia de Monforte.

5 A Misericórdia de Monforte é ignorada pelo autor, não figurando entre as misericórdias do distrito de Portalegre.

Na obra dirigida por César Oliveira, Isabel dos Guimarães Sá (1996a, p. 55), sob o título «As Confrarias e as Misericórdias», destaca o papel do Concílio de Trento (1545-1563) na definição das competências das confrarias laicas, como as misericórdias, e das eclesiásticas, diferenciando claramente o "monopólio das tarefas assistenciais" (Sá, 1996a, p. 55) das primeiras, do papel quase estritamente devocional das segundas. Quanto aos membros, os das misericórdias tornam-se exclusivamente masculinos, em menor número e de melhor condição social (a partir de Trento e até à República – 1910-1926); e os das segundas de ambos os sexos, mais numerosos e de todas as condições sociais. A autora destaca igualmente o papel social, equiparado ao das câmaras municipais (Sá, 1996b, pp. 136-142), o que é corroborado com a alternância dos irmãos das misericórdias entre os cargos de mesários e de vereadores. Com um poder económico nem sempre líquido, dada a dificuldade de cobrança de rendas e foros, a oneração dos seus bens por legados pios, dívidas dos anteriores proprietários ou apropriação de bens por parte dos membros das mesas, as misericórdias preocupam-se em obter rendimentos de forma mais fácil e livres de encargos, cobrando empréstimos a juros ou fazendo peditórios de esmolas. Outro aspeto focado é o das eleições indiretas que escolhiam, anualmente, as novas mesas, situações muitas vezes pautadas por grandes irregularidades e manipulações de resultados, com a escolha calculada dos eleitores que haviam de eleger os membros da Mesa (Sá, 1996b, pp. 139, 140). Trata-se de um texto importantíssimo porque nos permite conhecer as dinâmicas internas das misericórdias, quer no tocante à sua gestão, funcionamento e enquadramento social, quer no que concerne o corpo de funcionários remunerados que punham em prática as obras definidas em sede estatutária.

A *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão também dedica alguma atenção às misericórdias. No terceiro volume aborda, num primeiro título – «Hospitais, boticas e misericórdias» – a sua rápida implantação nas terras recentemente descobertas, conquistadas ou ocupadas, em territórios ultramarinos da Ásia e da América (Serrão, 1988, pp. 156-158)[6] em perfeita harmonia cronológica com as surgidas em Portugal metropolitano e com a existência de outras instituições assistenciais. Num segundo título do mesmo volume – "A fundação de misericórdias" (Serrão, 1988, pp. 348-353) – traça uma súmula da sua história, remetendo a sua inspiração para as estruturas

[6] Na Índia, são fundadas misericórdias em Goa (1525), Cochim (1527), Baçaim (1547). No Brasil, a primeira misericórdia surgiu em Santos (1543), seguindo-se a Baía (1549), Espírito Santo (1551), Ilhéus (1564), Rio de Janeiro (1567), finais do século XVI (São Paulo). (Serrão, 1988, pp. 156-158).

medievais destinadas a dar apoio aos viandantes (albergarias), enfermos (hospitais) e padecentes de doenças tidas como intocáveis (gafarias), instituições que, por questões financeiras e de sobrevivência, acabaram por fundir-se em hospitais de maiores dimensões no tempo de D. Manuel I. Refere, de igual modo o papel da rainha-viúva-regente, D. Leonor, irmã do rei, a quem se deveu a fundação da primeira Misericórdia em 1498, enumerando as funções primitivas e descrevendo a sua disseminação pelo país, abordando muito superficialmente a forma de funcionamento e regulamentação, em sede de compromisso. No quarto volume (Serrão, 1990, pp. 400-404) destaca a continuidade do processo de instituição e proteção das misericórdias durante o domínio dos reis Filipes. Releva o papel dessas instituições no apoio aos desvalidos, em contexto de fome, peste e guerra.

Entrando na temática específica das misericórdias, existem títulos de maior fôlego como o *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenado por José Pedro Paiva (início de publicação: 2002; projeto em curso) (Paiva, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006). Trata-se de uma iniciativa que, à imagem da *Portugaliae Monumenta Historica* e da *Monumenta Henricina*, colige um grande e multitemático número de documentos importantes para o estudo das diferentes misericórdias, contextualizando-os historicamente e indicando os seus depositários.

Realçamos também a *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000* (Sá & Lopes, 2008), conduzindo-nos desde as origens medievais das misericórdias e a sua missão original muito próxima da mensagem evangélica, pela sua evolução temporal, coincidente com um distanciamento da mensagem cristã e o entrosamento das elites do poder, primeiro por questões económicas e de prestígio social, e depois, com o maior controlo e fiscalização das contas por parte da Coroa, como forma de ascensão social e política. As autoras explicam o sucesso das Misericórdias até aos dias de hoje, não obstante os períodos conturbados por que passaram, adaptando-se às exigências sociais e funcionais solicitadas pelos regimes políticos e períodos históricos que foram atravessando, bem como sujeitando-se à sanção da Igreja Católica, no que toca à aprovação dos compromissos, à validação das mesas e assembleias gerais e das próprias contas das instituições.

O livro *As Misericórdias do Algarve*, de Maria Helena e Victor Roberto Mendes Pinto (Pinto & Pinto, 1968, p. 25), aborda a história institucional, patrimonial e arquivística das irmandades daquela região. Dos assuntos tratados damos destaque aos emblemas das Misericórdias conhecidos como Bandeira Real (estandarte de Nossa Senhora da Misericórdia), que acom-

panhavam os enterros. A sua presença era recompensada com a cedência da sepultura e com esmolas, que revertiam para a receita das instituições e eram sucessivamente aplicadas em outras obras de assistência aos desvalidos, como o enterro de todos os que não tinham nada de seu, dando-lhes sepultura e roupa digna. A iconografia do pendão, estandarte ou bandeira real das misericórdias foi adotada em 1575 pela Misericórdia de Lisboa, passando a ser como um cânone para as restantes por alvará de Filipe III, de 1627:

> aparecimento dum retrato de Frei Miguel Contreiras na face da bandeira onde a Senhora das Misericórdias, de braços abertos, protege com o seu manto um rei e uma rainha, em memória de D. Manuel I e D. Leonor, primeiros irmãos da Irmandade. Do lado esquerdo do painel ajoelham um papa, um cardeal, um bispo e um frade, como membros da Igreja Militante. As letras F.M.I. deviam marcar a figura do frade trinitário, para não haver dúvidas de que era Frei Miguel, o Instituidor das Misericórdias. (Pinto & Pinto, 1968, p. 25)

Figura 1 - Frente da Bandeira da Misericórdia de Monforte.
Nota. Óleo sobre tela da autoria de Torres (1886). Créditos fotográficos: Patrícia Cutileiro.

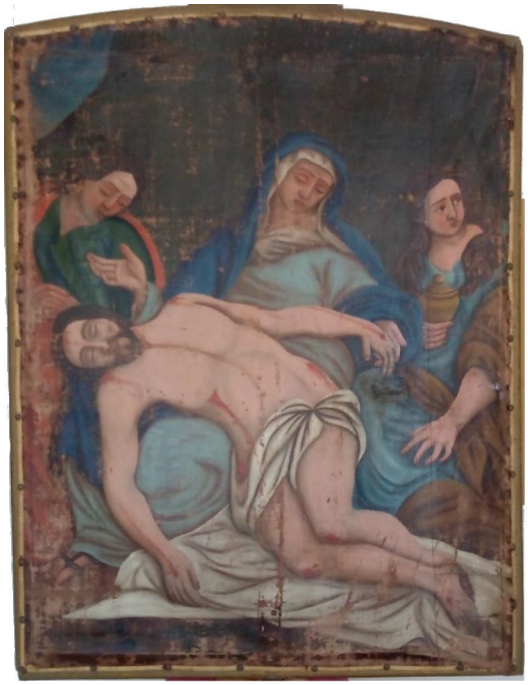


Figura 2 - Frente da Bandeira da Misericórdia de Monforte.
Nota. Óleo sobre tela da autoria de Torres (1886). Créditos fotográficos: Patrícia Cutileiro.

Fernando Calapez Corrêa (Corrêa, 1998, p. 7) assina os *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos* (1998), aludindo às origens das misericórdias em confrarias dedicadas à caridade. Algumas foram criadas por inspiração de ordens religiosas e outras tiveram o seu berço em corporações de ofícios, para "prestação de socorros mútuos aos seus membros" (Corrêa, 1998, p. 7). A caridade e mutualidade, seus apanágios, fez com que algumas misericórdias se dotassem de albergarias, hospitais, leprosarias e mercearias. O autor explica-nos que o número de instituições de assistência teve grande incremento durante a Idade Média, fruto de motivações religiosas relacionadas com a salvação da alma pela prática de boas ações. O grande número de associações, os abusos cometidos pelos irmãos, a rivalidade entre elas e a consequente falta de rendimentos, motivaram a decisão de D. Afonso V de retirar os privilégios que lhes haviam sido concedidos e promover a fusão de hospitais nas localidades onde houvesse mais do que um. O mesmo aconteceu no reinado de D. João II, com a criação do Hospital Real de Todos os Santos (1491), e de D. Manuel I, com a entrega à Misericórdia de Lisboa, dos rendimentos de 43 hospitais da cidade, mediante o respeito

pelo cumprimento dos deveres de assistência aos enfermos, idosos, inválidos, pobres e peregrinos (1504). Passando pelos condicionalismos que envolveram a fundação da Misericórdia de Lisboa, Calapez Corrêa referencia que em 1618, Filipe II reformou os estatutos e ordenou a sua observância por todas as Misericórdias nacionais, atendendo às especificidades locais. Em homenagem a Frei Miguel Contreiras, o seu retrato e insígnia F.M.I. (Frei Miguel Instituidor) passou a estar presente na bandeira da Misericórdia de Lisboa, e nas bandeiras de todas as misericórdias do país, pelo referido alvará de Filipe III, de 26 de abril de 1627.

Joaquim Candeias da Silva assina um trabalho (Silva, 2017, pp. 47-67) de que relevamos a explicação da origem do étimo Misericórdia:

> Num ponto essencial, no entanto, convergem todas elas: os objetivos. Estes, na sua essência, foram e continuam a ser os mesmos de sempre, consubstanciados na prática das Obras de Misericórdia cristãs, sobretudo as sete corporais, em síntese: promover de uma forma continuada e organizada atos de caridade para com os nossos semelhantes, designadamente os mais pobres, os indigentes, as crianças órfãs ou enjeitadas, os doentes e sofredores. Aliás, é esta a etimologia de misericórdia, palavra vinda do latim e já usada pelos romanos do tempo de Jesus Cristo: de miser, infeliz, triste, que sofre > misericors (-cordis), sensível à compaixão por quem sofre. (Silva, 2017, p. 49)

A obra de Rute Gregório, referida no tópico anterior, aborda o surgimento, fundação e funcionamento das misericórdias ao longo dos tempos, até à sua sujeição às diretrizes da Igreja Católica a partir dos Congressos realizados durante o Estado Novo (1933-1974), sujeição que estranhamente se consolidou após o 25 de abril de 1974. As segunda e terceira partes do trabalho versam, respetivamente, sobre o Arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada antes e após a implantação do Liberalismo (1834), e para o qual a autora, partindo da análise dos sucessivos compromissos e da estrutura orgânico-funcional neles contida, define as séries documentais produzidas pela misericórdia da cidade açoriana e configura um quadro de classificação segundo o modelo sistémico sugerido por Malheiro da Silva et al. (1999), que também nós procuramos configurar, a par do seguimento da norma de descrição preconizada pelas ISAD(G), ISAAR (CPF) e pelas ODA.

Seria impossível referir todos os trabalhos versando as misericórdias, muitos deles disponíveis somente na internet, através dos sistemas de informação produzidos com base em aplicações informáticas de tratamento

arquivístico. Acreditamos que nos próximos anos, em que se assinalará sucessivamente o 500.º aniversário de diferentes misericórdias, surgirão mais monografias comemorativas da sua instituição, enriquecendo o corpo bibliográfico e científico nacional, a respeito daquelas e dos seus arquivos, cada vez mais valorizados.

4. "Antropologia Histórica" do arquivo da Misericórdia de Monforte: práticas arquivísticas formais da instituição

A instituição da MMFT, à semelhança das suas congéneres e de qualquer entidade organicamente estabelecida, com estatutos ou regulamentos que carecem da aprovação governamental, pressupôs desde o início a configuração de práticas arquivísticas formais. Tal é comprovado pela existência da figura do escrivão (ou secretário) nos diferentes compromissos e regulamentos da misericórdia. Por exemplo, de acordo com o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* de 1745, adotado pela Misericórdia de Monforte, ao escrivão da mesa competiam os assentos "nos livros dos correntes dos dotes, cativos, letras, depósitos, Acordãos e segredos" (*Compromisso da Misericordia de Lisboa*, 1745, fl. 11v.)[7]. O mesmo compromisso prevê, entre os funcionários assalariados, a existência de:

> huma pessoa fiel, verdadeira, pratica, e inteligente, e bom escrivão, que tenha cuidado do cartorio, e tome noticia de tudo o que nelle ha, para que possa dar razão, sendo necessario, nos casos, que sucederem, e pedirem informação de papeis, que no dito arquivo se reservão; porque as cousas da Misericordia, que ficão em escrito, são muitas, e muy varias. (*Compromisso da Misericordia de Lisboa*, 1745, fl. 28)

Outro exemplo que recolhemos, de interesse para medir o pulso da organização do arquivo: "Compete ao Secretario: Ter o archivo em boa ordem, lavrar as actas das sessões da Commissão […]" ("Instruções Provisorias para a Commissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia e Hospital", 1855, fl. 69v.).

---

7 O *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, de 1662 (Officina de Henrique Valente de Oliveira, fls. 10 verso e 11 frente) continha idênticas disposições.

O Compromisso de 1912 da MMFT manifesta também essa preocupação gestionária, em uma passagem que retemos, sobre as incumbências do secretário: "[…] vigiar pela ordem e pela conservação do cartório" (*Projeto d'um novo compromisso para a antiga Santa Casa da Misericordia de Monforte*, 1912, p. 13).

A legislação nacional aponta no mesmo sentido, e embora seja impossível referi-la na sua plenitude, não podemos omitir os que incidem na temática da Arquivística Histórica da Misericórdia de Monforte e das suas práticas arquivísticas. Neste âmbito destacamos o Alvará Régio de 27 de novembro de 1645, promulgado por D. João IV, autorizando o escrivão da Misericórdia de Monforte (MMFT) "a trasladar todos os papeis, testamentos, escripturas, tocantes à dita Casa ao seu Livro de Tombo" (Alvará Régio, 1645), a que se seguia a respetiva autenticação em tabelião público, através dos respetivos assentos. Trata-se de um contexto em que as instituições sentem necessidade de assumir o controlo da sua documentação, atuação conforme com o período da história do mundo ocidental, em que a documentação arquivística se assume como uma fonte de poder e se assiste ao desenvolvimento dos arquivos administrativos (Mundet, 1994, p. 35, 36). Outro alvará, de 18 de outubro de 1806, reitera a necessidade de as misericórdias manterem os arquivos organizados, para prestação de contas às mesas administrativas sucessivas e aos representantes do Governo:

> VI. Para que as sobreditas contas se formalizem com exacção, haverá em cada huma das Casas, e Hospitaes os livros necessarios para nelles se lançarem todos os referidos assentos, provendo os Irmãos da Meza, que actualmente estiverem servindo, o que for preciso para este fim: E em todas haverá um livro separado, em que estejão descritos todos os Bens moveis, e de raiz, direitos, e acções pertencentes á mesma Santa Casa, com declaração dos Titulos da sua acquisição, e nota dos encargos com que forão deixados; para com este se poder combinar a receita, e despeza; e conhecer não sómente da boa arrecadação, mas tambem da pontual observancia da vontade dos Instituidores, e da boa applicação dos rendimentos. (*Alvará, por que Vossa Alteza Real Ha por bem Determinar que as Casas de Misericordias das Cidades, e Villas destes Reinos, e seus Dominios, se regulem pelo Compromisso da Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, 1806, p. 3)

Os chamados tombos são incontornáveis como testemunho da prática de manter acessível, organizado e atualizado o rol de bens das instituições.

No fundo da MMFT estão disponíveis alguns, atualizados por questões de legibilidade e de baixas ou novas entradas nos inventários. Aqui ficam alguns exemplos:

- *Tombo de 1744*: Copiador de testamentos, escrituras e papeis pertencentes à Santa Casa da Misericordia (Figura 3).

J·M·I
ESTE LIURO
HE DA SANCTA CA-
ZA DA MIZERICORDIA
DA UILLA DE MONFORTE
PARA NELLE SE TRASLADA-
REM TODOS OS TESTAMẽ-
TOS E ESCRITURAS E PAPEIS
PERTENCENTES A MESMA UAI
NUMERADO E RUBRICADO PEL
LO PROUEDOR ANTONIO JUZAR-
TE DA SILUA Q NO FIM HADE DE-
CLARAR AS MEAS FOLHAS Q
TEM HOIE 28 DE JUNHO DE-
1744

Figura 3 - Frontispício do Tombo de 1744.
Nota. Legenda: JMI
ESTE LIURO HE DA SANCTA CAZA DA MIZERICORDIA DA UILLA DE MONFORTE PARA NELLE SE TRASLADAREM TODOS OS TESTAMẽTOS ESCRITURAS E PAPEIS PERTENCENTES A MESMA, UAI NUMERADO E RUBRICADO PELLO PROUEDOR ANTONIO JUZARTE DA SILUA Q NOFIM HADE DECLARAR AS MEAS FOLHAS Q TEM HOIE 28 DE JUNHO DE 1744. Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

- *Livro de todos os foros e rendas da Caza da Mizericordia da Villa de Monforte. Anno de 1802*.
- *Livro de todos os foros e rendas da Casa do Hospital da Vila de Monforte.* [Também designado como] *Tombo do Hospital* (1802).
- *Livro do tombo da Santa Caza da Mizericordia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma* (1850).

Se folhearmos algumas séries documentais do acervo (Atas das sessões; Receituários; Sessões e Eleições; Livros de foros e rendas, etc.), rapidamente concluímos, quer pela existência dos competentes termos de abertura e

encerramento, quer pelos números de ordem que alguns deles ostentam, que existia uma organização documental, e que a mesma era vistoriada regularmente, conforme se comprova pela menção "V.^{to}" ou "Visto" presente em alguns dos volumes.

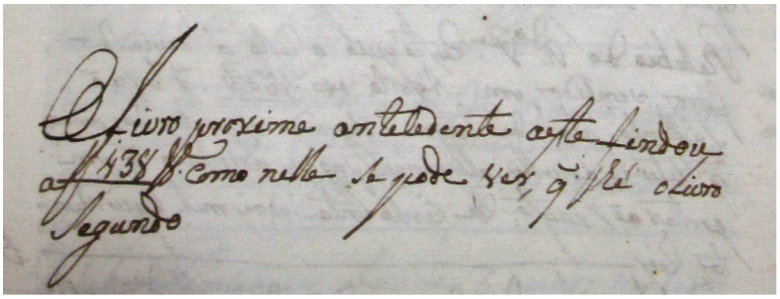

O livro proximo antecedente a este findou a f. 138 como nelle se pode ver, q. he o Livro Segundo

Figura 4 - Pormenor com remissão para livro anterior da Receita do Hospital, 1803 a 1841.
Nota. Remissão para livro anterior: "O livro próximo antecedente a este findou a f. 138 como nelle se pode ver, q. he o livro segundo". In *Hospital. Receita. 1803 a 1841.* Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

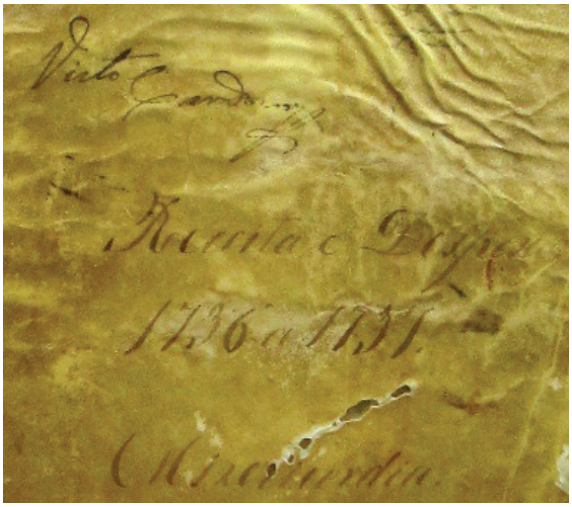


Figura 5 - Pormenor de título do livro de Receita e Despesa da Misericórdia (1736-1737) com assinatura de fiscalização.
Nota. Legenda: "Visto [a.] Cardoso". In *Receita e Despesa. 1736 a 1737. Mizericordia.* Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

Outros exemplos que remetem para a existência de um arquivo organizado são um *Receituário do Hospital* (1848-1853), referindo um conjunto de receitas avulsas que são entregues ao arquivo (Figura 6) e o livro dos *Irmãos* (Figura 7).

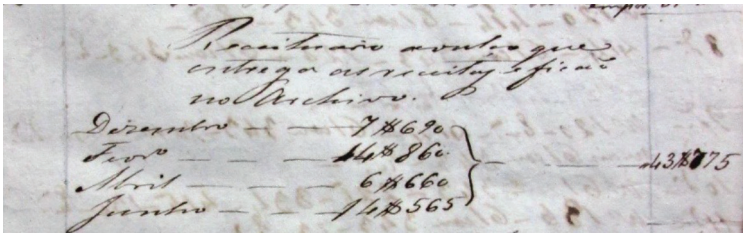


Figura 6 - Pormenor de Receituário do Hospital de Monforte (1848-1843), com remessa ao arquivo.
Nota. Legenda: "Receituario avulso que entrega as receitas e ficão no Archivo […]". *Receituario do Hospital de Monforte* (1848-1853). Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

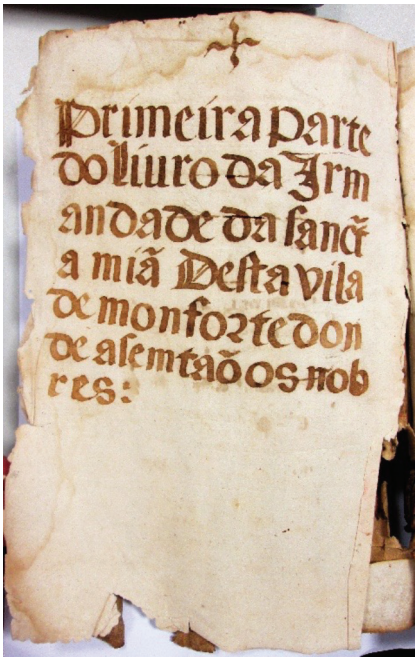


Figura 7 - Frontispício da Primeira Parte do Livro dos Irmãos da Misericórdia de Monforte (1593-1793).
Nota. Legenda: "Primeira parte do liuro da Irmandade da Sancta miã Desta vila de monforte donde asemtão os nobres:". In *[Livro dos] Irmãos [da Misericórdia de Monforte]* (1593-1793). Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

Existe um livro de inventário, da autoria de António Maria Cunha (1987), vogal da Mesa Administrativa da Misericórdia de Monforte. Intitula-se *Inventário Geral dos Valores da Santa Casa da Misericórdia de Monforte = Culturais e Outros*, que identifica grande parte dos espécimes arquivísticos em análise, bem como outros bens culturais (alfaias religiosas, imaginária, azulejos) ou de uso quotidiano da instituição (mobiliário comum e utensílios utilizados em

contexto hospitalar e administrativo), no âmbito do qual o autor fez o último esforço de organização e cadastro das existências. Numerados por ordem sequencial, alguns dos volumes constituíam atados (maços) que podemos de algum modo identificar com séries documentais, mas em alguns dos casos não houve grande critério no seu agrupamento, pois alguns dos espécimes agrupados pouco ou nada tinham a ver com os restantes, em termos tipológicos, orgânicos e funcionais. Entre outros casos, existia um maço com o número 43, onde se incluíam livros de entrada e saída de doentes, juntamente com livros de receituários prescritos aos doentes; o maço 51 continha registos de entradas e saídas nas urgências, livros de serviços hospitalares prestados e livros de registo de consultas externas; o maço 73 continha correspondência recebida e expedida, orçamentos, faturas de farmácia, livros de movimento de doentes e registos de partos entre 1973 e 1974.

Figura 8 - Os fundos documentais antes de serem transferidos para o Arquivo Histórico Municipal, em 27 de outubro de 2021. Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

Figura 9 - Organização dos fundos segundo António Maria da Cunha, na sede da Misericórdia.
Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

Entre a documentação transferida, conseguimos detetar no *Livro do tombo da Santa Caza da Mizericordia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma* (1850), dois importantes documentos para conhecer um pouco mais da História do Arquivo da Misericórdia de Monforte. O primeiro, cosido ao miolo do tombo, intitula-se "Inventario dos livros e mais documentos da Santa Casa da Misericordia de Monforte, hospital annexo e capellas de Pedro Corrêa d'Andrade, existentes no archivo da mesma Santa Casa" (3 de julho de 1888). O segundo, a "R.am [Relação] dos Livros e mais papeis que existião no Archivo da S.ta Caza da Mizericordia desta V.ª em dia de S.ta Izabel do anno de 1844 e que são entregues [à nova mesa]", é solto mas encontrava-se dentro do tombo. Ambos são listagens que designam os espécimes existentes: o primeiro, de 6 páginas, denota alguma preocupação organizacional, pois numa primeira parte lista todos os documentos e livros existentes, e posteriormente abre secções para identificar os títulos dos foros da Casa da Misericórdia, os títulos dos foros da Casa do Hospital, os títulos de propriedades e foros vendidos e prescritos, escrituras de mútuos, os livros e documentos da Capela de Pedro Corrêa d'Andrade; o segundo, de 8 páginas, designa as existências e indica as quantidades.

Existem dois instrumentos de descrição posteriores ao inventário de António Maria Cunha. O primeiro foi elaborado no âmbito do *Recenseamento*

dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias, coordenado por José Mariz (Mariz, 1996, pp. 184-188). O segundo é da autoria de Pedro Penteado (Penteado, 2002, pp. 230-231). O primeiro apresenta uma estrutura orgânico-funcional, estando muito ligado à proposta avançada por Mariz em 1992, para um quadro de classificação da Administração Local (Mariz, 1992, pp. 143-154). O segundo apoia-se na norma *ISAD(G)*, descrevendo o âmbito e conteúdo do fundo da Misericórdia e indicando as unidades de descrição relacionadas, as datas extremas e a dimensão. Ambos os instrumentos enumeram, além do fundo da MMFT, os fundos do Clube Artístico Monfortense, da Santa Casa da Misericórdia de Assumar e da Comissão de Assistência aos Pobres de Monforte.

Sobre a história da Santa Casa da Misericórdia de Monforte (SCMMFT), quase toda por fazer, existe somente uma pequena brochura da autoria de José Cunha (2018), produzida no âmbito das comemorações dos 500 anos da instituição e o instrumento de acesso à informação da nossa autoria, intitulado *Os fundos documentais depositados pela Misericórdia de Monforte no Arquivo Municipal: classificação e inventariação de séries*, que muito gostaríamos de ver editado ou divulgado pela Câmara Municipal daquela vila, no seu sítio de internet.

5. A Santa Casa da Misericórdia de Monforte enquanto entidade produtora

Não se sabe ao certo quando nasceu a SCMMFT, mas sabe-se que em 1518 já existia, uma vez que data de 12 de agosto desse ano um documento exarado da chancelaria régia, ordenando ao Hospital de Todos os Santos a entrega de esmolas em açúcar a diferentes instituições, entre elas a MMFT (Paiva, 2004, pp. 200 e 374).

A 3 de maio de 1524 foi anexado à Misericórdia, o Hospital do Corpo de Deus, descendente de uma Albergaria com a mesma designação, cuja existência é atestada em documentos do século XV (Cunha, 2018, p. 3).

No dia 10 de abril de 1956 foi feita a entrega provisória da obra do novo hospital à Santa Casa da Misericórdia (*Auto de receção provisória da obra de construção do novo hospital de Monforte, adjudicada a José Alves dos Reis*, 1856).

Em 28 de abril de 1958 a sede da Misericórdia de Monforte foi transferida para o novo hospital, onde ainda hoje funciona (Ministério das Finanças, 1967) (Figura 10).

Figura 10 - Sede e Lar da Misericórdia de Monforte (2021).
Créditos fotográficos: António Jorge Botelheiro Carrilho.

Ao longo de mais de cinco séculos de vida, a MMFT foi regulada por diferentes compromissos, sendo os primeiros adotados da Misericórdia de Lisboa, com uma tendência crescente para a adaptação às especificidades concelhias. No século XIX, em 1855 ("Instruções Provisorias para a Commissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia e Hospital", 1855, fls. 69-72), surgem as primeiras disposições estatutárias próprias, seguindo-se depois as dos anos de 1912 (*Projeto d'um novo Compromisso para a antiga Santa Casa da Misericordia de Monforte*, 1912), 1935 (*Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Monforte*, 1935), 1981 (*Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1981), 1986 (*Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 1987), 1990 (*Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Monforte*, 1990) e 2015 (*Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*, 2015).

O fundo (sistema) documental da MMFT é constituído por 472 unidades de instalação, repartidas por 9 secções, 17 subsecções e 71 séries. A documentação encontra-se arrumada nas salas 7 (estantes 40 a 44) e 8 (estantes 2 a 6) do edifício onde funcionam os serviços de História, Arquivo e Arqueologia (Figura 11).

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO		
SISTEMA		MISERICÓRDIA DE MONFORTE
Secção	Subsecção	Séries
AG	SEC	1 – Atas das sessões
AGMA	n/a	1 - Compromissos
	CART	1 – Eleições
	SEC	1 – Atas das sessões
C	CART	1 – Arrematações 2 – Públicas-formas de escrituras do Tabelião António Xavier Loução 3 – Escrituras: originais, treslados e públicas-formas 4 – Sentenças Cíveis 5 – Miscelânea 6 - Despesa 7 - Receita 8 – Receita e Despesa
	SEC	1 – Correspondência expedida 2 – Correspondência recebida 3 – Correspondência recebida e expedida 4 – Documentos de despesa 5 – Receita e Despesa 6 – Conta corrente da despesa 7 - Receita 8 – Receita e Despesa: registo anual 9 – Receita e Despesa: registo diário 10 – Registo de despesas 11 – Receita: registo mensal 12 – Registo de dívidas ativas e passivas 13 – Registo dos Irmãos 14 – Quotizações dos Irmãos 15 – Quotizações dos Amigos 16 – Recursos humanos: férias
	TES	1 – Receita e Despesa: diário do tesoureiro 2 – Receita e Despesa: movimento de caixa
CA	SEC	1 – Atas das sessões
CPCA	CART	1 – Partilhas de rendimentos da Capela 2 – Contas 3 – Processos de atribuição de dotes de casamento
DEF	SEC	1 – Atas das sessões
H	CART	1 – Receita 2 – Receita e Despesa 3 – Despesa
	F	1 – Receituários
	SEC	1 – Correspondência recebida 2 – Correspondência recebida e expedida 3 – Despesa 4 – Receita 5 – Receita e Despesa 6 – Registo de dívidas ativas e passivas 7 – Estatística 8 – Inquéritos aos doentes pobres e indigentes 9 – Acordos com a Caixa de Previdência e Abono de Família 10 – Despesa: mapas de alimentação de doentes 11 – Movimento de doentes 12 – Movimento no banco 13 – Processos de internamento de doentes 14 – Miscelânea 15 – Registo de óbitos 16 – Serviços hospitalares: consultas externas 17 – Serviços hospitalares: pensos s injeções
M	CART	1 – Receita e despesa, termos de mesa e eleições 2 – Sessões da Mesa e Eleições
MA	CF	1 – Receita e Despesa 2 – Despesa 3 – Correspondência 4 – Publicidade
	CV	1 – Receção e distribuição de donativos
	H	1 – Novo Hospital: construção 2 – Novo Hospital: fornecimentos 3 – Novo Hospital: orçamentos 4 – Novo Hospital: miscelânea 5 – Novo Hospital: arquitetura
	SEC	1 – Hospital: protocolos
	TES	1 – Património da Casa: tombos e inventários 2 – Património do Hospital: tombos e inventários

Figura 11 - *Quadro de classificação sistémico, orgânico e funcional da Misericórdia de Monforte*
Nota. Legenda de abreviaturas: AG – Assembleia Geral; AGMA – Assembleia Geral e Mesa Administrativa; C – Casa; CA – Comissão Administrativa; CPCA – Capela de Pedro Correia de Andrade; DEF – Definitório; H – Hospital; M – Mesa; MA – Mesa Administrativa; SEC – Secretaria; CART – Cartório; TES – Tesouraria; F – Farmácia; CF – Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Parto; CV – Cofre das Viúvas. Autor: António Jorge Botelheiro Carrilho.

6. Considerações finais

A classificação da produção documental foi difícil desde o primeiro momento, porque da parte das entidades produtoras nunca houve a preocupação explícita de fazer organigramas dos diferentes corpos sociais e serviços. Contudo, a consulta atenta da documentação permitiu configurar o quadro de classificação, tendo como principal baliza o nível de descrição "Série". Além do mais, através da consulta dos diferentes compromissos e estatutos da Misericórdia de Monforte, foi-nos possível esboçar a sua organização interna[8]. No caso das misericórdias, a existência de compromissos normalizados foi, efetivamente, o grande facilitador, a par dos títulos formais e dos termos de abertura e encerramento, quando existentes, de algumas séries documentais, especialmente constituídas por livros de registos de receitas e despesas ou de atas de sessões e eleições. Para os restantes fun-

[8] Em 1855, designando-se como Santa Casa da Misericórdia e Hospital Anexo, constituía-se por uma Comissão Administrativa composta por Presidente, Vice-Presidente e 3 vogais e com os seguintes empregados: Secretário; Tesoureiro; Procurador; Capelão; Médico; Cirurgião; Boticários; Sangrador; Enfermeiro; Almocreve. Em 1912, a Irmandade da Misericórdia da Vila de Monforte tinha Irmãos de ambos os sexos, mas as mulheres não eram eleitoras nem elegíveis, e como Corpo Social tinham uma Assembleia Geral com 1 presidente e 2 secretários e uma Mesa, constituída pelo Provedor, Secretário, Tesoureiro e quatro fiscalizadores do hospital (irmãos de mês) + 7 substitutos. Em 1935, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte constituía-se por Irmãos ordinários, benfeitores e beneméritos, com profissão e poder para pagar as cotas; o mandato dos órgãos era de três anos, sendo eles a Assembleia Geral, com 1 Presidente e 2 Secretários, e a Mesa Administrativa, que incluía o Provedor, Secretário, Tesoureiro e 4 Vogais (irmãos de mês). Em 1981, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte era uma associação canonicamente ereta, aceitando a regulamentação da lei e a fiscalização do Estado, constituindo-se por irmãos ordinários, benfeitores e beneméritos, sem limite numérico; o mandato dos órgãos era de 3 anos, sendo eles a Assembleia Geral (Presidente e 2 secretários) e a Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, Secretário, Tesoureiro e 4 vogais (irmãos de mês). Em 1986, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte previa mandatos dos órgãos sociais de 3 anos, sendo eles Assembleia Geral: Presidente e 2 Secretários (e respetivos suplentes), a Mesa Administrativa: Provedor, Vice-Provedor, Secretário, Tesoureiro e 3 Vogais + 3 substitutos e os Mordomos (coadjuvantes facultativos) + irmão de mês (visitador). Em 1990, a Irmandade da Misericórdia ou Santa Casa da Misericórdia era uma IPSS com personalidade jurídica canónica e civil, com irmãos de ambos os sexos, em número ilimitado, que aceitassem os princípios da doutrina e moral cristã, sendo os mandatos dos órgãos sociais de 3 anos, com a possibilidade de dois mandatos consecutivos, sendo eles a Assembleia Geral, com Mesa constituída por Presidente, 1.º e 2.º Secretários e 2 suplentes, a Mesa Administrativa constituída por Provedor, ViceProvedor, Secretário, Tesoureiro, Vogal e 2 suplentes, e o Definitório, constituído por Presidente e dois vogais e 2 suplentes e um capelão privativo. Em 2015, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte mantinha número ilimitado de irmãos, sendo os mandatos dos órgãos sociais de quatro anos, e eram eles a Assembleia Geral, cuja mesa se constituía por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, a Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, Vice-Provedor, Secretário, Tesoureiro, Vogal e 3 suplentes, e pelo Conselho Fiscal ou Definitório, composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 2 suplentes. Neste último compromisso, ainda em vigor, é prevista a possibilidade de criação de um Conselho Consultivo.

dos foram de especial importância os livros de atas e de receitas e despesas, os primeiros porque contêm atas de eleição dos corpos sociais e os segundos porque apresentam o nome dos corpos responsáveis pelos atos de abertura ou encerramento dos livros ou pelos atos administrativos propriamente ditos.

Quanto à MMFT, a principal dificuldade na elaboração do quadro de classificação decorreu do facto de algumas séries documentais serem híbridas, no tocante à tipologia de documentos. Exemplo desse hibridismo são as séries que designámos como "Receita e despesa, termos de mesa e eleições", na secção Mesa, subsecção Cartório, e as séries designadas como "Miscelânea", na secção Casa, subsecção Cartório, ou na secção Hospital, subsecção Secretaria. Também nos deparámos com hibridismo no que concerne aos produtores da documentação na secção da MMFT, que designámos como "Assembleia Geral e Mesa Administrativa", subsecção Cartório, em que se integram três livros da série Atas das sessões.

Conscientes de que o instrumento de descrição que elaborámos não poderia, no tempo de que dispúnhamos, chegar à descrição documento a documento, não deixamos, contudo, de confirmar que o modelo sistémico e interativo é aplicável às Misericórdias ou a qualquer outra entidade geradora de informação, suportada materialmente. Conseguimos perceber o seu âmago organizacional, e dentro dessa organização, identificar com maior ou menor precisão, quem e em que contexto produziu a documentação. O trabalho levado a cabo, muito aquém do que gostaríamos que fosse, permitiu-nos, com efeito, perceber as vantagens da teoria sistémica proposta por Malheiro da Silva: quanto mais fina, ou detalhada, for a descrição documental, mais responde às necessidades dos potenciais utilizadores e às modalidades de busca colocadas nos sistemas de informação. O facto de se privilegiar o estudo do documento simples, integrando-o num sistema de informação, permite ter uma ideia de conjunto, do complexo humano e social, dos diferentes contextos de produção e uso da informação.

Futuramente, a produção da documentação deverá respeitar a organização interna definida em sede de compromisso, regimento, etc., evitando o uso comum dos mesmos suportes documentais por secções ou subsecções (serviços) diferentes, quando se tratar de livros. Tal opção permitirá evitar situações dúbias na classificação, como as que referimos no segundo parágrafo destas considerações finais. De igual modo, sempre que seja reformado o compromisso, devem ser abertos novos livros, respeitando a nova orgânica. Poder-se-á equacionar, para uma maior minúcia na definição dos produtores e da classificação de determinadas séries, a abertura de livros de atas de sessões sempre que se inicia um novo mandato dos corpos sociais.

7. Referências

a) Documentação de Arquivo

Cunha, A. M. (1987). *Inventário Geral dos Valores da Santa Casa da Misericórdia de Monforte = Culturais e Outros =*. Mesa Administrativa da Misericórdia de Monforte.

Misericórdia de Monforte. (1856, abril, 10). *Auto de receção provisória da obra de construção do novo hospital de Monforte, adjudicada a José Alves dos Reis.*

Misericórdia de Monforte. (1987). *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. Tipografia Nun'álvares Lda.

Misericórdia de Monforte. (2015, novembro, 12). *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*.

Misericórdia de Monforte. (1803). *Hospital. Receita. 1803-1841.* (fl. 1).

Misericórdia de Monforte (1593-1793). [Livro dos] *Irmãos* [da Misericórdia de Monforte]. (fl. 1v.).

Misericórdia de Monforte. (1802). *Livro de todos os foros e rendas da Casa do Hospital da Vila de Monforte.* [Também designado como] *Tombo do Hospital.*

Misericórdia de Monforte. (1844). "Instruções Provisorias para a Comissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia e Hospital" aprovadas na Sessão de 28 de outubro de 1855. In *Livro das deliberações da Comissão da Santa Caza da Misericordia da Villa de Monforte. 6 de Novembro de 1844 a 1864 – 8.º Livro* (pp. 69-72).

Misericórdia de Monforte. (1888). *Inventario dos livros e mais documentos da Santa Casa da Misericordia de Monforte, hospital annexo e capellas de Pedro Corrêa d'Andrade, existentes no archivo da mesma Santa Casa*.

Misericórdia de Monforte. (1802). *Livro de todos os foros e rendas da Caza da Mizericordia da Villa de Monforte*. *Anno de 1802*.

Misericórdia de Monforte. (1850). *Livro do tombo da Santa Caza da Mizericordia da Villa de Monforte e Hospital anexo da mesma*.

Misericórdia de Monforte. (1967, maio, 23). Ministério das Finanças. *Contribuição Predial (modelo 129) – Declaração para inscrição ou alteração de prédio urbano.*

Misericórdia de Monforte. (1844). *R.am [Relação] dos Livros e mais papeis que existião no Archivo da S.ta Caza da Mizericordia desta V.ª em dia de S.ta Izabel do anno de 1844 e que são entregues* [à nova mesa].

Misericórdia de Monforte (1736). [Livro de] *Receita e Despesa. 1736 a 1737. Mizericordia.*

Misericórdia de Monforte. (1848-1853). *Receituario do Hospital de Monforte.* (fl. 4).

Misericórdia de Monforte. *Tombo de 1744: Copiador de testamentos, escrituras e papeis pertencentes à Santa Casa da Misericordia.*

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (1516, dezembro, 20). *Compromisso da Confraria de Misericordia* [de Lisboa]. Oficina de Valentim Fernandes e Harmam de Campos. https://backoffice.scml.pt/wp-content/uploads/2020/11/Compromisso-Edicao-de-1516.pdf

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (1745). *Compromisso da Misericordia de Lisboa*. Officina de Joseph da Silva Natividade.

Santa Casa da Misericórdia de Monforte. (1912). *Projeto d'um novo Compromisso para a antiga Santa Casa da Misericordia de Monforte*. Typografia Leonardo.

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (1990, junho, 2). *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Monforte*. (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/01607).

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (1935, outubro, 20). *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Monforte*. (1935, outubro, 20). (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/00280).

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (1981, outubro, 25). *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monforte*. (1981, outubro, 25). (PT/SGMAI/GCPTG/H/B/001/00280).

b) Bibliografia

Amado, Joaquim dos Reis. (1806). *Alvará, por que Vossa Alteza Real Ha por bem Determinar que as Casas de Misericordias das Cidades, e Villas destes Reinos, e seus Dominios, se regulem pelo Compromisso da Santa Casa da Misericordia de Lisboa*. (1806, outubro, 18). Impressão Régia.

Bellotto, H. L. (2016). *Arquivos Permanentes. Tratamento documental* (4ª ed.). FGV.

Bethencourt, F. (1993). Os equilíbrios sociais do Poder: A Igreja. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)* (pp. 149-153). Editorial Estampa.

Cencetti, G. (1970). Inventario bibliografico e inventario archivistico. In *Scritti Archivistici* (p. 65). Il Centro di ricerca editore.

Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística.* (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias.* (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Corrêa, F. C. (1998). *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Santa Casa da Misericórdia.

Couto, M. do. (1645). *Alvará Régio de 27 de novembro de 1645*.

https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p182.

Cunha, J. A. (2018). Centelha de um fogo cinco vezes secular. In *Santa Casa da Misericórdia de Monforte. 500 Anos. Sessão Solene* (p. 3). Santa Casa da Misericórdia de Monforte.

De Bruyne, P., Herman, J., & Schoutheete, M. (1974). *Dynamique de la recherche em sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique.* P.U.F.

Direção Geral de Arquivos – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2007). *Orientações para a descrição arquivística*. (2ª ed.). DGARQ.

Duranti, L. (Dir.). (2012). *Multilingual Archival Terminology.* http://www.ciscra.org/mat/

Duranti, L., & Michetti, G. (2017). The Archival Method. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (eds.). *Research in the Archival Multiverse* (pp. 75-95). Monash University.

Goodolphim, C. (1897). *As Misericórdias.* Imprensa Nacional. https://purl.pt/6450/4/sc-53231-v_PDF/sc-53231-v_PDF_24-C-R0150/sc-53231-v_0000_capa-capa_t24-C--R0150.pdf

Gracy II, D. B. (1977). *Archives & Manuscripts: arrangement & description*. Society of American Archivists.

Gregório, R. D. (2015). *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada: estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. CHAM, FCSH/NOVA-UAc.

Mariz, J. (1988, novembro 23-25). *Arquivos Municipais. Proposta de um Quadro de Classificação* [Comunicação]. Actas do 2.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, Montemor-o-Novo.

Mariz, J. (Coord.). (1996). *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 4 – Distrito de Portalegre* (pp. 184-188). Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Comissão do Inventário do Património Cultural Móvel.

Mundet, J. R. C. (1994). *Manual de archivística* (pp. 35-36). Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Pirámide.

Paiva, J. P. (Coord.). (2002). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. *Fazer a História das Misericórdias. Volume 1*. CEHR-UCP / UMP.

Paiva, J. P. (Coord.). (2003). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. *Antes da Fundação das Misericórdias. Volume 2.* CEHR-UCP / UMP.

Paiva, J. P. (Coord.). (2004). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I. Volume 3* (pp. 200, 374). CEHR-UCP / UMP.

Paiva, J. P. (Coord.). (2005). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580. Volume 4.* CEHR-UCP / UMP.

Paiva, J. P. (Coord.). (2006). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes. Volume 5*. CEHR-UCP / UMP.

Penteado, P. (2002). As Misericórdias. Contributos para um guia dos Arquivos. In CEHR-UCP, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias. Volume 1* (pp. 230-231). CEHR-UCP / UMP.

Pinto, M. H. M., & Pinto, V. R. M. (1968). *As Misericórdias do Algarve*. Ministério da Saúde e Assistência – Direcção-Geral de Assistência.

Ribeiro, F. (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos. I Volume*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Rosa, M. L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, *30*, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10

Sá, I. G. (1996a). As confrarias e as misericórdias. In C. Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]* (pp. 55-60). Coleção Grandes Temas da Nossa História. Círculo de Leitores.

Sá, I. G. (1996b). A assistência: as misericórdias e os poderes locais. In C. Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]* (pp. 136-143). Círculo de Leitores.

Sá, I. G., & Lopes, M. A. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*. Imprensa da Universidade de Coimbra / Estado da Arte.

Serrão, J. V. (1988). *História de Portugal. Volume III. O Século de Ouro (1495-1580)* (2ª ed., pp. 156-158, 348-353). Editorial Verbo.

Serrão, J. V. (1990). *História de Portugal. Volume IV. Governo dos reis espanhóis (1580-1640)* (2ª ed., pp. 400-406). Editorial Verbo.

Silva, A. B. M. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista Da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas Do Património, III*(I), 55-84.

Silva, A. B. M., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação.* Coleção Biblioteca das Ciências do Homem/Plural, 2. Afrontamento.

Silva, J. C. (2017). Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular. *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 47-67. http://www.ubimuseum.ubi.pt/n05/assets/docs/04.pdf

Stella, V. (1985). La storiografia, l'archivistica, il lavoro d'archivio e l'archivista. In R. Giuffrida (Ed.), *Antologia di scritti archivistici* (pp. 34-35). Ministero per i beni culturali e ambientali.

c) Webgrafia

Duranti, L. (Dir.). (2012). *Multilingual Archival Terminology.* International Council on Archives / Section on Archive Education / Centre for the International Study of Contemporary Records and Archives (CISCRA). http://www.ciscra.org/mat/

Silva, J. C. (2017). Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular. *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 47-67. Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. http://www.ubimuseum.ubi.pt/n05/assets/docs/04.pdf

8. Índice de Ilustrações

Figura 1 – Frente da Bandeira da Misericórdia

Figura 2 – Verso da Bandeira da Misericórdia

Figura 3 – Frontispício do Tombo de 1744.

Figura 4 – Pormenor com remissão para livro anterior da Receita do Hospital, 1803 a 1841.

Figura 5 – Pormenor de título do livro de Receita e Despesa da Misericórdia (1736-1737) com assinatura de fiscalização.

Figura 6 – Pormenor de Receituário do Hospital de Monforte (1848-1843), com remessa ao arquivo.

Figura 7 – Frontispício da Primeira Parte do Livro dos Irmãos da Misericórdia de Monforte (1593-1793).

Figura 8 – Os fundos documentais antes de serem transferidos para o Arquivo Histórico Municipal, em 27 de outubro de 2021.

Figura 9 – Organização dos fundos segundo António Maria da Cunha, na sede da Misericórdia.

Figura 10 – Sede e Lar da Misericórdia de Monforte.

Figura 11 – Quadro de classificação sistémico, orgânico e funcional da Misericórdia de Monforte.

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_5

Mediação e representação da informação nos arquivos municipais

Mediation and representation of information in municipal archives

ELIEZER PIRES DA SILVA
Arquivista do Arquivo Nacional do Brasil e professor da UNIRIO
eliezerpires@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6778-0430

MARÍA MANUELA MORO CABERO
Professora titular Universidade de Salamanca
moroca@usal.es
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5301-1924

MARCOS VINÍCIUS BITTENCOURT DE SOUZA
Profesor en Universidad Federal de Santa María
marcos.cpd@ufsm.br
ORCID: http:/orcid.org/0000-0001-5292-7658

RESUMO

Os arquivos municipais realizam uma importante mediação da informação arquivística no âmbito da cidade e são fontes muito importantes para a pesquisa histórica e para a construção de memória e identidade dos diferentes grupos sociais. Essas instituições são essenciais para a cidadania e vida comunitária. Os arquivos públicos municipais têm a função de divulgar e difundir informações, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento. O objetivo desta pesquisa é investigar a mediação e a representação da informação arquivística no espectro das cidades,

considerando os recursos de pesquisa que permitem os usuários terem acesso a informações sobre o patrimônio arquivístico do lugar onde vivem. A metodologia adotada para reconhecer o cenário de mediação e representação da informação arquivística nos arquivos municipais combina uma articulação conceitual com base na literatura da Arquivologia, mais um levantamento empírico de *sites* dos arquivos de cidades brasileiras. Ao combinar essas perspectivas de observação e análise é possível obter uma compreensão mais abrangente sobre como os arquivos públicos estão disponibilizando informações para seus usuários. Os resultados apontam para a necessidade de avanço nos instrumentos de pesquisa disponíveis pelas instituições que anunciam ter essa finalidade para os acervos que organizam e preservam. Dentre os resultados destaca-se o alcance da mediação observada para arquivos em comparação com os estaduais. Além disso, aportamos aos indicadores de existência de arquivos municipais a sua correspondência de população. Os arquivos municipais são mediadores da informação arquivística nas cidades e há necessidade de aprimoramento dos recursos de pesquisa disponíveis nessas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Representação da informação arquivística; Mediação arquivística; Arquivos Municipais; Brasil.

ABSTRACT

Municipal archives carry out an important mediation of archival information within the city and are very important sources for historical research and for the construction of memory and identity of different social groups. These institutions are essential to citizenship and community life. Municipal public archives have the function of disseminating information, contributing to the democratization of access to knowledge. The objective of this research is to investigate the mediation and representation of archival information in the spectrum of cities, considering the research resources that allow users to have access to information about the archival heritage of the place where they live. The methodology adopted to recognize the scenario of mediation and representation of archival information in municipal archives combineds a conceptual articulation based on the literature of Archival Science, plus an empirical survey of archive sites in Brazilian cities. By combining these perspectives of observation and analysis, it is possible to gain a more comprehensive understanding of how public archives are making information available to their users. The results point to the need to advance the research instruments available by institutions that announce that they have this

purpose for the collections they organize and preserve. Among the results, the scope of mediation observed for archives in comparison with state archives stands out. In addition, we add to the indicators of existence of municipal archives their population correspondence. Municipal archives are mediators of archival information in cities and there is a need to improve the research resources available in these institutions.

KEYWORDS: Representation of archival information; Archival mediation; Municipal Archives; Brazil.

Introdução

As instituições arquivísticas desempenham um papel fundamental na garantia do acesso aos documentos que estão sob sua custódia. Essas instituições têm a responsabilidade social de preservar e disponibilizar informações contidas nos registros para os usuários interessados. Nesse processo, os instrumentos de pesquisa desempenham uma função essencial. Eles são criados durante o tratamento técnico dos acervos e têm como objetivo representar o conteúdo dos documentos de forma organizada e acessível. Dessa forma, os instrumentos de pesquisa concretizam uma mediação realizada pelas instituições arquivísticas.

A mediação nos arquivos públicos apresenta algumas características: promover o acesso democrático aos documentos e informações armazenadas; preservar e proteger o patrimônio cultural configurado a partir dos documentos; engajar o público, compartilhando conhecimento e despertando o interesse pela memória coletiva.

A problematização desta pesquisa refere-se à natureza dessa mediação entre o documento e o usuário nos arquivos: Como a representação elaborada pela equipe profissional influencia o modo como os usuários acessam e interpretam os documentos? Quais são os arquivos municipais brasileiros que realizam essa mediação para atender às necessidades dos usuários? Há diferencias em relação aos estaduais? Quais são os estados que se destacam? Podem-se observar diferencias regionais? Essas são algumas das questões exploradas nesta investigação, buscando aprimorar a prática arquivística e melhorar a experiência de busca por informação dos usuários nos arquivos.

O objetivo geral é investigar a mediação e a representação da informação arquivística no espectro da municipalidade, considerando os recursos de pesquisa que permitem os usuários terem acesso a informações sobre o

patrimônio cultural e histórico do lugar onde vivem. Além disso, comparam-se com os arquivos estaduais e analisam-se outros fatores de confluência como população ou distribuição nos estados e regiões.

A metodologia adotada para reconhecer o cenário de mediação e representação da informação arquivística nos arquivos municipais combinou uma articulação conceitual com base na literatura da Arquivologia com um levantamento empírico dos *sites* dos arquivos de cidades brasileiras entre fevereiro e maio de 2023[1]. Ao combinar essas perspectivas de observação e análise é possível obter uma compreensão mais abrangente sobre o que são e como os arquivos públicos municipais estão disponibilizando informações para seus usuários.

As razões e as funções dos arquivos para o estado e a sociedade hoje

A história das funções dos arquivos remonta ao surgimento da escrita. Desde os registros em tabuletas de argila na Mesopotâmia antiga, passando pelos papiros do Egito, pelos pergaminhos medievais até os documentos digitais atuais, arquivos têm desempenhado uma diversidade de funções importantes na organização das sociedades (Mckemmish et al., 2005; Eastwood, 2016; Cook, 2011).

No mundo antigo, os arquivos eram usados principalmente para manter registros administrativos, como listas de tributos e de propriedade. Na Idade Média, os mosteiros eram responsáveis por manter os documentos das transações comerciais e financeiras por si desenvolvidas, bem como por preservar as obras literárias e religiosas. Durante a Revolução Francesa, os arquivos foram usados como ferramentas para a construção da identidade nacional e para a criação de uma nova ordem política e social (Nesmith, 1999).

No século XX, os arquivos passaram a ter um papel fundamental na gestão dos assuntos públicos e na garantia dos direitos democráticos. Além disso, a revolução digital transformou os arquivos, aumentando capacidade de armazenamento e facilidade de acesso às informações (Freitas & Silva, 2023).

Atualmente os arquivos desempenham uma variedade de funções, desde a preservação da memória e da cultura até a garantia da transparência e da responsabilização do governo e das instituições públicas. Eles são fundamen-

[1] Também foram realizadas observações *in loco* em dez instituições de arquivo representativas envolvendo Brasil, Espanha e Portugal.

tais para a pesquisa acadêmica e para a gestão das informações em organizações públicas e privadas.

O Estado produz e mantém arquivos por diversas razões, incluindo sua prestação de contas perante a sociedade pelos seus atos e decisões; a transparência governamental, possibilitando a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas; a construção de memórias coletivas, permitindo a preservação e a divulgação da história e da cultura do país; além da proteção dos direitos e garantias fundamentais, como é o caso do direito à informação pelos cidadãos. A manutenção de arquivos públicos é uma obrigação do Estado e um direito da sociedade (Fonseca, 1998).

As configurações de uso social dos arquivos são sustentadas por diversos elementos teórico-conceituais, que ajudam a compreender a natureza e o significado dos arquivos como instituições e recursos de informação. A função social dos arquivos atualmente permite que se observe não apenas depósitos passivos de documentos, mas sim instituições ativas que têm a responsabilidade de garantir o acesso e a utilização dos documentos pelos usuários, envolve a preservação, a organização e a disponibilização dos documentos para fins de informação, memória e prestação de contas.

Com o avanço da tecnologia e o aumento da quantidade de dados gerados, a importância e o uso dos arquivos continuam a crescer. Há uma percepção social a ser ampliada sobre a utilidade dos arquivos como ferramentas fundamentais para a preservação da informação, a tomada de decisões, a pesquisa, a transparência e a memória coletiva. Os arquivos desempenham um papel vital em várias esferas da sociedade.

Terry Cook (2011) é um teórico arquivístico que contribuiu significativamente para a compreensão das funções dos arquivos na pós-modernidade. Ele defende a ideia de que os arquivos desempenham papéis múltiplos e complexos na sociedade contemporânea. Esse autor destaca o empoderamento e engajamento cívico na medida em que os arquivos capacitam as pessoas a entenderem seu contexto social e a participarem ativamente da tomada de decisões.

Em um contexto de desconstrução de narrativas dominantes, os arquivos têm o potencial de subsidiar questionamentos sobre visões históricas unilaterais, favorecendo novas interpretações do passado, que podem emergir de vozes ainda marginalizadas na sociedade contemporânea (Brilmyer et al., 2019).

Ademais, nos ambientes e governos em transformação digital, os arquivos deveriam ser considerados como nós de uma rede mais ampla, como espaços de transição, de transformação, onde a mediação se orienta para o uso de tecnologias sociais para que seja, precisamente, a cidadania, aquela

responsável por autenticar o arquivo propriamente dito, tal e como expressa James Lowry (2020, p. 44, tradução nossa) ao afirmar que: "Na sociedade do controle, o arquivo não é o lugar final da autenticação, o arquivo é um nó na rede e um componente de um fluxo de informação sempre em processo"[2].

Destas ideais derivam uma inversão onde tanto o arquivo quanto o arquivista são invisíveis, orientados à transformação dos serviços públicos para seus usuários, isto é, para a cidadania.

Os fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos

O acesso à informação nos arquivos públicos é essencial para fortalecer a democracia, permitir a participação cidadã e garantir que o governo seja responsável perante os cidadãos. Baseia-se na compreensão de que efetiva a transparência e a prestação de contas por parte das instituições governamentais. Entende-se que os cidadãos têm o direito de conhecer as ações e decisões do governo por intermédio de informações produzidas e mantidas que devem estar disponíveis para o público, salvo exceções legalmente previstas (Rosa & Cabero, 2019).

Espera-se cada vez mais que instituições governamentais disponibilizem proativamente as informações de interesse público, sem a necessidade de solicitações específicas dos cidadãos, independentemente de sua posição social, econômica ou outro critério de segregação. Isso significa que elas devem disponibilizar informações relevantes de forma acessível, clara e compreensível, utilizando meios como *websites*, relatórios públicos, publicações ou redes sociais (Sezinando & Silva, 2022).

Os cidadãos têm o direito de conhecer e avaliar as ações e políticas governamentais, o que promove a responsabilidade e a transparência na administração pública. Embora o acesso à informação seja a regra, existem algumas exceções legais que podem restringir ou limitar o acesso a determinadas informações, como aquelas relacionadas à segurança do Estado ou da Sociedade, privacidade pessoal, segredos comerciais, por exemplo.

No Brasil, de acordo com Rodrigues (2011), a legislação sobre acesso aos arquivos enfatiza o segredo e o poder político tem adotado uma postura "reativa" diante de demandas em relação ao tema. A tradição brasileira em relação

2 Lowry, J. (2020, p. 44): "En la sociedad del control, el archivo no es el lugar final de la autenticación, el archivo es un nodo en una red y un componente de un flujo de información siempre en proceso."

ao acesso aos arquivos é pela ênfase no sigilo. Durante os governos militares entre 1964 e 1985, o regime buscou o segredo governamental por meio de decretos. No final da década de 1980, diante da nova conjuntura nacional e internacional, a necessidade de uma legislação arquivística se impôs na agenda política brasileira. O advento da nova Constituição Federal, em 1988, trouxe uma nova visão do que seria uma legislação arquivística. Nos governos civis, desde a década de 1990, tem pesado bastante o interesse em proteger os atos de governantes do controle social do que em lhes dar publicidade e transparência.

Os fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos devem estar baseados em princípios de transparência, democracia e cidadania (Sezinando & Silva, 2022). Alguns desses fundamentos incluem:

- Direito à informação: direito humano fundamental que está presente em diversas legislações nacionais e internacionais. Ele reconhece que todas as pessoas têm o direito de buscar, receber e difundir informações de interesse público.
- Transparência governamental: princípio que estabelece que o governo deve ser transparente em suas ações e decisões, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações e documentos produzidos pelo Estado. Isso permite que a sociedade possa fiscalizar as ações do governo e cobrar responsabilidade e transparência.
- *Accountability* ou responsabilização: o Estado deve ser responsável pelas suas ações e decisões, prestando contas à sociedade. Os arquivos públicos são uma fonte importante de informação para a *accountability*, permitindo que a sociedade possa avaliar a legalidade e a legitimidade das ações do governo.
- Participação cidadã: a sociedade deve ter participação ativa na tomada de decisões políticas. O acesso à informação é um elemento essencial para a participação cidadã, permitindo que a sociedade tenha informações necessárias para participar efetivamente das decisões políticas.
- Preservação da memória: os arquivos públicos são importantes para a preservação da memória histórica, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações sobre o passado. Isso é essencial para a compreensão da história e da cultura de uma determinada sociedade ou comunidade.

Esses são alguns dos fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos, reconhecendo a importância da informação para o exercício dos

direitos humanos e para o fortalecimento da sociedade civil. Anne Gilliland (2011) tem se concentrado na interseção entre arquivos e direitos humanos. Ela argumenta que o acesso à informação nos arquivos é um direito humano fundamental que é essencial para a justiça social e a democracia.

Os usuários dos arquivos podem enfrentar vários obstáculos ao acessar ou utilizar esses recursos informacionais. Em alguns casos, os arquivos podem estar inacessíveis ao público ou têm restrições de acesso devido a aspectos de privacidade, segurança ou direitos autorais. Isso pode dificultar o acesso às informações contidas nos arquivos, especialmente para pesquisadores, estudantes e membros do público em geral (Silva & Gomes, 2023).

Se os arquivos não forem adequadamente organizados e descritos, pode ser difícil localizar informações específicas ou realizar pesquisas eficientes. A falta de descrição arquivística adequada dificulta a busca e a recuperação de informações. Documentos antigos que ainda não foram digitalizados significa que só podem ser acessados fisicamente, limita a disponibilidade e o acesso a esses recursos informacionais, especialmente para aqueles que não têm a oportunidade de visitar pessoalmente essas instituições.

Arquivos digitais armazenados em formatos obsoletos ou proprietários podem representar um desafio para os usuários na medida em que não podem ser abertos ou lidos com as ferramentas e softwares disponíveis atualmente, impedindo acessar e interpretar as informações contidas neles.

Alguns documentos de arquivo contêm terminologia em desuso, caligrafia difícil de ler ou até mesmo idiomas desconhecidos e isso dificulta a compreensão e interpretação das informações contidas nos arquivos, exigindo conhecimento especializado ou auxílio adicional. Esses documentos mais antigos podem apresentar condições físicas deterioradas ao longo do tempo, devido a fatores como umidade, luz solar, pragas ou má conservação, tornando os documentos ilegíveis. Isso representa um desafio para os usuários que desejam acessar esses acervos.

Olhando para o futuro, os arquivos podem adotar várias estratégias para ampliar o acesso aos seus acervos e garantir que as informações contidas neles sejam disponibilizadas ao maior número possível de usuários. Ao criarem descrições arquivísticas consistentes e atribuírem metadados aos documentos, os arquivos tornam mais fácil a busca e a recuperação de informações específicas. Isso facilita a navegação pelos acervos e permite que os usuários encontrem rapidamente os documentos relevantes para suas pesquisas ou interesses. A indexação também pode envolver a criação de vocabulários controlados e a padronização dos termos utilizados nos metadados, para facilitar a interoperabilidade e a pesquisa entre diferentes acervos (Orrico & Silva, 2019).

Os arquivos devem desempenhar um papel ativo na educação patrimonial e divulgação, promovendo eventos, *workshops*, cursos e palestras relacionadas aos seus acervos. Esses programas de educação patrimonial devem alcançar escolas, treinamento para pesquisadores ou atividades para o público em geral. Ao compartilharem conhecimentos e informações sobre os acervos, os arquivos despertam interesse e incentivam o acesso aos seus recursos (Silva & Gomes, 2023).

A acessibilidade para pessoas com deficiência é um tema importante que os arquivos devem enfrentar e está associado ao acesso aos documentos, considerando as pessoas com deficiência visual, auditiva ou outras necessidades especiais (Jimerson, 2008). Isso pode envolver a disponibilização de versões em formato acessível, como áudio descrição, legendas e textos alternativos, além de garantir que as plataformas e tecnologias utilizadas sejam acessíveis e compatíveis com as diretrizes de acessibilidade. Essas estratégias podem ajudar os arquivos a ampliar o acesso aos seus acervos.

Como tem sido argumentado neste texto, o acesso à informação nos arquivos públicos é regido por alguns aspectos fundamentais que visam promover a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã e podem variar dependendo da legislação de cada país, mas geralmente são marcos legais definindo exceções legítimas e restrições ao acesso quando necessário. Isso significa que o acesso não pode ser negado com base em características pessoais, como nacionalidade, sexo, raça ou religião (Sezinando & Silva, 2022). É importante ressaltar que a efetiva implementação desses aspectos depende da existência de uma cultura de transparência nas instituições, bem como o engajamento dos cidadãos na busca por informações e no exercício de seus direitos.

A mediação e a representação da informação nos arquivos

A mediação da informação é um conceito central nas perspectivas arquivísticas contemporâneas, que buscam compreender como o fenômeno arquivístico envolve instrumentos que funcionam como mediadores entre os produtores e usuários de informação. Na relação entre os arquivos e as sociedades em que estão inseridos, a mediação da informação se insere na preservação e na disponibilização de documentos autênticos e confiáveis, além de configurar um papel fundamental das instituições arquivísticas na construção e manutenção da memória coletiva (Jardim & Fonseca, 2004).

A mediação nos arquivos lança luz sobre três atividades fundamentais à representação arquivística: classificação, descrição e acesso. Nos ambientes digitais, o uso e reutilização da informação também representa uma atividade relevante. A classificação arquivística promove uma organização lógica e coerente dos documentos, facilitando sua localização e recuperação. A descrição se inscreve em um processo de elaboração de instrumentos de pesquisa que fornecem informações sobre os documentos arquivísticos. O acesso concretiza o uso de documentos e informações arquivísticas por usuários. Isso significa que a estrutura de classificação deve ser refletida na descrição dos documentos, e as informações descritivas facilitam o acesso aos documentos.

Lousada (2016) enfatiza a importância de se compreender a mediação da informação nos arquivos a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que articule conceitos e abordagens de diferentes áreas do conhecimento, como a arquivologia, a biblioteconomia, a ciência da informação e a tecnologia da informação.

Nessa perspectiva, a mediação da informação arquivística possui alguns elementos caracterizadores (Freitas & Silva, 2023):

1. Contextualização do acervo: o instrumento de representação deve fornecer informações contextuais sobre os documentos, como a instituição produtora, as funções, a estrutura organizacional. Essas informações ajudam a compreender o contexto de produção dos documentos e são importantes para sua interpretação.
2. Identificação do documento: deve permitir a identificação precisa dos documentos arquivísticos, com base em elementos como o título, data, autoria, tipologia documental. Esses elementos ajudam a identificar os documentos de interesse e a localizá-los no arquivo.
3. Representação da informação: descrição detalhada dos documentos arquivísticos, incluindo informações sobre o conteúdo e assunto.
4. Acesso: fornecer informações claras e precisas sobre as políticas e procedimentos de acesso aos documentos arquivísticos, incluindo as restrições de acesso, as condições para a sua consulta e reprodução.

A mediação e a representação da informação são conceitos fundamentais para a Arquivologia, pois elucidam como as informações contidas nos documentos devem ser organizadas e disponibilizadas para os usuários de maneira eficiente e acessível (Lousada, 2016).

A relação entre mediação e representação da informação nos arquivos é estreita. A representação da informação permite que a mediação seja eficiente e eficaz. Por exemplo, a criação de um inventário detalhado de um acervo arquivístico é um instrumento de mediação que permite que o usuário identifique e localize os documentos de interesse, e a criação de descrições arquivísticas precisas e completas é uma forma de representação, que permite que os usuários compreendam a natureza e o conteúdo dos documentos.

A ampliação do uso das tecnologias da informação tem provocado a redefinição dos modelos de serviços de informação. Aborda-se a conceção de serviços de informação voltados para o usuário e suas implicações no planejamento e na gestão de unidades de informação arquivística.

A mediação nos arquivos envolve a utilização de diversos instrumentos e práticas na promoção do acesso à informação e na facilitação do uso dos arquivos, envolvendo: diretrizes e princípios para o acesso à informação nos arquivos; formulários e modelos de solicitações de acesso, tornando o processo mais eficiente; presença de um mediador ou facilitador para esclarecer dúvidas e auxiliar os usuários tanto em um ambiente físico quanto por meio de plataformas de comunicação *online* (Pereira & Silva, 2019).

Espera-se uma abordagem cada vez mais inclusiva das diferenças na mediação realizada pelas instituições arquivísticas, valorizando diversas perspectivas, experiências e identidades dos sujeitos e grupos. Isso implica compreender as diferentes práticas, valores, crenças e tradições, e adaptar a abordagem de mediação de acordo com esses contextos culturais (Silva, 2018).

Nessa perspectiva as instituições arquivísticas devem se esforçar para utilizar uma linguagem inclusiva, evitando expressões discriminatórias ou excludentes, adotando uma linguagem neutra, que respeite a diversidade de gênero e evite preconceitos. Isso se desdobra na identificação e na valorização de perspectivas marginalizadas, que tenham sido negligenciadas nos tradicionais instrumentos de pesquisa nos arquivos (Silva, 2013).

Propõe-se a compreensão de uma mediação arquivística centrada no usuário que enfatiza a importância do usuário no processo de acesso e uso dos arquivos. Tradicionalmente, os arquivos foram gerenciados e disponibilizados de acordo com as práticas arquivísticas estabelecidas, com pouca consideração às necessidades e perspectivas dos usuários. No entanto, com o avanço das tecnologias e a crescente demanda por acesso à informação, a mediação arquivística centrada no usuário busca colocar o usuário no centro das atividades arquivísticas.

As características essenciais dessa perspectiva de fortalecimento da relação entre os usuários e as instituições arquivísticas são: arquivos devem

ser organizados e descritos de forma a facilitar o acesso dos usuários; adoção de métodos de indexação com uso de linguagem clara e simples; criação de serviços de referência para atendimento personalizado; realização de pesquisas de satisfação com coleta de *feedback* dos usuários; programas educacionais para capacitar os usuários a compreender e utilizar os arquivos.

O cenário dos arquivos públicos instituídos no Brasil

No Brasil, ainda não há um censo com dados disponíveis sobre os arquivos públicos existentes. Trata-se de um conjunto de instituições responsáveis pela gestão, preservação e disponibilização de documentos de valor histórico, cultural e administrativo produzidos pelos órgãos públicos, além de alguns acervos privados, e são a autoridade sobre a gestão de documentos nessa esfera de governo.

> Temos no país hoje cerca de um arquivo público para cada quinhentos e vinte mil habitantes e essa relação é insuficiente em face dos desafios nacionais de acesso público a informação, direito à memória e transparência do Estado. Atualmente são 26 arquivos estaduais e, aproximadamente, 382 arquivos municipais entre os 5.570 municípios. (Silva & Oliveira, 2020, p. 3)

O Brasil deveria contar com 27 arquivos públicos estaduais, considerando os 26 estados mais o Distrito Federal, um para cada unidade federativa do país. No cenário atual dos arquivos estaduais,

> Identificamos informações sobre a existência de 24 arquivos estaduais. Dos 19 casos em que a instituição possui *site*, 12 disponibilizam uma base de dados para recuperação da informação no seu acervo. 16 instituições disponibilizam ao menos algum tipo tradicional de instrumento de pesquisa (inventário, catálogo, guia). (Silva & Gomes, 2023, pp. 524-525)

Já os arquivos municipais no Brasil são instituições de escopo local. Eles abrigam documentos como processos administrativos, leis, decretos, contratos, relatórios, correspondências relacionadas às suas atividades específicas, como educação, saúde, cultura, meio ambiente, urbanismo. Alguns

municípios preservam também atas de câmaras municipais, registros de batismos, casamentos e óbitos, mapas, fotografias, jornais antigos.

É importante ressaltar que a estrutura e a denominação dos arquivos municipais podem variar de acordo com cada município, pois não há um padrão nacional estabelecido. Além disso, alguns municípios podem não possuir arquivos específicos, concentrando seus documentos em outras instituições como, por exemplo, universidades, centros de memória. O comportamento quantitativo para os arquivos públicos estaduais e municipais mostra-se no quadro 1, onde se incorporam porcentagens para estados e municípios e arquivos ativos, assim como as cifras para aqueles dotados de *site*.

Titularidade	**Estaduais**		**Municipais**	
	Dados	Porcentagem	Dados	Porcentagem
Total de entes	27	100%	5.570[3]	100%
Arquivos ativos	24	88,88%	382	6.85%
Arquivos com *site*	19	70,37%	59	15,44%

Quadro 1 - Relação de arquivos estaduais e municipais ativos e com site. Fonte: elaborado pelos autores.

No quadro 1, mostram-se os dados comparados para os arquivos estaduais e municipais considerando o total de estados e municípios, bem como o total de arquivos em funcionamento para ambas as jurisdições e o total com *site* operativo. Incluem-se também as porcentagens para marcar as diferenças. Destaca-se os arquivos estaduais em 88,88% das 27 Unidades Federativas, sendo 70,37% com *site*. Na jurisdição municipal as porcentagens diminuem consideravelmente, com 6.85% do total dos municípios e 15,44% considerando os ativos. Estes dados permitem verificar a debilidade no diálogo e na mediação dos municípios para os usuários do patrimônio documental de arquivo.

No Anexo I estão identificados os 59 municípios brasileiros cujos arquivos públicos da cidade possuem um *site* (apenas 1,05% dos municípios), logo disponibilizam um recurso *online* para usuários realizarem algum nível de pesquisa de forma remota.

A seguir aportamos os dados dos arquivos municipais por estados, assim como uma tabela considerando a população onde podem analisar-se resultados interessantes.

3 https://cidades.ibge.gov.br/. O Cidades@ é o sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil.

Estado	Arquivo municipal	Arquivo com *site*	Cidade com mais de 100 mil habitantes	Total de cidades	Percentual de cidade com arquivo	Percentual de arquivo com *site*
Acre	Não	0	01	22	0%	0%
Alagoas	01	0	02	102	0,9%	0%
Amapá	Não	0	02	16	0%	0%
Amazonas	01	0	03	62	1,6%	0%
Bahia	21	4	17	417	5%	19%
Ceará	01	0	09	184	0,5%	0%
Espírito Santo	05	0	10	78	6,4%	0%
Goiás	02	0	14	246	0,8%	0%
Maranhão	Não	0	09	217	0%	0%
Mato Grosso	03	0	05	141	2,1%	0%
Mato Grosso do Sul	02	1	04	79	2,5%	50%
Minas Gerais	100	10	33	853	11,7%	10%
Pará	03	1	18	144	2%	33%
Paraíba	02	0	04	223	0,89%	0%
Paraná	07	1	21	399	1,7%	14,2%
Pernambuco	10	0	13	185	5,4%	0%
Piauí	02	0	02	224	0,89%	0%
Rio de Janeiro	9	4	30	92	10,86%	44,4%
Rio Grande do Norte	03	0	04	167	1,79%	0%
Rio Grande do Sul	38	10	19	497	7,6%	26,3%
Rondônia	02	0	03	52	3,8%	0%
Roraima	01	0	01	15	6,6%	0%
Santa Catarina	30	7	13	295	10,16%	23,3%
São Paulo	136	20	81	645	21,08%	14,7
Sergipe	01	0	03	75	1,33%	0%
Tocantins	01	0	02	139	0,7%	0%
Distrito Federal	1	1	01	01	100%	100%
Total	382	59	324	5570		

Quadro 2 - Municípios brasileiros que possuem arquivos públicos com site.
Fonte: elaborado pelos autores.

O cenário atual no quadro acima aponta para a seguinte distribuição regional do total dessas instituições arquivísticas municipais: Sudeste, 65,54%; Sul, 19,58%; Nordeste, 10,70%; Centro-Oeste, 2,09%. Norte, 2,09%. Essa distribuição reproduz a participação dessas regiões no produto interno bruto (PIB)[4] do país.

Região	**Arquivo Municipal**	**Arquivo com site**	**Total de cidades**	**Percentual de cidades com arquivo**	**Percentual de arquivo com *site***
Sudeste	251	34	1668	15%	13%
Sul	75	18	1191	6,2%	24%
Nordeste	41	4	1793	2,3%	9,7%
Centro-Oeste	7	2	468	1,5%	28%
Norte	8	1	450	1,7%	12%

Quadro 3 - Distribuição dos arquivos municipais pelas regiões.
Fonte: elaborado pelos autores.

Há correlação entre a distribuição das instituições arquivísticas municipais e o PIB regional, sendo possível afirmar que a distribuição reproduz o *ranking* econômico das regiões no PIB do país com base nas informações levantadas. Quanto maior PIB regional, maiores oportunidades de cidadania participativa e participada.

Em 23% das cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes ainda não há arquivo municipal, disso resulta muita preocupação. Dispor de um arquivo municipal para fornecer serviço a sua cidadania, além de preservar a sua identidade e memória da cidade, deveria ser uma meta básica para a municipalidade, mas os governos não procuram trabalhar com sucesso promovendo uma cidadania participada. É essencial que essas cidades invistam na criação de arquivos municipais para garantir serviços de participação cidadã, para assegurar a preservação do patrimônio documental e o acesso a essas informações, ademais de seu uso e reuso. As cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes que ainda não possuem arquivo municipal são elas: Fortaleza (CE), Maceió (AL), Recife (PE), São Gonçalo (RJ) e São Luiz (MA).

É positivo observar que 148 municípios com mais de 100 mil habitantes possuem arquivos públicos, representando 43% das 326 cidades brasileiras

4 https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php.

nessa escala de população. Isso indica que uma parcela significativa dessas cidades reconhece a importância dos arquivos públicos e tem investido na criação e na manutenção dessas instituições. Esses arquivos podem desempenhar um papel fundamental na promoção da transparência, da pesquisa histórica e do acesso à informação para os cidadãos.

A existência de 170 arquivos municipais em cidades com menos de 50 mil habitantes é um dado interessante. Embora o número absoluto seja menor em comparação com as cidades de maior porte, é encorajador ver que várias localidades menores também valorizam a preservação e o acesso aos seus documentos históricos. Esses arquivos podem contribuir para a promoção do turismo cultural, a identidade local e a pesquisa histórica nas comunidades de menor porte.

No geral, é importante que as cidades brasileiras, independentemente do tamanho, valorizem e invistam na criação e na manutenção de arquivos municipais. Essas instituições desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva, no acesso à informação e na construção da identidade local.

	Estadual		**Municipal**	
Site	19	79% das instituições	59	15,4% das instituições
Base de dados	12	50% das instituições	22	5,75 das instituições
Instrumento tradicional	16	66,6% das instituições	59	15,4% das instituições

Quadro 4 - Arquivos estaduais e municipais com recursos online.
Fonte: elaborado pelos autores.

O Quadro 4 apresenta informações sobre a disponibilidade de recursos *online* nos arquivos estaduais e municipais. Podemos observar alguns aspectos comentados abaixo.

No caso dos arquivos estaduais:

- 19 deles possuem um *site*, o que representa 79% das instituições identificadas. Isso indica que a maioria dos arquivos estaduais possui presença *online*, o que é positivo para facilitar o acesso às informações e aos documentos arquivísticos.
- Em relação à base de dados, 12 arquivos estaduais, o que representa 50% das instituições, disponibilizam esse recurso *online*. A existência de bases de dados *online* é valiosa para pesquisadores e

interessados em acessar documentos e informações de forma mais ágil e eficiente.

- Quanto ao instrumento tradicional, 16 arquivos estaduais, o que corresponde a 66,6% das instituições, ainda utilizam esse método. O instrumento tradicional faz referência a listagens, catálogos impressos, inventários e guias de arquivos. Embora seja importante considerar a digitalização desses instrumentos, a presença deles nos arquivos estaduais indica que ainda é uma prática comum.

No caso dos arquivos municipais:

- 59 deles, representando 15,4% das instituições, possuem um *site*. Embora seja um percentual menor em comparação aos arquivos estaduais, ainda é significativo considerando que muitos municípios podem ter recursos e capacidades limitados para desenvolver e manter um *site*.
- Em relação à base de dados, 22 arquivos municipais, o que representa 5,75% das instituições, disponibilizam algum recurso *online*. É importante destacar que a disponibilidade de bases de dados *online* nos arquivos municipais é mais limitada em comparação aos arquivos estaduais.
- No que diz respeito ao instrumento tradicional, 59 arquivos municipais, correspondendo a 15,4% das instituições, ainda utilizam esse método. Assim como nos arquivos estaduais, a presença desses instrumentos tradicionais nos arquivos municipais indica que ainda são amplamente utilizados.

Esses dados evidenciam a importância de desenvolver recursos *online* nos arquivos estaduais e municipais, tanto na disponibilização de *sites* como na criação de bases de dados. Isso contribui para facilitar o acesso e a pesquisa por parte dos usuários, promovendo a democratização da informação arquivística. No entanto, também é importante reconhecer os desafios que alguns arquivos podem enfrentar em termos de recursos e capacidades para implementar essas soluções *online*.

Nos arquivos municipais, o acesso aos acervos arquivísticos está marcado pelos modos tradicionais de divulgação do patrimônio histórico, mas acrescentando um papel das instituições arquivísticas como atração cultural. Os arquivos analisados[5] estão comprometidos em fornecer serviços e

[5] No Brasil, as visitas ocorreram em maio de 2023: Campos dos Goitacazes, Macaé, Petrópolis, Rio de janeiro e Maricá. Na Espanha, as visitas ocorreram em fevereiro de 2023: Archivo

recursos para seus usuários e trabalham para garantir que os acervos sejam acessíveis e utilizáveis, enquanto protegem e preservam a documentação que contêm.

A observação *in loco*, associada ao diálogo com os profissionais aponta para o compartilhamento da percepção de que os arquivos são importantes repositórios de fontes que documentam as atividades humanas ao longo do tempo, essenciais para a preservação da memória coletiva. Os impactos do uso dos arquivos são percebidos no fortalecimento da identidade cultural; na promoção da participação política dos cidadãos, incluindo a vigilância e a fiscalização das atividades governamentais; no incentivo à educação patrimonial.

Na observação empírica sobre os serviços de acesso à informação realizado pelos arquivos, o espectro de uso por minorias é um relevante problema a ser enfrentado. As fontes para história das minorias ainda são pouco representadas nos instrumentos de descrição arquivística e isso participa da permanência de falta de compreensão sobre experiências e contribuições das minorias para a sociedade. O acesso aos arquivos deve corrigir essa lacuna, permitindo que as minorias encontrem e utilizem documentos históricos e fontes primárias para contar suas próprias histórias. Essa perspectiva auxilia no fortalecimento da identidade e autoestima desses grupos, bem como aumenta a conscientização pública sobre suas experiências e traumas.

Ao incluir as perspectivas das minorias nos instrumentos de pesquisa dos arquivos, os pesquisadores e o público em geral terão mais facilidade para encontrar e utilizar informações relevantes sobre esses grupos. Além disso, a inclusão dessas perspectivas ajuda a promover a diversidade na história, a combater a discriminação e a exclusão social, aumentando a valorização da pluralidade cultural (Lopes & Silva, 2020).

Como abordado na seção anterior, a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que são as ferramentas de busca e acesso aos documentos, precisam incluir descritores e termos de busca que representem a diversidade de grupos e experiências; utilizar linguagem neutra e inclusiva ao descrever os documentos e seus conteúdos, evitando termos ou expressões que possam ser ofensivos ou discriminatórios; trabalhar em parceria com os próprios grupos minoritários, permitindo que eles tenham voz na descrição e na interpretação dos documentos, de forma a garantir que suas perspectivas sejam incluídas.

General de la Guerra Civil Española en Salamanca; Archivo Histórico Provincial de Salamanca; Archivo Histórico Provincial de Zamora; Archivo Histórico Provincial de Ávila.

Os instrumentos de pesquisa nos arquivos municipais brasileiros podem variar de acordo com as práticas adotadas por cada instituição arquivística. No entanto, algumas características comuns podem ser identificadas. Abaixo estão elencados os instrumentos mais comuns:

- Guias: fornecem orientações gerais sobre os acervos das instituições e a forma como estão organizados. Incluem informações sobre a história da instituição, as políticas de acesso, os procedimentos de pesquisa.
- Inventários: são instrumentos de pesquisa que descrevem os conjuntos documentais. Eles podem seguir diferentes níveis de detalhamento, desde uma descrição geral até uma descrição mais específica das séries documentais. Os inventários fornecem informações sobre a proveniência dos documentos, o período abrangido, o assunto e outros elementos relevantes.
- Catálogos: listam os documentos de forma ordenada, geralmente por assunto ou tema. Eles podem ser temáticos, geográficos ou cronológicos, dependendo da organização dos documentos nos arquivos municipais.
- Bancos de dados: são bases que podem ser acessadas *online* e permitem que os usuários realizem pesquisas por palavra-chave, assunto, data e outros critérios. Eles fornecem uma forma mais flexível e interativa de pesquisa nos documentos arquivísticos.

É importante notar que nem todos os arquivos possuem bases de dados *online* ou acessíveis ao público, podem ter restrições de acesso devido à sensibilidade das informações contidas em seus acervos, ou podem não ter recursos disponíveis para desenvolver e manter uma base de dados.

Considerações finais

Em relação à problematização inicial desta pesquisa, concluímos que a representação elaborada pelo profissional de arquivo exerce uma influência significativa sobre a forma como os usuários acessam e interpretam os documentos. A qualidade da descrição dos documentos nos arquivos afeta diretamente a capacidade dos usuários de localizarem informações relevantes e compreenderem o contexto dos documentos.

Vários arquivos municipais no Brasil desempenham a função de mediação para atender às necessidades dos usuários. Em comparação com os arquivos estaduais, os arquivos municipais muitas vezes têm um foco mais local e específico. Alguns estados brasileiros se destacam na preservação e

mediação da informação arquivística, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Uma visão precisa sobre a mediação e a representação da informação nos arquivos municipais brasileiros seria bastante beneficiada se já contássemos com dados censitários exaustivos que deveriam ser disponibilizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

No entanto, com base no levantamento bibliográfico e na observação *in loco* em algumas instituições arquivísticas confirmamos o entendimento de que os arquivos municipais são responsáveis pela guarda e pela preservação dos documentos produzidos e recebidos, sobretudo, pelos órgãos públicos locais, mas também são responsáveis por aportar novos serviços de apoio à transformação digital e abertura das informações e dados.

A situação dos arquivos municipais varia de acordo com o município em questão. Alguns municípios possuem arquivos organizados, com instalações adequadas, pessoal treinado e recursos para preservar e disponibilizar os documentos para pesquisa. Esses arquivos municipais podem ser acessados por historiadores, pesquisadores, estudantes e qualquer pessoa interessada em consultar os registros históricos e administrativos do município.

Há casos em que os arquivos municipais enfrentam desafios, como falta de recursos, infraestrutura inadequada, falta de pessoal especializado e falta de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio arquivístico.

Os arquivos são protegidos por leis específicas, em especial, de preservação do patrimônio cultural, que estabelecem diretrizes para a sua gestão, conservação e acesso. É responsabilidade das instituições que gerenciam arquivos garantir que seus acervos sejam preservados adequadamente e tornados acessíveis ao público para fins de pesquisa, estudo e divulgação da história e da cultura. Assim mesmo, faz-se destaque ao valor das instituições abertas, ativas, transparentes, transformadoras.

Ademais, com base na literatura sobre o tema, destacamos que os arquivos devem cada vez mais permitir que as minorias tenham acesso a informações e documentos importantes para a luta por seus direitos e justiça social. Por exemplo, as minorias podem encontrar documentos históricos que detalham violações de direitos humanos ou injustiças sofridas por seus antepassados, o que pode ser usado como prova em processos judiciais e outras ações de justiça.

O acesso aos arquivos pode ser uma ferramenta importante para a construção da solidariedade entre as minorias e com outras comunidades que enfrentam problemas semelhantes. Por exemplo, grupos minoritários podem encontrar inspiração e estratégias em documentos de outros grupos que lutam e lutaram contra a discriminação e a exclusão.

Incluir as perspectivas das minorias nos instrumentos de pesquisa dos arquivos é fundamental para garantir a diversidade e a pluralidade na história e para possibilitar o acesso de pesquisadores e do público em geral a informações relevantes sobre esses grupos. Para isso, é necessário que os arquivos considerem a inclusão dessas perspectivas.

O debate sobre a mediação e representação da informação nos arquivos deve apontar para a importância da digitalização do patrimônio documental ainda em formato analógico, permitindo que seja consultado remotamente por meio de plataformas *online* e facilitando a informação mediante tecnologia social; promovendo a disponibilização de documentos administrativos nascidos digitais, a sua indexação por meio da atribuição de metadados e palavras-chave que tornem mais fácil para os usuários localizarem informações específicas, a sua disposição mediante dados enlaçados; disponibilizando instrumentos de pesquisa *online* na *internet* e formatos que facilitem o uso e reuso das informações.

O uso dos arquivos – e a sua autenticação – fica condicionado pelas ferramentas que possa dispor para a sua cidadania. Neste sentido, são relevantes as ações de conscientização pública sobre a importância dos arquivos, dos serviços que aportam e das oportunidades de se informar e acessar com campanhas de divulgação, eventos educacionais e exposições para envolver a comunidade e incentivar a utilização dos arquivos, mas também com orçamentos consistentes que sustentem a criação de arquivos, que promovam a sua transformação continuada e desenvolvam postos laborais para arquivistas com as competências digitais necessárias.

Referências bibliográficas

Brilmyer, G., Gabiola, J., Zavala, J., & Caswell, M. (2019). Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of "community" in community archives. *Archivaria*, *88*, 6-48.

Cook, T. (2011). The archive (s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*, *74*(2), 600-632.

Eastwood, T. (2016). Um domínio contestado, a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In T. Eastwood, & H. Macneil (Orgs.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (pp. 19-45). Editora UFMG.

Fonseca, M. O. (1998). Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo e Administração, 1*(1), 33-44.

Freitas, T. R., & Silva, E. P. (2023). Os instrumentos de pesquisa nos arquivos. *Logeion: Filosofia da Informação*, *9*(2), 246-257.

Gilliland, A. (2011). Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. *Archival science*, *11*(3-4), 193-209.

Jardim, J. M., & Fonseca, M. O. (2004). Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, *5*(5).

Jimerson, R. C. (2008). Archives for all the importance of archives in society. *Arquivo & Administração*, *7*(2), 11-26.

Lopes, B. da C. M., & Silva, E. P. da. (2020). A divulgação de acervos arquivísticos na web: potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Ciência da Informação em Revista, 7*(esp.), 70-90.

Lousada, M. (2016). A mediação da informação e a Arquivologia: aproximações teóricas. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, *11*(1), 117-134.

Lowry, J. (2020). El Archivo invertido: umbrales, autenticidade y Demos (Pueblo). *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, *23*, 25-54.

McKemmish, S., Piggott, M., Reed, B., & Upward, F. (Eds.). (2005). *Archives: recordkeeping in society*. Elsevier Science.

Nesmith, T. (1999). Still fuzzy, but more accurate: Some thoughts on the "ghosts" of archival theory. *Archivaria*, *47*, 136-150.

Orrico, E. G. D., & Silva, E. P. (2019). Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. *Em Questão*, *25*(2) 256-277. https://doi.org/10.19132/1808-5245252.256-277

Pereira, D. B., & Silva, E. P. (2019). Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, *29*(58), 1-22.

Rodrigues, G. M. (2011). Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo, 24*(1), 257-286.

Rosa, T. C., & Cabero, M. M. M. (2019). Transparência Pública: legislações de acesso à Informação Brasileira e Espanhola. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 72-93.

Sezinando, L., & Silva, E. P. (2022). Lei de Acesso à Informação: um olhar a partir do campo arquivístico brasileiro. In E. Geraldes, A. Durante, D. Barros, G. Kaya, G. Medleg, G. Pimenta, H. Lopes, K. Marques, K. Belisário, L. Poletti, M. Tenaglia, P. V. Melo, R. Caetano, R. Belinski, & R. Reis (Orgs.), *Dez anos da lei de acesso à informação: limites, perspectivas e desafios* (1ª ed., pp. 90-103). INTERCOM.

Silva, D. B. (2013). Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a Análise do Discurso. In L. M. V. Oliveira, & I. C. Borges (Orgs.), *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI* (1ª ed., pp. 270-276). Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Silva, D. B. (2018). A patrimonialização das culturas LGBTQIAs no Brasil: uma questão urgente. *Acesso Livre*, *9*, 25-40.

Silva, E. P., & Gomes, P. R. (2023). A representação da informação arquivística nos arquivos estaduais brasileiros. In N. B. Tognoli, A. C. Albuquerque, & B. M. N. Cervantes (Orgs.), *Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: Desafios e perspectivas na era da datificação* (1ª ed., pp. 520-527). ISKO Brasil.

Silva, E. P., & Oliveira, C. (2020). *Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil.* Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Conselho Nacional de Arquivos. https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesso-a-informacao/relatorio--de-atividades/relatorio-tecnico-sobre-censo-de-arquivos-publicos-instituidos-no-brasil

ANEXO 1
Cidades brasileiras que possuem arquivo municipal com *site*

UF	Cidade	População	*Site* do Arquivo Municipal
BA	Caetité	50.975	http://www.acervos.uneb.br/index.php/arquivo-p-blico-municipal-de-caetit
BA	Salvador	2.872.347	http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/index.html
BA	Santo Amaro	60.069	https://arquivopublicosantoamaroba.wordpress.com/agendamento-de-consulta/
BA	São Félix	14.740	http://arquivomunicipaldesaofelix.blogspot.com/
DF	Brasília	3.015.268	https://www.arpdf.df.gov.br/
MG	Belo Horizonte	2.512.070	https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico
MG	Divinópolis	238.230	http://prefeituradivinopolis.com.br/arquivo--publico/
MG	Frutal	59.496	https://www.cultura.frutal.mg.gov.br/arquivo--p%C3%BAblico
MG	Machado	42.133	https://www.machado.mg.gov.br/arquivopublico.php
MG	Muriaé	108.763	https://museudomuriaeense.wixsite.com/memorial/arquivo-historico
MG	Ouro Preto	74.281	http://arquivopublicoop.blogspot.com/
MG	Paracatu	93.158	https://paracatumemoria.wordpress.com/
MG	Pitangui	27.989	https://ihpitangui.com.br/
MG	Ubá	115.552	https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historico/6526
MG	Uberaba	333.783	https://portal.uberaba.mg.gov.br/adm_indiretas/arquivo-publico_2023-01-25
MS	Campo Grande	895.982	https://www.campogrande.ms.gov.br/arca/
PA	Marabá	279.349	https://casadaculturademaraba.org/acervo--historico/arquivo-historico/
PR	Londrina	569.733	https://portal.londrina.pr.gov.br/arquivo--publico-de-londrina
RJ	Nova Friburgo	190.631	https://www.djoaovi.com/inicio
RJ	Piraí	29.277	https://www.pirai.rj.gov.br/arquivo-municipal
RJ	Resende	131.341	http://arquivoresende.blogspot.com/
RJ	Rio de Janeiro	6.718.903	http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal
RS	Bagé	121.143	https://arquivopublicobage.com.br/login.php
RS	Bento Gonçalves	120.454	https://bentogoncalves.atende.net/cidadao/pagina/arquivo-historico

UF	Cidade	População	*Site* do Arquivo Municipal
RS	Cachoeira do Sul	82.201	http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com/
RS	Caxias do Sul	510.906	https://sites.google.com/view/arquivohistoricojsa/in%C3%ADcio?authuser=0
RS	Lajeado	84.014	https://ged.lajeado.rs.gov.br/arquivo_municipal
RS	Porto Alegre	1.483.771	http://ahpoa.blogspot.com/
RS	Rio Grande	211.005	https://arquivoriogrande.wixsite.com/arquivo-historicorg
RS	Santa Maria	282.123	http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/
RS	Santo Ângelo	77.593	http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/
RS	Uruguaiana	126.970	http://arquivohistorico.uruguaiana.rs.gov.br/
SC	Araranguá	68.228	https://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/101161
SC	Balneário Camboriú	142.295	http://pergamum.balneariocamboriu.sc.gov.br/pergamum/biblioteca/
SC	Blumenau	357.199	https://arquivodeblumenau.com.br/
SC	Florianópolis	500.973	https://www.fundacaofranklincascaes.com.br/arquivo-historico-municipal-profoswaldo--rodrigues-cabral
SC	Itajaí	219.536	https://fgml.itajai.sc.gov.br/
SC	Itapema	65.312	http://itapema.sc.leg.br/programas-institucionais/arquivo-historico/
SC	Timbó	44.238	https://arquivopublicodetimbo.com.br/
SP	Barueri	274.182	https://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/arquivo-municipal
SP	Batatais	62.508	http://acervohistorico.camarabatatais.sp.gov.br/main
SP	Campinas	1.204.073	https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/
SP	Cubatão	130.705	http://bibliotecacubatao.blogspot.com/p/acervo-do-arquivo-historico.html
SP	Jacareí	233.662	https://atom.culturajacarei.sp.gov.br/
SP	Jaguariúna	57.488	https://municipio.jaguariuna.sp.gov.br/cm/
SP	Lençóis Paulista	68.432	http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br/xmlui/
SP	Limeira	306.114	http://dom.limeira.sp.gov.br/
SP	Mogi das Cruzes	445.842	http://www.comphap.pmmc.com.br/images/iconografia/predios_publicos.html
SP	Olímpia	54.772	https://arquivo.olimpia.sp.gov.br/
SP	Porto Feliz	53.098	https://arquivoportofeliz.wordpress.com/acervo/

UF	Cidade	População	*Site* do Arquivo Municipal
SP	Ribeirão Preto	703.293	https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/arquivo-publico-historico/informacoesgerais
SP	Rio Claro	206.424	https://aphrioclaro.sp.gov.br/
SP	Santos	433.311	http://www.fundasantos.org.br/page.php?203
SP	São Caetano do Sul	161.127	http://www.fpm.org.br/
SP	São Carlos	251.983	https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101
SP	São José do Rio Preto	460.671	https://www.riopreto.sp.gov.br/arquivomunicipal/
SP	São José dos Campos	721.944	https://fccr.sp.gov.br/fccr/portal/
SP	São Paulo	12.252.023	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/
SP	Taubaté	314.924	https://taubate.sp.gov.br/novo/arquivo-historico-felix-guisard-filho/

Fonte: elaborado pelos autores.

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_6

A Torre do Tombo: de Arquivo da Coroa a Arquivo Nacional. Contextos institucionais a partir da legislação promulgada (séc. XVI-2012)

The Torre do Tombo: from Crown Archive to National Archive. Institutional contexts based on enacted legislation (16th century-2012)

ABEL RODRIGUES[1]
Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
(IEM-NOVA FCSH; Centre Jean-Mabillon, École nationale des chartes-PSL)
abelrodrigues@fcsh.unl.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1254-4112

RESUMO

O presente texto pretende identificar e definir os quadros cronológicos evolutivos da Torre do Tombo, primeiro como Arquivo da Coroa e depois como Arquivo Nacional, apresentando uma análise de legislação oficial promulgada, entre o século XVI e o ano de 2012, pelos sucessivos órgãos de soberania. Para tal foram definidos cinco grandes contextos: Entre os finais da Idade Média e o ocaso do Antigo Regime: o rei, o despacho e o arquivo

[1] O autor beneficia da bolsa de doutoramento ref. UI/BD/150930/2021 atribuída, após procedimento concursal, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e o Instituto de Estudos Medievais ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento Plurianual; a tese, como o presente artigo, enquadram-se no projeto VINCULUM, que recebeu financiamento do European Research Council (ERC), ao abrigo do programa de investigação e inovação da União Europeia Horizon 2020 (contrato de bolsa nº 891734).

da Coroa (séc. XVI-1820); A transformação imposta pela Monarquia Constitucional: o Arquivo Nacional (1820-1910); A I República: centralização e descentralização (1910-1926); A Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974); e Do 25 de Abril aos nossos dias: presente e futuro de um Arquivo Nacional (1974-2012). É nosso objetivo fixar e caracterizar de forma sintética os diversos enquadramentos político-administrativos da instituição e, sobretudo, contextualizar a evolução das suas funções e atividades, as quais são determinantes para compreender as formas de produção da informação, de incorporação e a história custodial dos fundos documentais que atualmente tem à sua guarda.

PALAVRAS-CHAVE: Torre do Tombo; Arquivo Nacional; Incorporação; História Custodial; Arquivística Histórica.

ABSTRACT

This text aims to identify and define the chronological evolution of Torre do Tombo, first as the Crown Archive and then as the National Archive, presenting the official legislation enacted between the 16th century and 2012 by successive sovereign bodies. We established five main contexts: Between the end of the Middle Ages and the end of the Ancien Regime: the king, the dispatch and the archives of the Crown (16th-18th centuries); The transformation imposed by the Constitutional Monarchy: the National Archives (1820-1910); The First Republic: centralisation and decentralisation (1910-1926); The Military Dictatorship and the Estado Novo (1926-1974); From 25th April to nowadays: present and future of a National Archive (1974-2012). We intend to establish the successive political and administrative frameworks of the institution and, above all, to contextualise the evolution of its functions and activities, which are crucial to understanding the forms of information production and acquisition as well as the archival history of the fonds it currently holds.

KEYWORDS: Torre do Tombo; National Archive; Acquisition; Archival History; Historical Archivistics.

Introdução

O presente trabalho teve a sua génese quando iniciamos o estudo da história custodial de vários fundos arquivísticos, que hoje se encontram à guarda da Torre do Tombo, que se constituem como fontes privilegiadas

para o estudo das Capelas da Coroa, tema central da nossa tese de doutoramento[2]. O objetivo de apresentar o dispositivo legislativo e as demais normativas que regularam o enquadramento político-administrativo e as funções da Torre do Tombo, entre o século XVI e o ano de 2012, constitui-se, nesse contexto, como o ponto de partida para trabalhos de maior fôlego, nomeadamente para a compreensão dos contextos de produção, formas de incorporação e consequente história custodial dos arquivos públicos e privados que hoje são detidos pela instituição.

As listas de legislação específicas sobre a Torre do Tombo são circunstanciais e carecem de aprofundamento: a obra de Pedro Azevedo e António Baião, reeditada em 1989, foi enriquecida com uma adenda composta por um conjunto de diplomas legislativos promulgados depois de 1911 (Azevedo & Baião, 1989, pp. A-29-33); e, em 2003, F. Ribeiro apresentou um conjunto de trinta e seis referências, datadas entre 1633 e 1808, recolhidas na obra de João Pedro Ribeiro intitulada *Índice chronologico remissivo da legislação portugueza posterior à publicação do Codigo Filipino* (Ribeiro, 2003a, vol. I, pp. 593-597).

No texto que agora se apresenta, alargamos o âmbito da pesquisa, diversificamos as fontes consultadas e definimos sumários para cada diploma, enquadrando-os nos respetivos contextos sociopolíticos. A lista coligida composta por 140 referências encontra-se em anexo final. Pretendemos, assim, criar um instrumento de trabalho útil, com uma base formal, tendo em vista a problematização, a reinterpretação e a caracterização, na longa duração, de um organismo fundamental na história da administração central do Estado e na construção da Memória Nacional.

1. Da historiografia da Torre do Tombo à proposta de um instrumento de trabalho comentado

É comummente aceite que a existência da Torre do Tombo está documentada a partir de 1378 (Ribeiro, 1819, p. 13; Ribeiro, 2003a, pp. 62-63). Todavia, investigações recentes defendem que a primeira referência à Torre do Tombo poderá datar de 1367 (Farelo et al., 2022a). Nos mais de seiscen-

[2] A investigação de doutoramento intitula-se "Para o serviço de Deus e do Rei: a gestão da informação das Capelas da Coroa (Portugal, séculos XV-XVII) e está a ser realizada em cotutela na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a École nationale des chartes-Paris Science et Lettres. O trabalho que aqui apresentamos foi desenvolvido durante a estadia em Paris, no ano académico de 2022-2023.

tos anos subsequentes, a Torre do Tombo não evoluiu, nem podia evoluir, de forma linear, sem avanços e recuos, sem profundas alterações, os quais devem ser considerados e analisados à luz da sucessão de microcontextos históricos existentes na longa duração. A Torre do Tombo é a única instituição portuguesa que se manteve em pleno funcionamento no período compreendido entre a Idade Média e a atualidade, trazendo até às portas da contemporaneidade os traços de uma tradição multissecular nos domínios da conservação de registos ditos "administrativos" e da salvaguarda de direitos à qual se aliou, depois, uma não menos importante função de ritualização da Memória.

Na economia deste texto não se afigura possível analisar e debater todas as problemáticas inerentes à criação e à evolução de uma instituição que se constituiu, desde o início, como um centro nevrálgico do exercício do poder e, depois, como lugar de Memória de um país (Nora, 1997). Importa, isso sim, construir uma base segura para estudos de maior fôlego, reconhecendo, por um lado, os traços essenciais do Arquivo da Coroa ou arquivo do rei entre os tempos medievos e o advento do Estado Moderno; e, por outro lado, com a aurora do Liberalismo em 1820, compreender a metamorfose desse Arquivo da Coroa em Arquivo Nacional, seguindo o modelo centralista, incorporacionista, de inspiração francesa, bonapartista, que se transformou em instrumento de salvaguarda e dinamização da Memória da Nação, que, ainda hoje, se mantém em vigor, nos seus traços fundamentais (Donato, 2020; Kingston, 2011).

Na verdade, não existe em Portugal uma tradição de estudos sistemáticos e aprofundados sobre aquele que hoje consideramos ser o Arquivo do Estado, na linha do que encontramos em França (Delmas & Nougaret, 2004; Bautier, 1968; Béchu et al., 2008; Donato, 2020; Favier, 1988; Favier, 2004; Guyotejannin & Potin, 2004; Pomian, 1997; Poncet, 2004), em Espanha (Álvarez de Pinedo & Rodriguez de Diego, 1993; Guerrero de Llanos, 2014; Rodríguez de Diego, 1989; Rodríguez de Diego & Rodríguez de Diego, 1998; Pedruelo Martín, 2011), em Inglaterra (Taylor, 2023), e, sobretudo, na Holanda com o novo enfoque na história social dos arquivos dado por Eric Ketelaar (2020).

A produção historiográfica em torno da Torre do Tombo é extremamente desigual entre si, tem vários enquadramentos teórico-metodológicos e encontra-se muito dispersa sendo, por vezes até, de difícil acesso. De certa forma, podemos considerar que o estudo da história da Torre do Tombo e dos arquivos portugueses foi inaugurado por João Pedro Ribeiro nas suas *Memorias authenticas para a história do Real Archivo* (1819), tendo sido seguido por José Silvestre Ribeiro (1871, pp. 328-329) e Vilhena Barbosa

(1874). Mas é inegável que o Arquivo Nacional ainda continua a ser analisado – com notória frequência, sublinhe-se – sob o prisma da obra de Pedro de Azevedo e António Baião intitulada *O Archivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*, publicada em 1905, e inicialmente concebida para servir de guia a uma visita de instrução da Academia dos Estudos Livres. A fundamentação desta nossa afirmação encontra-se no propósito da sua reedição, em 1989, sob a forma de facsimile, mas enriquecida com atualização de dados referentes a novas incorporações, nova legislação promulgada e identificação dos seus últimos diretores. Trata-se da única monografia dedicada à História da instituição publicada no espaço de um século e que foi produzida num contexto muito específico – os últimos dez anos da Monarquia Constitucional – durante o qual se fizeram sentir os efeitos das reformas introduzidas pelo decreto-lei de 29 de dezembro de 1887, a que adiante regressaremos.

Não obstante as dificuldades financeiras sentidas pela instituição, este contexto permitiu o surgimento de um movimento editorial historiográfico de grande profundidade e extensão – de cariz erudito-metódico, radicado na matriz positivista – mas também arquivístico e biblioteconómico, que se encontra espelhado principalmente em publicações periódicas como o *Boletim das Bibliothecas e Arquivos Nacionaes* (1902-1908) e, mais tarde, os *Anais das Bibliotecas e dos Arquivos* em duas séries (1914-1917; 1920-1949), que ainda hoje se revestem do maior interesse para a compreensão da evolução dos arquivos e das bibliotecas portugueses. Aí podemos encontrar, com assinalável frequência, contributos dos já citados António Baião e Pedro de Azevedo, entre outros autores, igualmente relevantes, como José Pessanha, Augusto de Castro e Júlio Dantas. Aquelas publicações foram também o *locus* privilegiado de edição de fontes, de divulgação de interessantes memórias concebidas em centúrias anteriores como por exemplo, o trabalho de José Pedro Miranda Rebelo, intitulado *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo* (...), elaborado possivelmente no último quartel do século XVIII, mas apenas publicado em 1904.

Mais recentemente, são de salientar os prolíficos estudos de Fernanda Ribeiro, na área da Arquivística e Ciência da Informação, subordinados à temática do acesso à informação nos arquivos portugueses (2003a, vol. I, pp. 59-166), mas também à estrutura primitiva da Torre do Tombo (2003b), à perspetiva institucional da própria Torre do Tombo (s.d.) ou à ação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, instituição que supervisionou o Arquivo Nacional durante largas décadas (2008a; 2008b), e que se constituem como os mais importantes contributos para o estudo do tema. Devem ainda ser

tidos em conta os contributos de Martim de Albuquerque (1990), bem como a obra *A Torre do Tombo na viragem do milénio*, catálogo da exposição homónima organizada pela Instituição, editada em 2001.

Não obstante os vastos inventários publicados na década de 90 do século XX e a manutenção de uma base de dados em linha que se encontra em permanente atualização, consideramos que se encontra por realizar um estudo aprofundado que permita identificar as origens e evolução da instituição, contextualizar as suas funções na longa duração, as suas práticas de arquivagem, de produção de índices, inventários, catálogos, mas também identificar os contextos genésicos de um conjunto de práticas "arquivísticas" contemporâneas que transformam a metainformação descritiva disponível em linha, hoje em dia, num instrumento de grande volatilidade.

As estruturas e materialidades da documentação ali conservada continuam a ser, nos dias de hoje, em grande parte desconhecidas, carecendo de estudos aturados que seriam idealmente acompanhados de iguais "démarches" noutras instituições, como por exemplo, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de Évora, apenas para citar as instituições mais significativas.

Essa abordagem requer, antes de mais, o contributo de estudos em profundidade em História das Instituições, na linha dos trabalhos desenvolvidos por António Manuel Hespanha (1982, 1988, 1994) e José Subtil (2011), entre outros autores, no sentido, desde logo, de compreender a evolução do(s) significado(s) da instituição. Seria necessário ainda ter em conta os pontos de convergência e divergência entre a legislação promulgada e a práxis política e, sobretudo, o ambiente institucional, norteado por condicionantes jurídicas e por elementos técnicos, como as práticas da escrita, a documentalização, os meios de comunicação, as políticas de arquivamento, e de elaboração de instrumentos de acesso, a reutilização da informação (Rosa, 2017). Trata-se de um projeto de grande complexidade que só será possível executar, segundo nos parece, através de uma abordagem interdisciplinar que convoque o contributo equitativo da Arquivística Histórica (Rosa, 2017), da Ciência da Informação (Silva et al., 1999), da História *lato sensu*, mas também da Paleografia e da Diplomática.

Como referimos, o nosso objetivo com o presente texto passa por constituir uma base sólida para trabalhos de maior fôlego, através da apresentação de uma lista extensiva de legislação promulgada pelos órgãos de poder, privilegiando sempre os instrumentos oficiais do Estado.

Assim sendo, para o período compreendido entre os finais da Idade Média e o ocaso do Antigo Regime, consultamos sistematicamente as *Ordenações* – para o caso vertente as Manuelinas e as Filipinas, sendo que estas últimas

estiveram em vigor até ao Liberalismo –, complementando-as com as compilações e coletâneas de documentos legislativos, publicadas já no período liberal. Devemos, no entanto, fazer uma ressalva: estas coletâneas de legislação foram, não raras vezes, instrumentos de legitimação do seu tempo, ou seja, do regime político no qual foram concebidas e, como tal, utilizadas para demonstrar as arbitrariedades e as práticas de exceção do Antigo Regime. A esta condicionante, que tanto caracterizam estas obras – e que nunca é demais sublinhar – juntam-se os equívocos que ali encontramos, com relativa frequência, na identificação e na transcrição de elementos constituintes dos documentos, como datas, topónimos, antropónimos, etc. Ainda assim, impossibilitados de consultar a vasta legislação original existente de forma avulsa na Torre do Tombo e em outras instituições, optamos por seguir principalmente a *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza* de José Justino de Andrade e Silva. Como o próprio autor refere na introdução, esta obra constituiu-se como um repositório da legislação portuguesa "extravagante" promulgada desde as *Ordenações Filipinas* (1603), no sentido de colmatar a lacuna sobre os instrumentos legislativos. Em todos os documentos assinalamos as fontes primárias consultadas pelo autor da *Collecção*.

Como referimos, a tarefa só ficará completa com a identificação sistemática e a consequente análise diplomática e comparativa dos documentos originais existentes nas coleções de legislação que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem à sua guarda, nomeadamente os Livros de Registo do Arquivo que se constituem como uma das fontes primárias de maior pertinência para o estudo da legislação régia a partir da segunda década de Seiscentos em diante.

Para os séculos XIX-XXI, recorremos exclusivamente aos instrumentos oficiais do Estado, nomeadamente a *Chronica Constitucional*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário do Governo* e, finalmente, o *Diário da República*. A tarefa de identificação global e recolha da legislação foi facilitada pelo recurso a várias bases de dados que estão disponíveis em linha, mas que, por vezes, não dispensam a consulta dos originais impressos. De entre os sítios consultados devem ser salientados o *Diário da República* (https://diariodarepublica.pt) e o *Digigov-Diário do Governo Digital. 1820-1910* (https://digigov.cepese.pt/), para as publicações oficiais do Estado; e *O Governo dos Outros* (http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/) e a *Legislação Régia,* no sítio da Assembleia da República (https://legislacaoregia.parlamento.pt/), para o acesso às compilações e coletâneas de legislação de autores diversos.

A estruturação da legislação recolhida obedeceu às periodizações historiográficas comumente aceites, se bem que para os períodos posteriores

ao Vintismo tenhamos optado por elaborar uma aproximação aos regimes políticos em vigor, atendendo a que, conforme veremos, foram determinantes para as sucessivas reinterpretações das funções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Definimos, então, cinco grandes blocos cronológicos: Entre os finais da Idade Média e o ocaso do Antigo Regime: o rei, o despacho e o arquivo da Coroa (séc. XVI-1820); A transformação imposta pela Monarquia Constitucional: o Arquivo Nacional (1820-1910); A I República: centralização e descentralização (1910-1926); A Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974); Do 25 de Abril aos nossos dias: presente e futuro de um Arquivo Nacional (1974-2012), cujas grandes problemáticas tentaremos identificar de forma sintética nas páginas seguintes, as quais servem de antecâmera à lista cronológica de legislação comentada.

2. Entre os finais da Idade Média e o ocaso do Antigo Regime (séc. XVI-1820): O rei, o despacho e o arquivo da Coroa

A compreensão das exatas funções da Torre do Tombo passa, antes de mais, por perspetivar o seu enquadramento na estrutura da ação governativa dos sucessivos reis, sabendo desde logo de que não se trata de um arquivo de um rei ou do rei, dos seus vassalos ou de um Estado (no sentido amplo do termo). No período em análise, trata-se, isso sim, do arquivo de uma instituição, a Coroa, que nas centúrias que permeiam a fundação da nacionalidade e o advento do Liberalismo, no século XIX, conheceu diferentes dinâmicas evolutivas e profundas alterações.

Queremos com isto referir que a evolução da Torre do Tombo não é um fenómeno linear, mas profundamente dinâmico, feito de avanços e recuos, ligado às circunstâncias existentes nos sucessivos microcontextos, como por exemplo a ação governativa específica de cada monarca e da sua "entourage". Em nosso entender, este processo evolutivo deverá ser analisado, antes de mais, seguindo os pressupostos formalizados por Norbert Elias quando se refere à sociogénese do Estado, à ascensão e manutenção do poder da Coroa e às lutas de concorrência com os diversos grupos sociais (Elias, 2006, pp. 463-615). É sob esta perspetiva que devemos estudar e explicar a existência de um arquivo da Coroa, como resultado material da ação dessa mesma Coroa na defesa dos seus direitos e interesses.

Por um lado, importa definir a diferença entre o *locus* da ação governativa – o Paço – onde se desenvolve quotidianamente a ação régia, nomeadamente o despacho que se materializa sobretudo na chancelaria régia (Azevedo,

1940; Costa, 1996), através da ação dos seus oficiais como o escrivão da Puridade, o Chanceler-mor e outros (Escudero, 2002); e, por outro lado, o *locus* de preservação da informação "oficial" – a Torre do Tombo – onde trabalham os escrivães e demais oficiais sob a supervisão do Guarda-mor, permitindo conhecer, ainda que ao de leve, os sistemas de classificação medievais e modernos então utilizados e os serviços prestados (Fossier et al., 2019; Guyotejannin, 1996). Importará ainda compreender as vias de comunicação bidirecionais entre estes dois *loci*, sobretudo em relação à chancelaria régia e a outros documentos referentes aos Direitos da Coroa, mas também as comunicações na horizontal e a jusante com outros organismos do Estado (Subtil, 2011). A definição de um perfil funcional e a consequente assunção na Torre do Tombo de uma dinâmica centrípeta em relação aos cartórios de outras instituições dominadas pela Coroa provoca o surgimento de condições para a incorporação de documentação de diversas origens (Farelo et al., 2022b).

Dito de outra forma, o estudo sistemático da Torre do Tombo no período em questão pode partir da análise e questionamento das estruturas documentais hoje existentes, dos sistemas de classificação e da produção de documentos (Guyotejannin, 1999), mas deve também analisar as formas e os momentos de incorporação de outros núcleos documentais (Azevedo & Baião, 1989, pp. 39-42), recuperar o vocabulário "técnico" específico, e analisar as formas de acesso à informação (ao que tudo indica, fortemente controlado) de indivíduos e coletividades alheias à Coroa, conforme demonstramos na cronologia em anexo.

Sabemos que existem referências à existência de um arquivo régio ainda antes da sua instalação no Castelo de São Jorge, primeiramente durante a itinerância da Corte, servindo-se do cartório de vários mosteiros (Mosteiro de S. Vicente de Fora, Convento da Costa em Guimarães, Convento de Santa Cruz de Coimbra e Mosteiro de Alcobaça) (Santos, 1710, p. 67; Ribeiro, s.d.; Roldão, 2008); ou então aquando da fixação da Corte em Lisboa, na Torre da Escrivaninha do Paço da Alcaçova (Gomes, 2021).

Seja referida pela primeira vez em 1367 ou em 1378, é a partir do reinado de D. Fernando, senão antes (Ribeiro, s.d.), que passou a existir um arquivo na Torre do Castelo de Lisboa a que "se deu nome (mais constante desde o reinado do Sr. D. João I) de Torre do Tombo, por nella se haver depositado o antigo livro de *Recabedo Regni,* Tombos da coroa ou próprios da coroa" (Castilho, 1843, p. 165).

Mais do que um simples depósito estático da documentação produzida pela Coroa, ou por outras entidades individuais e coletivas que tivessem recebido a prévia autorização do rei, a Torre do Tombo constituía-se como

um serviço ativo e dinâmico de conservação e salvaguarda de registos oficiais, mas também de emissão de certidões (Baião, 1936; Gomes, 2023), e de repositório de fontes para a elaboração das Crónicas por Lopes, Zurara e Góis, entre os demais (Ribeiro, 2003b, p. 1414) – o que, neste último aspeto, faz sobressair uma dimensão prospetiva da utilização da informação produzida pela Coroa no âmbito da suas atribuições, competências e funções.

Temos como certo que a Torre do Tombo evoluiu no sentido de se constituir como o mais importante cartório no espaço português, se tivermos em conta o conceito de "ius archivi" de inspiração germânica, formalizado já no século XVII, segundo o qual a autoridade dos documentos reside principalmente no tipo de depósito no qual se conservam os documentos (Head, 2019, p. 20) – e é por esse motivo que os vassalos, não raras vezes, solicitam autorização régia para fazer registar as suas escrituras e demais documentos de valor oficial no arquivo da Coroa. Certo é que a Torre do Tombo e o seu funcionamento passaram a figurar nas *Ordenações* Manuelinas e, depois, nas Filipinas, o que é revelador da importância que os monarcas lhe conferiram e do aumento progressivo de tarefas que lhe foram sendo atribuídas e que se refletiram na produção informacional – a omissão de "burocracia" e "burocratização" é intencional, porquanto se tratam de conceitos criados na segunda metade de Oitocentos para explicar processos relacionados com as actividades da burguesia (Anter, 2010).

O estudo da Torre do Tombo medieval e moderna implica ir além das notícias que nos trazem as cartas de Tomé Lopes (Pessanha, 1905), o relatório que Cristóvão de Benavente dirigiu a Filipe I em 1583 (Dinis, 1968) e a correspondência de Damião de Góis (Baião, 1931), e que foram sistematizados numa tabela pelos autores de *Arquivística 1…* (Silva et al., 1999, p. 86). O estado em que se encontravam, em 1578, os "Livros e papeis que estaõ nos almarios da caza da Coroa", permitem conhecer a estrutura documental existente na instituição (Ribeiro, 2003b), mas nada nos revelam sobre os diversos contextos de produção, de tramitação e de entrada da informação na Torre do Tombo.

É importante compreender, de igual forma, que existiram momentos de seleção e eliminação de documentos, complementados por diversas "campanhas" de produção de traslados ou de "leitura nova", se se preferir, não só para facilitar a leitura de documentos antigos com caligrafia de difícil perceção, mas também para tornar coerente o cartório, eliminando camadas supérfluas de documentação acumulada.

Segundo Castilho (1843) "Já no anno de 1459 era este deposito tão avultado que o sr. Rei [D. Afonso V], annuindo a uma supplica das cortes, estólida pelo modo como a formularam, ordenou, atendendo á prolixidade das escripturas, que houvessem de ser extractadas num livro todas as deter-

minações úteis contidas nos documentos daquelle vasto archivo authorisando a destruição dos originaes, que não havia razão para aproveitar" (p. 166).

A "Leitura Nova", conhecida como tal de pleno direito, levada a cabo por D. Manuel (e continuada por D. João III), foi o auge desse trabalho de depuração do Arquivo da Coroa, revestindo-se tanto de uma dimensão reformista incidindo na ação governativa, como de uma dimensão política e simbólica que caracterizou o seu reinado (Azevedo, 2021, pp. 172-181; Head, 2021, pp. 182-193; Rosa & Curto, 2021, pp. 18-37). Aliás, o rei D. Manuel deixou esse objetivo registado no seu testamento: "muyto encomendo e mando que se acabe tudo de fazer asy a obra da mesma Tore como ho concerto e trellado das sprituras della no modo em que ho tenho hordenado segundo que ho tenho praticado e falado com os oficiaes que disso encareguey." (*Testamento*…, 1517 como citado em Rego, 1967, p. 119).

Se o citado relatório de Cristóvão Benavente teve boa recetividade junto de Filipe I, e até se constituiu como uma fonte imprescindível para a organização do Archivo de Simancas (Rodríguez de Diego, 1989), o certo é que escassos anos depois, mais propriamente em 1603, a Torre já se encontrava "em grande desconcerto. E perdição", com muita documentação em mau estado, falta de índices e fraca organização do arquivo, a que a tudo tentou acudir Jorge da Cunha. No "Estado em que se achou o Archivo da Torre do Tombo", Cunha explica que o plano corretivo que ele próprio tinha implementado "se não for auante se acabará de perder de todo [o arquivo] e sendo assj o que Deus não premita, será grande a confusão no Reino porque todos os liuros da chancelaria e de todas as maes casas vão alj por morte do Rej" (Rau, 1945).

O século XVIII trará algumas das mais importantes alterações ao modo de funcionamento da Torre do Tombo, criando um novo universo arquivístico na instituição – ainda que numa linha de continuidade com o *status quo* sociopolítico – baseado em reclassificações temáticas de grandes corpos documentais, dotando-os de índices sistemáticos de grande utilidade, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a Europa Ilustrada (Rodrigues & Silva, 2012; Rey, 2014).

Por um lado, na primeira metade de Setecentos, verifica-se a conceção de importantes índices no sentido de agilizar o acesso à informação por parte da Coroa, mas também por utilizadores externos. É sobejamente conhecida a pressão exercida junto da Torre do Tombo pela Academia Real da História, fundada em 1720, que, segundo os preceitos iluministas, começou a valorizar os documentos pelo seu valor informativo, pela sua utilidade para a História, e não como o resultado de um "processo administrativo", de gestão. Datam dessa altura a elaboração dos índices das

Chancelarias régias (1715-1749), das Leis e Ordenações (1731), das Bulas (1732), e dos livros de Moradores da Casa Real (1713-1742), que não raras vezes motivaram a reorganização física dos documentos.

Por outro lado, a segunda metade da centúria abre com o terramoto de 1 de novembro de 1755 que derrubou a torre do Castelo de São Jorge e obrigou à instalação do arquivo numa barraca provisória, no próprio castelo, antes da sua mudança para o Mosteiro de São Bento da Saúde, do lado da Calçada da Estrela, onde iria permanecer durante 233 anos, até 1990.

Foram os tempos da ação de Manuel da Maia (Azevedo, 1917; 1918) e da reorganização sistemática dos documentos, da imposição de reclassificações temáticas, de pendor iluminista, que transformou os maços da Casa da Coroa no "Corpo Cronológico" e na coleção dos "Fragmentos", que presidiu à reforma das "Gavetas", dos "Forais Antigos" e à conceção da "Colecção de Cópias" e dos respetivos índices" (Azevedo & Baião, 1989; Silva et al., 1999, pp. 95-100; Rodrigues & Silva, 2012).

O terramoto é frequentemente citado como a razão principal para a perda de uma vasta quantidade de documentos da Torre, mas o certo é que o próprio Manuel da Maia nega essa realidade na correspondência que trocou com o marquês de Pombal e, já no século XX, Costa Brochado (1944; 1945) viria confirmar que os estragos se verificaram ao nível do edifício, havendo muito poucos relacionados com a documentação.

Assim, consideramos que a hipotética perda de documentos poderá estar relacionada não só com as operações de eliminação das centúrias anteriores e com a incúria do pessoal afeto ao serviço, mas também (e sobretudo, cremos) com as práticas de descrição e de reclassificação que, ao longo dos tempos, se foram revestindo de níveis de exigência e de pormenorização cada vez maiores, quando comparados com os períodos anteriores. Na verdade, reside nas próprias operações de reclassificação levadas a cabo pela Torre do Tombo um dos principais óbices à compreensão da identificação intergeracional dos documentos e dos fundos que a instituição conserva e que só um trabalho de reconstituição em grande escala poderá reverter ou, pelo menos, esclarecer.

3. A transformação imposta pela Monarquia Constitucional: O Arquivo Nacional (1820-1910)

O século XIX é marcado pela revolução (Bonifácio, 2007), a qual atingirá de forma indelével a Torre do Tombo transfigurando a sua missão. Apesar

de manter algumas das suas funções, o agora denominado "Arquivo Nacional" implementará um modelo de arquivo incorporacionista, concentracionista, cuja feição se manterá até aos dias de hoje.

Durante todo o período da Monarquia Constitucional assistir-se-á à promulgação de quatro regulamentos (1823, 1839, 1887 e 1901) – com sucessivas alterações de designação da instituição – mas, sobretudo, aos impactos da derrocada das instituições do Antigo Regime, da desamortização (Caballero García, 2005; Silva, 1989; Silva, 1997; Silveira, 1980), e também dos estudos lançados sob a égide do Romantismo e, depois, do Historicismo de matriz positivista (Coelho, 2011).

A partir de 1823, com a promulgação do Regulamento provisional, a Torre do Tombo passa a ser tutelada pelo Ministério do Reino e assume a designação de Arquivo Nacional Torre do Tombo, por oposição a régio ou da coroa, expressões que caem em desuso. A alteração de denominação não foi meramente cosmética. Baseou-se no conceito de soberania da Nação e na doutrina da autodeterminação desta e da sua anterioridade em relação a todo o direito e autoridade – segundo a qual a origem do poder deixava de estar no rei e passava a residir na Nação, entendida como a soma dos seus habitantes representados nas Cortes (Matos, 2008).

No processo de reforma ou readequação da Torre do Tombo ao Regime Liberal deve ser tido em conta a Constituição de 1822 e depois a Carta Constitucional de 1826, mas sobretudo a legislação dita de Mouzinho da Silveira, promulgada entre 1832 e 1834, que alterará por completo a face do país.

Entre as novas funções da Torre do Tombo destacam-se a incorporação e salvaguarda dos cartórios dos organismos extintos, principiando desde logo pelo arquivo do Tribunal do Santo Ofício (extinto em 1821 e cujo cartório foi incorporado em 1825), e pelo arquivo do Desembargo do Paço (extinto em 1833), dando assim início a uma tendência centralista que marcará todo o século XIX e o século XX.

Seria fastidioso enumerar a totalidade de instituições extintas e o destino dos seus cartórios, mas não podemos deixar de referir que à derrocada das instituições políticas e jurídicas seculares, veio juntar-se a extinção das ordens religiosas, promulgada pelo decreto de 28 de maio de 1834, que provocou a transferência de propriedade de vastíssimos cartórios e bibliotecas conventuais para os organismos do estado laico (Barata, 2003), num processo que Carl Erdmann (1927) classificou, de forma acertada, como a "secularização dos arquivos".

Por esse tempo, ter-se-ão desenvolvido trabalhos de reorganização e constituição de novos conjuntos documentais, a partir da amálgama de

cartórios incorporados. Um dos resultados mais expressivos foi a "Colecção Especial", possivelmente concebida pelo oficial-maior do Arquivo e lente de diplomática, José Manoel Severo Aureliano Basto, que Ruy de Azevedo estudou, propondo uma metodologia inovadora para a reconstituição de proveniências, a qual ainda hoje se mantém útil (Azevedo, 1943).

Os impactos do desmoronamento das instituições políticas, judiciais e religiosas do Antigo Regime não se fizeram tardar. Segundo José Feliciano de Castilho, no seu relatório de 1843, publicado no *Diário do Governo*, por ordem da própria Rainha D. Maria II, por considerar ser matéria da maior importância, em pouco tempo foram incorporados na Torre do Tombo:

> "Os principaes tribunaes, e repartições modernamente supprimidos, cujos cartórios para aqui foram transportados são – o santo officio; archivo do conselho geral; e archivos especiaes das inquisições de Lisboa, Coimbra e Évora. – O conselho da fazenda. O desembargo do paço. – a mesa da consciência e ordens. – A chancelaria mór – a junta do tabaco; a secretaria do registo geral das mercês – a junta do commercio – a casa do infantado. – E ultimamente o que da mesa censoria existia na secretaria do reino. Os mosteiros, cujos archivos, geralmente mais ou menos expoliados, se concentraram são os seguintes: mosteiros de Lisboa – S. Vicente – Graça – Boa-hora – camillos – carmellitas calçados – Franciscanos de Lisboa – ditos de Xabregas – Dominicos – Congregados – Loios do Beato Antonio. Ditos de Santarém: Graça – Piedade – Bentos – Carmelitas descalços – Franciscanos da Ordem Terceira – Dominicos – Trinos. Ditos de Setúbal: Carmelitas descalços – Franciscanos – Freitas de S. João. Ditos do resto do reino: Alocabaça, Jeronymos de Penha Longa – Freires de Palmella – Freires de Thomar". (p. 166)

Havia assim um "avultadíssimo número de 3940 livros, 15739 maços e mais 24 carradas de papeis", aos cuidados de um corpo de funcionários sempre escasso. Mas também era certo que, no que diz respeito aos cartórios dos conventos suprimidos, "houve grande diminuição por se terem oficialmente requisitado mais livros para os respetivos governos civis" (Castilho, 1843, p. 166). José Feliciano de Castilho alertava, ainda, para o facto de que

> "Poucos eram os mosteiros, conventos, hospicios, casas ou collegios das ordens religiosas, onde não existisse um archivo. Concedo que na

> maxima parte seriam pouco importantes, mas não sei quem desse gráo de importancia tem até hoje sido juiz. Sei sim que á nação ficaram pertencendo taes riquezas depois da instituição supprimida, e que os archivos deviam conseguintemente concentrar-se no archivo geral da nação, que é a Torre do Tombo. É com summo pesar que informo a V. Ex.a que das 480 casas religiosas que existiam espalhadas por este reino, apenas os incompletos cartorios de 24 se reuniram aqui! Isto é menos da vigésima parte." (p. 166)

Por um lado, verificamos as entradas e saídas de extensas quantidades de documentos, seja para os Governos Civis, seja para o Ministério da Fazenda; por outro lado, começava a fazer-se notar o surgimento de um incontornável problema que se faria sentir em pleno sessenta anos depois, já na I República: a falência do modelo centralista, que seria então fortemente abalado pela incorporação dos cartórios das casas congreganistas.

Neste mesmo contexto, deu-se início a um outro processo totalmente paralelo e externo à Torre do Tombo, que decorreu ao longo de todo o século XIX, mas que, também, se fará sentir na plenitude da sua força no Arquivo Nacional nos primeiros anos da República: a organização e o tratamento dos cartórios da Casa da Suplicação, o tribunal superior do reino, extinto pela reforma das Justiças de Mouzinho da Silveira em 1833.

Na verdade, a criação de uma comissão liderada pelo Tribunal da Relação de Lisboa teve como objetivo a separação de processos findos e em curso, e a indexação de cerca de 900 mil processos judiciais que tinham sido entregues pelos escrivães das mais de quarenta jurisdições existentes no seio daquele Tribunal Superior. Os cartórios judiciais só teriam uma solução definitiva em 1915 com a criação do Arquivo dos Feitos Findos, um serviço anexo ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Azevedo, 1915; Pinto, 2011; Saraiva, 1989).

Há ainda que assinalar a importância do impacto do Romantismo e os objetivos historiográficos de Alexandre Herculano, na linha de Thierry e Guizot, devidamente enquadrados pela Academia Real das Ciências de Lisboa (Coelho, 2011), e cuja influência se fará sentir no quotidiano do Arquivo Nacional através da portaria de 11.09.1857 e do decreto de 2.10.1862. A primeira – possivelmente inédita, conforme bem notou Pedro de Azevedo (1908, p. 80), e que apenas se conhece por ser citada no relatório que antecede o decreto de 1862 – tornou obrigatória a remessa ao Arquivo Nacional dos documentos anteriores ao ano de 1279, escolhidos das mitras, cabidos, conventos e colegiadas para fazerem parte "da publicação dos Monumentos Históricos" ou seja dos *Portugaliae Monumenta Historica*; o segundo alargou

a obrigatoriedade de incorporação dos documentos anteriores a 1600 pertencentes a todas as igrejas e corporações religiosas.

Já no final da centúria assiste-se a uma nova reorganização com o decreto de 29 de dezembro de 1887, de feição patrimonialista, que regula "aquilo a que hoje podemos chamar os serviços públicos de informação/documentação" e que se mantém praticamente inalterado até meados da década de 1980 com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (Ribeiro, 2008b, p. 21).

Este decreto cria a Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, sob a tutela da Direção-Geral da Instrução Pública, do Ministério dos Negócios do Reino, mas ordena outras medidas importantes: divide as bibliotecas e os arquivos em duas categorias (a primeira, com o Real Arquivo da Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca Pública de Évora; e a segunda, que englobava os arquivos e bibliotecas existentes nas repartições e serviços do Estado, nos tribunais e suas dependências, entre outros); alarga a obrigatoriedade de incorporação de documentos produzidos até 1834 no Arquivo Nacional; obriga à realização de inventários e demais instrumentos de descrição; e, finalmente, cria um curso de instrução superior de bibliotecário-arquivista (marcando o pioneirismo de Portugal em matéria de instrução nesta área do conhecimento).

Em 1901, pelo decreto de 24 de dezembro, seria promulgada a primeira reforma dos "serviços das bibliotecas e arquivos nacionais", justificado pelo "desenvolvimento considerável das secções da Bibliotheca Nacional e Lisboa e do Real Archivo da Torre do Tombo", mas também manda reorganizar os serviços da Inspeção e salvaguardar a conservação das "preciosas collecções bibliographicas" que eram propriedade do Estado.

Uma das principais medidas foi a do restabelecimento do cargo de Bibliotecário-mor (em vigor desde a criação da Biblioteca Nacional em 1796 e extinto em 1887) e o de Inspetor das Bibliotecas e Arquivos. O Bibliotecário-mor passava agora a ter a seu cargo as funções da extinta Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, reportando diretamente ao Ministério do Reino. Na prática, o Real Arquivo passava a estar subordinado a este oficial e à Biblioteca Nacional.

O diploma obrigava à apresentação dos regulamentos da Biblioteca Nacional e do Real Arquivo no prazo de três meses, tendo o da Torre do Tombo sido aprovado em 14 de junho de 1902 (substituindo o regulamento promulgado em 23 de novembro de 1839), o qual vigorará até à promulgação do decreto-lei 424/85 de 22 de outubro que promulgou a nova lei orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

4. A I República: centralização e descentralização (1910-1926)

A I República trará uma nova reforma logo em 1911, imbuída de um profundo sentido ideológico (Ribeiro, 2008b, p. 45), que fará com que os "serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da Direcção--Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial", passem a estar sob a tutela do Ministério do Interior. Sete anos depois surgirá uma nova reforma, promulgada em 8 de maio de 1918, que colocou a Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos dependente do Ministério da Instrução Pública.

Nesses dezasseis anos da primeira experiência republicana, fizeram-se sentir os efeitos da formação superior iniciada em 1887, proporcionando a um escol de bibliotecários-arquivistas (Pedro de Azevedo, António Baião, José Pessanha e outros) o desenvolvimento de prolíficos trabalhos nos arquivos e bibliotecas centrais do país, que consolidarão o modelo centralista de gestão, bem como uma linha editorial operosa, ainda hoje indispensável para a compreensão do estado atual do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, como já referimos.

Júlio Dantas, médico e escritor, que toma posse como Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos em 1912 e exercerá essas funções ininterruptamente até 1946 – o que permitirá uma certa linha de continuidade das políticas arquivísticas durante o tempo do Estado Novo – constitui-se como a mais importante figura da política arquivística nacional da primeira metade do século XX (Ribeiro, 2008b, pp. 56-57). Liderará uma equipa que retomará e aprofundará as políticas de incorporação delineadas pela portaria de 1857 e 1862, bem como assumirá o repto lançado por Castilho (1843) no seu *Relatório*: concentrar no arquivo geral da nação os cartórios das instituições suprimidas.

Num curto espaço de quatro anos foram promulgadas quatro leis que vieram solucionar problemas antigos, num processo que não terá sido pacífico, segundo se depreende dos debates existentes na imprensa sobre o Arquivo Nacional, sempre parco em recursos financeiros e humanos e, como tal, incapaz de produzir um inventário global que favorecesse o acesso por parte dos investigadores e cidadãos (Figueiredo, 1922).

Logo em 1912, é promulgado o decreto que ordena a transferência para o Arquivo Nacional, onde ficam constituindo uma secção especial, dos livros antigos de juramentos de notários do reino, os livros de notas do cartório do antigo notário Manuel Bernardino Soares de Brito e os 385 livros do registo de testamentos em depósito no Arquivo do Tribunal da Relação. Também se ordena a entrega à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos de todos os processos cíveis e crimes julgados, proscritos e arquivados no Arquivo daque-

le Tribunal, cabendo à referida Inspeção mandar proceder à inventariação dos livros, processos e documentos, remetendo cópia à Secretaria da Relação.

A partir de 9 de junho de 1915, passa a ser obrigatório transferir para o Arquivo Nacional e para os arquivos dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, que viessem a ser criados, todos os livros do registo paroquial com mais de cem anos contados da data de transferência.

Seis dias depois, foi criado, no antigo Convento da Estrela, o "Arquivo dos Feitos Findos", anexo ao Arquivo Nacional, que nomeou um conservador para catalogar o acervo, constituindo-se aquele como um serviço ao qual competia gerir os cerca de 900.000 processos judiciais provenientes da Casa da Suplicação e que tinham sido entregues à Inspeção por decreto de 15 de outubro de 1912 (Azevedo, 1915).

Neste intervalo de tempo, mais precisamente em 1917, foi ainda criado o Arquivo das Congregações, destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das Congregações Religiosas existentes em Portugal à época da proclamação da República.

Júlio Dantas dará conta destes ciclos de incorporações em dois artigos publicados em 1914 e 1916, referindo-se ainda à integração de livrarias e cartórios de congregações religiosas, cartórios de mitras e cabidos, livrarias de mitras e seminários, livrarias e papéis dos Paços Reais, cartórios de hospitais e misericórdias e mais coleções de proveniência vária (Dantas, 1914; 1916).

Logo em 1915 a falta de espaço faz-se sentir e a Inspeção consegue obter três salas do antigo Paço de S. Vicente de Fora, a título de arrendamento, para aí instalar um depósito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em 1916, cria o Arquivo dos Registos Paroquiais no edifício do extinto Paço Patriarcal de São Vicente, que também seria dirigido por um conservador do Arquivo Nacional.

Foi precisamente neste contexto que se deu início à descentralização do Arquivo Nacional através da criação de instituições de âmbito regional, os arquivos distritais (Dantas, 1917), vocacionados para custodiar os arquivos das suas áreas geográficas de influência – fazendo assim jus às reivindicações de Braga e Porto. Logo em 1916 são criados os Arquivos de Leiria, Bragança e Évora, e um ano depois o Distrital de Braga. A conclusão do processo verifica-se em 1965, ano em que ficará coberto todo o território nacional.

Outras medidas revelam o carácter metódico do labor desenvolvido: a edição da revista "Anais das Bibliotecas e Arquivos", que terá duas séries, a primeira entre 1914 e 1917 e a segunda entre 1920 e 1949; a publicação da monografia de Pedro de Azevedo e António Baião sobre o "Archivo da Torre do Tombo", na qual é possível conhecer a "sua história, corpos que o compõem e organização", conforme indica o subtítulo.

5. A Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974)

Apesar da falência da I República devido ao golpe de 28 de maio de 1926, que instaurou a Ditadura Militar e, pouco tempo depois, o Estado Novo, as políticas relativas ao Arquivo Nacional mantiveram uma linha de continuidade, conforme referimos no tópico anterior. Júlio Dantas liderará a Inspeção até 1946, sendo depois substituído por António Ferrão, que exercerá funções até à extinção do organismo em 1965.

Para além das reformas da Inspeção de 1927 e de 1932, alguns aspetos devem ser salientados, nomeadamente a criação, em 1931, do Arquivo Histórico Colonial (hoje, Arquivo Histórico Ultramarino), que se constitui como uma imensa coleção factícia, criada ao arrepio de todas as práticas e teorias arquivísticas vigentes. A seleção e a transferência física de milhares de documentos relacionados com temática do Império Ultramarino português para o Palácio da Ega, à Junqueira, desfez os vínculos orgânicos da informação em relação às suas entidades produtoras e, também, face à restante documentação dessas mesmas entidades que se manteve noutras instituições, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Ministério das Colónias e outras.

Um outro tópico de grande interesse foi, sem dúvida, a promulgação do decreto 20.586, de 27 de novembro de 1931, que determinou que os manuscritos iluminados e os incunábulos não pudessem sair do país sem autorização prévia do Ministério da Instrução Pública, naquele que pode ser considerado como o primeiro passo para a classificação de documentos arquivísticos como tesouros nacionais.

O inventário integral continuou a ser um objetivo praticamente inalcançável, apesar de em 1933 se ter publicado a portaria nº 7.588 que aprovou as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou das secções de manuscritos das bibliotecas. A medida mais próxima desde objetivo quase secular foi protagonizada João Martins da Silva Marques (1935), à época conservador do Arquivo Nacional, que se propusera lançar um "Ensaio de um manual de heurística e arquivologia" em três volumes, mas do qual apenas sairia o primeiro, intitulado *Index Indicum*, dedicado exclusivamente aos índices da totalidade do acervo.

Mas, por esse tempo, era já visível a pressão dos utilizadores que chamavam a si a responsabilidade de elaborar índices e roteiros da documentação existente no Arquivo Nacional, como por exemplo Virgínia Rau (1961), a quem se deve um útil roteiro intitulado "Arquivos de Portugal: Lisboa", apresentado ao "I Colóquio Internacional de Estudos Brasileiros" que decorreu em Washington em 1950.

6. Do 25 de Abril aos nossos dias: presente e futuro de um Arquivo Nacional (1974-2012)

Os anos da Democracia trouxeram melhorias substanciais na política arquivística nacional, com a criação de instituições vocacionadas para a salvaguarda do património arquivístico – como o Instituto Português de Arquivos, do qual se regista uma extraordinária operosidade –, bem como a promulgação de diplomas legislativos que permitiram acompanhar o percurso evolutivo das instituições congéneres a nível mundial, e, naturalmente, com a construção do atual edifício que pôs fim a um percurso de incertezas de mais de duas centúrias (Ribeiro, 2003a, pp. 467-592).

Apesar de existir alguma volatilidade no enquadramento institucional e até na designação da instituição (que foi alterada sucessivamente para Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, e, finalmente, Arquivo Nacional da Torre do Tombo), podemos afirmar que a instituição tem mantido uma certa estabilidade na direção da política arquivística nacional.

Desde o decreto 16/93, de 13 de março que definiu o regime geral dos arquivos e do património arquivístico e lançou as bases para a criação de uma rede de arquivos e que se afirma quotidianamente, até à lei 103/2012 que aprovou a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a Torre do Tombo tem desenvolvido uma importante atividade ao nível da salvaguarda e da preservação da Memória Nacional, através das incorporações obrigatórias da administração central do Estado e da administração central desconcentrada.

A mudança para o atual edifício, concretizada em 1990, veio permitir a integração definitiva e plena dos Arquivo dos Feitos Findos, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (este em 1992), dos arquivos das Secretarias de Estado que se encontravam na Quinta da Amora, e de uma vasta série de arquivos privados que aumentaram substancialmente o acervo à guarda da Torre do Tombo.

Os grandes desafios do século XXI radicam-se na preservação digital e analógica do acervo, bem como do acesso à informação. O *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, dirigido por Joel Serrão, publicado em 1984, constituiu-se como um dos mais consistentes e eficazes contributos para os utilizadores; mas deve ser referido que os inventários dos grandes fundos documentais das instituições do Antigo Regime, publicados entre 1995 e 2005 (Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1995a; 1995b; 1995c; 1996; Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1998; 1999; 2000; 2002; 2004; 2005), se constituíram como os primeiros instrumentos de acesso à

informação de feição moderna, obedecendo aos pressupostos da Arquivística no sentido técnico-científico atual da disciplina. Foram estes instrumentos de acesso à informação que se constituíram como a base do grande volume de metainformação descritiva e imagens digitais associadas que se encontram disponíveis no portal de pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (https://digitarq.arquivos.pt), o qual se encontra em permanente atualização.

Conclusão

A análise e interpretação da evolução das funções e das atividades desenvolvidas pela Torre do Tombo na longa duração são tarefas que carecem de uma base sólida de trabalho, de onde se destaca, antes de mais, a legislação e demais normativas promulgadas pelos sucessivos órgãos de soberania.

Nenhuma instituição permanece imutável ao longo de sete séculos, ainda mais se tivermos em conta a centralidade do seu posicionamento institucional face à sucessão de diversos e antagónicos regimes políticos e contextos históricos.

A instituição ostenta orgulhosamente a designação medieval e posiciona-se na vanguarda do século XXI, mas é certo que a sua estrutura atual é o somatório de inúmeras medidas de diferentes naturezas que sobrepõem umas às outras formando diversas camadas estratificadas de documentação produzida, incorporada e reclassificada, conforme vimos. A sua análise, descodificação e reinterpretação exige um trabalho de uma vasta equipa interdisciplinar de especialistas, dos mais variados enquadramentos científicos, que assuma a missão de dar continuidade às práticas de conservação, divulgação e valorização do vasto património arquivístico do país, conferindo-lhe inteligibilidade.

A fixação dos contextos históricos e a recolha da legislação promulgada, complementada com comentários, cumpre, com objetividade, apenas o primeiro desses propósitos.

Fontes e Bibliografia

Legislação

Portugal. (1834). *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até à sua Entrada em Lisboa, 2ª série*. Imprensa Nacional.

Portugal. (1834). *Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 2 de junho de 1830 a 27 de fevereiro de 1832, 1ª série.* Imprensa Nacional.

Portugal. (1835). *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, 3ª série*. Imprensa Nacional.

Portugal. (1836). *Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de junho de 1829 até 28 de fevereiro de 1832, 1ª série*. (2ª ed.). Imprensa Nacional.

Portugal. (1870). *Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I […], ed. de Cândido Mendes de Almeida*. (14ª ed.). Typographia do Instituto Philomático.

Portugal. (1984). *Ordenações Manuelinas*: *Reprodução fac-similar das Ordenações Manuelinas de 1521, com base no original publicado em 1797 pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeia Costa. Nota textológica de Eduardo Borges Nunes*. (5 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, J. P. (1805-1820). *Índice chronologico remissivo da Legislação Portugueza posterior à publicação do Codigo Filippino, com hum appendice, parte I. [-VI.], […], dado à luz por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro [...], segunda impressão*. (6 tomos em 6 vols.). Typografia da mesma Academia.

Silva, A. D. da. (1828). *Collecção da Legislação Portugueza desde a última compilação das Ordenações*, *redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva*. *Legislação de 1791 a 1801*. Na Typographia Maigrense.

Silva, A. D. da. (1842-1847). *Supplemento á collecção da Legislação Portugueza do desembargador António Delgado da Silva*. (3 vols.). Luiz Correa da Cunha.

Silva, J. J. de A. e. (1854). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1603-1612.* Imprensa de J. J. A. Silva.

Silva, J. J. de A. e. (1855a). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1613-1619*. Imprensa de J. J. A. Silva.

Silva, J. J. de A. e. (1855b). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1620-1627.* Imprensa de J. J. A. Silva.

Silva, J. J. de A. e. (1855c). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1627-1633.* Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1855d). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1634-1640.* Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1856a). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1640-1647*. Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1856b). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1648-1656.* Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1856c). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1657-1674.* Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1857). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1675-1683 e Suplemento à Segunda Série 1641-1683.* Imprensa de F. X. de Souza.

Silva, J. J. de A. e. (1859). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1683-1700.* Imprensa Nacional.

Silva, J. J. de A. e. (s.d.). *Collecção chronologica da legislação portugueza: compilada e anotada por […]: 1701*. Imprensa Nacional.

Estudos

Albuquerque, M. (1990). *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. Edições INAPA.

Álvarez de Pinedo, J., & Rodriguez de Diego, J. L. (1993). *Los archivos espanholes. Simancas. 1 de Archivos Europeos: Arquivos españoles*. Ediciones Lunweig, Ministério da Cultura.

Anter, A. (2010). L'histoire de l'État comme histoire de la bureaucratie. *Trivium*, (7). https://doi.org/10.4000/trivium.3794

Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1995a). *Alfândegas de Lisboa: inventário*. AN/TT.

Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1995b). *O Conselho da Fazenda: inventário e estudo institucional, elab. António Frazão, Maria do Céu Felipe*. AN/TT.

Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1995c). *Real Fábrica das Sedas e fábricas anexas: inventário*. AN/TT.

Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1996). *Núcleo antigo: inventário*. AN/TT.

Azevedo, P. (1906). Documentos para a História do Castello de São Jorge. *O Archeologo Portuguez*, (11), 144-160.

Azevedo, P. (1908). Documentos portugueses de Pendorada do século XIII. *Revista Lusitana*, (11), 79-95.

Azevedo, P. (1915). Ano e meio de vida do Arquivo dos Feitos Findos. *Anais das Bibliotecas e Arquivos em Portugal, 1*(5), 191-203.

Azevedo, P. (1917). O engenheiro Manuel da Maia e a Torre do Tombo. *O Archeologo Portuguez*, (22), 237-285.

Azevedo, P. (1918). O engenheiro Manuel da Maia e a Torre do Tombo. *O Archeologo Portuguez*, (23), 323-355.

Azevedo, P. A. de, & Baião, A. (1989). O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização. (2ª ed., nota prévia de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha). Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte.

Azevedo, R. (1940). A Chancelaria Régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, (14), 31-80.

Azevedo, R. (1943). A Colecção Especial do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo: (sua génese e corpos que a formam. Reconstituição destes fundos pelos seus elementos arquivísticos. O itinerário do cartório de Moreira). *Revista Portuguesa de História*, (3), 5-26.

Azevedo, R. (2021). *O rei e o arquivo régio. Vi o reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I* (pp. 172-181). Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Baião, A. (1931). O Guarda-mor Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 9*(33-34), 8-20.

Baião, A. (1932). Os mais antigos índices da Tôrre do Tombo: regras inéditas para as pesquisas nos livros de Leitura Nova. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 10*(37-38), 22-25.

Baião, A. (1936). As Certidões da Torre do Tombo no tempo do guarda-mór Fernão Lopes. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 11*(43-44), 111-112.

Baião, A. (1942). Manuel da Maia como guarda-mór da Torre do Tombo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 16*(63-64), 80-86.

Barata, P. J. S. (2003). *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Biblioteca Nacional.

Barbosa, I. de V. (1874). Creação dos archivos na Europa: o archivo da Torre do Tombo em Lisboa. *Estudos históricos e archeologicos*, (1), 1-21.

Bautier, R.-H. (1968). La phase cruciale de l'histoire des archives : la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe - début du XIXe s.). *Archivum*, (18), 139-149.

Béchu, C. et al. (2008). *Les Archives nationales. Des lieux pour l'histoire de France. Bicentenaire d'une installation 1808-2008.* Somogy éd. d'art, Archives nationales.

Bonifácio, M. de F. (2007). O século XIX português. (3ª ed.). Imprensa de Ciências Sociais.

Brochado, C. (1944). O Terramoto de 1755 e a Torre do Tombo. *Diário de Lisboa*, (24.7886), 10.

Brochado, C. (1945). O Terramoto de 1755 e a Tôrre do Tombo. *Brotéria, 40*(5), 494-497.

Caballero García, A. (2005). Desamortización y patrimonio documental: un ejemplo de tratamiento de archivos en el siglo XIX. *Signo - Revista de Historia de la Cultura Escrita*, (15), 77-117. http://hdl.handle.net/10017/7621

Caldeira, A. (1903). Memoria sobre o serviço do Registo de Mercês. *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes, 2*(2), 81-112.

Castilho, J. F. de. (1843). [Relatório de 21 de janeiro de 1843]. *Diário do Governo,* (28), 165-167.

Coelho, M. H. C. (2011). Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX. *Revista Portuguesa de História*, (42), 61-84.

Costa, A. J. (1996). A Chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras. História*, (13), 71-101.

Dantas, J. (1914). Serviço de incorporações pela Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 1*(1), 1-8.

Dantas, J. (1915). Serviços de nova criação: O Posto de Saneamento e Desinfecção dos livros. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 1*(2), 49-54.

Dantas, J. (1916). O segundo ciclo de incorporações. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 2*(8), 119-132.

Dantas, J. (1917). Serviços da Inspecção: Novas bibliotecas, novos arquivos. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 3*(10/11), 1-19.

Delmas, B., & Nougaret, C. (Dir.). (2004). *Archive & Nations dans l'Europe du XIXe siècle*. Publications de l'École nationale des chartes.

Dinis, A. J. D. (1968). Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais - Academia Portuguesa da História*, *2ª série, 17*, 115-158.

Donato, M. P. (2020). *Les archives du monde : Quand Napoléon confisqua l'histoire*. Presses Universitaires de France.

Elias, N. (2006). O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas. (2ª ed.). Dom Quixote.

Emperador, C. (2011). El archivo de la Real Chancilleria de Valladolid. Los documentos e um antíguo tribunal de Justicia. In A. Marcos Martín, & S. Carnicer Arribas (Coords.), *Valladolid, ciudad de archivos* (pp. 99-138). Universidad de Valladolid.

Erdmann, C. (1927). A secularização dos arquivos da Igreja em Portugal. *Anais das Bibliotecas e Arquivos, 8*(29-32), 48-57.

Escudero, J. A (2002). *Felipe II. El rey en el despacho*. Editorial Complutense.

Farelo, M., & Rosa, M. de L., Rodrigues, A., Curvelo, A., & Rocha, A. R. (2022a). *Torre do Tombo*. VINCULUM – Entailling Perpetuity. https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/instituicoes/torre-do-tombo/

Farelo, M., Rosa, M. de. L., Rodrigues, A., Curvelo, A., & Rocha, A. R. (2022b). *Guia do Sistema de Informação Vincular*. VINCULUM – Entailling Perpetuity. https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/

Favier, J. et L. (1988). *Archives nationales. Quinze siècles d'Histoire*. Éditions Nathan.

Favier, L. (2004). *La mémoire de l'état. Histoire des Archives nationales*. Librairie Arthème Fayard.

Figueiredo, A. M. (1922). *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Roteiro prático*. Liv. Universal de Armando Joaquim Tavares.

Fossier, A., Petitjean, J., & Revest, C. (Dir.). (2019). Écritures grises les instruments de travail des administrations, XIIe-XVIIe siècle (Études et rencontres de l›École des chartes 58). École des chartes École française de Rome.

Friedrich, M. (2018). *The birth of the Archive. A history of knowledge*. University of Michigan Press.

Gomes, S. A. (2021). O Castelo e o Paço da Alcáçova de Lisboa. EGEAC.

Gomes, S. A. (2023). Na Torre do Tombo, pela mão de Fernão Lopes, em 1421-1422. *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, (2), 15-43.

Guerrero de Llanos, E. (2014). Una fortaleza convertida en archivo de la Corona: Simancas en el siglo XVI. Nuevos datos para su estudio. *Anales de historia del arte, 24*, 87-105. https://doi.org/10.5209/rev_ANHA.2014.v24.47179

Guyotejannin, O. (1996). Les méthodes de travail des archivistes du roi de France (fin XIIIe – début XIV siècle). *Archiv für Diplomatik, Scriftgeschichte, Siegel-undWappenkunde*, (42), 295-373.

Guyotjeannin, O. (1999). La science des archives à Saint-Denis (fin du XIIIe- début du XVIe siècle). In F. Autrand, C. Gauvard, & J. Moeglin (Eds.), *Saint-Denis et la royauté : Études offertes à Bernard Guenée* (pp. 339-353). Éditions de la Sorbonne. https://doi.org/10.4000/books.psorbonne.22094

Guyotejannin, O., & Potin, Y. (2004). La fabrique de la perpetuité. Le Trésor des chartes et les archives du royaume (XIIIe – XIXe siècle). *Révue de synthèse, 125*(1), 15-44. https://doi.org/10.1007/BF02963691

Head, R. C. (2013). Documents, archives, and proof around 1700. *The Historical Journal, 56*(4), pp. 909-930.

Head, R. C. (2019). *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400–1700*. Cambridge University. https://doi.org/10.1017/9781108620659

Head, R. C. (2021). *A Leitura Nova de D. Manuel no contexto europeu: o exercício escrito do poder através da prática, forma e cerimónia. Vi o reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I* (pp. 182-193). Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional--Casa da Moeda.

Hespanha, A. M. (1982). *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*. Almedina.

Hespanha, A. M. (1988). Organização arquivística e história do poder. *Vértice*, (4),111-112.

Hespanha, A. M. (1994). *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Almedina.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1998). *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Primeira parte: Instituições do Antigo Regime, volume I: Administração Central (1)*. IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (1999). *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Primeira parte: Instituições do Antigo Regime, volume II: Administração Central (2)*. IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (2000). G*uia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Primeira parte: Instituições do Antigo Regime, volume III: Administração Central (3)*. IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (2001). *A Torre do Tombo na Viragem do Milénio*. IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (2002). *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Primeira parte: Instituições do Antigo Regime, volume IV: Administração Periférica, Domínios, Casa Real e Casas Anexas*. IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (2004). *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: volume V: Instituições contemporâneas.* IAN/TT.

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. (2005). *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: volume VI: Colecções, arquivos de pessoas singulares, de famílias, de empresas, de associações, de comissões e de congressos.* IAN/TT.

Ketelaar, E. (2020). *Archiving people. A social history of Dutch Archives*. Stichting Archiefpublications.

Kingston, R. (2011). The French Revolution and the materiality of the Modern Archive. *Libraries & Cultural Records, 46*(1), 1-25.

Marques, J. M. S. (1935). *Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo: ensaio de um manual de heurística e arquivologia. I - Index indicum*. [s. n.].

Matos, S. C. (2008). Nação. *Ler História*, (55), pp. 111-124. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2249

Nora, P. (Dir.) (1997). *Les lieux de Mémoire*. (3 vols.). Gallimard.

Pedruelo Martín, E. (2011). El Archivo General de Simancas. De archivo real a archivo publico. In A. Marcos Martín (Coord.), *Valladolid, ciudad de archivos* (pp. 37-98). Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones.

Pereira, M. H. (2016, março). *O Arquivo Nacional suspendeu as funções de Arquivo do Estado. Reflexões de uma historiadora acerca da política de arquivos* [Ata]. Encontro – Arquivos da Administração Pública: Atas, Lisboa.

Pessanha, J. (1905). Real Archivo da Torre do Tombo: inventários do século XVI. *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, (3), 162-182.

Pinto, P. (2011). A importância do fundo dos Feitos Findos na Torre do Tombo para a história local: o caso de Aveiro. *Patrimónios*, (9), 187-196.

Pomian, K. (1997). Les archives : Du Trésor des Chartes au CARAN. In P. Nora, *Le lieux de mémoires, III* (pp. 185-186). Gallimard.

Poncet, O. (2004). Fabrique des archives, fabrique de l'histoire du moyen âge au XIXe siècle. *Revue Synthese, 125*(1), 183-195. https://doi.org/10.1007/BF02963696

Rau, V. (1945). *A Torre do Tombo em 1631*. [s.n.].

Rau, V. (1961). *Arquivos de Portugal: Lisboa* [Comunicação]. Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros, Washington, 1950 [policopiado].

Rebelo, J. P. M. (1904). *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I.* Imprensa Nacional.

Rego, A. S. de (coord.) (1960-1971). As gavetas da Torre do Tombo. 9 vols. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Rey, C. (2014). Un classement archivistique au XVIIIe siècle : Cîteaux et les inventaires de Jean-Baptiste Lemort. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA*, (18.2). https://doi.org/10.4000/cem.13491

Ribeiro, F. (2003a). *O acesso à informação nos arquivos*. (2 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Ribeiro, F. (2003b). Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral, & M. F. M. F. Santos (Coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (pp. 1401-1414). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ribeiro, F. (2008a). A Inspecção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In L. R. Torgal, & H. Paulo (Coord.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (pp. 223-237). [s.n.].

Ribeiro, F. (2008b). *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodia: a Inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão: 1887-1965*. CETAC, Edições Afrontamento.

Ribeiro, F. (s.d.). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In S. C. Matos (Coord.), *Dicionário de historiadores portugueses*. https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes_torre_tombo.htm

Ribeiro, J. P. (1819). *Memorias authenticas para a história do Real Archivo*. Na Impressão Régia.

Ribeiro, J. S. (1871-1914). *História dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successsivos reinados da monarchia*. (19 vols.). Academia Real das Sciências

Rodrigues, A., & Silva, A. M. da. (2012). A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In M. de L. Rosa (Org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* (pp. 597-650). Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos.

Rodríguez de Diego, J. L. (1989). *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas (año 1588)*. Ministério da Cultura, Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de Archivos Estatales.

Rodríguez de Diego, J. L., & Rodríguez de Diego, J. T. (1998, abril 20-23). *Un archivo no solo para el Rey. Significado social del Proyecto Simanquino en el siglo XVI* [Comunicación]. Congreso Internacional "Felipe II (1527-1598): Europa y la monarquia católica de Felipe II", Madrid.

Roldão, F. (2008). Para além da Chancelaria: registo e conservação de diplomas dionisinos na administração régia periférica. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 16/17*, 189-221.

Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação social pré-moderna: perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 30*, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10

Rosa, M. de L., & Curto, D. R. (2021). D. Manuel: entre reformas e serviço do rei. (pp. 18-37) *Vi o reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I*. Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Santos, M. dos. (1710). *Alcobaça illustrada: noticias, e historia dos mosteyros, & monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal, & Algarves. primeyra parte [...].* Officina de Bento Seco Ferreyra.

Saraiva, T. (1989). O Arquivo dos Feitos Findos. *Memória: revista anual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, (1), 183-188.

Serrão, J. (Coord.), & Leal, M. H. P. (Dir.). (1984). *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea: arquivos de Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. (2 vols.). Instituto Nacional de Investigação Científica.

Silva, A. M. (1989). A venda dos bens nacionais: a Carta de Lei de 15 de abril de 1835: I — Aspectos introdutórios e gerais. *Revista Portuguesa de História*, (19), 59-115.

Silva, A. M. (1997). *Nacionalizações e Privatizações em Portugal*. Livraria Minerva Editora.

Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. (1999). *Arquivística 1: teoria e prática de uma ciência da informação*. Edições Afrontamento.

Silveira, L. E. (1980). A venda dos Bens Nacionais (1834-43): uma primeira abordagem. *Análise Social, 16*(61-62), 87-110.

Subtil, J. M. L. L. (2011). *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Universidade Autónoma de Lisboa.

Taylor, I. B. (2023). *The Crown and Its Records: Archives, Access, and the Ancient Constitution in Seventeenth-Century England*. De Gruyter Oldenbourg. https://doi.org/10.1515/9783110791464

Anexo - Lista cronológica de legislação promulgada referente à Torre do Tombo

1. Entre os finais da Idade Média e o ocaso do Antigo Regime: o rei, o despacho e o arquivo da Coroa (séc. XVI-1820)

1521 – Título XVIII. Do escrivam dos feitos d'El Rey. In Portugal. (1984). *Ordenações Manuelinas* [...], Livro I, [...], pp. 142-144.

1603 – Título LIII. Do Chanceler das Sentenças dos Corregedores da Cidade de Lisboa, Guarda-mor da Torre do Tombo, Ouvidor da Alfândega e Contador da dita Cidade [...]. In Portugal. (1870). *Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal [...]*, Livro I, pp. 98-99.

1603 – Título LXI. Em que modo se darão os Traslados das Escrituras da Torre do Tombo. In Portugal. (1870). *Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal [...]*, Livro III, p. 660.

1614.09.02 – Resolução ordenando ao Guarda-mor da Torre do Tombo para dar à Mesa da Consciência e Ordens os traslados dos papéis que lhe forem pedidos. In J. J. de A. e Silva (1855a), *Collecção Chronologica* [...], *1613-1619*, p. 92.

1614.10.18 – Alvará determinando que se deem no Real Arquivo da Torre do Tombo todas as certidões que pedir a Mesa da Consciência para o real serviço. In J. J. de A. e Silva (1855a), *Collecção Chronologica [...], 1613-1619*, p. 94. (Fonte: *Índice Chronológico* [...], tomo II, p. 287).

1616.02.08 – Carta Régia ordenando que se cumpra a indicação dada por Gaspar Álvares Lousada, na sua carta de 23 de janeiro, sobre certos papéis importantes que andam nas mãos de Manuel Fonseca sobre o padroado das igrejas de Lamego e que se deviam recolher à Torre do Tombo antes que passem a outras mãos. In J. J. de A. e Silva (1855a). *Collecção Chronologica [...], 1613-1619*, p. 189. (Fonte: *Livro de correspondência* do Desembargo do Paço, fol. 46-47).

1616.11.01 – Carta Régia ordenando providências sobre a forma por que se hão de pedir e passar certidões da Torre do Tombo. In J. J. de A. e Silva (1855a). *Collecção Chronologica [...], 1613-1619*, p. 218. (Fonte: *Livro de correspondência* do Desembargo do Paço, fol. 404).

1619.01.31 – Alvará de mercê da administração de uma capela ao Guarda-mor da Torre do Tombo, Diogo de Castilho Coutinho, fidalgo da casa real, por ter ordenado o livro das Capelas da Coroa. In J. J. de A. e Silva (1855a). *Collecção Chronologica [...], 1613-1619*, p. 379. (Fonte: *Índice Chronológico*, tomo III, p. 178).

1621.08.07 – Carta régia determinando que todas as sentenças já dadas e que viessem a ser dadas em favor da Coroa fossem lançadas nos livros da Torre do Tombo em livro próprio feito pelo escrivão dos Feitos da Coroa. In J. J. de A. e Silva (1855b). *Collecção Chronologica [...], 1620-1627*, p. 50. (Fonte: Borges Carneiro, *Resenha Chronologica*, tomo II, p. 317).

1621.08.26 – Aviso comunicando ao Guarda-mor da Torre do Tombo a Carta Régia de 7 deste mês. In J. J. de A. e Silva (1855b). *Collecção Chronologica [...], 1620-1627*, p. 50. (Fonte: *Maço 1º de Avisos e Ordens da Torre do Tombo, nº 1*).

1625.09.28 – Carta Régia dada a Gaspar Álvares Lousada, escrivão da Torre do Tombo, sobre os erros que identificou no padroado da Igreja de Castelões, Porto, e nos livros da Chancelaria-mor que, no ano de 1622 foram entregues na Torre do Tombo, e sobre se tais erros se devem aos escreventes que trabalham na Chancelaria. In J. J. de A. e Silva (1855b). *Collecção Chronologica [...], 1620-1627*, p. 149. (Fonte: *Livro de Correspondência* do Desembargo do Paço, fol. 286).

1627.10.04 – Alvará confirmando e mandando ao Guarda-mor da Torre do Tombo guardar o alvará de 06.05.1549 para que fosse dado ao duque de Bragança os traslados que pedir dos papéis relativos às suas rendas e jurisdições. In J. J. de A. e Silva (1855c). *Collecção Chronologica [...], 1627-1633*, 1855, p. 115. (Fonte: *Livro 1º de Registo* na Torre do Tombo, fol. 23).

1633.10.31 – Portaria ordenando ao Guarda-mor da Torre do Tombo que se deem os livros que pedir o Cronista-mor [Frei António Brandão, da Ordem de Cister] que está a compor a História destes Reinos. In J. J. de A. e Silva (1855c). *Collecção Chronologica [...], 1627-1633*, p. 368. (Fonte: *Livro 1º de Registo na Torre do Tombo*, fol. 27).

1634.04.04 – Aviso para o Guarda-mor dar os livros que pedir o Cronista-mor, em conformidade com a portaria de 31.10.1631. In J. J. de A. e Silva (1855d). *Collecção Chronologica [...], 1634-1640*, 1855, p. 8. (Fonte: *Livro 1º de Registo da Torre do Tombo*, fol. 27).

1636.12.19 – Portaria ordenando ao Guarda-mor da Torre do Tombo que dê certos livros ao Procurador da Coroa, Tomé Pinheiro da Veiga, para uma diligência de serviço de que está incumbido, e que estes estejam em seu poder durante 5 dias. In J. J. de A. e Silva (1856a). *Collecção Chronologica [...], 1640-1647*, p. 111. (Fonte: *Livro I do Registo da Torre do Tombo*, fol. 31 v.).

1641.10.09 – Decreto ordenado ao Guarda-mor que não empreste livros nem papéis da Torre do Tombo, sem autorização por escrito do Rei, e que faça recolher à Torre do Tombo todos os livros e papéis que estejam

em mãos de Ministros ou pessoas particulares. In J. J. de A. e Silva (1856a). *Collecção Chronologica [...], 1640-1647*, p. 108. (Fonte: *Livro I do Registo da Torre do Tombo*, fol. 41).

1644.05.31 – Decreto ordenando ao Guarda-mor que não deixe sair da Torre do Tombo, onde está o Arquivo Geral da Coroa, nenhum livro ou papel sem autorização do Rei e que dentro da Torre deixe apenas deixe ler o Cronista-mor. In J. J. de A. e Silva (1856a). *Collecção Chronologica [...], 1640-1647*, p. 238. (Fonte: *Livro I do Registo da Torre do Tombo*, fol. 44; e Ribeiro, J. P. (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 593, com a data de 1641.05.31).

1644.09.02 – Decreto ordenando que o doutor Frei Francisco Brandão substitua o doutor João Pinto Ribeiro no lugar de Guarda-mor da Torre do Tombo, durante a "Jornada das Caldas". In J. J. de A. e Silva (1856a). *Collecção Chronologica [...], 1640-1647*, p. 248. (Fonte: Ribeiro, J. P. (1805-1820), I, p. 135).

1667.06.08 – Decreto ordenando ao Guarda-mor da Torre do Tombo que dê ao Procurador do Estado da Rainha, todos os traslados e autênticos dos livros e papéis que requerer, sem embargo de lhe não mostrar provisões assinadas pelos Desembargadores do Paço. In J. J. de A. e Silva (1856c). *Collecção Chronologica [...], 1657-1674*, p. 129. (Fonte: *Livro I do Registo da Torre do Tombo*, fol. 64v.).

1668.01.12 – Decreto facultando ao padre Francisco Barreto, da Companhia de Jesus, as bulas relativas ao Padroado da Índia. In J. J. de A. e Silva (1856c). *Collecção Chronologica [...], 1657-1674*, p. 136. (Fonte: Citado no decreto de 1691.09.24 *infra*).

1675.05.30 – Alvará nomeando D. António Álvares da Cunha para, com assistência do Procurador da Coroa, proceder à organização do Arquivo da Torre do Tombo, que está em desordem, concedendo-lhe toda a jurisdição e ordenando-lhe que faça inventários dos livros e papéis soltos, novos índices e que procure restituir os que faltarem, devendo o Guarda-mor auxiliá-lo sempre que for necessário. In J. J. de A. e Silva (1857). *Collecção Chronologica [...], 1675-1683 e Supplemento à segunda série 1641-1683*, p. 324. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 4v.).

1687.02.05 – Decreto ordenando a D. António Álvares da Cunha, Guarda-mor da Torre do Tombo, que faça abrir a Torre todos os dias, ainda que sejam feriados e de festas, para os Padres da Companhia de Jesus buscarem e copiarem os papeis que lhes são necessários. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, p. 87. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 40v.).

1688.01.12 – Decreto facultando ao Padre Francisco Barreto, da Companhia de Jesus, as bulas relativas ao Padroado da Índia. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, p. 136. (Fonte: Citado no Decreto de 1691.09.24 *infra*).

1688.05.28 – Aviso dirigido a Pedro de Semedo Estaço, que serve no lugar de Guarda-mor, para que dê ao Procurador da Coroa os documentos que necessitar para instruir a causa que traz com Bernardo Carneiro de Lemos sobre a Casa da Trofa e demais causas que a Coroa tem. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, p. 160. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 42).

1688.10.27 – Decreto ordenando que aos oficiais da Torre do Tombo, encarregados da reforma do Registo das Mercês, se pague 300 réis por caderno, vista a negligência com que trabalhavam. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, p. 169. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 41v.).

1691.09.24 – Decreto ordenando que o Dr. António da Cunha Pinheiro, desembargador da Casa da Suplicação que serve no lugar de Guarda-mor da Torre do Tombo, entregue ao padre Francisco Barreto dois livros daquele Arquivo e as bulas dos padroados e privilégios das conquistas e Ordens Militares e Padroados da Igreja de Braga para trazê-los para o seu Colégio como já o fez com as bulas do Padroado da Índia. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, pp. 264-265. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 47).

1694.09.01 – Decreto mandando recolher no Real Arquivo os livros findos das Chancelarias das Ordens Militares, citado por Ribeiro, 2003a, p. 595. (Fonte: Referido na *Provisão do Conselho da Fazenda de 1792.03.12).*

1695.08.31 – Decreto ordenando ao Guarda-mor da Torre do Tombo que lance nos Livros de Registo da Torre do Tombo a declaração escrita pela "própria mão" do Rei D. Pedro II, no 1.º de março de 1679, de que a Dona Luísa era sua filha, e bem assim as certidões relativas ao mesmo assunto emitidas pelo notário, bem como a sua escritura de dote. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, pp. 377-378. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 150v.).

1695.11.11 – Decreto ordenando o Guarda-mor da Torre do Tombo que mande entregar ao padre Baltazar Duarte, da Companhia de Jesus, que está encarregado de redigir um Bulário, todos os breves que houver na Torre do Tombo, cobrando recibo para sua guarda. In J. J. de A. e Silva (1859). *Collecção Chronologica [...], 1683-1700*, p. 379. (Fonte: *Livro II do Registo da Torre do Tombo*, fol. 159).

1721.03.16 – Alvará para se franquear o Real Arquivo aos académicos da Real Academia da História Portuguesa, permitindo-lhes tirar as cópias que precisassem. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 594. (Fonte: *Livro V do Registo do Real Arquivo*, fol. 92v.).

1721.03.18 – Alvará ampliando o de 16 de março, para o Guarda-mor lhe fazer tirar as mesmas cópias. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 594. (Fonte: *Livro V do Registo do Real Arquivo*, fol. 93).

1721.10.20 – Decreto para se nomearem mais oito oficiais de reformação para o Real Arquivo, por um ano, para aprontarem cópias de documentos, para a Academia da História. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 594. (Fonte: *Livro VII do Registo do Real Arquivo*, fol. 119).

1725.10.19 – Aviso para se restituírem os oficiais da reformação do Arquivo, despedidos pelo Guarda-mor, continuando por mais um ano a tirar cópias para a Real Academia da História Portuguesa. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 594. (Fonte: *Livro VII do Registo do Real Arquivo*, fol. 202 v.).

1726.10.02 – Aviso para se continuarem por mais um ano os oficiais da reformação do Real Arquivo, empregando-se a tirar cópias para a Academia Real da História Portuguesa e nos índices das chancelarias do Senhor D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. In J. P. Ribeiro (1805--1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595. (Fonte: *Livro VII do Registo do Real Arquivo*, fol. 220).

1727.10.30 – Aviso para continuarem por mais um ano os oficiais da reformação do Real Arquivo, criados por Decreto de 20 de outubro de 1721. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595). (Fonte: *Livro VII do Registo do Real Arquivo*, fol. 228).

1754.07.29 – Portaria do Conselho da Fazenda para o Guarda-mor do Real Arquivo, em execução do Alvará do Regimento de 29 de dezembro de 1753, remeter ao mesmo Conselho uma relação dos emolumentos, que levavam das partes dos oficiais do mesmo Arquivo, declarando os que se não achassem regulados, informando dos que devessem ser acrescentados e remetendo os títulos porque se percebiam os atuais, para tudo se fazer presente a El-rei. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595. (Fonte: *Livro IX do Registo do Real Arquivo*, fol. 128v.).

1754.12.18 – Decreto declarando que tendo mandado entregar ao Guarda--mor do Real Arquivo, Manuel da Maia, todas as bulas e breves expedidos para este Reino e seus domínios, que se achavam ainda dispersos pelas Secretarias de Estado e Mercês, Real Biblioteca e outros qualificados lugares, dos quais o mesmo Guarda-mor (depois de ter compilado

e alfabetado muitos outros diplomas desta natureza) tinha destes coligido novamente 16 maços e completando dois tomos de coleção e concordância das ditas bulas e breves, o que tudo se ordena se recolha no Real Arquivo, mandando dar-lhe inteira fé e crédito como autênticas, observando-se para o futuro o mesmo método nos documentos daquela natureza. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595). (Fonte: *Livro IX do Registo do Real Arquivo*, fol, 129).

1755.05.23 – Portaria do Conselho da Fazenda para o Guarda-mor do Real Arquivo remeter ao mesmo Conselho uma relação de todos os oficiais da sua repartição, declarando as suas graduações e as quantias que venciam de propinas nas ocasiões em que se pagavam. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595. (Fonte: *Livro IX do Registo do Real Arquivo*, fol. 131v.).

1755.11.06 – Aviso dirigido a Manuel da Maia ordenando a tomada de providência para a restauração do edifício da Torre do Tombo arruinado pelo terremoto. In A. D. da Silva *(...) Legislação de 1750-1762*, 1842, p. 358-359. (Fonte: *Maço novo das Ordens* nº 38; e *Livro III do Registo* a fol. 816). (Ribeiro, J. P. (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 595, refere que consta do *Livro VIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 176).

1755.11.29 – Aviso 2º ampliando o de 6 deste mês e ano para restauração do Real Arquivo. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro VIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 176v.).

1756.07.23 – Portaria do Conselho da Fazenda, em execução do decreto de 3 deste mês e ano, para o Guarda-mor do Real Arquivo remeter ao mesmo Conselho, relação de todos os ofícios da sua repartição, declarando os emolumentos que levavam e deviam levar anualmente os que não foram regulados com eles e não tinham proibição para os levar pelo Alvará de 29 de dezembro de 1753. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro IX do Registo do Real Arquivo*, fol. 133v.).

1757.08.19 – Aviso sobre a mudança do Real Arquivo para o Mosteiro de São Bento da Saúde. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro VIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 177).

1768.09.14 – Aviso para a guarda militar do Real Arquivo ficar às ordens do Guarda-mor para repartir as sentinelas aonde julgasse oportuno. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro XI do Registo do Real Arquivo*, fol. 390).

1771.11.15 – Decreto para se guardarem no Real Arquivo todos os documentos respectivos à Inquisição em armário separado e seguro, cuja chave não

sairia da mão do Guarda-mor. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro XIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 399 v.).

1782.01.29 – Aviso para se darem do Real Arquivo as certidões necessárias para o Tombo da Coroa de Santarém, ao procurador do mesmo. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro XIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 399 v.).

1782.11.14 – Aviso para se darem do Real Arquivo as certidões dos documentos que interessassem o Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus, ao procurador do mesmo Mosteiro. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro XIII do Registo do Real Arquivo*, fol. 398 v.).

1791.02.05 – Aviso para passar para a Torre do Tombo a Secretaria das Mercês. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596.

1791.07.09 – Aviso para se darem do Real Arquivo as certidões necessárias para desempenho da sua comissão ao Juiz do Tombo da Prebenda de Coimbra e extinta Casa de Aveiro. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 596. (Fonte: *Livro XIX do Registo do Real Arquivo*, fol. 1).

1791.07.29 – Aviso para se cumprir o de 9 deste mês e ano, não obstando o alvará de 17 de janeiro de 1759, a passarem-se as certidões necessárias para o real e imediato serviço. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Livro [1]9 (?) do Registo do Real Arquivo*, fol. 1 v.).

1793.01.29 – Aviso para se darem do Real Arquivo cópias autênticas dos documentos que houvessem, respectivos à Mordomia-mor, por se ter incendiado o cartório da mesma no terramoto de 1755. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº 19 do Registo do Real Arquivo*, fol. 6).

1794.10.31 – Portaria do Conselho da Fazenda para se procurar no Real Arquivo o Regimento do Consulado da Casa da Índia de 1592, remetendo-se dele cópia ao Conselho; por se ter o mesmo ali incendiado no terramoto de 1755. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº 19 do Registo do Real Arquivo*, fol. 10).

1795.03.20 – Provisão do Desembargo para se recolherem no Real Arquivo da Torre do Tombo os títulos originais do Real Mosteiro das Comendadeiras de Santos, ficando no mesmo Mosteiro as suas cópias autênticas. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº 19 do Registo do Real Arquivo*, fol. 18).

1797.06.08 – Aviso para se extrair do Real Arquivo uma cópia do Livro dos Bens da Coroa ou uma relação extraída dos livros das Chancelarias por onde possam constar as doações dos bens, que estavam em poder de donatários, para efeito de cobrança do Quinto, imposto no decreto 2º

de 24 de outubro de 1796. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº [19?] do Registo do Real Arquivo*, fol. 23).

1798.06.08 – Aviso para se darem ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca Pública de Lisboa cópias dos documentos e obras originais do Real Arquivo que o mesmo pedir para sortimento daquela biblioteca. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº 19 do Registo do Real Arquivo*, fol. 26).

1799.09.04 – Decreto ordenando que conselheiro da Fazenda mais antigo sirva provisoriamente de Guarda-Mor da Torre do Tombo. In A. D. da Silva (1828) *Collecção da Legislação Portugueza (…) Legislação de 1791 a 1801*, p. 581. (Fonte: *Livro do Conselho da Fazenda*, fol. 45, conforme os manuscritos de J. de Abreu Bacellar).

1808.01.18 – Decreto dos Governadores do Reino regulando o número e salários dos escriturários do Real Arquivo. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº [19?] de Registo do Real Arquivo*).

1808.11.09 – Aviso mandando cumprir as disposições do Decreto de 18 de janeiro deste ano, sobre o Regulamento do Real Arquivo, sem embargo dos requerimentos em contrário. In J. P. Ribeiro (1805-1820) citado por Ribeiro, 2003a, p. 597. (Fonte: *Lº 19 do Registo do Real Arquivo*, fol. 72).

2. A transformação imposta pela Monarquia Constitucional: o Arquivo Nacional (1820-1910)

1823.04.30 – Ministério dos Negócios do Reino. Regulamento provisional para o regimen e direcção do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Diário do Governo*, nº 112, 12.05.1823, pp. 911-912.

1832.05.16 – Regência do Reino. Decreto nº 22 para a organização e administração da Fazenda Pública. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos […]*, 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 63-75.

1832.05.16 – Regência do Reino. Decreto nº 23 para o estabelecimento da Administração Pública. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos […]*, 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 76-90.

1832.05.16 – Regência do Reino. Decreto nº 24 para a reforma das Justiças. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos […]*, 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 90-135.

1832.05.18 – Regência do Reino. Decreto nº 27 fixando as atribuições do serviço do Supremo Tribunal de Justiça. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos […],* 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 155-160.

1832.11.05 – Regência do Reino. Decreto que cria a comissão provisória para substituir o Tribunal de Tesouro. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 250-251.

1833.08.03 – Regência do Reino. Decreto de extinção do Desembargo do Paço devendo os seus livros e papéis findos serem entregues ao Arquivo da Torre do Tombo. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* 3ª série, Imprensa Nacional, p. 10.

1833.08.14 – Regência do Reino. Decreto ordenando que se cancelem todos os livros de registo públicos, que serviram durante a usurpação, e sejam mandados recolher ao Arquivo da Torre do Tombo e que se registem em novos livros os diplomas passados pelo governo legítimo de Sua Majestade a Senhora D. Maria II. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...], 3ª série*, Imprensa Nacional, p. 13.

1833.08.19 – Regência do Reino. Decreto de abolição da Chancelaria-mor devendo ser remetidos ao Arquivo da Torre do Tombo todos os seus livros e papéis findos. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...]*, 3ª série, Imprensa Nacional, pp. 17-22.

1833.08.23 – Regência do Reino. Decreto de extinção do Tribunal da Legacia devendo os processos findos serem remetidos ao Arquivo da Torre do Tombo. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* 3ª série, Imprensa Nacional, pp. 14-15.

1833.09.21 – Regência do Reino. Portaria ordenando que, de agora em diante, sejam registados no Real Arquivo da Torre do Tombo, como estação mais análoga, em livros particularmente para isso destinados todas as cartas, alvarás, provisões, ou outros diplomas de quaisquer mercês honoríficas, ou lucrativas quer sejam lavradas nas secretarias de Estado, que em outras repartições competentes. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* Apêndice à 3ª série, Imprensa Nacional, p. 28.

1833.09.13 – Regência do Reino. Extingue a jurisdição do Juízo da Chancelaria e o ofício de escrivão dele, ficando as competências entregues aos juízes de primeira instância; os processos e livros findos deverão ser recolhidos no Arquivo da Torre do Tombo. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* Apêndice à 3ª série, Imprensa Nacional, p. 36.

1833.10.02 – Regência do Reino. Portaria ordenando que todas as mercês sejam formuladas como as do Real Arquivo da Torre do Tombo, prescrevendo o método abusivo e oneroso que existia na Repartição do Registo das Mercês, extinta pelo decreto de 21.09.1833. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* Apêndice à 3ª série, Imprensa Nacional, pp. 43-44.

1834.01.02 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Repartição da Justiça. Portaria ordenando ao Conselheiro Presidente da Relação de Lisboa que nomeie um ou mais juízes de Direito de qualquer dos distritos de Lisboa, ou bacharéis da sua confiança, para que acompanhados de escrivão examinem os cartórios do Juízos que ficaram extintos em virtude da nova organização judicial. In *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº 5, 06.01.1834, p. 18.

1834.01.25 – Tesouro Público, 2ª Repartição. Portaria ordenando ao Presidente da Relação de Lisboa que faça tomar contas, por um dos ministros encarregados de inventariar os cartórios findos, ao Juiz da extinta Provedoria dos Resíduos da Fazenda, denominada Cativos, remetendo para o Tesouro as contas da mesma Provedoria com os livros e dinheiro que houver nos seus cofres. In *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº 25, 29.01.1834, p. 98.

1834.01.29 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Repartição da Justiça. Portaria declarando ao presidente da Relação de Lisboa que havendo sido transferida a jurisdição das extintas Provedorias dos Resíduos, Órfãos e Capelas pelo decreto de 16.05.1832 para os Juízes de Direito, compete a cada um destes, nos seus respectivos distritos, remeter para o Tesouro Público o produto das heranças jacentes e das execuções pertencentes à Fazenda denominada dos Cativos pela forma determinada no alvará de 26.08.1801; e que aos mesmos Juízes de Direito compete entregar no Hospital de São José a importância dos encargos pios não cumpridos em conformidade dos alvarás de 05.09.1786 e de 26.01.1788. In *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº 28, 01.02.1834, p. 111.

1834.01.30 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Portaria de 30 de Janeiro de 1834 ampliando a portaria de 28 de Janeiro acerca dos processos do extinto Juízo da Chancelaria e executória das Dízima, ordenando ao Conselheiro Presidente da Relação de Lisboa que encarregue os Juízes ou bacharéis para inventariarem também os processos da Fazenda Pública, Bens da Coroa, Capelas, Resíduos e Cativos ou quaisquer outros que digam respeito à Fazenda e de remeterem os ditos processos, classificados com a separação de findos e pendentes ao Tribunal do Tesouro Público para lhes ser dado destino na forma da lei. In *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº 28, 01.02.1834, p. 111.

1834.05.28 – Decreto de extinção das ordens religiosas masculinas. In Portugal. (1835). *Collecção de Decretos e regulamentos [...], Apêndice à 3ª série*, Imprensa Nacional, pp. 70-71.

1834.07.30 – Regência do Reino. Decreto de extinção da Real Junta do Comércio. In Portugal. (1834). *Collecção de Decretos e regulamentos [...],* 2ª série, Imprensa Nacional, pp. 248-249.

1839.11.23 – Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Decreto ordenando que se cumpra o regulamento do Nacional e Real Arquivo da Torre do Tombo. In *Diário do Governo*, nº 281, 27.11.1839, p. 1689.

1841.04.15 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Repartição da Justiça. Portaria ordenando que a Comissão encarregada do exame dos Cartórios dos Extintos Juízos de Lisboa prossiga imediatamente os trabalhos a seu cargo, interrompendo as férias a que não tem direito, sob pena de não lhe ser abonada de mais nenhum vencimento. In *Diário do Governo*, nº 90, 17.04.1841, p. 410.

1843.01.21 – Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Terceira Repartição. [Relatório sobre o estado actual do Real e Nacional Arquivo da Torre do Tombo da autoria de José Feliciano de Castilho, ordenado por portaria de 5 do corrente]. In *Diário do Governo*, nº 28, 02.02.1843, pp. 165-167.

1844.08.29 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Repartição da Justiça – Portaria dissolvendo a Comissão criada para examinar os cartórios dos Juízos extintos da capital, que fora criada pelas portarias de 2, 28 e 30 de janeiro de 1834, devido à incompatibilidade com as urgências do Tesouro e ordenando que o Guarda-mor da Relação de Lisboa, que por lei é o arquivista dos cartórios findos, faça todas as diligências que forem necessárias ao serviço. In *Diário do Governo*, nº 205, 30.08.1844, p. 1007.

1844.08.29 – Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Repartição da Justiça – Portaria dissolvendo a Comissão criada para examinar os cartórios dos Juízos extintos do Porto. In *Diário do Governo*, nº 205, 30.08.1844, p. 1007.

1857.09.11 – Portaria que torna obrigatória a remessa ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo dos documentos anteriores ao ano de 1279 escolhidos dos arquivos das mitras, cabidos, conventos e colegiadas, por ordem da 2ª classe da Academia Real das Ciências, para formarem parte da publicação dos Monumentos Históricos, citada no relatório de Anselmo José Braamcamp e Gaspar Pereira da Silva. In *Diário de Lisboa*, nº 238, 21.10.1862, pp. 2549-2550.

1862.10.02 – Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Direção Geral dos Negócios Eclesiásticos – 2ª Repartição. Decreto ordenando a incorporação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo dos arquivos ou cartórios de todas as igrejas e corporações religiosas, compreendidas no

artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, anteriores a 1600. In *Diário de Lisboa*, nº 238, 21.10.1862, pp. 2549-2550.

1887.12.29 – Ministério dos Negócios do Reino. Direção geral de Instrução Pública – 1ª Repartição. Decreto criando a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. Cria o curso de bibliotecário-arquivista. In *Diário do Governo*, nº 1, 02.01.1888, pp. 1-4 (Por ter saído com inexatidão foi republicado no *Diário do Governo*, n.º 3, 04.01.1888, pp. 18-21).

1901.12.24 – Ministério do Reino. Direcção-Geral de Instrução Pública. Decreto nº 6 reformando a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. In *Diário do Governo*, nº 294, 28.12.1901, pp. 3679-3681.

1902.06.14 – Ministério dos Negócios do Reino. Bibliotecas e Arquivos Nacionais. Regulamento do Real Arquivo da Torre do Tombo. In *Diário do Governo*, nº 139, 26.06.1902, pp. 1797-1799.

1902.08.23 – Ministério dos Negócios do Reino. Bibliotecas e Arquivos Nacionais. Regulamento do Conselho Administrativo das Bibliotecas e Arquivo Nacionais. In *Diário do Governo*, nº 191, 27.08.1902, p. 2649.

3. A I República: centralização e descentralização (1910-1926)

1911.03.18 – Ministério do Interior. Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. Decreto com força de lei que reorganiza os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial e que designa a Torre do Tombo por Arquivo Nacional. In *Diário do Governo*, nº 65, 21.03.1911, pp. 1213-1215.

1912.08.31 – Ministério do Interior. Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 2ª Repartição. Decreto dotando a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais com uma quantia até 1.040 escudos para proceder às catalogações e inventários das livrarias e cartórios que vierem a ser incorporados (casas congreganistas, arquivos de Sés, colegiadas e cabidos, legados, manuscritos adquiridos no estrangeiro, etc.), definindo também os emolumentos para cópias e verbetes e concedendo autorização para contratar pessoal necessário para a tarefa. In *Diário do Governo*, nº 219, 17.09.1912, p. 3305.

1912.09.21 – Ministério do Interior. Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. 2ª Repartição. Decreto retificando o decreto de 31.08.1912 sobre a utilização pelo Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais de 1.040 escudos para proceder à catalogação e

inventariação dos livrarias e cartórios incorporados, dada a urgência da tarefa. In *Diário do Governo*, nº 228, 27.09.1912, p. 3405.

1912.10.12 – Ministério da Justiça, Direção Geral de Justiça, 2ª Repartição. Decreto ordenando a transferência para o Arquivo Nacional de todos os livros de notas e os que se constituam estranhos às notas que tenham sido dados por findos em 31.12.1870, existentes nos cartórios dos notários de Lisboa e seu termo, determinando a sua forma de catalogação. In *Diário do Governo*, nº 243, 16.10.1912, p. 3603.

1912.10.12 – Ministério da Justiça. Direção Geral de Justiça, 2ª Repartição. Decreto ordenando a transferência para o Arquivo Nacional, onde ficam constituindo secção especial, dos livros antigos de juramentos de notários do reino, os livros de notas do cartório do antigo notário Manuel Bernardino Soares de Brito, 385 livros do registo de testamentos em depósito no Arquivo do Tribunal da Relação. Manda entregar à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos todos os processos cíveis e crimes que julgado, proscritos e arquivados no mesmo no Arquivo do Tribunal e a referida Inspeção mandará proceder à inventariação dos livros, processos e documentos, remetendo cópia à Secretaria da Relação. Continua a ser competência do secretário do mesmo Tribunal da Relação de Lisboa mandar extrair os livros e documentos pertencentes ao Arquivo da Relação. In *Diário do Governo*, nº 243, 16.10.1912, p. 3603.

1913.06.14 – Ministério do Interior. Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1.ª Repartição. Decreto que equipara as cadeiras do Curso Superior de Biblioteca e Arquivo às da Faculdade de Letras. In *Diário do Governo*, nº 140, 18.06.1913, p. 2234.

1914.10.08 – Ministério de Instrução Pública - Repartição de Instrução Artística. Decreto n.º 936, aprovando o regulamento do Posto de Saneamento e Desinfeção de Livros, criado junto da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. In *Diário do Governo*: I série, nº 183, 08.10.1914, pp. 932-933.

1915.06.09 – Ministério da Instrução Pública. Repartição de Instrução Artística. Decreto nº 1.630 ordenando a transferência para o Arquivo Nacional e para os arquivos dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos que venham a ser criados, de todos os livros do registo paroquial anteriores ao período de cem anos contados da data da transferência. In *Diário do Governo*: I Série, nº 109, 09.06.1915, p. 517.

1915.06.15 – Ministério da Instrução Pública. Repartição de Instrução Artística. Decreto nº 1.659 atribuindo a designação de "Arquivos dos Feitos Findos" ao arquivo existente no antigo Convento da Estrela composto de 900.000 processos judiciais já findos e que foram mandados entregar à Inspeção

das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais por decreto de 15.10.1912, o qual deve se constituir como um anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, devendo ser catalogado por um conservador do mesmo. In *Diário do Governo*: I Série, nº 113, 15.06.1915, pp. 544-545.

1915.12.29 – Ministério da Justiça e dos Cultos. Direção Geral da Justiça e dos Cultos, 4.ª Repartição. Decreto n.º 2.157, cedendo à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais três salas do antigo Paço de S. Vicente de Fora, a título de arrendamento, para aí instalar um depósito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Diário do Governo*: I Série, nº 263, 29.12.1915, p. 1376.

1916.02.18 – Ministério de Instrução Pública - Repartição de Instrução Artística. Decreto nº 2.225 criando o Arquivo dos Registos Paroquiais, com sede no edifício do extinto Paço Patriarcal de São Vicente, na dependência da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, o qual será dirigido por um conservador do Arquivo Nacional. In *Diário do Governo*: I Série, nº 30, 18.02.1916, p. 161.

1916.08.03 – Ministério da Instrução Pública. Secretaria-Geral. Decreto nº 2.550-J, que cria o Arquivo Distrital de Leiria como anexo da Biblioteca Erudita da mesma cidade. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 154, 03.08.1916, pp. 765-766-J.

1916.11.29 – Ministério da Instrução Pública. Secretaria-Geral. Decreto nº 2.558, que cria o Arquivo Distrital de Bragança como anexo da Biblioteca Pública. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 242, 29.11.1916, p. 1096.

1916.11.29 – Ministério da Instrução Pública. Secretaria-Geral. Decreto nº 2.559, que cria o Arquivo Distrital de Évora como anexo da Biblioteca Pública. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 242, 29.11.1916, pp. 1096-1907.

1917.08.11 – Ministério da Instrução Pública. Secretaria-Geral. Decreto nº 3.268, que cria o Arquivo Distrital de Braga como anexo da Biblioteca Pública. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 132, 11.08.1917, pp. 647-648.

1917.10.28 – Ministério de Instrução Pública. Secretaria Geral. Decreto nº 3.410 criando o Arquivo das Congregações destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das Congregações Religiosas existentes em Portugal à época da proclamação da República. In *Diário do Governo*: I série, nº 168, 28.09.1917, pp. 944-945.

1918.05.08 – Secretaria de Estado da Instrução Pública. Secretaria Geral. Decreto nº 4.311 concedendo autonomia administrativa ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e definindo a documentação que devia conservar. In *Diário do Governo*: I Série, nº 117, 29.05.1918, pp. 838-839.

1918.05.08 – Secretaria de Estado da Instrução Pública. Secretaria Geral. Decreto n.º 4.312, reorganizando as Bibliotecas Eruditas e Arquivos

Nacionais. Cria o Arquivo Distrital de Lisboa e o Arquivo Distrital de Santarém, integrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Diário do Governo*: I Série, nº 117, 29.05.1918, pp. 839-841.

1919.07.10 – Ministério da Instrução Pública. Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. [Quadro sinóptico das bibliotecas, arquivos e cartórios existentes o país]. In *Diário do Governo*, 2ª série, nº 158, pp. 2409-2416.

4. Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974)

1927.05.27 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior. Decreto nº 13.724 reorganiza os serviços das bibliotecas eruditas e arquivos; estabelece normas para o serviço de catalogação; fixa os programas das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista. In *Diário do Governo*: Série I, nº 114, 03.06.1927, pp. 881-901. [Nota: Há desconformidade entre o emissor que consta no sumário e o que consta no texto respetivo.].

1931.06.09 – Ministério das Colónias. Decreto nº 19.868, cria o Arquivo Histórico Colonial. In *Diário do Governo*: Série I, nº 133, 09.06.1931, pp. 1080-1081.

1931.06.27 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 19.952, remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respetiva Inspeção. Cria os Arquivos Distritais do Porto e de Coimbra, este na dependência da Universidade, e o Arquivo Municipal de Guimarães. In *Diário do Governo*: Série I, nº 147, 27.06.1931, pp. 1253-1269.

1931.07.30 – Ministério da Instrução Pública. Secretaria-Geral. Decreto nº 19.952, republicado por ter saído anteriormente com inexatidão, que cria o Arquivo Distrital do Funchal. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 175, 30.07.1931, pp. 1771-1789.

1931.11.03 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 3.ª Secção. Decreto nº 20.469, dá preferência absoluta para todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista. In *Diário do Governo*: Série I, nº 254, 03.11.1931, pp. 2413-2414.

1931.11.06 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 20.478, aprova o regulamento do curso superior de bibliotecário-arquivista. In *Diário do Governo*: Série I, nº 257, 06.11.1931, pp. 2467-2470.

1931.11.06 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção. Decreto nº 20.484 criando o Arquivo Distrital de Ponta Delgada como anexo à Biblioteca Pública local. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 258, 07.11.1931, pp. 2476-2477.

1931.11.07 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção. Nova publicação, retificada, dos artigos 1º e 2º do decreto nº 20.469, que dá preferência absoluta de todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário--arquivista. In *Diário do Governo*: Série I, nº 260, de 10.11.1931, p. 2489.

1931.11.27 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 20.586, determina que os manuscritos iluminados e incunábulos não possam sair do país sem prévia comunicação ao Ministério da Instrução Publica, que poderá ou não autorizar a saída dessas espécies. In *Diário do Governo*: Série I, nº 279, 04.12.1931, p. 2662.

1932.01.22 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 20.803 criando o Arquivo Distrital de Viseu. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 18, 22.01.1932, pp. 178-179.

1932.09.23 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 21.682 determinando que fiquem a cargo da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a inspeção e a direção superior dos serviços de inventário dos arquivos e bibliotecas do Estado e cria na referida Inspeção Geral uma comissão de catalogação. In *Diário do Governo*: Série I, nº 224, 23.09.1932, pp. 1936-1937.

1933.02.13 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Decreto nº 22.189 criando o Arquivo Distrital de Portalegre. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 35, 13.02.1933, pp. 175-176.

1933.05.30 – Ministério da Instrução Pública. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria nº 7.588 aprovando as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas. In *Diário do Governo*: Série I, nº 119, 30.05.1933, pp. 922-924.

1948.04.20 – Ministério da Educação Nacional. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Decreto nº 36.842 criando o Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. In *Diário do Governo*: 1ª série, nº 92, 20.04.1948, pp. 316-317.

1965.05.22 – Ministério da Educação Nacional. Direção Geral do Ensino Superior e das BelasArtes. Decreto-lei nº 46.350 que insere disposições

relativas ao funcionamento das bibliotecas e arquivos. Cria os Arquivos Distritais de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e reabre o Arquivo Distrital de Bragança. In *Diário do Governo*: Série I, nº 114, 22.05.1965, pp. 718-724.

1965.06.14 – Presidência do Conselho. Secretaria-geral. Retificação parcial do decreto-lei nº 46.350 que fora publicado com inexatidão. In *Diário do Governo*: Série I, nº 132, 14.06.1965, p. 828.

1972.01.24 – Presidência do Conselho. Secretaria-geral. Decreto-lei 29/72 que torna extensivo à generalidade dos serviços de natureza pública, estabelecendo as normas para a sua uniformização, o uso da microfilmagem dos documentos em arquivo, com a consequente inutilização dos respectivos originais. In *Diário do Governo*: Série I, nº 19, 24.01.1972, pp. 93-94.

5. Do 25 de Abril aos nossos dias: presente e futuro de um Arquivo Nacional (1974-2012)

1975.02.01 – Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente. Decreto 46/75, altera a redação do artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de junho de 1915, referente aos registos paroquiais. In *Diário do Governo*: Série I, nº 27, 01.02.1975, p. 147.

1978.03.29 – Ministério da Justiça. Decreto-lei nº 51/78, aprova o novo Código do Registo Civil no qual é estipulado que os livros com mais de 100 anos serão entregues ao arquivo designado pela Direção Geral do Património Cultural. In *Diário da República*: Série I, 1º Suplemento, nº 74, 30.03.1978, pp. 1-64.

1980.08.02 – Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria de Estado da Cultura. Decreto regulamentar nº 34/80, aprova a Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural. In *Diário da República*: Série I, nº 177, 02.08.1980, pp. 1990-2009.

1983.04.05 – Ministério da Cultura e Coordenação Científica. Instituto Português do Património Cultural. Decreto 149/83, define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas. In *Diário da República*: Série I, nº 78, 05.04.1983, pp. 1150-1152.

1985.09.17 – Ministério da Cultura. Decreto regulamentar 424/85. Aprova a Lei Orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Diário da República*: Série I, nº 243, 22.10.1985, pp. 3492-3496.

1988.03.15 – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. Secretarias de Estado da Cultura e do Orçamento. Portaria nº 157/88,

aprova as alterações ao quadro de pessoal do Arquivo Nacional Torre do Tombo. In *Diário da República*: Série I, nº 62, 15.03.1988, pp. 1040-1062.

1988.04.29 – Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 152/88 que cria o Instituto Português de Arquivos. In *Diário da República:* Série I, nº 99, 29.04.1988, pp. 1710-1717.

1988.12.10 – Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-lei nº 447/88, regula a pré-arquivagem de documentação e revoga o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de janeiro. In *Diário da República*: Série I, nº 284, 10.12.1988, p. 4885.

1992.06.01 – Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-lei nº 106-G/92 aprova a Lei Orgânica dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Cria o Arquivo Distrital de Lisboa. In *Diário da República:* Série I-A, 1º Suplemento, nº 126, 01.06.1992, pp. 39-45.

1993.01.23 – Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-lei 16/93, estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico. In *Diário da República:* Série I-A, nº 19, 23.01.1993, pp. 264-270.

1997.03.20 - Ministério da Cultura. Decreto-Lei n.º 60/97 que aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura. In *Diário da República*, Série I-A, nº 67, 20.03.1997, pp. 1276-1283.

2001.09.08 – Assembleia da República. Lei 107/2001 que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. In *Diário da República*: Série I-A, nº 209, de 08.09.2001, pp. 5808-5829.

2004.03.03 – Ministério da Cultura. Decreto-lei nº 47/2004, define o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos. In *Diário da República*: Série I-A, nº 53, 03.03.2004, pp. 1161-1162.

2007.03.29 – Ministério da Cultura. Decreto-lei n.º 93/2007 que aprova a orgânica da Direcção-Geral de Arquivos. In *Diário da República*: Série I, nº 63, 29.03.2007, pp. 1913-1916.

2012.05.16 – Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 103/2012 que aprova a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Reintegra o Arquivo Distrital de Lisboa na Torre do Tombo. In *Diário da República*, Série I, nº 95, 16.05.2012, pp. 2535-2537.

2012.06.19 – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. Portaria nº 192/2012, de 19 de junho, fixa a estrutura nuclear da Direção--Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. In *Diário da República*: Série I, nº 117, 19.06.2012, pp. 3039-3042.

2012.06.27 – Presidência do Conselho de Ministros. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Despacho nº 9339/2012, cria as unidades orgânicas flexíveis da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. In *Diário da República*: Série II, nº 133, 11.07.2012, pp. 24380-24381.

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2024_1_7

História, Ciências sociais e humanas, Ciência arquivística, Ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns

History, Social and human sciences, Archival science, Information science. Paths for the creation of common scientific spaces

MARIA DE LURDES ROSA
Professora auxiliar com agregação na NOVA.FCSH - Departamento de História
mlrosa@fcsh.unl.pt
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2027-4485

RESUMO

O artigo constituiu-se como um contributo para a criação de espaços científicos comuns entre ciências que detêm atualmente uma grande vitalidade e diversidade epistemológica em torno do tema "Arquivo", mas que com frequência não colaboram de forma sustentada: as Ciências sociais e humanas – nelas se destacando a História –, a Ciência da informação e a Arquivística. Sob o signo do cruzamento de perspetivas, tenta-se, através de estados da questão e de apreciações de campos disciplinares, contribuir para uma melhor difusão dos mesmos, bem como relançar o debate da criação interdisciplinar de campos científicos comuns, em que as várias ciências estejam presentes de igual para igual. O texto desenvolve-se em seis pontos principais, distribuídos por três grandes temas, em sucessivos alargamentos: o tema 1 convoca o cruzamento interdisciplinar, a partir de áreas fortes congregadas em torno da Ciência da informação e da Ciência arquivística; o tema 2 estende-se ao universo mais vasto das Ciências sociais e humanas, e

o tema 3 coloca-se, em interdisciplinaridade transversal, na área da "Ciência Cidadã", que permite uma abertura à sociedade a partir dos conteúdos das diferentes áreas científicas e da sua cooperação interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística/ Ciência Arquivística; Ciência da Informação; História; Ciências Sociais e Humanas; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The article is a contribution to the creation of common scientific spaces between sciences that currently have great vitality and epistemological diversity around the theme of "Archives", but which often do not collaborate in a sustained way: Social sciences and humanities - in which History stands out - Information Science and Archivistics. Under the banner of cross-perspectives, the aim is to contribute to a better dissemination of the global issue and assessments of the disciplinary fields, as well as to relaunch the debate on the interdisciplinary creation of common scientific fields, in which the various sciences are presente on egual positions. The text develops in six main points, distributed over three major themes, in successive extensions: theme 1 calls for interdisciplinary cross-fertilization, from strong areas congregated around Information Science and Archival Science; theme 2 extends to the wider universe of Social sciences and humanities, and theme 3 places itself, in transversal interdisciplinarity, in the area of "Citizen Science", which allows an opening to society based on the contents of the different scientific areas and their interdisciplinary cooperation.

KEYWORDS: Archivistics/ Archival Science; Information Science; History; Social Sciences and Humanities; interdisciplinarity.

O presente artigo nasceu da prova académica que, entre todas, se dedica à relevância do ensino universitário, refletindo, após anos de prática do mesmo, sobre conteúdos, métodos, desenhos curriculares: a agregação[1]. Se, a nosso ver, é enriquecedor fazê-la, consideramos que a publicação de trabalhos a partir dela é igualmente importante. A necessária adaptação do Relatório dessa Prova levou-nos a optar por um texto que, através de esta-

[1] Provas de Agregação em Ciência da Informação, na Universidade de Coimbra - Relatório do programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático da Unidade Curricular «Seminários interdisciplinares», do Curso de Doutoramento em Ciência da Informação) (10 setembro de 2021). Agradecemos aos membros do júri as suas intervenções e contributos para aprofundamento do tema; agradecemos ainda aos colegas que leram o presente artigo e aos revisores anónimos do mesmo.

dos da questão e apreciações de campos disciplinares, pudesse contribuir, por um lado, para difusão dos mesmos; por outro lado, que ajudasse a relançar o debate da criação interdisciplinar de campos científicos comuns, em que as varias ciências estejam presentes de igual para igual. Ainda que diverso do original, cremos que mantém boa parte do que consideramos fundamental na "Agregação", e afinal na própria função da Universidade: a importância da pedagogia e da difusão de ciência.

A escolha do tema do referido "Relatório" assentara em dois motivos de base: desde logo, a convicção da importância de contributos interdisciplinares no trabalho científico, em especial em momentos de reconfiguração dos campos académicos; depois, todo um percurso de formação, trabalho, ensino e investigação feito na interceção entre a área da História, e o campo que se foi desenvolvendo, em Portugal, nas últimas três décadas, alcançando configuração cientifica e académica sob a denominação de Ciência da Informação. Para os que assistiram, e de algum modo participaram, neste processo de grande transformação, o enriquecimento pôde ser grande. Tentou-se, portanto, que o texto refletisse o entusiasmo com que foi vivido e a forma como foi enriquecedor o contacto com outros modos de conceptualizar aquilo que para o historiador é o "seu material de trabalho", bem como com o vasto campo de áreas de estudo e intervenção societal, aberto pelas visões mais recentes e internacionais da nova ciência.

Assim, muito do que se refere, analisa e propõe neste texto, é bem exemplificativo do que depois se toma como objeto de estudo: a enorme mudança de panorama (mais para além das "mudanças de paradigma", que também inclui) no mundo da História, dos arquivos, das instituições universitárias com relacionadas com ambas as áreas – em especial no que toca ao "campo comum". Localizando o saber e a posição disciplinar de onde se fala: será apresentada, neste caso, a visão de uma historiadora que aprendeu com os arquivistas e, depois, com os "cientistas da Informação", a importância de pensar os arquivos e a informação "fora da História"; que, a partir da História, tem contatado com propostas recentes e em desenvolvimento, mas inteligentes e sugestivas, de repensar as ditas "fontes" e a relação com o arquivo / a informação; que pensa ter conseguido trabalhar numa interceção dos dois campos; e que, por fim, considera que é importante ensinar tal em formações aprofundadas, tanto em Ciência da Informação como em História. É fundamental alicerçar a colaboração não na criação de clivagens académicas, que têm a tendência em resvalar para a competição institucional e não científica, bem como revestir natureza prescritiva. É igualmente importante recusar clivagens do tipo "ciência/ disciplina", como tem

acontecido, não raras vezes, entre a Ciência da Informação e a Arquivística: tal afigura-se-nos especialmente discutível, e, até, reproduzindo de algum modo a famigerada relação entre a História e as "técnicas documentais". Por fim, é preciso combater um certo isolamento internacional em que se encontra a Ciência da Informação em Portugal, em parte derivado de uma sua menor familiariedade com a bibliografia de línguas europeias, em parte pela adoção de um paradigma disciplinar particular, que seria importante confrontar sistematicamente com as propostas internacionais mais atuais, na senda do que aqui em parte esboçámos, de modo a verificar até que ponto tal situação limita os referenciais teóricos e os enquadramentos formativos. É, pois, desejável – e cremos que urgente – construir espaços científicos comuns a partir do conhecimento e debate do pensamento internacional mais atualizado das várias ciências.

O texto que se segue desenvolve-se em seis pontos principais, distribuídos por três grandes temas, em sucessivos alargamentos e cruzamentos: o tema 1 convoca o cruzamento interdisciplinar, a partir de áreas fortes congregadas em torno da Informação e da Arquivística; o tema 2 estende-se ao universo mais vasto das Ciências Sociais e Humanas, e o tema 3 coloca-se, em interdisciplinaridade transversal, na área da "Ciência Cidadã", que permite uma abertura à sociedade a partir dos conteúdos das diferentes áreas científicas e da sua cooperação interdisciplinar. Em todos os três, a Ciência da Informação está presente como produtora de tópicos e interlocutora. A seleção dos temas foi feita com o objetivo de oferecer perspetivas interdisciplinares que valorizassem os conhecimentos das áreas de formação de origem, oferecessem novos, e abrissem caminho a campos de conceptualização e trabalho comuns. As Ciências sociais surgiram como inevitáveis disciplinas a explorar, destacando-se entre elas a História, não por qualquer questão de maior relevância disciplinar, mas pelo cruzamento de percursos com as áreas tradicionais que vieram a convergir na Ciência da Informação e pela riqueza atual de propostas colaborativas. O "arquivo" configurou-se como o objeto de estudo interdisciplinar por excelência, ao qual foi conferida inerente relevância. O módulo de "Ciência Cidadã", mais do que uma área disciplinar, reporta-se a aplicações de valorização social e ética dos saberes e competências previamente abordados.

As temáticas a estudar, originalmente elaboradas sob forma de textos de orientação letiva, serão apresentadas sob forma descritiva, sem que, no entanto, se oblitere uma sua utilidade prática. Mais do que elaborar um estado da questão tradicional, tentou-se manter o potencial pedagógico do exercício original, através de combinações sucessivas de revisões da produção

disciplinar, sínteses temáticas, guias de leitura da bibliografia, apresentação de boas práticas, e, por fim, de recursos digitais para uma visualização global da produção científica[2].

1. História, ciência arquivística, ciência da informação: reconceptualizar a interdisciplinaridade

Na temática da área interdisciplinar a construir com a História, crê-se serem particularmente importantes duas linhas de abordagem: a teorização do tema (a partir das áreas mais interventivas em tal) e a aplicação prática do resultado desse trabalho de reflexão. O pano de fundo é o conhecido processo de transformação do relacionamento disciplinar entre a História e as denominadas "ciências auxiliares", segundo a taxonomia das configurações académicas nascidas no século XIX e vigentes até aos anos 60-70 do século XX. Em função de uma necessidade de seleção de perspetivas, foi desenvolvida a apresentação de dois pontos principais: as correntes de pensamento em que atualmente se desenvolve uma mais forte reconceptualização da relação disciplinar; os conceitos e as áreas comuns de trabalho, pertinentes para o relacionamento em estudo.

Em "Áreas principais da (re)conceptualização da interdisciplinaridade" apresenta-se uma combinação de introdução ao tema com estado da questão. É abordada a natureza do relacionamento interdisciplinar a estudar: qual a sua utilidade, como surgiu e como se modificou, o que pode dele resultar em enriquecimentos de cada uma das áreas e de campos de trabalho comuns; e são evocadas as principais tendências de investigação sobre relacionamentos interdisciplinares com a Ciência da Informação e os campos que a integram (ou, em outras configurações epistemológicas, com ela se relacionam): autores, publicações, implantação, etc. Foram aqui privilegiadas quatro tendências,

2 A bibliografia recenseada e comentada é, na sua esmagadora maioria, oriunda de áreas científicas não lusófonas. Tal deveu-se ao facto de os temas em apreço serem sobretudo nestas tratadas, e não a qualquer subalternização da produção científica portuguesa e brasileira. Diga-se, quanto à primeira, que a preponderância em Portugal do modelo Ciência da Informação conduz a que se efetive nele a principal produção científica, da qual há investigadores com muito maior competência para tratar; quanto à segunda, a aceitação autónoma da Ciência Arquivística/Arquivologia, a partir de uma frequência mais generalizada dos escritos americano e canadiano, em especial, leva a que haja numerosa bibliografia com interesse para partes do texto que se apresenta. No entanto, sendo muito vasta, optou-se por apenas referir este facto, deixando para uma próxima oportunidade um texto sobre ela. Por fim, é imperativo avisar que, mesmo em campos recenseados de forma focada, qualquer pretensão de exaustividade é em hoje em dia impossível e que, mesmo em relação à produção científica privilegiada haverá falhas, pelas quais se pede escusa.

em função quer da sua adequação ao tema, quer do seu relevo em termos académicos internacionais: a "Archival Science", a "Historical Information Science"; a "Arquivística Histórica" nas suas diferentes configurações; e os estudos de Literacia informacional relativos a historiadores, incluindo a subárea das formações e "guidelines" de acesso à Informação e ao Arquivo feitas por profissionais e académicos de Ciência da Informação, construídos a partir daqueles estudos.

Na segunda parte, a efetivação concreta do "mútuo conhecimento" passará, primeiro, pelo exame de conceitos e formulações teóricas, depois de metodologias. Em torno de temas convergentes, referir-se-á e explicar-se-á o que cada área anda a fazer, e como os estudos de uns podem servir aos outros. Serão abordados, sucessivamente, a reconceptualização da "fonte" na nova epistemologia das fontes históricas, e alguns diferentes conceitos e campos comuns de trabalho entre a História e a Ciência da Informação. O primeiro ponto propõe-se caracterizar as novas leituras do historiador sobre a "fonte" histórica, que configuram uma nova epistemologia dos seus materiais de trabalho; situa-se "do lado do que os historiadores podem oferecer". O segundo ponto, já do "lado do que pode ser oferecido aos historiadores", elenca um conjunto de conceitos que serão já bem conhecidos dos alunos, sob uma nova perspetiva – como podem ser dados a conhecer ao historiador, como é utilíssima a reflexão da Ciência da Informação / Arquivística para uma renovação dos trabalhos históricos. Em função da importância nas disciplinas e da mais-valia que a sua intercomunicação poderá trazer, foram definidos quatro conceitos (Informação / Arquivo, informação arquivística, sua representação / contexto arquivístico e contexto histórico / a autoridade do arquivista) e três campos de trabalho (diplomática arquivística e a "identificação documental" / História custodial / avaliação).

1.1. Áreas principais da reconceptualização interdisciplinar

- A "Archival Science"

A mais consistente proposta de reconceptualização da relação com a História é, sem dúvida, o campo científico denominado Archival Science ou Archivistics (cfr. a discussão das denominações em Bastian, 2016; Caswell, 2016; Ketelaar, 2016). Nas linhas que se seguem, será historiada, nas sua linhas gerais, a formação desta corrente, para depois se apresentar um núcleo de obras fundamentais para o conhecimento da mesma, em orientação

bibliográfica indispensável num universo de publicação que não para de crescer. Por fim, será feita uma breve síntese das suas propostas de relacionamento, tanto com a Ciência da Informação, como com a História.

O fundamento teórico da Archival Science constitui-se através de vários fatores e ao longo das últimas sete décadas, grosso modo, mantendo-se, de resto, em evolução. Devem referir-se, nomeadamente, a influência do pensamento pós-moderno em Terry Cook, e a recomposição do saber arquivístico tradicional holandês em função da sua decidida conexão à área das Ciências sociais, por Eric Ketelaar; o notável esforço de transformação de todas as "questões técnicas" em problemas científicos; os debates em torno da forma de implantação académica e de capacidade investigativa própria dos arquivistas; a imparável expansão do campo disciplinar na última década para áreas de ativismo cívico e social, a partir de uma assunção quanto à profissão e ao campo científico – o poder do arquivista e a sua inerente obrigação ética – e de dois impulsos centrais – o tratamento de arquivos de populações aborígenes e nativas (Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia) e os arquivos de comunidades (nas mesma zonas e, quanto à Europa, com especial incidência no Reino Unido). Há, de facto, todo um "mundo da Archival Science" – que os próprios definem já de forma muito mais abrangente, usando o termo "multiverso" –, pouco conhecido em Portugal, proeminente nos circuitos de formação e investigação internacionais, nos anglófonos certamente em especial, mas cada vez mais se impondo como "main stream" na recomposição / decomposição do campo da Ciência da Informação, particularmente no que diz respeito à sua relação com a Arquivística.

Nas duas últimas décadas foram escritas algumas obras chave a este respeito, que historiam e avaliam a evolução disciplinar. Numa progressão cronológica, foi publicado em 2014 o livro problematizante de Anne Gilliland, editado pela Society of American Archivists com o significativo título de *Conceptualizing 21st-Century Archives*. Que tipo de arquivos e de Arquivística; que modelo de arquivista; que tipo de relação com a Ciência da Informação e com as Ciências humanas, nomeadamente a História – são algumas das questões para as quais esta orientação bibliográfica pretende oferecer ferramentas. Escassos dois anos depois, a mesma autora co-coordena o grande "manual" / dicionário *Research in the Archival multiverse*, que marca um ponto de chegada para o novo campo - significativamente definido como "multiverse" - ao mesmo tempo que se afirma uma saudável constatação de necessidade de renovação (Gilliland et al., 2016). No ano seguinte, a segunda edição de *Currents of Archival Thinking* atualiza a identificação das problemáticas constituintes do campo em relação a 2010, desenvolvendo,

nomeadamente, o tópico das consequências das ruturas tecnológicas (MacNeil & Eastwood, 2017). Merecem por fim menção duas obras que, em torno da evocação de figuras fundacionais, prosseguem o trabalho de identificação científica. Dedicadas respetivamente a Terry Cook e a Richard J. Cox, são elas: *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (Nesmith et al., 2020), e *Defining a discipline: Archival research and practice in the twenty-first century*. Em ambos destacou-se, entre outras coisas, uma preocupação constante em criar pontes, e não muros, entre a Archival Science, a Ciência da Informação e a História (acessoriamente, mas não com menos relevo, as outras ciências sociais) (Bastian & Yakel, 2020).

O impacto da Archival Science revela-se ainda numa presença consolidada em meios de publicação especializada. Em termos de livros, deve referir-se a Facet Publishing, a maior editora especializada em "information professions", gerida pela «CILIP – Librarian and Information Association do Reino Unido». Apresenta duas coleções maioritariamente dedicadas ao campo científico: "Principles and Practice in Records Management and Archives", dirigida por Geoffrey Yeo, da U. College, Londres; e "Facet books for archivists and records managers"; edita ainda livros fora de coleção que publicam trabalhos de eventos científicos importantes para a corrente, como é o caso do I-CHORA[3].

Em termos de publicações periódicas – que, como é sabido, possuem forma própria de transmitir ciência, nomeadamente quanto à atualidade dos temas e à possibilidade de mais rápido debate científico – deve referir-se a importância neste campo disciplinar, de três revistas em especial. A mais antiga é *Archives and Manuscripts*, da Australian Society of Archivists[4], publicada desde 1955; segue-se-lhe a *Archivaria*, revista da *Association of Canadian Archivists*, que a publica praticamente desde a sua fundação, sendo o primeiro número de 1975-1976[5]. Sendo publicações de associações profissionais – embora abertas ao exterior –, não se limitam evidentemente a artigos de uma única corrente, mas a prevalência dos temas e autores da Archival Science mostram bem a identificação entre os dois campos. Como publicação dedicada desta corrente científica, surge, nos alvores do século XXI, em plena consolidação daquela, a revista *Archival Science*[6]. Com quatro números por ano, e recentemente, adotando o "online first", caracteri-

3 https://www.facetpublishing.co.uk/page/catalogue/

4 https://publications.archivists.org.au/index.php/asa

5 https://www.archivists.ca/archivaria

6 https://www.springer.com/journal/10502 (1º número em março de 2001)

za-se ainda pela prática de editar números especiais, onde são feitos fundamentais estados da questão sobre temas considerados os mais atuais pelos editores e comunidade de autores/ leitores. Uma simples passagem de olhos pelos títulos permite percecionar direções de percurso: dos arquivos de minorias aos arquivos e alterações climáticas, passando pelos direitos humanos, arquivos e trauma, arquivos e deficiências físicas e mentais, práticas de descolonização em arquivos, relação com outras disciplinas, currículos de ensino da Arquivísticas, etc.

Números temáticos da *Archival Science*

Tema	Referência editorial
Research Methods	Vol. 4: março-dezembro 2004, nº 3-4
Graduate Archival Education	Vol. 6: junho 2006, nº 2
Papers from the 2nd ICHORA-2 (part 1)	Vol. 6: dezembro 2006, nº 3-4
Document Academy	Vol. 8: setembro 2008, nº 3
Digital Convergence: Libraries, Archives, and Museums in the Information Age	Vol. 8: dezembro 2008, nº 4
Minority Reports: Indigenous and Community Voices in Archives. Papers from the 4th International Conference on the History of Records and Archives	Vol. 9: junho 2009, nº 1-2
The Philosophy of the Archive. Papers from the Conference held in Edinburgh	Vol. 9: dezembro 2009, nº 3
Archival Knowledge Cultures in Europe 1400-1900	Vol. 10: setembro 2010, nº 3
Archives and the Ethics of Memory Construction	Vol. 11: março 2011, nº 1-2
Archives, Records, Identities: Question of Trust	Vol. 11: novembro 2011, nº 2-4
Keeping Cultures Alive: Archives and Indigenous Human Rights	Vol. 12: junho 2012, nº 2
Genre Studies in Archives	Vol. 12: dezembro 2012, nº 4
Memory, Identity and the Archival Paradigm	Vol. 13: junho 2013, nº 2-3
Archives and Human Rights	Vol. 14: outubro 2014, nº 3-4
Digital Curation	Vol. 15: junho 2015, nº 2
Archiving Activism and Activist Archiving	Vol. 15: dezembro 2015, nº 4
Affect and the Archive, Archives and their Affects	Vol. 16: março 2016, nº 1

Tema	Referência editorial
Select Papers from the 2015 Archival Education Research Institute (AERI)	Vol. 17: março 2017, nº 1
"To go beyond": towards a decolonial archival praxis	Vol. 19: junho 2019, nº 2
Archives in a Changing Climate	Vol. 19: setembro 2019, nº 3; Part II Vol. 19, nº 4
Archival Thinking: Archaeologies and Genealogies	Vol. 21: março 2021, nº 1
Challenges and prospects of born-digital and digitized archives in the digital humanities	Vol. 22: setembro 2022, nº 2
Archives and the Digital World	Vol. 23: março 2023. nº 3-5

Passa-se agora a analisar, conforme acima referido, o tema do relacionamento entre a *Archival Science* e a Ciência da Informação. Aceitando a existência e a centralidade do fenómeno "Informação", vê como um problema a inserção na Ciência da Informação no modelo desta em que tal resulta numa perda do seu estatuto científico e em que se negue a especificidade da informação arquivística (Gilliland, 2014; Gilliland et al., 2016; Yeo, 2018). Com efeito, a *Archival Science*, mesmo com todas as suas variações internas, passou por uma capacitação científica e académica que nasceu diretamente da interrogação e posterior reformulação dos conceitos clássicos da Arquivística à luz do pensamento pós-moderno e do efeito do contexto social e tecnológico, e não da interrogação a partir de um modelo holístico de "Informação". O seu relacionamento com a *Information science* faz-se de igual para igual, com recusa de qualquer diluição ou subalternização naquela. Nos últimos anos, aliás, os *archival scientists* têm redobrado iniciativas no sentido de se demarcarem da *Information Science* – sem a recusarem ou rejeitarem como projeto científico incipiente, de resto –, que incluem consórcios educacionais em alternativa às *i-schools* (o consórcio AERI – Archival Education and Research Initiative)[7], ou a existência de múltiplas formações em que a Archivistics, os Archival studies ou a Archival science aparecem a par da Information science. Não porque esta seja tecnológica, mas simplesmente porque não se revêm num conceito de Informação decerto global e abrangente, mas que dificilmente se adequa ao objeto que aquela trabalha.

Os seus cientistas identificam-se com o estudo de um tipo específico de informação e de configuração social da mesma – a Arquivística, com a

7 http://aeri.website

sua natureza orgânica e processual, e a imprescindível incrustação dos produtores de arquivos em contextos institucionais e societais para perceber o que é produzido. Estes elementos configuram-na como ciência, que trabalha agora sob a égide da expressão «archival multiverse», de modo a incluir, também, reflexão e ação em campos de ativismo social e político que os enquadramentos académicos em geral não contemplam. Em termos formativos pode estar inserida em Departamentos de Information Science, em Departamentos de História (caso de Terry Cook, Tom Nesmith e outros, tal não impedindo a revolução que operaram) ou em combinações diversas, como é o caso de um dos mais importantes centros europeus de formação e investigação na área, a Faculty of Humanities da U. Amsterdão, onde se destaca o mestrado em «Archival and Information Studies (Media Studies)»[8]. Ao longo do tempo, a variedade e vitalidade das tradições nacionais e regionais vieram de resto fazer com que, em muitas instituições pertencentes formalmente ao consórcio das i-schools, existam formações mistas.

É também particularmente importante no mundo interdisciplinar da Archival Science a sua relação com a História, como sempre foi referido por um dos pais fundadores, Terry Cook, a cujos trabalhos na linha da historicização da profissão e dos conceitos se vieram juntar muitos outros, alargando horizontes e perspetivas, como é o caso da "história social dos arquivos" (Ketelaar) ou da *Historical archival science* (Horsman, Jeurgens), sobre as quais se falará aprofundadamente de seguida. Para uma rápida contextualização do panorama: se nas primeiras décadas da afirmação da Archival Science o relacionamento com a História foi visto como a fase final de uma necessária emancipação face a uma área de que há muito o pensamento técnico e a prática dos profissionais se tinha afastado, nunca revestiu uma recusa de relações fortes de interdisciplinaridade, desde que realizadas num contexto de igualdade de estatuto. A afirmação científica e académica da *Archival Science* veio possibilitar tal, ao transpor o palco de relacionamento de ambas as partes para o mesmo mundo universitário, ao invés da anterior "espacialização" universidade / arquivo e associações profissionais.

É certo que a aproximação foi lenta e gradual, pautada por alguns marcos decisivos. Desde logo, o Swayer Seminar de 2000/2001 na U. de Michigan, cuja publicação, em 2007, pelo arquivista Francis Blouin e o historiador William G. Rosenberg, trouxe claramente à discussão o alargamen-

8 Universidade de Amsterdão. (2023). *Archival and Information Studies (Media Studies)*. https://www.uva.nl/shared-content/programmas/en/dual-masters/archival-and-information-studies-heritage-studies/study-programme/study-programme.html

to do conceito de arquivo, falando de "instituições de memória social" a partir dos trabalhos dos arquivistas, e incorporando a reflexão sobre a memória cada vez mais participada por estes (Blouin & Rosenberg, 2007). Alguns anos depois, em 2013, os mesmos autores elaboraram uma notável "grande leitura" do processo histórico de relacionamento das duas disciplinas, em torno de um conceito central – a quem pertence a autoridade para decidir o que se guarda e como. Esta obra clarificou como a própria História mudara profundamente o relacionamento com a prova documental e ia cada vez mais rejeitando a visão positivista do arquivo, tal não sendo suficientemente conhecido pelos arquivistas (Blouin & Rosenberg, 2013).

Haverá que referir, ainda, o crescente número de estudos sobre a história da profissão e sobre os pontos de relacionamento com a História desenvolvidos por arquivistas académicos. Com efeito, se são uma manifestação central da importância da prática da História pelos Archival Scientists, ultrapassam em muito esta dimensão, pelas funções de auto-consciencialização e identificação, bem como performatividade, na criação de um campo científico pelos seus atores. Têm características intrínsecas diversas dos trabalhos de historiadores sobre o mesmo tema, não por uma menor destreza da análise histórica, mas por fatores qualitativos intrínsecos: por um lado, a definição de temas e perspetivas inerentes a um conhecimento direto dos tópicos (tema a retomar adiante, quanto à diferença dos olhares sobre o arquivo colonial, entre historiadores e arquivistas-historiadores); por outro, estas análises têm de facto vindo a construir e a reforçar a identidade de grupo, bem como a estimular o desenvolvimento teórico do campo científico. Tal como noutras ciências, a historicização do percurso realizado, dos contextos de afirmação, e das teorias / conceitos de base, é um mecanismo de reforço, de correção e de redefinição de rumos extremamente relevante.

Entre estes estudos, existe, desde logo, um conjunto de trabalhos de âmbito marcadamente monográfico, que em geral correspondem a um período anterior ao início do processo de capacitação científica da Arquivística, mas que são imprescindíveis ao conhecimento do tema. Destacam-se, aqui, as histórias das "arquivísticas nacionais" (Hildesheimer, 1997; Generelo & López, 1998; Lodolini, 2001), as biografias de personagens relevantes (Tori, 2003), o estudo de instituições e seus arquivos (Navarro Bonilla, 2004; Conde y Delgado de Molina, 2008). Um segundo grupo abarca estudos que se inserem na identificação disciplinar pós-custodial e/ou pós-moderna (Cook, 1997; Cook, 2009; Cox, 2000). Reflete, pelo elevado número daqueles, e pela diversidade de temas, a explosão de investigações individuais (muitas no formato de trabalhos de formação académica aprofundada), encontros cien-

tíficos e publicação especializada que tem acompanhado o processo acima referido [Yale, 2015; Gilliland, 2016; e as conferências I-CHORA *(International conferences on the history of records and archives*), que, entre 2003 e 2022, contam já com dez edições]:

Local e ano	Referência editorial
Toronto 2003	ed. *Archivaria*. n.º 60 (2006)
Amsterdam 2005	ed. *Archival Science*. Vol. 6 (dezembro 2006), n.º 3-4.
Boston 2007	ed. *Libraries & Culture*. Vol. 44, n.º 1 (2009).
Perth 2008	ed. *Archival Science*. Vol. 9 (junho 2009), nº 1-2.
Liverpool 2010	
Austin, Texas 2012	
Amsterdam 2015-2016	ed. Foscarini, F., MacNeil, H., Oliver, G., & Mak, B. (Eds.). (2016). *Engaging with Records and Archives: Histories and theories.* Facet Publishing.
Melbourne 2018	
Ann Arbor, Michigan 2020	
Virtual, 2022	Sob responsabilidade dos *National Archives* (Reino Unido) e do *Forum for Archives and Records Management Education and Research* (FARMER)

Este segundo grupo, se corresponde em parte ao desenvolvimento do primeiro, distingue-se dele enquanto é feito confessadamente sobre o signo da busca de identidade científica específica, como fica claro no artigo recente de uma das mais conhecidas autoras desta corrente e tema, Heather MacNeil (2020). Aqui apresenta-se o pensamento de Terry Cook em relação à centralidade do conhecimento histórico no trabalho arquivístico, não hesitando em atribuir-lhe características próprias e uma função de "mecanismo crítico" de autorreflexão. No tipo de relação que o arquivista conceptualizado pela Archival Science estabelece com a sociedade, o estudo do passado da profissão é visto como um imperativo moral, e mesmo um passo indispensável para o aprofundamento e ampliação da teoria arquivística.

> After making the case for the centrality of a distinct kind of historical knowledge in archival work, Cook moved on to argue for the importance of historical knowledge more generally as a critical tool for archival reflection on that work. If we accept that archivists play an active role in shaping societal memory through appraisal and that they

> establish the boundaries within which users understand and interpret archival records through description, then excavating the largely hidden histories of our professional and institutional practices and laying bare the values, epistemologies, and power relationships that underpin them is tantamount to a moral imperative. For Cook, it was also a critical starting point for a much-needed intellectual history of the archival profession and a foundation on which to deepen and extend archival theory. (MacNeil, 2020, p. 248)

A incursão na evolução desta Escola não ficaria completa sem abordar, ainda que brevemente, a tendência atual de solidificação do discurso interdisciplinar. O artigo de Alex H. Poole (Drexel U., Filadélfia) é a este respeito exemplar: questionando a continuidade das duas grandes metáforas do afastamento – "Foreign country", de Cook, e "Archival divide", de Blouin / Rosenberg, o autor apresenta um balanço e do relacionamento e uma vasta série de quadros de trabalho comuns, usando as metodologias do "mapeamento" dos campos de investigação e dos estudos bibliométricos, com uma exaustiva base bibliográfica (Poole, 2015). Por fim, num texto recente e publicado em Portugal, de Francis Blouin (2019), no livro *Recovered voices* (Rosa et al., 2019), o Autor retoma a análise de 2013, acima referida, para colocar um importante desafio: apesar da importância das convergências, não será de fato benéfico manter a diferença entre enquadramentos conceptuais diferentes, e apesar de tal trabalhar em conjunto? Não por acaso, algumas destas questões são diretamente tratadas pela mais recente apreciação da relação da *Archival Science* com a História a partir da obra de Terry Cook, no texto de Jennifer Douglas, "Archiving's 'Archival turn': looking back on the History / archives debate in Canada" (Douglas, 2020).

É importante complementar estes textos com leituras do mesmo processo por parte de autores europeus – as duas leituras de fundo do processo de autonomização e aproximação das disciplinas devidas a Charles Jeurgens (2005) e a Bertrand Müller (a partir da perspetiva foucaultiana das "ordens do saber") (2011); e o recente artigo de balanço "Archives et histoire: dépasser les tournants", cujos enquadramento de elaboração e publicação falam por si – da autoria de um professor da École des Chartes, Olivier Poncet (2019), surgiu na revista "bandeira" da Nova História, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, no dossiê "Archives", dirigido pelo historiador Étienne Anheim (2019), que se tem destacando por uma importante reflexão sobre a epistemologia das "fontes históricas" [tendo ambos já coordenado o anterior número especial dedicado

à relação ente arquivos e História, na também emblemática *Révue de synthèse*: "Fabrique des archives, fabrique de l'histoire" (Anheim, 2004)].

- A "Historical Information Science"

Na linha de conferir a importância ao estudo do contexto social de criação dos conceitos e teorias, que temos vindo a seguir, é indispensável abordar o tipo de identificação disciplinar da Ciência da Informação que se alicerça na pesquisa das origens e evolução do campo com recurso às Ciências sociais e humanas, particularmente à História. Referimo-nos, desde logo, aos trabalhos de historiadores da Ciência da Informação vindos das áreas da biblioteconomia e da documentação, que se focam na História da Informação, nomeadamente Alistair Black (desde logo o artigo de 1999, com R. Brunt, em que propõe a constituição de um novo campo temático, a "Information Management History") e ultimamente Toni Weller, com estudos vários, entre os quais uma perspetiva histórica alargada, em *Information History in the Modern World* (2010), que foi precedido da obra didática *Information History – An Introduction*, 2008). Depois, as obras sobre «Historical information Science», um campo que se desenvolveu a partir das primeiras relações entre a Informática e as Ciências Sociais, em especial a História. Evoluiu e amplificou-se de modo muito rápido e é hoje generalizadamente mais conhecido por "Humanidades digitais" (é ilustrativo que a primeira revista da área, que logo alcançou grande impacto, a *History and computing*, tenha passado a denominar-se *International jornal of humanities and arts computing: a journal of Digital Humanities*). A bibliografia sobre esta campo, não isento de problemas teóricos e alvo de críticas várias, mas em plena expansão, é imensa, e seria impossível abordá-la aqui, sem desvio em realço ao tema central; entre outras possibilidades, a consulta de sites das principais instituições promotoras fornece abundante informação[9].

Devem por fim referir-se, pela sua natureza emblemática, os livros de Lawrence McCrank, *Historical Information Science: An Emerging Unidiscipline* (2001) e de O. Boonstra et al. (2006), *Past, present and future of historical information science* (2006). Estes trabalhos são particularmente importantes porquanto os seus autores não são historiadores de formação, antes "information scientists" que fazem História da (sua) Ciência a partir do interior da mesma, numa linha comum à história das ciências e tecnologias.

- A arquivística histórica – propostas holandesas, proposta portuguesa

9 Entre outros, https://eadh.org/; https://dhlab.fcsh.unl.pt/; https://www.dariah.eu/ .

A abordagem teórica interdisciplinar a ser agora apresentada situa-se diretamente na confluência do campo da História com o da Archival Science e tem sido construída em simultâneo por arquivistas e historiadores. Tem três expressões principais:

- A *Historical archivistics*, definida por Charles Jeurgens, atualmente professor de *Archival Science* na *School of Humanities* da Universidade de Amsterdão (Jeurgens, 2005)[10];
- A *Social History of the archive* de Eric Ketelaar (desenvolvendo uma prévia designação Peter Horsman, *Archival history*, segundo artigo de ambos na *Encyclopedia of Archival Science*, 2014);
- A Arquivística Histórica, desenvolvida no Departamento de História da NOVA FCSH desde 2010 (Rosa, 2017a; Rosa & Nóvoa, 2018).

Todas estas correntes devem muito, evidentemente, à reconfiguração da relação entre a História e a *Archival Science* realizada no âmbito da arquivística canadiana, por nomes como Terry Cook ou Tom Nesmith, anteriormente referida em extensão. A tríplice designação holandesa recobre na verdade um mesmo campo teórico, feito por arquivistas e antes de mais para arquivistas, com o objetivo de conferir uma profundidade contextual ao registo e ao documento.

Em 2005, numa sessão do Cultural study program "Encompass: encountering a common past in Asia", na Universidade de Leiden, Charles Jeurgens formula a proposta de um campo de estudos que contribua para criar uma ponte entre a Archival Science e a Historical science:

> Seen from the purely scientific archivistic approach, archives are not historical sources. Archives are just not created with the object of serving historical research as source material. The objective of archival science is therefore not to fathom the historical reality, but to understand archive creation. The historian can of course take advantage of this; even stronger, he must take advantage of this if he wants to give meaning to the content of the documents. (...). It is precisely because archives are not created with the object of serving as historical source, that it is important to investigate methods to

10 Universidade de Amsterdão. (2023). *Prof. dr. K.J.P.F.M. (Charles) Jeurgens*. https://www.uva.nl/en/profile/j/e/k.j.p.f.m.jeurgens/k.j.p.f.m.jeurgens.html?origin=Fs%2B2rT%2FUQee%2B%2F7H0qeKOXQ

> enable the research value of the archive material to be determined. (Jeurgens, 2005, p. 10)

Num segundo momento do texto, e em trabalhos posteriores (como *The bumpy road to transparency: access and secrecy in 19th-century records in the Dutch East Indies*, de 2016, ou *The insatiable archive: Regime change and information control in the Dutch Colonial Empire, c. 1795-1825*, de 2019), Jeurgens trabalha a aplicação da Historical archivistics à produção de informação e arquivos num contexto histórico específico, o colonial holandês na Ásia, e a propósito de uma operação arquivística clássica, a classificação e suas categorias – em ordem a demonstrar como a representação arquivística molda a informação que o historiador encontra nos arquivos, mas aquela representação nasce e tem função social num contexto que o historiador ajuda a reconstituir e a compreender.

No percurso intelectual de Eric Ketelaar, foi o conceito de "arquivalização" que começou por designar a área de estudo do contexto histórico e cultural da formação de arquivos. A formulação de "História social do arquivo", de algum modo sucedâneo daquele, surge alguns anos depois, sob influência dos historiadores dos arquivos. Neste segundo momento, Ketelaar começou por formular o conceito a partir da história da sociedade holandesa da Época moderna, que caracteriza na sua natureza e na sua forma de governança, marcada pelo debate visando alcançar formulações consensuais – e tendo particular cuidado no registo das ações e decisões. Sob este pano de fundo, escreve, nascia o objeto de estudo da social history of archives – modos de formação de registos e de arquivos.

> Basic types of records "that may be called constants in record creation" were, according to Posner, "(...) records facilitating control over persons; records with regard to real property; financial and other accounting records"; "notarial" records safeguarding private business transactions; the laws of the land; records created and retained as evidence of past past administrative action. These can be translated in broad categories of archiving respectively people, property, places, trade, litigation, monies, and governance, each category having its own practices of record formation and archiving. Each of these practices was executed by different agents (creators, users, archivists, and record subjects) interacting with institutions and technologies. (Horsman & Ketelaar, 2014, pp. 52-53)

A elaboração do modelo conceptual de investigação em Archival history foi aprofundada por Peter Horsmann no seu doutoramento sobre os arquivos de Dordrecht (resumo inglês, 2009) e apresentado pelo mesmo e Eric Ketelaar em 2014, na *Encyclopedia of Archival Science*. O último passo neste percurso de definição de área de estudo foi dado através de uma aplicação prática à sociedade holandesa da Época moderna, evidentemente aberta a aplicações mais vastas, na última grande obra de Ketelaar, *Archiving people. A social history of Dutch archives* (2019), totalmente disponível online[11].

O estudo deste tema deve ser completado pela análise da proposta portuguesa, elaborada por Maria de Lurdes Rosa e aplicada em diferentes estudos históricos pela mesma e sua equipa. (Rosa, 2017; Nóvoa & Rosa, 2018). O "Percurso de investigação" proposto por aquela autora (2017, pp. 572-580), numa síntese de textos anteriores, e sob o influxo, ainda, de diversas de aplicações práticas em trabalhos académicos e extra-académicos, pela mesma e pela sua equipa de investigação, tem em vista a "reconstrução da produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna". Pretendeu situar-se na confluência das noções de informação conceptualizadas no seio da Ciência da Informação, da visão da Archival science quanto aos processos de "arquivação", e de uma contextualização historiográfica problematizante. O campo científico é assim definido:

> Chamámos "Arquivística histórica" à perspetiva que visa reunir estas duas vertentes: estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua "documentalização", as múltiplas faces que os "arquivos" podiam ter (usando por exemplo o conceito de "práticas arquivísticas"); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas. (Rosa, 2017, pp. 550-551)

11 Ketelaar, E. (2023). *Archivistics*. https://archivistics.home.blog/2019/12/14/new-e-book/

A elaboração desta proposta, como referido, assentou e assenta num constante vaivém entre teoria e prática. Para o seu conhecimento é assim importante a consulta dos trabalhos do Grupo de Arquivística histórica, no que toca a projetos de investigação, teses de doutoramento e mestrado, publicações, através do recurso aos sites por ele mantidos:

ARQFAM. Arquivos de família, arquivos de comunidade(s). Arquivística, História, herança cultural (desde janeiro de 2015)[12].

ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA. Base de dados dos trabalhos arquivísticos desenvolvidos em âmbito de teses de doutoramentos em História, especialidade de Arquivística Histórica (desde janeiro de 2014)[13].

INVENT.ARQ – Family archives inventories, 15th-19th centuries: from management and proof to lost memories. Rethinking the premodern archive (Projeto FCT – EXPL/EPH-HIS/0178/2013) (2014-2015)[14].

VINCULUM. Entailing perpetuity. Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)[15]. A mais recente e abrangente investigação, na qual a componente de Arquivística Histórica tem lugar central. Num projeto que tem o objetivo estudar a fundo a relação entre práticas sociais e práticas de arquivo no âmbito nas "sociedades vinculares" da Europa do Sul, a partir do caso de estudo português, pretende-se propor modelos arquivísticos e informacionais de reconstituição e análise de informação histórica.

Uma referência extensão aos trabalhos arquivísticos do projeto VINCULUM seria impossível, tanto mais que se encontra ainda em curso. Referir-se-á apenas, por relevante no contexto deste artigo, a forma como foi conceptualizada e construída a base de dados, produto central do projeto. Recusando-se a construção de mais uma base de dados histórica, como resposta a inquéritos específicos daquela disciplina, criou-se uma base de dados arquivística, usando um software dedicado, baseado nas normas do CIA [ISAD (G), ISAAAR (CPF), ISDIAH]. A ideia central é que a heurística do fenómeno vincular deve ser reconfigurada através da reconstrução do sistema de informação criado e mantido por este fenómeno histórico, ao invés de seguir o método tradicional dos historiadores, isto é, trabalhar nos arquivos históricos para recolher dados históricos. Defendendo a convergência de novas fontes de

12 http://fcsh.unl.pt/arqfam

13 http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt

14 http://www.inventarq.fcsh.unl.pt

15 https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/; https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/; https://www.vinculum-database.fcsh.unl.pt/

epistemologia que abarcam a consideração científica do material dos historiadores, as propostas da ciência arquivística e a nova história dos arquivos e da informação, o projeto confere uma importância considerável à reconstrução da paisagem coeva da produção, documentação, utilização, conservação e transmissão da informação. Os documentos existentes são considerados juntamente com os que faltam, para formar um quadro global, e cada informação é ligada ao seu produtor, dando-lhe todo o seu significado. Os polos coexistentes de produção de informação – os próprios vínculos e, em relação a eles, as instituições da Coroa, as instituições eclesiásticas, os municípios – são configurados como produtores de informação diretos ou correlacionados. O vínculo, por fim, é constituído como produtor de informações oficial e legalmente aceites, uma vez que a produção e a gestão de documentos estão vinculadas ao estatuto da fundação. Uma consideração alargada do *ius archivi* subjaz a toda esta operação, uma vez que a legalidade interna dos arquivos dos vínculos não poderia ser reconhecida de outra forma[16].

- Literacia informacional / comportamento de pesquisa informacional do historiador, e educação em fontes primárias

Para terminar esta incursão nas principais áreas de reconfiguração da interdisciplinaridade, é imprescindível apresentar os estudos relativos ao que chamaríamos uma nova pedagogia do arquivo. Nas suas duas vertentes – o estudo da forma como o historiador se relaciona com o arquivo e o ensino sobre o acesso à informação arquivística, por parte dos arquivistas –, este é um campo de trabalho de enorme importância quer para o historiador experiente, quer para o que se encontre em início de formação. É, porém, forçoso constatar que ambas as áreas são muito pouco conhecidas da comunidade académica historiográfica portuguesa, apesar da crescente difusão noutros países, em especial nos países anglófonos.

Sendo necessário selecionar uma imensa e constantemente aumentada produção de estudos, opta-se aqui por apresentá-los tipologicamente, de forma a ilustrar a polivalência deste trabalho fundamental. Refiram-se, em primeiro lugar, as investigações sobre o comportamento de pesquisa informacional dos historiadores em arquivos, cujos resultados são de molde a surpreender o mais acérrimo defensor do positivismo documental – referimo-nos aos estudos de uma das maiores especialistas no tema, Wendy Duff, da U. de Toronto (e colegas) (2002, 2004a, 2004b, 2008), bem como à

16 https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/

proposta de modelização de Hea Lim Rhee, do Korea Institute of Science and Technology Information (Rhee, 2012). Uma outra direção deste campo de estudos é a elaboração de textos educativos sobre métodos de pesquisa e compreensão dos instrumentos de acesso (Robyns, 2001; McCoy, 2010), bem como "guidelines" elaboradas para ensinar o uso de "fontes primárias", género de que são exemplares as da Association of college and research libraries, da Society of American Archivists. A forma de transmitir informação é de algum modo quase inversa à seguida pelos docentes de metodologias da História, dado que partem dos materiais arquivísticos e os explicam na sua integralidade, como objeto de estudo, ao invés de explicar percursos de acesso aos mesmos para colheita de dados históricos. Não menos interessante é o inquérito de fundo, inserido num projeto financiado pelo *National Endowment for the Humanities* (EUA), e realizado entre 2011 e 2012, focando as mutações nas práticas de pesquisa dos historiadores e preconizando soluções para uma muito mais eficaz literacia da informação a utilizar (em arquivos, bibliotecas, e plataformas digitais) (Rutner et al., 2012). Por fim, são desafiantes os estudos que exploram a perceção e uso pelos historiadores de instrumentos de acesso mais complexos, como as ontologias para arquivos históricos (Torou et al., 2006; Katifori et al., 2008): uma vez mais, uma leitura da maior utilidade para os docentes que iniciam os estudantes nos caminhos da pesquisa histórica, sem prestaram a devida atenção ao poder das mediações.

1.2. Conceitos e áreas comuns de reflexão e trabalho

- A reconceptualização da "fonte" na nova epistemologia das fontes históricas

Um avanço historiográfico muito relevante para o tema em revisão é o dos pressupostos teóricos da nova epistemologia das fontes históricas, que promove uma profunda reconsideração desse objeto central do trabalho historiográfico, em torno do qual se desenvolveram, no século XIX, tanto a legitimidade disciplinar como um conjunto de técnicas de análise a que se deu então o nome de "ciências auxiliares". É possível afirmar que, desde finais do séc. XX, o trabalho feito na reconceptualização da "fonte" tem profundas repercussões na relação com o arquivo e o documento.

Como é sabido, o processo histórico que deu origem à conceção oitocentista do trabalho do historiador e do trabalho do arquivista assentou

sobre a importância das 'fontes primárias" e do seu tratamento técnico. A História Oitocentista estabeleceu com o arquivo e a Arquivística uma relação que se diria laboratorial, encontrando de resto também aqui uma legitimidade científica, de algum modo similar ao grande paradigma da cientificidade oriundo das ciências experimentais. O arquivo era o local onde o historiador académico ia buscar os seus materiais, devidamente tratados por um conjunto de profissionais que dominavam um conjunto de saberes imprescindível à disponibilização das "fontes", fosse ao nível da inventariação, fosse da edição. A gradual inserção da História nas instituições académicas e a sua assunção em discurso legitimador e identitário por excelência das nações europeias, ao longo do século XX, reforçou o monopólio da interpretação e análise na sua esfera, remetendo os arquivos e as "fontes" para um local não interpretativo (Jeurgens, 2005; Cook, 1997, 2009; Delmas et al., 2004; Cotta & Tolu, 2006).

Numa rapidíssima caracterização dos principais desenvolvimentos subsequentes, destacam-se, como momentos-chave, na segunda metade do século XX, a proposta de reconceptualização do documento por Jacques Le Goff em "Documento / Monumento" (1984), o interesse pelo escrito e seus usos como objeto de estudo, e as possibilidades abertas pela informática tanto a tratamentos seriais de múltiplos tipos documentais, quanto à edição de fontes, passando pela disponibilização dos acervos em linha.

Esta evolução conduziu, nas últimas três décadas, à existência de um conjunto de desenvolvimentos na historiografia que constituem a área em estudo, sobretudo em universidades francesas e alemãs, em quatro direções principais:

– a reconceptualização global em curso dos materiais do historiador, a partir do questionamento da noção de "fonte", analisada como metáfora e não com conceito científico, tanto na linha da "história dos conceitos" de R. Koseleck como do exame crítico sistemático do uso de metáforas no conhecimento científico, em particular na História (Morsel, 2004; Kuchenbuch, 2003);
- a reclamação de atenção historiográfica para a necessidade de criar uma verdadeira "epistemologia das fontes", trazendo para o círculo do pensamento científico historiográfico os materiais de trabalho, colocados fora dele em função da uma analogia de matriz oitocentista com a "natureza" (Anheim & Gattinara 2007; Anheim, 2012): As "fontes" são definidas como "ponto de chegada" e não como ponto de partida. Tal quer dizer que é indispensável ter em conta

o caráter socialmente construído dos materiais do historiador, desde a sua produção à conservação em arquivos; logo, a arquivagem e a transmissão documental são atos sociais que é necessário estudar em si, antes de qualquer exploração dos conteúdos. As "fontes" devem ainda ser vistas como sistema datado de apropriação do passado, a historicizar (Morsel, 2008);

- a investigação sobre tipologias documentais, seja globalmente (elaboração de tesaurus, projeto TEMAS (*Thesaurus of Early Modern Archival Sources*)[17] (Put, 2007), e a recente dicionário de fontes editado pela École Nationale des Chartes (Duval, 2021) seja focadamente (registos, cartulários, listas, correspondência, etc) (Chastang, 2006; Angotti et al., 2020; Anheim et al., 2020; Andrieu et al., 2023; Giorgi & Occhi, 2018);
- a exigência de uma exposição clara, fazendo parte integrante do trabalho de investigação, dos procedimentos de construção desta, incluindo a formação da base documental e dos meios de acesso a esta (Anheim, 2012).

- Percursos conceptuais e áreas comuns de trabalho

Conceitos: informação, natureza da informação arquivística; contexto; autoridade disciplinar

Veja-se, agora, a forma como diferentes conceitos da área de Ciência da Informação podem ser utilizados para a colaboração interdisciplinar com a História. Não sendo evidentemente possível analisar todos os conceitos, foram selecionados os que têm maior potencial para o trabalho comum.

Desde logo, o conceito de *informação*. Enquanto em Ciência da Informação e em Ciência Arquivística é um conceito chave e amplamente discutido, consistindo no coração do trabalho científico a elaborar, na área da História ele tem sido empregue, até muito recentemente, na aceção estreita de informação de natureza política e diplomática, em geral sigilosa (Vivo, 2016; Navarro Bonilla, 2007). Nas últimas duas décadas, verificou-se um alargamento ao saber técnico, e ao "conhecimento", em especial na historiografia alemã e inglesa (a partir em especial da obra seminal de Peter Burke (Burke, 2000-2012). Esta última linha tem evoluído para uma exploração direta do

17 http://www.arch.be/index.php?l=fr&m=nos-projets&r=projets-de-recherche&pr=projet--temas-thesaurus-des-sources-d-archives-modernes

"saber arquivístico", numa perspetiva de história social e cultural, já com relevantes obras publicadas (Head, 2019; Corens et al., 2018; Friedrich, 2018). A publicação, em 2021, da enciclopédia *Information: a historical companion*, marca sem qualquer dúvida uma direção definitiva de aproximamento (Blair et al., 2021).

Devem assim reforçar-se todos os caminhos que permitam conhecer e discutir o conceito de Informação da Ciência da Informação naquilo que ele permite questionar o conceito de "fonte". Tal será extremamente útil aos historiadores, permitindo-lhe ultrapassar o carácter demasiado reificado da sua relação com os traços do passado. Diferentes áreas de trabalho de Ciência da Informação / arquivistas são particularmente úteis como pistas possíveis de aproximação. Refiram-se, em primeiro lugar os estudos sobre a forma como a arquivística organiza a informação e o conhecimento (Guercio, 2014; Lauvernier, 2012; Besson, 1980). Depois, são do maior interesse as aplicações diretas do conceito a casos históricos, avultando aqui o exame do "contador holandês" como "centro de informação", por E. Ketelaar (2018), ou a abordagem aos tratados de organização do saber bibliográfico medievais e modernos, por Giulia Crippa, na sua relação com a mediação do conhecimento (Crippa, 2014; 2015; Araujo & Crippa, 2016). Por seu lado, a história da informação praticada pelos "information scientists" da área tecnológica e informacional (Weller, 2008; 2010; Nijenhuis et al., 2020); o projeto "The long view of systems of information", dirigido por Alistair Black na U. de Illinois ("The past is replete with the rise, fall, and transformation of systems of information, which are not to be confused with the narrower computer-mediated world of information systems"[18]). Por fim, mas com enorme potencial renovador, do ponto de vista teórico, na vertente de "conhecimento" da informação, as abordagens à história da organização do conhecimento por parte do consórcio ISKO (Hjørland, 2016).

A segunda área conceptual especialmente importante e promissora na consolidação do trabalho interdisciplinar com os historiadores é a da explicação da *natureza da informação arquivística*, na definição disseminada de informação orgânica e *process bound*, que implica o conhecimento das relações contextuais, dos processos de custódia, do valor evidencial (MacNeil & Eastwood, 2017; Thomassen, 2001; Yeo, 2018) – todas as características não já, evidentemente, num fixismo técnico, mas na sua reelaboração pós-moderna e pós-archival turn (Ketelaar, 2016). Embora possa parecer estranho, é necessário e fundamental transmitir estas noções aos utilizadores de

18 https://ischool.illinois.edu/research/projects/long-view-systems-information

arquivos não arquivistas, tal como as formas normalizadas usadas para descrever e representar a informação (desde logo, as normas ISAD-G, ISAAR-CPF e ISDIAH, bem como as suas reconversões em curso, nomeadamente o RIC – "Records in context", que se afigura como especialmente promissor[19]). A iliteracia arquivística dos historiadores, há muito referida por Elio Lodolini (Lodolini, 1989) continua disseminada e constitui um possível campo de formação por parte dos cientistas da Informação, idealmente adquirindo consistência através dos métodos do estudo de comportamento informacional, acima referidos (procedimentos de organização, as normas de descrição, os instrumentos de acesso, etc.). A informatização dos catálogos, paradoxalmente, traz uma urgência acrescida a estas formações, dado que a instantaneidade da pesquisa por palavras pode contribuir para aumentar exponencialmente a atomização da informação, bem como a eliminação de mediações, incrementando a sensação de facilidade e naturalidade daquela.

O terceiro conceito em apreço é "*contexto*" – tanto pela importância intrínseca, como pela urgência em deslindar os equívocos gerados pela partilha de um mesmo vocábulo entre as áreas disciplinares. Com efeito, contexto histórico e contexto arquivístico são noções distintas. Da parte dos historiadores, há um acentuado desconhecimento da natureza orgânica da informação arquivística; os instrumentos de descrição preferidos são os catálogos, em especial cronológicos e/ou temáticos, sem que haja uma perceção clara de possíveis atomização e reorganização da informação, em função de lógicas não arquivísticas. Da parte dos arquivistas, verificam-se duas situações quanto ao contexto histórico. Por um lado, ele é percecionado como uma narrativa de fundo normalizada, investigada, em geral, nas instâncias políticas e cronológicas do saber histórico, obliterando-se tanto a sua natureza situada, como visões historiográficas mais complexas, nomeadamente as que insistem na alteridade societal como fator influenciador da natureza das instituições produtoras de informação e de arquivos, ou na relação dos sujeitos com os documentos / arquivos, na escrituralidade como um processo lento e não linear. Por outro, estando a apresentação do contexto histórico condicionado, pela normativa arquivística atual, sobretudo ao campo do "âmbito e conteúdo", tem de ser em geral sucinta e generalista, baseando-se em obras de síntese, nem sempre atualizadas. Sendo evidente que não se pode desenvolver uma investigação aprofundada para cada descrição, a colaboração com os historiadores revela-se essencial.

[19] Podem seguir-se os desenvolvimentos oficiais na página deste grupo no ICA: https://www.ica.org/en/about-egad

É aqui oportuno convocar dois textos inspiradores da renovação da relação História / Arquivística, separados por quinze anos, mas reportando-se a um contínuo de reflexão: o artigo de Tom Nesmith sobre "novas contextualidades" (Nesmith, 2005) e a recente revisitação do tema por Heather MacNeil e por Randall C. Jimerson, a partir da análise do trabalho de Terry Cook.

> The keynote – an early version of "The Archive Is a Foreign Country" – was an impassioned call for archivists to embrace the centrality of historical knowledge in archival work, both as the connective tissue underpinning the processes and practices associated with identifying, preserving, and making available for use records of enduring value, and as a conceptual lens for critical reflection on them. Through the work of appraising, arranging, and describing the records of a given creator, archivists are inevitably and necessarily engaged in situating those records within and across a range of contexts – provenancial, sociocultural, and technological – for the purpose of laying bare (to the extent possible) the complex of relationships, interests, and values that have impinged on and shaped them as they traveled within and across time. Through this work of contextualization, Cook argued, archivists in effect "created new archival knowledge through history – not history as historians do from the record's content, but history as archivists do, of the record's context. (MacNeil, 2020, p. 248)

> As Cook points out, historians and archivists approach records with different questions and concerns. Historians and other researchers "create new knowledge" from the record's content, whereas archivists contribute to knowledge production through understanding the record's context. Content is critical in understanding what historical records can tell us, but without deep knowledge of the context in which records have been created, preserved, organized, and prepared for research use, one only glimpses part of the rich story embedded in them. Unless historians understand records as records, Cook suggests, they cannot fully grasp the meaning of their sources. Even postmodernist historians, reading the archival record both "with the grain" and "against the grain," often miss this deeper contextuality. (Jimerson, 2020, p. 401)

O último conceito a trabalhar é o de *autoridade disciplinar*. É indispensável que os profissionais da Ciência da Informação-Arquivística, especialmente em Portugal, saibam transmitir os fundamentos daquela de forma

didática e aberta. Tal como noutras ciências sociais, o século XX foi um tempo de total reconfiguração dos saberes, em si e nas suas relações, que culminou na crítica pós-moderna que, se radical em algumas configurações, veio contribuir generalizadamente para uma importante interrogação disciplinar. Foram em especial questionadas componentes de objetividade, imparcialidade e tecnicidade do trabalho arquivístico, num processo que conduziu à redefinição de conceitos e contribui fortemente para a assunção clara e sem recuo da natureza científica da Arquivística e para a importância de um lugar académico para a mesma. A "autoridade" arquivística mudou – não se deteriorou, antes reforçou, a partir da autoexigência de exposição de certezas e fragilidades. E será aqui relevantíssimo relembrar que a História e as restantes ciências sociais passaram por um mesmo processo, embora iniciado décadas antes. Também a autoridade "tradicional" do historiador se modificou, desaparecendo a legitimidade disciplinar construída no século XIX, alargando-se enormemente o objeto de estudo, as metodologias e as teorias – sendo que, de resto, a disciplina esteve sob ataque de diferentes outras Ciências Sociais pela fragilidade que ostentava naqueles parâmetros, em resultado de uma legitimidade disciplinar fortemente metodológica e empirista. O facto destes dois processos paralelos terem sido quase desconhecidos um do outro poderá ter impedido um efeito benéfico das renovações disciplinares. É a tese da obra, fundamental e fundadora, "*Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives*" (Blouin & Rosenberg, 2013). A reavaliação do tema, feita em 2020 por Randal Jimerson, a partir dos escritos de Terry Cook, aponta para um interessante campo de trabalho comum: "promoting the archives as "a value-free site of document collection and historical inquiry, rather than a site for negotiating power, memory, and identity." (Jimerson, 2020, p. 524).

Áreas comuns de trabalho: diplomática arquivística e identificação documental; história custodial; avaliação documental

Destaquemos agora alguns campos de trabalho com grande relevância quanto aos aportes renovadores que a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística podem trazer à História. O primeiro campo é da diplomática arquivística e a modalidade da mesma intitulada identificação documental. Quanto à primeira, mencionem-se os trabalhos de Luciana Duranti e seus discípulos (Duranti, 1998; Consórcio InterPares[20]), entre os quais avulta, na

20 https:// interparestrust.org

área lusófona, Heloísa Belloto (Belloto, 2014; Tognoli, 2010; 2017) – lamentavelmente pouco conhecidos pelos historiadores, o que é muito prejudicial, hoje mais do que nunca. Dada a proliferação de edições digitais e de bases de dados digitais na área da História, esta ganharia de forma notável com o conhecimento dos mesmos e a colaboração ativa dos especialistas. Por seu lado, a metodologia da identificação documental e o concomitante desenvolvimento de estudos sobre tipologias tem o maior interesse para os historiadores, dado o lamentável declínio da diplomática clássica na formação destes, bem como uma tendência de ofício para subordinar a forma ao conteúdo e para não ter em conta o meio que transmite a mensagem. São exemplificativos de abordagens de qualidade os recentes trabalhos brasileiros de Aparecida Gabrieli Fonseca e Sonia Troitiño Rodriguez (2017), Ana Célia Rodrigues (2011), D. Ardaillon (apres., 2015), bem como o já mencionado projeto do arquivista belga Eddy Put, *TEMAS,* que, não por acaso, já conheceu difusão no Brasil – ainda que dizendo respeito a tipologias arquivísticas europeias da Época Moderna, emprega uma metodologia muito semelhante à identificação documental e tem expressão digital[21]. Já do ponto de vista dos desenvolvimentos na área historiográfica, deve ainda ser feita uma chamada de atenção para um campo muito dinâmico na historiografia medieval e moderna, o dos estudos históricos e diplomáticos aprofundados sobre tipologia documentais em contexto: cartulários, documentos régios, listas, inventários de arquivos, coleções de correspondência (pp. 239-241).

Em segundo lugar, é imprescindível neste tema destacar a importância da história custodial para o incremento de trabalho colaborativo. Sendo trabalhosa para os arquivistas, e em geral negligenciada pelos historiadores utilizadores de arquivos, ela é, no entanto, totalmente relevante para o trabalho de ambos e particularmente propício a colaborações. Há já vários exemplos de boas histórias custodiais realizadas por arquivistas. Entre outros, o trabalho de Antonietta Quarta, sobre as consequências da constituição de um arquivo de Estado na unificação de Itália, no século XIX, se repercutiu no arquivo milenar de Florença (entidade comunal) (Quarta, 2015); o estudo de Christine Nougaret, sobre o "cartório de Thoaurs", um dos mais importantes arquivos de família de França entrado no Arquivo Nacional na sequência da Revolução Francesa (Nougaret, 2010); na área lusófona, a tese de Marcelo Martins, sobre a custódia dos arquivos da capitania de S. Paulo (Martins, 2018), Em termos teórico-metodológicos, referiríamos a proposta

21 http://www.arch.be/index.php?l=fr&m=nos-projets&r=projets-de-recherche&pr=projet--temas-thesaurus-des-sources-d-archives-modernes

de Geoffrey Yeo, que interroga os conceitos de fundo e proveniência, bem como a distinção "produção" (orgânica) e "coleção", a partir da realização da história custodial de um arquivo pessoal do século XVII (Yeo, 2009).

É igualmente imprescindível chamar a atenção para a questão da avaliação documental, tópico central em ambos os campos científicos, embora por razões opostas: enquanto os arquivistas avaliam (e eliminam) para assegurar a continuidade dos arquivos, os historiadores consideram que a continuidade da historiografia depende de tudo conservar. A disparidade de posições torna o tema particularmente interessante, devendo substituir-se à guerra de ideias feitas uma visão problematizante, que parta da centralidade da avaliação na transição de paradigmas na Arquivística, tal como a definiu Terry Cook, e evolua para a forma como tem vindo a ser conceptualizada como "processo societal-arquivístico" (Nesmith, 2011), na sua relação com a memória e não já só a História (acompanhando o enorme desenvolvimento do tema da "memória", em todas as Ciências Sociais, incluindo a Arquivística, a ponto de constituir uma das bases para uma proposta de novo modelo de arquivo – o de instituição de memória social (Ketelaar, 2012; Brothman, 2001). É fundamental aludir ao problema causado pelo crescimento imparável dos registos e arquivos digitais (Yeo, 2019), demasiadas vezes encarado pelos historiadores como a solução ideal para a necessidade de "tudo guardar". Afinal, o texto de Michel Melot, "os arquivos considerados como uma substância alucinogénia", irónico, acutilante e certeiro nos seus diagnósticos, data já de 1986 (Melot, 2023, introd. Poncet, 2023).

2. No cruzamento de ciências sociais e humanas, um objeto de estudo interdisciplinar: o arquivo

"O Arquivo" pode ser considerado um dos mais fortes exemplos de objeto de estudo enriquecido conceptual e metodologicamente pela aplicação de perspetivas interdisciplinares. A partir dos anos 80 do século XX, em boa parte no contexto do pensamento pós-moderno, tem sido objeto de apropriações e reconfigurações múltiplas, por parte de praticamente todas as Ciências Sociais e Humanas – num processo por vezes sem confluência com o repensar do mesmo pelos seus profissionais e académicos próprios. O mais coeso e significativo conjunto de estudos é oriundo um campo relativamente heterogéneo, que inclui historiadores, "archival scientists" e historiadores antropólogos, e que contextualiza historicamente os arquivos e os interroga a partir da história do conhecimento, do poder, da informação

de Estado, da literacia em gestão pelo escrito, dos diferentes grupos sociais. Num segundo grupo, englobaríamos visões e revisões do arquivo oriundas de outras tradições disciplinares – Foucault, Derrida e sucessores; sociologia, estudos culturais, estudos patrimoniais; estudos artísticos. Não existe uma fronteira estanque entre os dois grupos, sendo conhecida a fundamental importância do pensamento dos dois primeiros autores, nomeadamente, em várias correntes historiográficas que (também) se interessam pelo arquivo.

2.1. A história social do arquivo; história social da informação; a antropologia histórica do arquivo

Sem menorizar o problemático alheamento de muitos historiadores em relação ao arquivo e à informação como objeto de estudo, é imperativo dizer que algumas correntes historiográficas desenvolveram, nas últimas décadas, uma reflexão complexa sobre a relação com o arquivo, recusando o simplismo utilitarista tradicional. Estes estudos salientam a historicidade dos processos de produção, conservação e disponibilização dos materiais, o que proporciona ao cientista da informação / arquivista uma espessura temporal do seu objeto de estudo e das múltiplas soluções de apropriação social e disciplinar do mesmo. Em função da respetiva importância, foram considerados três tópicos específicos quanto à atenção ao arquivo e à informação enquanto objetos de estudo, e não já como meros repositórios de informação. Em primeiro lugar, a "História social do arquivo"; depois, o campo emergente da "história social da informação"; por fim, as propostas de aplicação das perspetivas da "história antropológica" à história dos arquivos pré-modernos e / ou não ocidentais.

A história social do arquivo, tal como definida por E. Ketelaar em "Archival turn and returns" (2016), tem como objeto de estudo as práticas sociais que influenciam a criação de documentos e de arquivos, bem como, em sentido inverso, a forma como estas duas áreas influenciam a sociedade. Para o historiador, ela possibilita a compreensão do meio conceptual e cultural de criação, estruturação, processamento, avaliação, eliminação e conservação das fontes, uma área de estudo ignorada por demasiado tempo. O primeiro marco de apresentação académica de investigações, na altura pioneiras, foi a publicação na revista *Archival Science*, em 2007, dos trabalhos do seminário organizado no ano anterior, em Harvad, pelas historiadoras Ann Blair e Jennifer Milligan – não por acaso especialistas na história da organização do conhecimento –, que reuniu arquivistas e historiadores, e se constitui como uma reunião de

balanço do campo da "Social History of Archives". Nos anos subsequentes, deu-se uma verdadeira explosão de trabalhos neste âmbito, expressa em revistas, livros e projetos de investigação. Pouco mais de dez anos depois, a definição, balanço historiográfico e programa de trabalhos apresentados numa das mais recentes obras coletivas sobre o tema, o livro *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* (Corens et al., 2016).

Foram sendo entretantos publicadas diversos trabalhos de fôlego sobre o tema, entre os quais se destacam *The birth of the archive*, de Markus Friedrich (2018), cujo subtítulo explicita a perspetiva de onde escreve – "A history of knowledge"; *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400-1700*, de Randolph Head (2019), sob a égide da problemática da relação entre informação, arquivo, e constituição do Estado moderno; por último, o já referido *Archiving people. A social History of Dutch archives*, de Eric Ketelaar (2020), talvez a obra (e o autor) que mais se situa na charneira da Ciência da Informação, da Archival Science e da História. Em termos de grandes investigações recentemente concluídas ou em curso, devem mencionar-se *AR.C.H.I.ves – A comparative history of archives in late medieval and early modern Italy* (coordenado por Filipo De Vivo, 2012-2016)[22]; *Open Jerusalem – Opening Jerusalem Archives for a Connected History of 'Citadinité' in the Holy City (1840–1940)* (coordenado por Vincent Lemire, 2014-2019)[23]; o grande "cluster of excellence" centrado na Universidade de Hamburgo, *Understanding Written Artefacts. Material, Interaction and Transmission in Manuscript Cultures* (2019-2026)[24]; e o ambicioso e inovador *Archival city*, coordenado por Vicent Lemire, em que um consórcio de instituições internacionais:

> aims to propose new ways of accessing, viewing and using the city archives. Therefore, it is slated to become a key resource for better understanding and exploiting urban archives, and also to imagine, debate and plan the city of the future by incorporating robust data from the past. (Archival City – Bridging Urban Past and Future. *The Project*. https://archivalcity.hypotheses.org/)

Um segundo grupo de estudos, maioritariamente franceses, belgas e italianos, sobre a história social da escrita, debruça-se sobre a implantação

22 https://cordis.europa.eu/project/id/284338

23 http://www.openjerusalem.org/project

24 https://www.written-artefacts.uni-hamburg.de

dos sistemas de escrita em relação à oralidade, bem como sobre os usos políticos, culturais e sociais da escrita, com particular destaque para a escrita pragmática («écritures ordinaires / écritures grises» – Bertrand, 2015; Fossier et al., 2019), a gestão administrativa pelo escrito (Morelle, 2009), as formas de organização do saber escrito (literacy / scripturalité; tournant documentaire – Morsel, 2000; Les Annales, 2020) e a história documentária das instituições (Maire-Vigueur, 1995; Cammarossano, 1991; Lazzarini, 2008) Na área espanhola, a bibliografia é crescente e de grande qualidade; entre os muitos possíveis, destacam-se os estudos de Margarita Gómez sobre o Arquivo geral das Índias (2003), a análise minuciosa de P. L. Lorenzo Cadarso ao "documento régio na época dos Áustrias" (2001), sem esquecer os estudos de António Castillo Gómez (2016; 2020), Fernando Bouza, e outros, na área da história da cultura escrita e das práticas de escrita (2004).

O campo emergente da "História da informação" congrega um número bastante mais reduzido de obras, mas credita claramente a constituição da informação em objeto de estudo dos historiadores, configurando-se como um resultado direto e muito positivo da afirmação da Ciência da Informação e, no mundo anglo-saxónico, do *archival turn*. A sua historiografia tem-se debruçado especialmente sobre dois tipos de "objectivização" da informação – a informação política e diplomática [entre outros, Vivo, 2013; Petitjean, 2013], e o conhecimento [entre outros, Burke, 2000; 2012]. A evolução para uma conceptualização mais ampla e abstrata tem sido paulatina, mas ganhou força na área anglo-saxónica na última década. Prova de tal são o capítulo "Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff", do livro *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (Brendecke et al., 2008), em que se propõe uma interrogação histórica da informação, vista como objeto prévio ao "conhecimento", objeto da investigação do grupo até então; e a obra coletiva *Archives and Information in the Early Modern World* (Corens et al., 2018). Vários dos problemas tratados nestas obras, e um largo número de outros, são sintetizados na já referida enciclopédia *Information. A historical companion* (Blair, 2021).

Esta necessariamente breve evocação bibliográfica não ficaria completa sem a referência a um pequeno campo de investigação, ainda emergente, mas com propostas de grande força interpretativa, na confluência da História e da Antropologia, que se debruça sobre a produção de informação social escrita e oral, na sua complementaridade, e sobre a constituição de arquivos, tomados numa aceção ampla e não eurocêntrica / anacrónica: a antropologia histórica dos arquivos. Ela investiga aqueles fenómenos, por

um lado, em contextos ocidentais pré-modernos, isto é, anteriores à formação do mundo contemporâneo; por outro, em contextos não ocidentais, em que as noções de informação, documento, arquivo, evidência, adquirem matizes muito diversos, e nos quais a aplicação dos conceitos ocidentais pode literalmente "fazer desaparecer" práticas afins. Pode considerar que este campo teve origem em escritos de dois medievalistas: Michael Clanchy – com o livro *From memory to Written record* (Clanchy, 1993), dedicado ao processo de passagem da memória (oral, simbólica, imagética) à escrita, na Inglaterra dos sécs. XII e XIII, e que foi o trabalho verdadeiramente fundador do campo de investigação sobre a escrituralidade já referido noutras partes do texto; mais especificamente sobre arquivos, o seu estudo sobre arquivos e memória na Alta Idade Média, que foi mesmo publicado na revista *Archivaria* (Clanchy, 1980-1981); e Patrick Geary, que, a partir do estudo de monges "autores" de cartulários, em vários mosteiros alto-medievais, propõe a consideração do "arquivista medieval como autor" (Geary, 2007), indo ao encontro dos desafios contemporâneos da *Archival Science* quanto à assunção do papel ativo do arquivista na "conformação dos arquivos". Sobre a receção e uso em termos de arquivística teórica, das propostas de ambos, é interessante ler o texto de Ricardo Punzalan na em que são identificados como pontos importantes na construção do que é tomado como um novo conceito em *Archival Science*, a "memória coletiva" (Punzalan et al., 2013).

Estas análises devem-se inserir, mais amplamente, num contexto de renovação da História medieval, vinda de vários quadrantes – a literatura e a filologia, em que autores como Paul Zumthor e Bernard Cerquiglini chamaram a atenção para a importância da oralidade na produção de informação e na comunicação medieval, bem como para a anulação da mesma que era praticada pela edição crítica de textos na sua forma canónica e erudita, que passava pela subalternização (ou mesmo apagamento) das marcas de oralidade e das variantes; e a antropologia histórica, corrente surgida em França sob impulso de Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt e Georges Duby, no que toca à Idade Média, no âmbito da aproximação entre a História e a Antropologia, a interlocutora central daquela, no mundo ocidental, nas décadas de 60 a 90 do século XX (Rosa, 2017a). A influência da antropologia fez-se sentir em outros quadrantes fundamentais para uma renovação da História na sua relação com a Arquivística. Entre outros temas, a caracterização da alteridade política, jurídica e administrativa das sociedades europeias de Antigo Regime é absolutamente essencial para uma compreensão adequada das instituições produtoras de arquivos daquele período histórico, cujos fundos documentais se contam entre os mais numerosos dos

arquivos públicos, demasiadas vezes lidos e tratados como instituições da administração pública contemporânea (Rosa, 2021).

Entre o crescente número de estudos sobre as noções e as práticas de informação, documento, arquivo, evidência, em contextos não ocidentais, destaca-se outro artigo (re)fundador – de Tamar El-Leithy (2011) sobre os arquivos do Cairo medieval, no qual foram desenhadas algumas das linhas de rumo desta abordagem. O autor passa em revistas explicações de base orientalista para a "ausência de arquivos" nas sociedades do Médio Oriente pré Otomano, bem como investigações mais recentes de natureza científica, que continuam, porém, a insistir na lacuna, uma vez que partem de conceções ocidentais de produção documental legal e da sua arquivagem. Será salientada a relevância da proposta do autor de substituir o conceito de arquivo pelo de "práticas arquivísticas", a investigar a partir da micro-história. É assim uma abordagem teórico-metodológica bem enraizada na historiografia, e uma assunção da necessidade de historicizar e localizar os conceitos, que permite reconhecer "arquivos" em produtos culturais totalmente inesperados para quem os procura com o conceito ocidental em mãos. Entre outros trabalhos que se inspiram nestas correntes, alargando ao mundo ocidental pré-moderno o conceito de "práticas arquivísticas" para descrever esse conjunto de manifestação culturais variadas a que o termo de "arquivo", no Ocidente ainda demasiadamente ligado de forma imediata ao "arquivo nacional"/arquivos públicos, pode de facto conduzir ao anacronismo, deve citar-se a obra coletiva dirigida por Maria Pia Donato e Anne Saada, que alarga o foco da Europa aos territórios coloniais (Donato & Saada, 2019).

2.2. Ciências sociais, estudos culturais e artísticos, estudos patrimoniais

As Ciências Sociais e Humanas têm-se interessado de forma cada vez mais clara pelo arquivo, com frequência fazendo um entendimento pouco informado do que é o mesmo na área científica própria, mas abrindo interessantes pontes de diálogo. É assim relevante uma abordagem, ainda que necessariamente breve, ao interesse que "o Arquivo" tem despertado num conjunto alargado de saberes próximos das áreas que tradicional ou recentemente tratavam d' "os arquivos": as ciências sociais (sociologia e antropologia), os estudos culturais e artísticos e, por fim, os estudos patrimoniais. Tal justifica-se. também, pela grande presença informativa, editorial e a até mediática (no caso das manifestações artísticas, em especial) do tema. Em alguns casos, a acentuada diferença de conceptualização do objeto com a

Ciência da Informação / Arquivística – expressa por vários autores no binómio "o Arquivo" / "os arquivos" –, torna ainda mais oportuna que este heterogéneo campo seja aqui evocado[25].

Destacam-se os seguintes subtemas / áreas:

- O nascimento do interesse pelo Arquivo na filosofia / teoria da História em França: referência aos estudos de Foucault, nomeadamente em *A Arqueologia do Saber*, que dedica um capítulo ao arquivo enquanto dispositivo discursivo (Foucault, 1969) e em em mútilplos escritos seus posteriores; e o livro de François Derrida, que marcou indelevelmente toda uma viragem para o arquivo, por parte de (quase) todas as áreas disciplinares: *Mal d'Archive: Une Impression Freudienne* (Derrida, 1995) (cfr. a primeira receção pelos arquivistas em Hamilton, 2002);
- Os estudos culturais sobre o Arquivo, onde pontifica o livro de Caroline Steedman, *Dust: the archive and cultural history* (2002), que colocou definitivamente o arquivo nesta área disciplinar, assaz heterógenea;
- O arquivo nos estudos e performances artísticas (vejam-se a vários encontros realizados nos últimos anos em Portugal, como seja o ciclo de encontros "O que é o Arquivo", organizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa, em 2017, na Fundação Gulbenkian[26] ou, no mesmo local, no ano seguinte, a Conferência Internacional "Memória / Arquivo / Documento – Artes e Arquitectura[27]. Em termos de síntese, refira-se a obra recente sobre "práticas de arquivo em artes performativas" (Madeira et al., 2019);
- A patrimonialização dos arquivos – entre várias outras abordagens possíveis, destaque-se uma das mais influentes iniciativas neste campo, que contribuiu fortemente para o seu desenvolvimento – o programa "Memória do Mundo", da UNESCO, iniciado em 1992 e especialmente consagrado à preservação de bens conservados em bibliotecas e arquivos (em todos os suportes)[28]. Sobre o Programa pode consultar-se o estudo global *The UNESCO memory of the world programme: key aspects and recent developments* (Edmondson et al., 2020);

25 A relação entre antropologia e o arquivo será desenvolvida de forma extensa infra (p. 251 e ss).

26 https://gulbenkian.pt/museu/agenda/o-que-e-o-arquivo

27 https://internationalconferencememory.weebly.com

28 https://www.unesco.org/en/memory-world

- Os estudos sociológicos sobre arquivos e práticas arquivísticas: apesar de ser um campo relativamente recente, há uma atenção crescente dos sociólogos tanto quanto ao uso do arquivo, como quanto à criação de arquivos estruturadas de sociologia. Exemplo de tal é o projeto colaborativo entre a *British Sociological Association* e a *British Library*, coordenado por Andrew Rackley, que identifica núcleos documentais desta instituição valiosos para o estudo de temas sociológicos[29], e o debate em torno na necessidade de conservar a documentação da investigação em ciências sociais, de que é emblemática a obra *Le laboratoire des sciences sociales. Histoires d'enquêtes et revisites* (Laferté et al., 2018), dado que resulta de iniciativas e encontros destinados a tal, no caso francês;
- Arquivos e comunicação cultural – a importância dos arquivos e das bibliotecas para efeitos de comunicação cultural com o público em geral, reforço de identidade local, qualificação dos conteúdos culturais em turismo, é uma outra área em crescente desenvolvimento. Um avanço decisivo foi dado pela 2ª Conferência Anual do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Girona (Espanha) em 2014, que reuniu um vasto conjunto de intervenções sobre o tema "Arquivos e indústrias culturais"[30], bem demonstrativo da importância deste. Como referência teórica quanto à forma de avaliar o valor cultural destes bens, e de potencializar o seu uso enquanto tal, mencione-se a obra *Do archives have value?* (Moss & Thomas, 2019).

Podem por fim referir-se alguns textos de síntese sobre esta questão: *The archive project: archival research in the social sciences* (Moore et al., 2016); *Os pensadores e a Ciência da Informação* (Segundo et al., 2012) e *Frontières d'archives. Recherches, mémoires, savoirs* (Bert & Ratcliff, 2015).

3. Construir ciência cidadã a partir das competências disciplinares e do trabalho interdisciplinar

A última parte deste texto inclui, de forma mais acentuada do que as precedentes, a apresentação de iniciativas práticas, e das reflexões a elas conexas, em que profissionais e académicos das áreas das Ciências Sociais

29 http://www.documentsresearch.net/blog/that-which-is-hidden-sociology-in-the-archives

30 https://www.girona.cat/web/ica2014/esp/index.php

e Humanas e da Ciência da Informação, com incidência especial na História e na Arquivística, se empenham diretamente no ativismo social e ético. Pretende-se dar a conhecer um terceiro modo de praticar a interdisciplinaridade científica – a intervenção social a partir do cruzamento de competências que desse modo são potenciadas. Serão estudados modos de participação social no âmbito da chamada Ciência Cidadã, num primeiro momento; para depois se apresentarem as principais tendências de trabalho e de reflexão em tópicos relativos à justiça social, defesa das minorias de várias ordens, descolonização das práticas de história, memória e prova.

3.1. Desafios da Ciência Cidadã

- A "História Pública"

A "História pública" (History in the public sphere, Public History[31]), desenvolveu-se no espaço europeu e americano (incluindo uma forte presença no Brasil[32]) desde finais do século XX, na confluência de movimentos sobre a importância social das Ciências humanas, um contexto de desinvestimento público nas mesmas, e de pujança da área da "Ciência Cidadã", ou "Ciência Aberta", fortemente acarinhada pela União Europeia num contexto de promoção da diferença da ciência feita com objetivos não comerciais e em acesso aberto. A inserção nesta área não se faz sem problemas, dado o peso das ciências da natureza e das engenharias, mas é inegável que a força das ideias de ciência / cidadania pública e a capacidade da área para atrair financiamentos internacionais, nomeadamente no âmbito dos *Sustainable Development Goals*, formulados pela ONU e recentemente incluídos entre os parâmetros de avaliação científica, podem contribuir para a ampliação do lugar das Ciências Sociais e Humanas. No caso da História, os projetos de Ciência Cidadã passam com frequência pela localização, tratamento, interpretação e divulgação de documentação arquivística (e de Informação em geral). Alguns exemplos, escolhidos pela sua qualidade, mas sem pretensão

31 O núcleo fundador mais relevante publica a revista "The Public historian", onde se podem encontrar as melhores informações sobre a corrente: https://online.ucpress.edu/tph

32 Cfr., entre outras iniciativas, o site de divulgação "Café com História", online desde 2008 (https://www.cafehistoria.com.br), ou a rede brasileira de História Pública (http://historia- publica.com.br).

de exaustividade, ilustram de forma direta os princípios desta abordagem, e os seus resultados.

- A História Pública nos encontros nacionais sobre Ciência Aberta (2017 e 2019)[33];
- Projetos desenvolvidos em universidades e instituições nacionais:
    - Memória para Todos[34].
    - Cartas da Natureza: resgatar dados biológicos históricos através da Ciência Cidadã[35].
    - Coleções Científicas no cruzamento entre a Ciência e a Sociedade: Inovação entre a Ciência e a Sociedade (2015-2019)[36].
    - Oficina de História da Guarda[37].
    - Projeto Casas com Histórias[38].
    - Portugal 1914-1918[39].
- Ativismo arquivístico: a afirmação de uma área de ação e reflexão. A arquivística participativa e os arquivos de comunidades.

A genealogia do ativismo arquivístico difere em pontos importantes daquela da "Ciência Cidadã" em geral, bebendo diretamente em duas fontes – a identificação disciplinar preconizada pelo vários autores da "mudança de paradigma", que passou pela capacitação do papel social do arquivista; e o trabalho direto com "arquivos" de minorias (primeiro étnicas e de género, depois, crescentemente, de migrantes, refugiados, institucionalizados), que levou à consciencialização dos arquivistas quanto à importância destes arquivos para a subsistência e mesmo salvação social dos seus produtores. Trabalhar na confluência das duas áreas é muito importante, pelos benefícios mútuos. Se a inserção do ativismo arquivístico na "Ciência Cidadã" irá ganhar das linhas teóricas que foram sendo formuladas no processo de afirmação da área, pelas sinergias geradas, por fim, pelo acesso formal a financiamentos, o "ativismo arquivístico" é uma fortíssima chamada de atenção para a

33 https://arquivo.pt/wayback/20171213010649/http://www.ciencia-aberta.pt/ciencia-cidada (1.º encontro); https://www.cienciacidada.pt/img/programa_ENCC2019_download.pdf (2.º encontro).

34 https:// memoriaparatodos.pt

35 https://www.uc.pt/jardimbotanico/ciencia_cidada; https://www.zooniverse.org/projects/catedra-unesco/plant-letters/about/research

36 http://ciuhct.org/membros/cristina-luis

37 http://www.cei.pt/org

38 https://portal.cm-albufeira.pt/casascomhistorias

39 https://portugal1914.org/portal/pt/memorias/memorias-da-i-guerra-mundial-1914-1918

importância dos "arquivos" na identidade e na sobrevivência dos grupos e dos indivíduos. Alguns textos programáticos ilustram tal claramente: dos primeiros anos do segundo milénio, James O'Toole defende a construção de uma "teologia moral dos arquivos", fundada na noção de *historical accountability* (O'Toole, 2004); na sequência, a poderosa narrativa de Eric Ketelaar sobre a sua experiência na arquivagem dos documentos do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia, com a proposta, depois desenvolvida em diferentes locais, de uma nova forma de arquivo – a instituição de memória social (Ketelaar, 2012); como síntese dos desenvolvimentos mais recentes, o livro *The silence of the archive* (Thomas et al., 2017), que se debruça sobre algo que seria impensável na Arquivística (e na História…), poucas décadas atrás, dada a identidade disciplinar de ambas se fundar na "prova" existente: o vazio dos arquivos, o que não está lá, o silêncio e o seu impacto – e como é possível identificá-lo e colmatá-lo. Por fim, merecem referência trabalhos já existentes sobre colaborações entre os dois campos: o estudo de caso da colaboração entre historiadores públicos e arquivistas ativistas em torno dos arquivos da Cruz Vermelha (na Austrália: Oppenheimer, 2020); uma "chamada ao terreno", através da apresentação do estudo de Sonia Yaco e Beatriz B. Hardy sobre a forma como a prática de ativismo nos dois grupos de profissionais e cientistas – historiadores e arquivistas é auto e hetero avaliada, que problemas enfrenta por parte das administrações universitárias e arquivística, e como a colaboração pode ser incentivada (Yaco & Hardy, 2013); e o importante artigo do Peter Wosh, sobre as consequências negativas da manutenção do "archival divide" em programas de História cidadã e de ativismo arquivístico (Wosh, 2018).

Para além dos livros, e porque a imagem vale por mil palavras, refiram-se dois websites:

- Website do *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia*, mantido pela ONU, exemplar das novas propostas, tanto do ponto de vista da informação disponibilizada, como da importância e qualidade das atividades de "outreach"[40].
- A exposição virtual permanente do *International Residual Mechanism for Criminal Tribunals*, mantido pela ONU, que trata em conjunto do anterior tribunal penal e do Tribunal penal para o *Ruanda (International Criminal Tribunals for Rwanda)*[41].

40 (https://www.icty.org/en)

41 https:// www.irmct.org/specials/glimpse-into-the-archives/index.html

Como dissemos, dois temas fortes nesta área merecem referência alargada: a arquivística colaborativa e os arquivos de comunidades. Tem vindo a ganhar cada vez maior importância o universo dos arquivos participativos ou da arquivística participatória, envolvendo práticas de "crowd-sourcing", "crowd-description". De facto, complemento de informação relativa a documentos guardados em arquivos públicos, em geral em fundos de natureza institucional, o recurso à comunidade representa em si uma abertura notável em relação ao monopólio do arquivista profissional; e os estudos demonstram que possui efeitos multiplicadores da consciência arquivística "fora do arquivo" (Caswell et al., 2016). Podem incluir-se aqui iniciativas que, mesmo sob a égide e governança de arquivos públicos, se situam na fronteira dos arquivos de comunidades. Referimo-nos a coleções e portais como a Europeana e suas congéneres em vários países europeus ou, em Espanha, aos sites do portal Pares dedicados às vítimas da Guerra Civil e do Franquismo, ou aos movimentos migratórios ibero-americanos. Embora custodiadas por instituições públicas, estas plataformas dependem fortemente da participação das comunidades, que são incluídas na elaboração dos protocolos de admissão aos sites. Entre outras coisas, a visibilidade acrescida que lhes é conferida pela formalização, ligação oficial e meios disponíveis, pode funcionar de modo positivo quanto ao aumento da consciência arquivística autónoma da sociedade civil.

- Europeana[42].
- Europeana (14-18)[43], em torno da I Guerra Mundial[44].
- Portal de Víctimas de la Guerra Civil y Represaliados del Franquismo[45].
- Movimientos Migratorios Iberoamericanos[46].
- 1914-1918 – Testaments de Poilus[47].

Em relação à temática dos arquivos de comunidades, é útil principiar pelo breve historial do movimento, inserido na síntese definidora do dito, feita em 2013, por Anne Gilliland e Andrew Flinn, dois dos principais expoentes do movimento "Community Archives", respetivamente no Reino Unido e nos Estados

42 https://www.europeana.eu/portal/pt

43 https://www.europeana.eu/pt/collections/topic/83-world-war-i

44 Em Portugal: https://portugal1914.org/portal/pt/memorias/memorias-da-i-guerra-mundial-1914-1918

45 http://pares.mcu.es/victimasGCFPortal

46 http://pares.mcu.es/MovimientosMigratorios

47 https://edition-testaments-de-poilus.huma-num.fr/

Unidos da América. O movimento já então contava com alguns anos de existência – décadas mesmo, se se considerarem as múltiplas expressões de arquivos de instituições locais de vária natureza que os autores referenciam. A identificação (puramente voluntária) sob a bandeira de "community archives" generalizou-se em inícios do século XXI, tendo o ambiente digital desempenhado um papel fundamental na sua difusão, e tornando-se cada vez mais relevante – a ponto de ser uma característica distintiva – a autonomia em relação às instituições públicas de arquivo. Os autores indicam quais as características comuns dos "arquivos de comunidade", no que toca à forma de reunião dos documentos, à formalização da entidade detentora, aos alvos e objetivos de atuação, às estruturas e forma de governança (Gilliland & Flinn, 2013).

O conceito de "community archives" ultrapassa voluntariamente as conceções da arquivística clássica quanto à natureza dos arquivos e, em especial, quanto à distinção arquivos (orgânicos) e coleções (voluntárias). Com efeito, os arquivos de comunidades podem tanto resultar da acumulação arquivística da atividade da comunidade, como da ação de coleta e tratamento de uma comunidade sobre materiais que documentem a sua história. Do mesmo modo, esbate-se neles outra distinção tradicional, que é a feita entre as instituições de património e memória tradicionais, ou seja, arquivos, bibliotecas e museus; se esta separação tem sido também questionada a partir do prisma teórico da identificação da "informação" como objeto comum daqueles, no caso presente trata-se antes de valorizar a produção e conservação comunitária de materiais identitários, nomeadamente para fins de ativismo. A questão da identidade, por fim, adquire um papel central, a ponto de outros autores, nomeadamente nos EUA, se referirem aos "arquivos de comunidade" como "identity based community archives" ou simplesmente "identity based archives" (Caswell, 2014; Rosa, 2021).

Apresentar alguns "community archives" é uma das formas mais claras e instrutivas de ilustrar o tema e o conceito. Será útil começar pela consulta de dois importantes websites, que resultam, no caso inglês, da prática de arquivos de comunidade evoluindo para reflexões técnicas e teóricas sobre eles, e, no caso americano, de ativismo de natureza académica e teórica, para a implementação de arquivos comunitários.

- Community Archives and Heritage Group[48].
- Community Archives Lab[49].

48 https://www.communityarchives.org.uk

49 https://communityarchiveslab.ucla.edu

Um tipo específico de arquivos de comunidades é o promovido pelas comunidades étnicas. Difundiu-se de forma rápida e sustentada, dada a sua forte expressão e poder identitário, bem como a crescente participação de arquivistas e outros cientistas da informação nos mais importantes (que levou à inserção das coleções e arquivos em centros de investigação universitários, que mantêm o referencial identitário e cívico). Deve salientar-se que, em muitos casos, (quase) apenas nestes arquivos se conservam os registos da vida destas comunidades, ausentes, ou mal representadas, nos arquivos públicos.

- South Asian American Digital Archive[50].
- Black Cultural Archives[51].
- George Padmore Institute[52].
- Meek-Eaton Black Archives and Museum[53].
- Amistad Research Center[54].
- National Museum of the American Indian (NMAI) Archive Center[55].

3.2. Colaboração científica interdisciplinar e ética social

A derradeira parte deste texto aborda um dos mais atuais temas da investigação atual, comum a diferentes disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, tema este que é, também um exemplo perfeito de como a conceção do arquivo como um depósito de materiais, mas não em si, pelo historiador; e como objeto em si, mas isolado do contexto, pelos arquivistas, não permitiu a ambos os campos científicos vislumbrar a enorme riqueza analítica que reside na conceptualização do arquivo como um dispositivo de poder, totalmente central nos estados de tipo imperial e colonial, e nas mais aparentemente técnicas operações arquivísticas, formas de incluir e de excluir da sociedade – e da História.

Na sequência desta descoberta – e no contexto histórico da descolonização e da globalização –, quase como rios que estavam represados, surgiram outros novos e fundamentais atores e temas da História e da Arquivística:

50 https://www.saada.org
51 https://blackculturalarchives.org
52 https://www.georgepadmoreinstitute.org
53 http://www.theblackarchives.com
54 https://www.amistadresearchcenter.org
55 https://americanindian.si.edu/explore/collections/archive´

os arquivos nativos, ou indígenas, a proteção aos arquivos de excluídos, o direito aos arquivos e aos "seus papéis" por parte dos subalternos, dos perseguidos e dos refugiados. A investigação, especialmente em Arquivística, aproxima-se cada vez mais de um ativismo de Direitos humanos, como fica claro no trabalho de Anne Gilliland, da UCLA, um exemplo possível entre muitos outros. Da parte dos historiadores, finalmente, tem tido eco a proposta de um "ethical turn", que partilha de muitas destas preocupações e fornece um olhar de profundidade temporal e a possibilidade de exercícios comparativos, reciprocamente enriquecedores.

- Silêncios do arquivo, silêncio da sociedade: do arquivo colonial aos arquivos nativos

O arquivo colonial e os arquivos das novas nações formam o corpo de uma primeira mobilização científica, académica e cívica, ultimamente estendida aos chamados "arquivos nativos". É importante enquadrar a questão num quadro explicativo plural, alicerçado em quatro vetores fundamentais. Em primeiro lugar, assinalando como a existência de um ambiente de reformulação teórica dos conceitos permitiu a emergência de um tema novo; em segundo lugar, caracterizando os novos locais de investigação abertos aos cientistas sociais e em especial aos historiadores, pela perspetiva arquivística renovada sobre o arquivo colonial; em terceiro lugar, esclarecendo como o ambiente entretanto criado conduziu à incorporação de um tema derivado, de enorme relevo – a construção do arquivo nacional pós-colonial, e o problema da restituição dos arquivos deslocados das antigas colónias. Em quarto lugar, caracterizando os "arquivos" indígenas, que existiram afinal a par do arquivo colonial, resistindo a este, e que continuam a existir, agora legalmente protegidos, enquanto própria de conservação de prova, história, memória e identidade dos seus produtores.

Para a constituição do campo disciplinar foram seminais os trabalhos dos antropólogos americanos Bernard Cohn e dos seus discípulos Brian Axel e Nicholas Dirks, contribuindo para uma visão totalmente diferente do arquivo colonial – que ambos, praticantes da etno-antropologia e da antropologia histórica, justamente acusaram os historiadores de passarem ao lado do seu significado como objeto de estudo:

> And yet I would also advocate the need for historians to engage in an ethnography of the archive, for the archive itself reflects the forms and formations of historical knowledge that have been so markedly

> shaped by their implication in the history of the state whose past it is meant to enshrine. To engage in an ethnography of the archive entails going well beyond seeing it as an assemblage of texts, a depository of and for history. The archive is a discursive formation in the totalizing sense that it reflects the categories and operations of the state itself (...).
> The archive contains primary sources at the same time that it is always already a secondary trace of historical discourse. (Dirks, 2002, pp. 58-59)

Esta perspetiva parte ela própria de uma postura interdisciplinar forte, entre a etnografia, a antropologia e a História, reforçada num contexto de academia pós-colonial e pós-moderna (Cohn, 1987; 1996; Dirks, 2002; Axel, 2002). Estes trabalhos participaram ainda de um interesse por uma área fortemente conexa com estudos do Archival turn e de algumas correntes historiográficas – as "formas de conhecimento", a relação poder-saber. Reportando-se ao arquivo do colonialismo holandês, e não já britânico, como nos autores anteriores, a obra de Ann Laura Stoler veio afirmar definitivamente a importância e potencial sugestivo desta perspetiva. Editado em 2009, o livro *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* foi precedido, significativamente, de um artigo na revista *Archival Science*, então no início da sua vida editorial (Stoler, 2002). O balanço da autoria de Jacques Pouchepadass, do *Centre National de la Recherche Scientifique* (França) (2008), é importante enquanto documenta a receção europeia de um corpo de leituras essencialmente norte-americanas; se lança sobre elas um olhar critico, salienta a sua novidade e potencialidade, e abre-as a outras situações coloniais.

Esta corrente de estudos teve um forte impacto na archival science, que se veio juntar ao trabalho de muitos dos seus expoentes com arquivos pós-coloniais, isto é, imediatamente resultantes da descolonização ou reconstruídos a partir de démarches de recuperação nacional ou comunitária. As duas décadas do que se chamaria formação das "formulações chave" têm como balizas o artigo do Eric Ketelaar sobre "comparative archival science", de 1997, na revista *Archivaria*, e a edição de um número especial da *Archival Science* por J. J. Ghadar e Michelle Caswell, sob o signo da "descolonização da praxis arquivística" (2019); pelo meio, é marcante o estudo fundador de uma das maiores expoentes do trabalho prático e conceptualização do novo olhar arquivístico sobre os arquivos coloniais, Jeannette Bastian, com um título que indica o programa a

seguir: *Reading Colonial Records through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation* (2006). A perspetiva de efetuar análises localizadas da "marca colonial" nas operações e princípios arquivísticos e reformular estes de acordo com a teorização pós-colonial – uma operação semelhante a realizada por Terry Cook com a reformulação pós-moderna – foi a linha de rumo seguida, com resultados da maior importância e inovação.

Com efeito, um dos principais ganhos desta corrente de estudos situa-se precisamente na linha das "marcas coloniais arquivísticas". Mais uma vez estamos face a um elemento central na colaboração interdisciplinar – se o arquivista reconhece estas operações, o estudo históricos dos contextos coloniais permitir-lhe-á ver como estes as alteram; se o historiador conhece estes contextos, nem sempre consegue identificar essas "marcas coloniais impercetíveis" – as formas de arquivar, de classificar, de descrever, de disponibilizar, ou seja, operações arquivísticas postas ao serviço dos poderes coloniais para solidificar o poder de dominação do arquivo e do saber colonial em geral.

A prática da «*Historical archival science*» de Charles Jeurgens, que se exerce precisamente sobre práticas de arquivo e arquivos coloniais, é um caso exemplar da riqueza desta abordagem. Foi desenvolvida no âmbito do *Cultural Study Programme "Encompass: encountering a common past in Asia"*, que teve lugar na U. de Leiden (Holanda), entre 2006 e 2017. Os procedimentos de classificação da informação e dos documentos são a marca arquivística em estudo no contexto do Império colonial holandês (Jeurgens, 2005). O estudo dos sistemas de registo documental em outras administrações coloniais tem mostrado à saciedade como uma pretensa neutralidade técnica disfarçava classificações de base racista, que chegaram a fazer desaparecer os sujeitos coloniais (Darcy, 2004 no caso do *Department of Indian Affairs*, EUA; Lovering, 2010 para a administração colonial britânica na Rodésia e no Malawi). A proveniência em contexto de arquivo colonial foi revisitada nos trabalhos de Tom Nesmith quanto aos documentos das relações entre aborígenes e europeus no Canadá do seculo XIX, propondo um alargamento a "societal provenance" (Nesmith, 2011) e de Lori Nordland, que defende a utilização de "proveniência secundária" para uma mais correta representação da origem da informação, sua constituição em documento e posterior arquivagem de um mapa desenhado por um elemento da Hudson Bay Company (Canadá) do território de uma das tribos aborígenes com que se encontravam a negociar, no início do século XIX, a partir das informações do líder da tribo principal do território: quem deve figurar como autor do Mapa nas descrições

que dão acesso ao documento, por exemplo? O desenhador ou o fornecedor da informação? Como são descritos os padrões de localização referenciados no Mapa – de acordo com a cultura europeia ou a local? Uma ou outra resposta a questões deste tipo pode clarificar ou obscurecer a agência aborígene na descrição arquivística e, logo, as potencialidades de uso interpretativo (Nordland, 2004).

Já o estudo de Susanne Belovari sobre a espessa camada de preconceitos civilizacionais presentes nas descrições dos objetos indígenas no arquivo de um dos museus com mais rica coleção de artefactos das "Primeiras Nações" dos EUA, o *Field Museum* (Chicago), quanto à proveniência, contexto, autoria, etc., dos objetos, mostra bem como aspetos "técnicos" podem induzir em erro gerações de estudiosos e de utilizadores, contribuindo para o reforço de preconceitos étnicos (Belovari, 2013). Este tipo de estudos tem conduzido a resultado extremamente importante, ao nível da "técnica arquivística", mas com ressonâncias globais na práticas das Ciências Sociais e Humanas – a elaboração de protocolos de descrição não racialmente ofensivos e a sua implementação formal em arquivos nacionais (Chilcott, 2019, para o caso inglês); o exame das sucessivas classificações dos documentos, ao longo dos tempos (no caso de fotografias, particularmente complexas mas muito difundidas (Opp, 2008); e a exigência de colaboração dos grupos representados nos documentos em trabalhos de classificação e descrição dos mesmos – incluindo tradições orais – (Leslie, 2002). Lauren Haberstock teorizou muito recentemente este tipo de trabalho como "descrição participativa" visando "descolonizar metodologias descritivas em arquivo" (Haberstock, 2020).

Também a questão da avaliação documental, aqui em parte presente, merece uma atenção especial – a chamada de atenção para a sua conceptualização com um processo "societário-arquivístico" como forma de evitar a destruição ou obnubilação dos documentos de minorias é feita por Tom Nesmith em mais uma reconceptualização de conceitos (Nesmith, 2011).

O acesso tem sido redescoberto como uma etapa fulcral na questão do arquivo colonial – a opacidade e o secretismo do arquivo foram tónica nos períodos de vigência dos impérios (Jeurgens, 2016) e urge agora transformá-la, abrindo-a à consulta das comunidades cujos arquivos foram as mais das vezes confiscados (Nicholls, 2016). Esta será de resto uma das formas mais pacíficas de resolver o problema, pois a questão da propriedade dos arquivos pode ser entendida na perspetiva do direito à restituição, como adiante veremos mais detalhadamente. Este tema é de enorme relevo atual – a construção do arquivo nacional pós-colonial, e o problema da restituição dos arquivos deslocados das antigas colónias. A questão da custódia, de

novo um princípio arquivístico a reformular, foi abordada em estudos de caso relativos aos arquivos do período colonial nas Ilhas Virgens, levados para os EUA (Bastian, 2001), e aos meandros e paradoxos da formação de arquivos nacionais de antigas colónias (Filipinas, Marrocos: Punzalan, 2006; Ahmed, 2018). É interessante ainda constatar que os «novos arquivos nacionais» estão a desempenhar um papel na criação de "master narratives", à semelhança do que sucedeu na Europa oitocentista (Karabinos, 2015). Não menos importante será referir a forma como a documentação de resistência colonial foi usada previamente em ações de recomposição nacional, destacando-se aqui o caso de Timor (Nannelli, 2009) e o caso sul-africano, pelo papel que nele desempenhou um dos mais destacados autores da *Archival science*, Verne Harris, nomeadamente em *Archives and justice: a South African perspective* (2007).

O último aspeto desta constelação de questões está estritamente ligado à questão do acesso, agora entendida como direito universal, e não só dos que, no mundo ocidental, puderem usufruir de museus, desde o século XIX. Com efeito se, como é sabido, muitos destes museus foram construídos a partir da pilhagem e saque das zonas colonizadas, é apenas natural que se coloque agora a questão da restituição dos arquivos de antigas colónias, grupos politicamente perseguidos, países ou zonas derrotadas em conflitos. E é aqui central a obra coletiva *Displaced archives* (2017), coordenada por James Lowry, que prossegue o tema em termos de "agenda de investigação" (Lowry, 2019). Alargando o tópico, devem referir-se tentativas de reconceptualizar princípios arquivísticos (o estudo de Bruce Montgomery sobre a "inalienabilidade dos documentos nacionais" em confronto com intenções de proteção face a danos bélicos) (Montgomery, 2010, sobre documentos curdos) e a importante proposta de Michel Vermote quanto à manutenção de "investigações de proveniência", formalmente conceptualizadas a partir das operações de restituição de arquivos depois da Segunda Guerra Mundial, propondo afinações e adequações do conceito de "proveniência", sublinhando a importância da construção de perspetivas partilhadas sobre o mesmo (Vermote, 2014).

Um último campo de ativismo e reflexão arquivística resultou na produção de um vasto conjunto de trabalho sobre arquivos "indígenas" ainda existentes ou reconstruídos / reconstruíveis, que colocam questões arquivísticas muito alargadas, suscetíveis de alterar as perspetivas tradicionais sobre prova, história, memória. Através de visita a diferentes sites é possível conhecer os principais locais de produção deste trabalho, nos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia:

- Indigenous Archives Collective[56].
- Office of Trust Records[57].
- Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network[58].
- Library and Archives Canada – Indigenous heritage[59].
- X̱ wi7x̱ wa Library (Centre for academic and community Indigenous scholarship U. British Columbia)[60].

As questões centrais aqui são o trabalho comum com as populações produtoras (ou descendentes) dos documentos, passando pelo estabelecimento de "arquivos de comunidades" (Thorpe, 2017); a redefinição dos conceitos em função dos seus parâmetros culturais (por exemplo a questão da prova – desde 1988 que as tradições orais, matéria evidencial central nas sociedades aborígenes, foram aceites no Canadá como prova legal, numa decisão que Terry Cook classifica como "marco" histórico (Cook, 2013); o esclarecimento de questões legais, como sejam a propriedade dos registos sonoros gravados junto das populações ao longo de décadas dos séculos XIX e XX, mas nunca transmitidos aquelas (Mills, 2017; Iacovino, 2010, com uma visão alargada das implicações arquivísticas, éticas e legais); a assunção política, social e cultural do papel central dos arquivos da identidade dos grupos (Wareham, 2001).

Uma clara demonstração da importância deste trabalho quanto à elaboração de novas práticas arquivísticas reside na elaboração de protocolos de relacionamento e de trabalho sobre arquivos indígenas preparados pelas autoridades ou associações de arquivistas australianos, canadianos e norte-americanos:

- *Australian librarian and information Services* (ALIA) – *Libraries and information services and indigenous peoples*[61].
- Callison, Camille, Jonathan Pringle, and Alissa Cherry. *Canadian Perspectives and Recommendations for Indigenous Archives*[62].

---

56 https://indigenousarchives.net

57 https://www.doi.gov/ost/office-trust-records

58 https://atsilirn.aiatsis.gov.au

59 https://www.bac-lac.gc.ca/eng/discover/aboriginal-heritage/ Pages/introduction.aspx

60 https://xwi7xwa.library.ubc.ca

61 https://read.alia.org.au/libraries-and-information-services-and-indigenous-peoples

62 https://www.sustainableheritagenetwork.org/digital-heritage/2015-atalm-archives-summit-canadian-perspectives-and-recommendations-indigenous

- *Society of American Archivists* (2018) – *Endorsement of Protocols for Native American Archival Materials*[63].

- Excluídos do arquivo e o direito universal ao arquivo

Na sequência do trabalho realizado em arquivos indígenas e de minorias étnicas, desenvolveu-se um campo global sobre a questão do "direito universal ao arquivo". A partir de trabalhos com comunidades de refugiados e de perseguidos, têm sido definidas várias direções, destacando-se a educação arquivística para a inclusão, não racista e democrática; os estudos de casos de ativismo arquivístico que resultaram em compensações e reposição de justiça; as formas de identificar e colmatar os "silêncios dos arquivos"; os erros oriundos de ignorar os arquivos como dispositivos de segregação e eliminação (Harris, 2007; Delva & Adams, 2016; Chilcott, 2019; Flinn, 2011; Thomas et al., 2017).

Em paralelo, foram desenvolvidas formar práticas de efetivar este tipo de trabalho. Exemplo acabado de tal é o website «Archivists against history repeating itself», coordenado por Michelle Caswell, professora na *School of Information Studies* da U. Califórnia – Los Angeles (UCLA), na página *Against white supremacy in the archives*, e analisados os materiais didáticos aí propostos (posters e guião de exercícios)[64]. A um nível mais global, refiram-se as propostas de formalizar, junto das instâncias sociais e políticas, o direito ao arquivo, reforçado nas suas potencialidades de instrumento de exigência de justiça social (Jimerson, 2009). É exemplar de tal o trabalho desenvolvido por Anne Gilliland em torno de arquivos de refugiados, definindo um papel e um lugar para o ativismo arquivístico no enquadramento político e social que são os "grandes desafios sociais", a partir do site do *Center for Information as evidence* (UCLA), por ela dirigido[65]. Revestem-se de particular importância a *Refugee Rights in Records Initiative*[66] e o *Refugee Rights In Records Framework*, que esteve em consulta pública até julho de 2020[67].

63 https://www2.archivists.org/statements/saa-council-endorsement-of-protocols-for-native-american-archival-materials

64 http://www.archivistsagainst.org/activities

65 (https://informationasevidence.org)

66 https://informationasevidence.org/refugee-rights-in-records

67 https://informationasevidence.org/framework

- Contributos do ethical turn em História

Da parte dos historiadores, a emergência do "ethical turn" vem colocar a possibilidade de um olhar com profundidade temporal acrescida ao trabalho realizado pelo ativismo anteriormente analisado. A questão das bases éticas da investigação histórica foi colocada inúmeras vezes nas últimas décadas, a partir da ambição em contribuir para a construção de sociedades mais justas através de um olhar em profundidade sobre o passado, porém rejeitando qualquer supremacia magistral (a perspetiva da "História mestra da vida"). A recente formulação em termos de "viragem" – que, apesar de um lado quase publicitário, tem a vantagem de ajudar a unificar perspetivas –, teve como local de nascimento a historiografia medievalística. O "ethical turn" surge pela primeira vez mencionado na obra *Why the Middle Ages Matter: Medieval Light on Modern Injustice* (Chazelle, 2012). O subtítulo exprime a forma de relacionamento proposto e, se bem que metaforicamente, vai para além da analogia simples. O livro percorre vários temas, formulados propositadamente de forma atual, sobre os quais à primeira vista o medievalista julgaria ter pouco a dizer, em termos de relevância para a sociedade contemporânea: refugiados, deslocados, vítimas de descriminação sexual, vítimas de abuso eclesiástico, doentes em estado terminal, prisioneiros. Os autores, a partir das suas investigações monográficas, demonstram, porém, como todas estas condições têm o seu passado, e como as soluções encontradas na Idade Média para as aliviar podem ter réplicas atuais. Uma recente e bela formulação desta tendência encontra-se no sugestivo texto de G. Spiegel, sobre o "Futuro do passado" (2014), no qual a historiadora se interroga sobre as bases éticas da História. Fá-lo a partir de um tema atual e fraturante, os traumas civilizacionais brutais das perseguições étnicas, do Holocausto a várias posteriores. A História não basta como explicação, e muito menos como forma de recomposição social, e é esse outro olhar sobre o passado, a "memória", que surge como no seu lugar. A ultrapassagem de uma irreconciliável dicotomia entre ambas, ou pelo menos a não subalternização da "memória" como discurso legítimo, pela História, é uma das propostas da autora.

Deve assinalar-se a existência de um debate semelhante entre os cientistas da Informação e os arquivistas. Os "arquivos" devem sofrer um processo de transformação, que enquadre precisamente as "memórias", e que reconheça ao mesmo tempo o carácter parcial de muita da documentação "oficial" neles depositada, à qual a história oitocentista e de inícios do século XX conferiu demasiada bondade. Eric Kettelaar fala precisamente a partir de experiências limite de História / memória invocadas por Spiegel, a das

"comissões de verdade e reconciliação", ou dos "tribunais penais internacionais para crimes de Guerra"; e quanto à forma de custódia dos materiais propõe uma nova fórmula, a "instituição de memória social", que albergue documentos de todas as proveniências e tipos (incluindo memórias míticas, historicamente "erradas", conflituais), e que sirva tanto as administrações como os historiadores, mas inclua o terceiro elemento, que é a comunidade que passou pelo momento traumático e que assim é ajudada a recompor-se, a verdadeiramente ultrapassá-lo, aceitando a pluralidade de leituras (Ketelaar, 2012).

Será indispensável introduzir informação sobre o modo como os historiadores destas correntes percecionam a ligação entre os dados do passado e a intervenção ética no presente. As formas de raciocínio histórico usadas nestes exercícios têm de evitar o uso da analogia simples, teorizando um pensamento comparativo complexo. Um caso muito comum, o uso anacrónico do termo "Idade Média" pelos políticos e media, permite ver como Gabrielle Spiegel, que é uma das mais importante teóricas atuais da historiografia, mesmo se concordando em denunciar tal, chama a atenção dos historiadores para o uso indiscriminado do termo "medieval" nos seus próprios escritos e para uma inerência, ou capacitação automática, que daria o estudo de fenómenos históricos, quanto à análise de outros "similares", no presente dos mesmos historiadores (Spiegel, 2008). Respondendo à critica, outros medievalistas defenderam que os estudos de perspetiva temporal alargada permitiriam ao historiador "pensar um presente diferente do que ele sempre foi" questionando as periodizações e temporalizações tradicionais. Às genealogias da História substituir-se-iam assim, *entanglements*: sobreposições, ou, literalmente, "emaralhamentos" (Joy, 2009).

Também a propósito da aplicação de conceitos "do presente" ao passado a discussão tem sido acesa, destacando-se precisamente o conceito de "colonialismo" e a aplicação de metodologias "pós-coloniais". Entre outros, Gabrielle Spiegel relembrou os perigos do anacronismo e da analogia simplista (Spiegel, 2000), conduzindo ao repensamento daqueles usos por diferentes historiadores que os aplicavam. Na continuidade do debate, é emblemático o estudo de Bruce Holsinger sobre a influência da historiografia dos medievalistas dos *Annales* sobre o colectivo indiano *Subaltern Studies*, demonstrando em abordagens pós-coloniais clássicas, como trabalhos dos *Subaltern Studies*, os medievalistas se sentem imediatamente na presença de temas que lhes são transmitidos na formação básica: existência de centros controladores do saber / poder, monopólios da escrita / cultura letrada, persistência perseguida das formas "populares" de cultura e organização

social, dimensão estruturante do parentesco, etc., (Holsinger, A questão passou a ser regularmente tratada em quase todas as obras de medievalistas que seguem a corrente, desde então, com diversas formas de a resolver. Reconheceu-se a necessidade de evitar um uso anacrónico dos conceitos, insistindo na necessidade de teorizar a analogia entre as sociedades medievais e as coloniais criadas pela Europa moderna. Os estudos pós-coloniais foram interrogados nos seus simplismos relativos à Idade Média e o "orientalismo" dotado de um passado mais antigo e uma história mais complexa; um último ganho foi a investigação de "colonizações académicas", assunto pouco cómodo mas que ganha surpreendentes cambiantes se olhado assim – não só a História medieval subiu às universidades num mundo colonial, como os países europeus estabeleceram entre si, ao nível das historiografias medievais, relações de centro / periferia, metrópole normalizadora / colónias exóticas (Rosa, 2017a).

Feita esta contextualização, podem referir-se, a título de exemplo, alguns estudos históricos que podem permitir dar uma profundidade temporal maior, e abrir o leque de abordagens analíticas, às questões do ativismo arquivístico em apreço. Em primeiro lugar, estudos sobre deslocamentos de arquivos devido a perseguições religiosas, como seja o de Lisbeth Corens sobre a forma como os católicos ingleses conservaram os seus documentos durante a perseguição dos séculos XVII e XVIII, construindo um "contra-arquivo" da Diáspora (Corens, 2016); ou, fazendo também uma ponte com os arquivos coloniais, a análise de Alfonso Rubio Hernandez sobre o papel do dispositivo de controle da escrita e do arquivo, após a conquista de Granada no final do século XV (2012). Uma fileira de estudos históricos muito significativa é a que se dedica ao saber imperial e colonial, tendo vindo recentemente a aproximar-se da questão do arquivo. Destacam-se aí os trabalhos relativos ao controle administrativo e pela escrita no caso espanhol, que desperta crescente interesse (Burns, 2010; Brendecke, 2012), bem como sobre os impérios inglês (Richards, 1993) e holandês (Ballantyne, 2003). Estes trabalhos abrem a uma maior profundidade temporal perspetivas já referidas, em especial a abordagem antropológica do arquivo colonial de N. Dirks e Laura Stoler.

Demonstrando a validade da perspetiva histórica quanto aos arquivos indígenas e ao uso do arquivo no empoderamento das minorias, deve por fim mencionar-se um conjunto de obras recentes sobre a forma como os índios e os escravos, no contexto brasileiro do Império português, se relacionaram com as instituições judiciais quanto à exigência de informação, indiciando e existência de "arquivos" próprios, capacidade autónoma de mobilização e de preparação de informação administrativa (Oliveira, 2020;

Prado, 2019; Neumann, 2007; 2014); e o projeto pioneiro "Arquivos coloniais nativos: Micro-histórias e comparações" financiado pela FCT, que decorreu entre 2018 e 2021 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob coordenação de Ricardo Roque (2022).

****

No termo deste percurso, será oportuno lembrar os pontos de partida: por um lado, a valorização de um ensino universitário assente na qualidade e na atualização sustentada dos docentes; por outro, a relevância do conhecimento científico aberto, informado, plural nos seus paradigmas, não prescritivo. Os enquadramentos académicos não podem sobrepor-se a estes dois princípios, sob pena de se reforçarem bloqueios no sentido de uma modernidade muito necessária – quase vital, dir-se-ia – para a verdadeira credibilização de campos científicos ainda emergentes em Portugal, que têm também a seu cargo património que devem estudar e defender. Esta credibilização passa, como sabemos, por caminhos ainda em construção, e que têm de completar etapas indispensáveis: criação de centros de investigação internacionalmente avaliados, crescimento da publicação exogâmica, obtenção de projetos capazes de competir nos concursos mais prestigiados – porque enquadrando-se em paradigmas científicos não fechados sobre si próprios; enfim, como acontece nos melhores centros de ensino internacional, formações universitárias atualizadas e sem modelos únicos. Podemos apenas desejar que, dentro dos limites que tem, este artigo possa contribuir para a construção desse caminho.

Referências

Ahmed, S. (2018). Archives du Maroc? The official and alternative national archives of Morocco. *Archives and Manuscripts, 46*(3), 255-268. https://doi.org/10.1080/01576895.2018.1558408

Andrieu, É., Chastang, P., Delivré, F., Morsel, J., & Theis, V. (Eds.). (2023). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – III. Listes, temps, espace*. Éditions de la Sorbonne.

Angotti, C., Chastang, P., Debiais, V., & Kendrick, L. (Eds.). (2020). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – I. Écritures de la liste*. Éditions de la Sorbonne.

Anheim, É. (2004). Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de Synthèse, 125*(1), 1-14. https://doi.org/10.1007/BF02963690

Anheim, É. (2012). L'historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXIe siècle. *L'homme*, (203-204), 399-427. https://doi.org/10.4000/lhomme.23239

Anheim, É. (2019). Science des archives, science de l'Histoire. *Annales. Histoire, Sciences Sociales, 74*(3-4), 507-520. https://doi.org/10.1017/ahss.2020.56

Anheim, É., & Gattinara, E. C. (2007). Introduzione. *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, (2), 7-28. https://www.rivisteweb.it/doi/10.7376/72410

Anheim, É., Feller, L., Jeay, M., & Milani, G. (Eds.). (2020). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – II. Listes d'objets, listes de personne.* Éditions de la Sorbonne.

Araujo, A. V. F., & Crippa, G. (2016). Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária de Bibliotheca Universalis, de Conrad Gesner. *InCID: Revista De Ciência Da Informação E Documentação, 7*(esp), 224-241. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp224-241

Archival City – Bridging Urban Past and Future. *The Project*. https://archivalcity.hypotheses.org/)

Ardaillon. D. (2015). Apresentação. In A. M. A. Camargo, B. Delmas, D. Ardaillon, H. L. Bellotto, J. W. Smit, M. G. Ruipérez, S. R. Costa, & S. M. T. Rodriguez, *Dar nome aos documentos: da teoria à prática* (pp. 8-12). Instituto Fernando Henrique Cardoso. https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf

Axel, B. (Ed.). (2002). *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures* (pp. 47-65). Duke University Press.

Ballantyne, T. (2003). Rereading the nation-State: Colonial Knowledge in South Asia (and Beyond). In A. Burton (Dir.), *After the Imperial Turn: Thinking with and through the Nation* (pp. 102-121). Duke University Press.

Bastian, J. A. (2001). A Question of Custody: The Colonial Archives of the United States Virgin Islands. *American Archivist, 64*(1), 96-114. https://www.jstor.org/stable/40294161

Bastian, J. A. (2006). Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science, 6*(3-4), 267-284. https://doi.org/10.1007/s10502-006-9019-1

Bastian, J. A. (2016). Moving the margins to the middle: reconciling 'the archive' with the archives. In F. Foscarini, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 3-20). Facet Publishing.

Bastian, J. A., & Yakel, E. (Eds.). (2020). *Defining a discipline: Archival research and practice in the twenty-first century: essays in honor of Richard J. Cox*. Society of American Archivists.

Bellotto, H. L. (2014). Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e descendentes. In H. L. Bellotto, *Arquivo: estudos e reflexões*. Ed. UFMG.

Belovari, S. (2013). Professional minutia and their consequences: provenance, context, original identification, and anthropology at the Field Museum of Natural History, Chicago, Illinois. *Archival Science, 13*(2-3), 143-193. https://doi.org/10.1007/s10502-013-9202-0

Bert, J. F., & Ratcliff, M. J. (Dir.). (2015). *Frontières d'archives : Recherches, mémoires, savoirs*. Éditions des Archives contemporaines.

Bertrand, P. (2015). *Les écritures ordinaires : Sociologie d'un temps de révolution documentaire, entre royaume de France et empire (1250-1350).* Publications de la Sorbonne.

Besson, A. (1980). *Medieval Classification and Cataloguing: Classification Practices and Cataloguing Methods in France from the 12th to 15th Centuries*. (4º ed.). Clover Publications.

Black, A., & Brunt, R. (1999). Information management in business, libraries and British military intelligence: towards a history of information management. *Journal of Documentation, 55*(4), 361-374. https://doi.org/10.1108/EUM0000000007150

Blair, A., Duguid, P., Goeing, A.-S., & Grafton, A. (Eds.). (2021). *Information: A Historical Companion*. Princeton University Press. https://doi.org/10.2307/j.ctv1pdrrbs

Blouin, F. X. (2019). Epilogue: a perspective on the archival divide. In M. L. Rosa, A. B. Gago, M. J. A. Sousa, & R. S. Nóvoa (Coords.), *Recovered voices, newfound questions: Family archives and historical research (14th to 19th centuries)* (pp. 367-378). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Blouin, F. X., & Rosenberg, W. G. (Eds.). (2007). *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (pp. 106-113). Michigan University Press.

Blouin, F. X., & Rosenberg, W. G. (2013). *Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives*. Oxford University Press.

Boonstra, O., Breure, L., & Doorn, P. (2006). *Past, present and future of historical information science*. (2ª ed.). DANS – Data Archiving and Networked Services.

Bouza, F. (2004). *Communication, knowledge, and memory in early modern Spain*. University of Pennsylvania Press.

Brendecke, A. (2012). *Imperio y información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Iberoamericana / Vervuet Verlag.

Brendecke, A., Friedrich, M., & Friedrich, S. (2008). Information als Kategorie historischer Forschung: Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff. In A. Brendecke, M. Friedrich, & S. Friedrich (Eds.). *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (pp. 11-44). LIT-Verlag.

Brothman, B. (2001). The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, (51), 48-80. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12794

Burke, P. (2000). *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot*. Polity Press.

Burke, P. (2012). *A Social History of Knowledge. Volume II: From the Encyclopédie to Wikipedia*. Polity Press.

Burns, K. (2010). *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Duke University Press Books.

Caswell, M. (2014). Inventing new archival imaginaries: theoretical foundations for identity-based community archives. In D. Daniel, & A. Levi (Eds.), *Identity palimpsests, Archiving ethnicity in the US and Canada* (pp. 35-55). Litwin Books.

Caswell, M. (2016). "The Archive" is Not an Archives: On Acknowledging the Intellectual Contributions of Archival Studies. *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture*, *16*(1), https://escholarship.org/uc/item/7bn4v1fk

Caswell, M., Cifor, M., & Ramirez, M. H. (2016). To Suddenly Discover Yourself Existing: Uncovering the Affective Impact of Community Archives. *The American Archivist, 79*(1), 56-81. https ://doi.org/10.17723/0360-9081.79.1.56

Chastang, P. (2006). Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale. *Cahiers de civilisation médiévale, 49*(193), 21-32. https ://doi.org/10.3406/ccmed.2006.2928

Chazelle, C., Doubleday, S., Lifshitz, F., & Remensnyder, A. G. (Eds.). (2012). *Why the Middle Ages matter: Medieval light on modern injustice*. Routledge.

Chilcott, A. (2019). Towards protocols for describing racially offensive language in UK public archives. *Archival Science, 19*(4), 359-376. https://doi.org/10.1007/s10502-019-09314-y

Clanchy, M. (1980-1981). "Tenacious letters": archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*, (11), 115-125. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10842

Clanchy, M. (1993). *From Memory to Written Record: England, 1066-1307*. (2ª ed.). Blackwell.

Cohn, B. S. (1987). *An Anthropologist Among Historians and Other Essays*. Oxford University Press.

Cohn, B. S. (1996). *Colonialism and its Forms of Knowledge: the British in India*. Princeton University Press.

Conde y Delgado de Molina, R. (2008). *Reyes e archivos en la Corona de Aragón: Sete siglos de reglamentación y praxis archivística (siglos XII-XIX).* Institución Fernando el Católico (C.S.I.C.).

Cook, T. (1997). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, (43), 17-63. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175

Cook, T. (2009). The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. *The Canadian Historical Review, 90*(3), 497-534.

Cook, T. (2013). Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science, 13*(2-3), 95-120. https://doi.org/10.1007/s10502-012-9180-7

Corens, L. (2016). Dislocation and Record-Keeping: The Counter Archives of the Catholic Diaspora. In L. Corens, K. Peters, & A. Walsham (Eds.), *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* (pp. 269-287). Oxford University Press.

Corens, L., Peters, K., & Walsham, A. (Eds.). (2016). *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe.* Oxford University Press.

Corens, L., Peters, K., & Walsham, A. (Dir.). (2018). *Archives and Information in the Early Modern World.* Oxford University Press.

Cotta, I., & Tolu, R. M. (Eds.). (2006). *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo: Alle radici dell'identità culturale europea*. Direzione generale per gli rchiví.

Cox, R. J. (2000). *Closing an era: Historical perspectives on modern archives and records management.* Greenwood Press.

Crippa, G. (2014). Alguns tratados sobre bibliotecas como fontes para a história da organização para a mediação da informação. *Informação & Informação, 19*(2), 78-97. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p78

Crippa, G. (2015). Cassiodoro e as *Institutiones divinarum litterarum* como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento. *Informação & Informação, 20*(2), 86-117. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p86

Darcy, S. (2004). The Evolution of the Department of Indian Affairs' Central Registry Record-Keeping Systems: 1872-1984. *Archivaria*, (58), 161-171. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12482

Delmas, B., & Nougaret, C. (Dir.). (2004). *Archives et nations dans l'Europe du XIXe siècle*. Publications de l'École nationale des chartes. http ://doi.org/10.4000/books.enc.640

Delva, M., & Adams, M. (2016). Archival ethics and indigenous justice: conflict or coexistence? In F. Foscarini, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 147-172). Facet Publishing.

Derrida, F. (1995). *Mal d'archive : une impression freudienne*. Galilée.

Dirks, N. (2002). Annals of the Archive: Ethnographic Notes on the Sources of History. In B. Axel (Ed.), *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures* (pp. 47-65). Duke University Press.

Donato, M. P., & Saada, A. (2019). *Pratiques d'archives à l'époque moderne. Europe, mondes coloniaux*. Garnier.

Douglas, J. (2020). Archiving's "Archival Turn": Looking Back on the History / Archives Debate in Canada. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 70-108). Society of American Archivists.

Duff, W. M., & Cherry, J. M. (2008). Archival Orientation for Undergraduate Students: An Exploratory Study of Impact. *The American Archivist, 71*(2), 499-529. http://www.jstor.org/stable/40294528

Duff, W. M., & Johnson, C. A. (2002). Accidentally found on purpose: information-seeking behavior of historians in Archives. *The Library Quarterly, 72*(4), 472-496. http://www.jstor.org/stable/40039793

Duff, W. M., Craig, B. L., & Cherry, J. M. (2004a). Historians' Use of Archival Sources: Promises and Pitfalls of the Digital Age. *The Public Historian, 26*(2), 7-22. https://doi.org/10.1525/tph.2004.26.2.7

Duff, W. M., Craig, B. L., & Cherry, J. M. (2004b). Finding and Using Archival Resources: A Cross-Canada Survey of Historians Studying Canadian History. *Archivaria*, (58), 51-80. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12478

Duranti, L. (1998). *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Scarecrow Press.

Duval, F. (Dir.). (2021). *En quête de sources. Dictionnaire critique*. École Nationale des Chartes.

Edmondson, R., Jordan, L., & Prodan, A. C. (Eds.). (2020). *The UNESCO memory of the world programme: key aspects and recent developments*. Springer.

El-Leithy, T. (2011). Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval rchiv archives. *Al-Qantara, 32*(2), 389-434. https://doi.org/10.3989/alqantara.2011.v32.i2.262

Flinn, A. (2011). Archival Activism: Independent and Community-led Archives, Radical Public History and the Heritage Professions. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies, 7*(2), 1-20. https://doi.org/10.5070/D472000699

Fonseca, G. A., & Rodriguez, S. M. T. A. (2017). Identificação documental: trajetória, teoria e questionamentos. In M. Borges, & E. Casado (Coords.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação, atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 1405-1413). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20.

Fossier, A., Petitjean, J., & Revest, C. (Dir.). (2019). *Écritures grises : Les instruments de travail des administrations (XIIe-XVIIe siècle)*. École des chartes / École française de Rome.

Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Gallimard.

Friedrich, M. (2018). *The birth of the archive: a history of knowledge*. University of Michigan Press.

Geary, P. (2007). Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory. In F. X. Blouin, & W. G. Rosenberg (Eds.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (pp. 106-113). Michigan University Press.

Generelo, J. J., & López, A. M. (Coords.). (1998). *Historia de los archivos y de la rchivística en España*. Universidad de Valladolid.

Ghaddar, J. J., & Caswell, M. (2019). "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. *Archival Science, 19*(2), 71-85. https://doi.org/10.1007/s10502-019-09311-1

Gilliland, A. (2014). *Conceptualizing 21st-Century Archives*. Society of American Archivists.

Gilliland, A. J., McKemmish, S., & Lau, A. J. (Eds.). (2016). *Research in the Archival Multiverse*. Monash University Publishing.

Gilliland, A., & Flinn, A. (2013). Community Archives: What Are We Really Talking About? In L. Stillman, A. Sabiescu, & N. Memarovic (Eds.), *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives meets Community Informatics: Prato CIRN Conference* (pp. 1-23). Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University.

Giorgi, A., & Occhi, K. (Eds.). (2018). *Carteggi tra basso medioevo ed età moderna: Pratiche di redazione, trasmissione e conservazione*. Il Mulino.

Gómez, A. C. (2016). The New Culture of Archives in Early Modern Spain. *European History Quarterly, 46*(3), 545-567. https://doi.org/10.1177/0265691416649100

Gómez, A. C. (2020). *Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI-XX).* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Gómez, M. G. (2003). *Actores del Documento: Oficiales, archiveros y escribientes de la Secretaria de Estado y del Despacho Universal de Indias durante el siglo XVIII*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

Guercio, M., Tavoni, M. G., Tinti, P., & Galli, P. V. (Dirs.). (2014). *Disciplinare la memoria: Strumenti et pratiche nella cultura scritta (secoli XVI-XVIII): Atti del convegno internazionale (Bologna, 13-15 marzo 2013)*. Patròn editore.

Haberstock, L. (2020). Participatory description: decolonizing descriptive methodologies in archives*. Archival Science, 20*, 125-138. https://doi.org/10.1007/s10502-019-09328-6

Hamilton, C., Harris, V., Tayler, J., Pickover, M., Reid, G., & Saleh, R. (2002). *Refiguring the Archive*. Springer.

Harris, V. (2007). *Archives and justice: a South African perspective*. Society of American Archivists.

Head, R. (2019). *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400-1700.* Cambridge University Press.

Hildesheimer, F. (1997). *Les Archives de France : Mémoire de l'Histoire*. Honoré Champion.

Hjørland, B. (2016). Knowledge organization (KO). In B. Hjørland, & C. Gnoli (Eds.), *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization

Holsinger, B. W. (2002). Medieval Studies, Postcolonial Studies, and the Genealogies of Critique. *Speculum, 77*(4), 1195-1227. https://doi.org/10.2307/3301217

Horsman, P. J. (2009). *Abuysen ende desordiën : archiefvorming en archivering in Dordrecht, 1200-1920* [PhD thesis, Amsterdam Institute for Humanities Research]. UvA-DARE (Digital Academic Repository). https://dare.uva.nl/search?identifier=74356164-d825-479a-b18a-51a292c78c76

Horsman, P. J., & Ketelaar, E. (2014). *Archival history*. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Sciences* (pp. 53-57). Rowman & Littlefield Publishers.

Iacovino, L. (2010). Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. *Archival Science, 10*(4), 353-372. https://doi.org/10.1007/s10502-010-9120-3

Jeurgens, C. (2005). Historians and archivists: two disciplines working with the same papers. Leiden University.

Jeurgens, C. (2016). The bumpy road to transparency: access and secrecy in 19th-century records in the Dutch East Indies. In F. Foscarini, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 127-145). Facet Publishing.

Jeurgens, C. (2019). The insatiable archive: Regime change and information control in the Dutch Colonial Empire, c. 1795-1825. In M. P. Donato, & A. Saada (Eds.), *Prati'ues d'archiv's à l'époque m oderne: Europe, mondes coloniaux* (pp. 391-416). Classiques Garnier.

Jimerson, R. C. (2009). *Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice*. Society of American Archivists.

Jimerson, R. C. (2020). Power, memory, and identity: Explaining the Archival Landscape to Historians. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 518-568). Society of American Archivists.

Joy, E. (2009, março 25). *Signaling to Each Other from Inscrutable Depths: A Response to Gabrielle's Spiegel's "'Getting Medieval': History and the Torture Memos*. In the Middle – peace love & the middle ages. https://www.inthemedievalmiddle.com/2009/03/signaling-to-each-other-from.html

Karabinos, M. (2015). The Role of National Archives in the Creation of National Master Narratives in Southeast Asia. *Journal of Contemporary Archival studies, 2*(4), 1-8. https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol2/iss1/4

Katifori, A., Torou, E., Vassilakis, C., & Halatsis, C., (2008). *Supporting Research in Historical Archives: Historical Information Visualization and Modeling Requirements* [Paper presentation]. 12th International Conference Information Visualisation, Londres. https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=4577922&isnumber=4577908

Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, (44), 142-148. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201

Ketelaar, E. (2012). Truths, Memories and Histories in the Archives of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. In H. G. Van Der Wilt, J. Vervliet, G. K. Sluiter, & J. Th. M. Houwink ten Cate (Eds.), *The Genocide Convention: The Legacy of 60 years* (pp. 201-221). Nijhoff.

Ketelaar, E. (2016). Archival turn and returns. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 228-268). Monash University Publishing.

Ketelaar, E. (2018). The Dutch comptoir as information centre. *Archival Science, 18*(4), 333-341. https://doi.org/10.1007/s10502-018-9298-3

Ketelaar, E. (2020). *Archiving people: A social history of Dutch archives*. Stichting Archiefpublicaties.

Kuchenbuch, L. (2003). Sources ou doc uments? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique. *Hypothèses*, *7*(1), 287-315. https://www.cairn.info/revue-hypotheses-2004-1-page-287.htm

Laferté, G., Pasquali, P., & Renahy, N. (Dir.). (2018). *Le laboratoire des sciences so ciales: histoires d'enquêtes et revisites*. Raisons d'agir.

Lauvernier, J. (2012). *Classer et inventorier au XIXe siècle: Administration des fonds et écriture de l'histoire locale dijonnaise par l'archiviste Joseph-François Garnier (1815-1903)* [Tese de Doutoramento não publicada]. U. de Bourgogne.

Lazzarini, I. (2008). Scritture e potere: Pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (secoli XIV-XV). *Reti Medievali-Rivista, 9*(1), 6-23. https://doi.org/10.6092/1593-2214/94

Le Goff, J. (1984). Documento / monumento. In F. Gil (Coord.), *Enciclopédia Einaudi* (1º vol., pp. 95-106). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Les Annales. (2020). Après le tournant docume ntaire: Ce qui montre, ce qu'on montre. *Annales. Histoire, Sciences Sociales, 75*, 425-446.

Lodolini, E. (1989). The war of Independence of archivists. *Archivaria*, (28), 36-47. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11569

Lodolini, E. (1991). *Archivistica: princípios y problemas* (pp. 30-51). Pontificia Universidad Catolica.

Lodolini, E. (2001). *Storia dell'archivistica italiana: dal mondo antico alla metà del secolo XX*. FrancoAngeli.

Lorenzo Cadarso, P. L. (2001). *El documento real en la época de los Austrias: (1516-1700)*. Universidad de Extremadura.

Lovering, T. (2010). British Colonial Administrations' registry systems: a comparative study of Northern Rhodesia and Nyasaland. *Archives and Museum Informatics*, *10*(1), 1-23. https://doi.org/10.1007/s10502-010-9112-3

Lowry, J. (Ed.). (2017). *Displaced Archives*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315577609

Lowry, J. (2019). "Displaced archives": proposing a research agenda. *Archival Science, 19*, 349-358. https://doi.org/10.1007/s10502-019-09326-8

MacNeiL, H. (2020). "Teaching by Examples": W. Kaye Lamb and Archival History. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 448-517). Society of American Archivists.

MacNeiL, H., & Eastwood, T. (Eds.). (2017). *Currents of Archival Thinking*. (2ª ed.). Libraries Unlimited.

Madeira, C., Matos Oliveira, F., & Marçal, H. (Coords.). (2020). *Práticas de Arquivo em Artes Performativas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1954-5

Maire-Vigueur, J. C. (1995). Révolution documentaire et révolution scripturaire: le cas de l'Italie médiévale. *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes, 153*(1), 177-185. https://doi.org/10.3406/bec.1995.450767

Martins, M. T. Q. (2018). Recovering Archives: The Custodial History of the Captaincy of São Paulo's Archival Holdings. *Revista Brasileira de História, 38*(78), 55-73. https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-03

McCoy, M. (2010). The Manuscript as Question: Teaching Primary Sources in the Archives – The China Missions Project. *College & Research Libraries, 71*(1) (2010), 49-62. https://doi.org/10.5860/0710049

McCrank, L. J. (2001). *Historical Information Science: An Emerging Unidiscipline*. Information Today, Inc.

Melot, M. (2023). *Des archives considérees comme une substance hallucinogène*. École Nationale des Chartes.

Mills, A. (2017). Learning to Listen: Archival Sound Recordings and Indigenous Cultural and Intellectual Property. *Archivaria*, (83), 109-124. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13602

Montgomery, B. P. (2010). Returning Evidence to the Scene of the Crime: Why the Anfal Files Should be Repatriated to Iraqi Kurdistan. *Archivaria*, (69), 143-172. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13264

Moore, N., Salter, A., Stanley, L., & Tamboukou, M. (2016). *The Archive Project: Archival Research in the Social Sciences*. (1ª ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315612577

Morelle, L. (2009). Usages et gestion de l'écrit en Occident. In Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public (Ed.), *L'autorité de l'écrit au Moyen Âge (Orient-Occident) : XXXIX*e *Congrès de la SHMESP (Le Caire, 30 avril-5 mai 2008)* (pp. 117-126). Éditions de la Sorbonne. https://doi.org/10.4000/books.psorbonne.10778

Morsel, J. (2000). Ce qu'écrire veut dire au Moyen-Âge... Observations préliminaires d'une étude de la scripturalité médiévale. *Memini: Travaux et documents de la Société des Études médiévales du Québec, 4*, 3-43. https://shs.hal.science/halshs-00291802

Morsel, J. (2004). Les sources sont-elles 'le pain de l'historien'? *Hypothèses, 7*(1), 271-286. https://doi.org/10.3917/hyp.031.0271

Morsel, J. (2008). Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, 2*. https://doi.org/10.4000/cem.4132

Moss, M., & Thomas, D. (2019). *Do Archives Have Value?* Facet Publishing.

Müller, B. (2011). De l'archive au document: Remarques sur l'évolution des régimes documentaires entre le XIXe et le XXIe siècle. *Territoires contemporains, 2*. https://shs.hal.science/halshs-01395409

Nannelli, E. (2009). Memory, records, history: the Records of the Commission for Reception, Truth, and Reconciliation in Timor-Leste. *Archival Science, 9*(1-2), 29-41.

Navarro Bonilla, D. (2004). *Escritura, Poder y Archivo. La Organización Documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV-XVIII).* Prensas Universitarias de Zaragoza.

Navarro Bonilla, D. (2007). Antecedentes históricos en la organización de la información y la documentación aplicada a la seguridad y la defensa de los estados. *Anales de documentacion, 10*, 281-296. https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1201

Nesmith, T. (2005). Reopening archives: bringing new contextualities into archival theory and practice. *Archivaria*, (60), 259-274. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12523

Nesmith, T. (2011). Documenting appraisal as a societal-archival process: theory, practice, and ethics in the Wake of Helen Willa Samuels. In T. Cook (Ed.), *Controlling the past: Documenting Society and Institutions – Essays in Honor of Helen Willa Samuels* (pp. 31-50). Society of American Archivists.

Nesmith, T., Bak, G., & Schwartz, J. (Eds.). (2020). *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook*. Society of American Archivists.

Neumann, E. S. (2007). A lança e as cartas: escrita indígena e conflito nas reduções do Paraguai – século XVIII. *História Unisinos, 11*(2), 160-172. https://hdl.handle.net/10183/165064

Neumann, E. S. (2014). A escrita em guarani dos mayordomos e o exemplo de Valentín Ybariguá (Paraguai, XVIII). *Corpus, 4*(2), 1-16. https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1258

Nicholls, S., Booker, L., Thorpe, K., Jackson, M., Girault, C., Briggs, R., & Jones, C. (2016). From principle to practice: community consultation regarding access to Indigenous language material in archival records at the State Library of New South Wales. *Archives and manuscripts, 44*(3), 110-123. https://doi.org/10.1080/01576895.2016.1239116

Nijenhuis, I., van Faassen, M., Sluijter, R., Gijsenbergh, J., & de Jong, W. (Eds.). (2020). *Information and Power in History: Towards a Global Approach*. (1ª ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429438738

Nordland, L. (2004). The Concept of "Secondary Provenance": Re-interpreting Ac ko mok ki's Map as Evolving Text. *Archivaria*, (58), 147-159. https://www.proquest.com/scholarly-journals/concept-secondary-provenance-re-interpreting-ac/docview/2518930446/se-2

Nougaret, C. (2010). Le chartrier de Thouars aux Archives nationales: un parcours exemplaire (1792-1979). In P. Contamine, & L. Vissière (Eds.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire: Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe-XXIe siècle: Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)* (pp. 373-388). Société de l'Histoire de France.

Nóvoa, R. S., & Rosa, M. L. (2018). O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História, 38*(78), 75-95. https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-04

O'Toole, J. (2004). Archives and historical accountability: toward a moral theology of archives. *Archivaria*, (58), 3-19. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12476

Oliveira, F. G. (2020). *Cultura jurídica da liberdade: autos cíveis e petições envolvendo escravos e forros na cidade de São Paulo, século XVIII* [Dissertação de mestrado não publicada]. UNIFESP.

Opp, J. (2008). The Colonial Legacies of the Digital Archive: The Arnold Lupson Photographic Collection. *Archivaria*, (65), 3-19. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13165

Oppenheimer, M. (2020). The historian activist and the Gift to the Nation project: preserving the records of the Australian Red Cross. *Archives and Manuscripts, 48*(2), 171-185. https://doi.org/10.1080/01576895.2020.1753544

Petitjean, J. (2013). *L'intelligence des choses: Une histoire de l'information entre Italie et Méditerranée (XVIe-XVIIe siècles).* École française de Rome.

Poncet, O. (2019). Archives et histoire: dépasser les tournants. *Annales. Histoire, Sciences Sociales, 74*(3-4), 711-743. https://doi.org/10.1017/ahss.2020.50

Poncet, O. (2023) Introduction. Michel Melot ou la licidité du patrimoine. In M. Melot, *Des archives considérees comme une substance hallucinogène* (pp. 5-15). École Nationale des Chartes.

Poole, A. H. (2015). Archival Divides and Foreign Countries? Historians, archivists, information-Seeking, and technology: Retrospect and prospect. *The American Archivist, 78*(2), 375-433. https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.375

Pouchepadass, J., Barbot, M., & Borello, B. (2008). A proposito della critica postcoloniale sul «discorso» dell'archivio. *Quaderni Storici, 43*(3), 675-690. https://www.jstor.org/stable/43779994

Prado, L. R. (2019). *Cativos Litigantes: demandas indígenas por liberdade na Amazónia portuguesa, 1706-1759* [Dissertação de mestrado não publicada]. USP.

Punzalan, R. L. (2006). Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a 'national' archives for the Philippines. *Archival Science, 6*, 381-392. https://doi.org/10.1007/s10502-007-9040-z

Punzalan, R. L., Jacobsen, T., & Hedstrom, M. L. (2013). Invoking 'Collective Memory': Mapping the Emergence of a Concept in Archival Science. *Archival Scienc*e, *13*(2-3), 217-225.

Put, E. (2007). Une flore d'archives?: La recherche typologique des sources d'archives de l'époque moderne (XVIe-XVIIIe s.). In M. Aubry, I. Chave, & V. Doom (Eds.), *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen-Âge à nos jours*. Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion. https://doi.org/10.4000/books.irhis.185

Quarta, A. (2015). *I nessi slegati e l'ombra dell'archivio: Analisi strutturale dell'Archivio postunitario del comune di Firenze fra il 1865 e il 1876*. Libreria universitaria.

Rhee, H. L. (2012). Modelling historians' information-seeking behaviour with an interdisciplinary and comparative approach. *Information Research, 17*(4). https://informationr.net/ir/17-4/paper544.html

Richards, T. (1993). *The Imperial Archive: Knowledge and the Fantasy of Empire*. Verso.

Robyns, M. C. (2001). The Archivist as Educator: Integrating Critical Thinking Skills into Historical Research Methods Instruction. *The American Archivist, 64*(2), 363-384. https://www.jstor.org/stable/40294177

Rodrigues, A. C. (2011). Identificação: uma nova função arquivística. *Revista EDICIC, 1*(4), 109-129. https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/96

Roque, R. (2022). O arquivo, a coleção e o caçador: autobiografia de uma etnografia histórica. *Etnográfica, 26*(2), 303-325. https://doi.org/10.4000/etnografica.11119

Rosa, M. L. (2017a). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna: Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 30*, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10

Rosa, M. L. (2017b). *Fazer e pensar a Idade Média hoje: Guia de estudo, investigação e docência*. Coimbra U. Press.

Rosa, M. L. (2021). Arquivos de família, arquivos de comunidade: Arquivos da comunidade. In J. R. Pestano, M. L. Rosa, & J. G. Armas (Eds.), *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Instituto de Estudos Canários, U. La Laguna, IEM, CHAM.

Rosa, M. L., & Nóvoa, R. S. (2018). Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística: reflexões sobre um percurso científico e académico. *Revista Portuguesa de História, 49*, 85-98. https://doi.org/10.14195/0870-4147_49_4

Rubio Hernández, A. (2012). La escritura en el archivo: mecanismo de dominio y control en El Nuevo Reino de Granada. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia, 35*, 5-36.

Rutner, J., & Schonfeld, R. C. (2012). Supporting the Changing Research Practices of Historians: Final Report from ITHAKA S+R. https://doi.org/10.18665/sr.22532

Segundo, J. E. S., Silva, M. R., & Mostafa, S. P. (2012). *Os Pensadores e a Ciência da Informação*. Editora E-papers.

Spiegel, G. M. (2000). Épater les médiévistes. *History and Theory, 39*(2), 243-250. https://doi.org/10.1111/0018-2656.00127

Spiegel, G. M. (2008). "Getting medieval": history and the torture memos. *Perspectives on History, 46*(6). https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/september-2008/getting-medieval-history-and-the-torture-memos

Spiegel, G. M. (2014). The Future of the Past. *Journal of the Philosophy of History, 8*(2), 149-179. https://doi.org/10.1163/18722636-12341269

Steedman, C. (2002). *Dust: the archive and cultural history*. Manchester University Press.

Stoler, A. L. (2002). Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science: International Journal on Recorded Information, 2*, 87-109. https://doi.org/10.1007/BF02435632

Stoler, A. L. (2009). *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton University Press.

Thomas, D., Fowler, S., & Johnson, V. (2017). *The silence of the archive*. Facet Publishing.

Thomassen, T. (2001). A first introduction to archival science. *Archival Science, 1*(4), 373-385. https://doi.org/10.1007/BF02438903

Thorpe, K. (2017). Aboriginal Community Archives: A Case Study in Ethical Community Research. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 900-934). Monash University Publishing. https://doi.org/10.26530/oapen_628143

Tognoli, N. B., & Audi, D. F. (2017). A diplomática como subsídio às funções arquivísticas: o aporte à descrição documental. In M. Borges, & E. Casado (Coords.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 911-920). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20.

Tognoli, N. B., & Guimarães, J. A. (2010). Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomatics: new approaches for archival knowledge organization. In C. Gnoli, & F. Mazzocchi (Orgs.), *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization* (pp. 405-411). Würzburg: Ergon Verlag.

Tori, G. (Ed.). (2003). *Salvatore Bongi nella Cultura dell'ottocento: Archivistica, Storiografia, Bibliologia*. Ministero per i beni e le attività culturali Direzione generale per gli archivi.

Torou, E., Akrivi, K., Vassilakis, C., Lepouras, G., & Halatsis, C. (2006, dezembro 06-08). *Creating an Historical Archive Ontology: Guidelines and Evaluation*. Proceedings of the 1st International Conference on Digital Information Management (ICDM 2006), Bangalore, Índia.

Universidade de Amsterdão. (2023). *Archival and Information Studies (Media Studies)*. https://www.uva.nl/shared-content/programmas/en/dual-masters/archival-and-information-studies-heritage-studies/study-programme/study-programme.html

Universidade de Amsterdão. (2023a). *Prof. dr. K.J.P.F.M. (Charles) Jeurgens*. https://www.uva.nl/en/profile/j/e/k.j.p.f.m.jeurgens/k.j.p.f.m.jeurgens.html?origin=Fs%2B2rT%2FUQee%2B%2F7H0qeKOXQ

Vermote, M. (2013, october 8-9). *Provenance research and Perseverance: The Testimony of an Archivist* [Conference paper]. "The West" versus "the East" or the United Europe?: the different conceptions of provenance research, documentation and identification of looted cultural assets and the possibilities of international cooperation in Europe and worldwide, Podebrady, Czech Republic.

Vivo, F. (2013). Cœur de l'État, lieu de tension: Le tournant archivistique vu de Venise (XVe-XVIIe siècle). *Annales. Histoire, Sciences Sociales, 68*(3), 699-728. https://www.cairn.info/revue-annales-2013-3-page-699.htm

Vivo, F. (2016). Archives of Speech: Recording Diplomatic Negotiation in Late Medieval and Early Modern Italy. *European History Quarterly, 46*(3), 519-544. https://doi.org/10.1177/0265691416648275

Wareham, E. (2001). "Our Own Identity, Our Own Taonga, Our Own Self Coming Back": Indigenous Voices in New Zealand Record-Keeping. *Archivaria*, (52), 26-46. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12813

Weller, T. (2008). *Information History – An Introduction: Exploring an emergent field*. Chandos Publishing.

Weller, T. (2010). *Information History in the Modern World: Histories of the Information Age*. Red Globe Press.

Wosh, P. (2018). Reflections on Public History and Archives Education. *Journal of Archival Organization, 15*(3-4), 95-99. https://doi.org/10.1080/15332748.2019.1613316

Yaco, S., & Hardy, B. B. (2012). Historians, archivists, and social activism: benefits and costs. *Archival Science, 13*(2-3), 253-272. https://doi.org/10.1007/s10502-012-9187-0

Yale, E. (2015). The History of Archives: The State of the Discipline. *Book History, 18*, 332-359. https://doi.org/10.1353/bh.2015.0007

Yeo, G. (2009). Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records. *Libraries & the Cultural Record, 44*(1), 50-64. https://www.jstor.org/stable/25549536

Yeo, G. (2018). *Records, Information and Data: Exploring the role of record-keeping in an information culture*. Facet Publishing.

Yeo, G. (2019). Can we keep everything? The future of appraisal in a world of digital profusion. In C. Brown (Ed.), *Archival Futures*. Facet Publishing, 45-64.

BAUC VOL. EXTRA 1, 2024

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

A série documental "Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea" (1977-2002): reflexões sobre práticas arquivísticas e benefícios da interdisciplinaridade no tratamento da documentação
Filipa Magalhães

Arquivo Sameiro: recuperação da memória familiar
João Caetano Sameiro

Fontes documentais sobre o(s) Cartório(s) Notarial(ais) no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira
Lénia Oliveira

Ensaio de aplicação do modelo sistémico e interativo à documentação da Misericórdia de Monforte, à guarda do Arquivo Histórico Municipal
António Jorge Botelheiro Carrilho

Mediação e representação da informação nos arquivos municipais
Eliezer Pires da Silva, María Manuela Moro Cabero e Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

A Torre do Tombo: de Arquivo da Coroa a Arquivo Nacional.
Contextos institucionais a partir da legislação promulgada (séc. XVI-2012)
Abel Rodrigues

História, Ciências sociais e humanas, Ciência arquivística, Ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns
Maria de Lurdes Rosa

ISSN
0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA
Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: http://www.uc.pt/auc